UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIANA LADEIRA OSÉS

**“Nós, os *Annales*”: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da
Revista dos *Annales* (1929-1944)**

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**“Nós, os *Annales*”: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da
Revista dos *Annales* (1929-1944)**

Mariana Ladeira Osés

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de
Mestre em História Social

Orientador: Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira
Coorientador: Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

- O81" Osés, Mariana Ladeira
"Nós, os Annales": Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da Revista dos Annales (1929-1944) / Mariana Ladeira Osés ; orientador Miguel Soares Palmeira. - São Paulo, 2018.
180 f.
- Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.
1. História. 2. Historiografia. 3. Intelectuais.
4. Periódicos científicos. I. Palmeira, Miguel Soares, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Mariana Ladeira Ors

Data da defesa: 14 / 12 / 2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Miguel Soares Palmeira

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 12/02/2019

Miguel S. Palmeira
(Assinatura do (a) orientador (a))

RESUMO

Os *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, periódico fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, são usualmente tidos como berço daquilo que a historiografia denomina “os *Annales*”. Essa expressão não é, no entanto, um sinônimo da revista que a originou: “os *Annales*” são um sujeito que ultrapassa as páginas da publicação, compondo, ao longo do século XX, o cerne de um fenômeno historiográfico extremamente influente, mas de difícil definição. Esta pesquisa debruça-se sobre os anos de trabalho conjunto de Marc Bloch e Lucien Febvre na direção da revista (1929-1944), buscando investigar o processo cotidiano de produção do periódico e, com isso, lançar luz sobre as estratégias de legitimação às quais os dois diretores recorreram para garantir o êxito de seu projeto. A partir do estudo das correspondências trocadas entre eles e de sua produção crítica, avança-se a hipótese de que, no ato de produção da revista, os diretores lançam mão de uma série de dispositivos de produção de coerência intelectual que dão corpo, paulatinamente, ao sujeito “os *Annales*”.

Palavras-chave: Annales, historiografia francesa, periódicos, intelectuais.

ABSTRACT

The *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, founded by Marc Bloch and Lucien Febvre in 1929, are usually perceived as the cradle of what came to be known as “the *Annales*”. Nevertheless, this expression isn't a synonym of the journal that originated it: “the *Annales*” are a subject that transcends the tangible periodical and that has become, throughout the twentieth century, the core of a highly influential, albeit hard to define, historiographical phenomenon. This dissertation focuses on Marc Bloch and Lucien Febvre's joint effort to run the journal (1929-1944), aiming to investigate the making of the review and, therefore, shed light on the strategies its directors have resorted to in order to legitimize their project and assure its success. By analyzing the letters exchanged between Bloch and Febvre as well as the critic reviews published by them, this dissertation argues that, in making the journal, its directors elaborate an intellectual apparatus to bring forth coherence, and that, through this specific apparatus, the idea of “the *Annales*” as an independent subject gradually takes form.

Palavras-chave: Annales, French historiography, journals, intellectuals.

ÍNDICE

Agradecimentos	5
Lista de abreviaturas	7
Introdução	9
Capítulo 1: A historiografia em busca dos Annales	19
1.1) Os Annales se definem	20
1.2) A historiografia em busca de uma categorização	27
1.3) A historiografia em busca de uma identidade	35
Capítulo 2: O tempo dos homens e de sua ciência	55
2.1) O sistema educacional francês e seus eixos de tensão institucional	55
2.2) O métier de historiador: nascimento, profissionalização e crise	64
2.3) Da profissionalização à especialização: o surgimento da história econômica e social	71
2.4) Marc Bloch, Lucien Febvre e o nascimento dos <i>Annales</i>	81
Capítulo 3: Os <i>Annales</i> em produção	99
3.1) O nascimento dos <i>Annales d'Histoire Économique et Sociale</i>	100
3.2) A luta pela existência material	105
3.3) Administrando a injúria	115
Capítulo 4: “Do ponto de vista dos nossos <i>Annales</i>”	133
4.1) Bloch e Febvre, colaboradores	134
4.2) Bloch e Febvre, diretores	145
Considerações finais	169
Fontes e Bibliografia	173

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida, entre 2016 e 2018, nos quadros do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Agradeço, primeiramente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo fomento concedido ao longo desse período (processo nº 2016/11952-0), sem o qual a dedicação exclusiva à pesquisa não teria sido possível.¹

Agradeço, ainda, a todos os funcionários e professores do Departamento de História da USP, responsáveis pela manutenção das condições privilegiadas de ensino e pesquisa das quais pude desfrutar ao longo de todos os meus anos de formação, da Graduação à Pós-Graduação.

Registro, em especial, meu agradecimento aos professores Sergio Miceli e Rafael Faraco Benthien, membros da banca responsável pelo Exame de Qualificação deste trabalho. Seus comentários precisos e leituras instigantes foram essenciais para que eu corrigisse rumos, preenchesse lacunas e evitasse uma série de equívocos, processo que impactou diretamente a forma final assumida por esta dissertação.

A Rafael Benthien devo, ainda, a imensa generosidade de ter aceitado coorientar minha pesquisa. Seu conhecimento profundo sobre os temas aqui tratados, a sensibilidade e rigor de suas leituras e a munificência de sua orientação têm relação direta com qualquer tipo de acerto que este trabalho possa vir a ter.

Com Miguel Palmeira, orientador deste trabalho, acumulo, desde a primeira semana de minha Graduação, um montante de dívidas que serei incapaz de esgotar neste espaço. Sou-lhe grata, sobretudo, pela imensa sensibilidade, o profissionalismo esmerado e a confiança incansavelmente depositada, mesmo quando não condigna, em mim e em minha pesquisa. A maior dívida acumulada com ele, no entanto, parece-me estar em sua lição, ministrada pelo exemplo e pela convivência, de nunca “fazer da vida duas partes”. Está aí a raiz de um tipo de amor pela História e pelo ofício de historiador sem o qual este trabalho certamente não existiria. Em meio ao muito que lhe devo, esse débito em especial me parece impossível de quitar.

Ao longo do processo de pesquisa, diversos leitores foram decisivos por instigarem novas perspectivas, correções de rumos ou alargarem horizontes. Agradeço a

¹ As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Lidiane Soares Rodrigues e Felipe Brandi pelas leituras e comentários gentilmente oferecidos a versões embrionárias deste projeto, que foram decisivas para todo o seu desenvolvimento posterior.

Ainda pensando no impacto das leituras e das trocas, agradeço aos membros do Seminário de Pesquisa organizado por Miguel Palmeira no ano de 2017, grupo que me permitiu submeter diversas partes deste trabalho à leitura e à crítica de pares generosos, perspicazes, sinceros e profundamente empáticos. O grau de influência que esse ambiente de trocas mútuas exerceu sobre a versão final desta dissertação é absolutamente inestimável. A Bruno Galeano de Oliveira Gonçalves, Bruno Zorek, Carlos Suarez, Franco Della Valle, Julio Cesar Pereira da Silva, Júlio Miranda Canhada, Luiz Motta e Renato Mesquita Rodolfo, minha imensa gratidão.

Entre os nomes acima citados, dois foram omitidos propositalmente: os de Livia Maria Orsati e Isabela Mouradian Amatucci. A solidão é uma dimensão inextricável do processo de pesquisa, mas, contraditoriamente, o peso que ela exerce sobre o pesquisador e seu trabalho tende a ser negligenciado. Quando se está sozinho, todos os obstáculos parecem mais aterradores e, os caminhos, mais tortuosos. Às duas, por não terem permitido que eu caminhasse sozinha e nem que me perdesse nos efeitos nefastos da solidão, sou mil vezes grata.

Agradeço, ainda, à minha família (meus pais, irmãos, tias, tios e avós) não apenas pelo apoio incondicional às minhas escolhas profissionais, mas por não terem poupado esforços, em nenhum ponto da minha formação, para me ajudar a concretizá-las. À minha avó, Maria de Lourdes, sou especialmente grata por me proporcionar diariamente um exemplo ímpar de força, resiliência e leveza sem o qual este trabalho não teria atravessado seus momentos mais difíceis.

Agradeço a Gustavo, meu companheiro, por ter amado, sem ressalvas ou condicionantes, todas as versões de mim que a ele se apresentaram ao longo de tantos anos de convivência, incluindo aí aquelas com as quais eu mesma tive dificuldades para conviver. Por seu respeito inabalável por mim, por meus sonhos e por meus tempos, muito obrigada.

LISTA DE ABREVIATURAS

Periódicos:

AHES: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*

AHS: *Annales d'Histoire Sociale*

MHS: *Mélanges d'Histoire Sociale*

RC: *Revue Critique d'Histoire et de Littérature*

RH: *Revue Historique*

RS: *Revue de Synthèse*

Instituições:

CF: *Collège de France*

EHESS: *École des Hautes Études en Sciences Sociales*

ENS: *École Normale Supérieure*

EPHE: *École Pratique des Hautes Études*

MSH: *Fondation Maison des Sciences de l'Homme*

INTRODUÇÃO

É improvável que, confrontado com o termo *Annales*, qualquer historiador reaja com estranheza. Pelo contrário, é esperado que a mera menção à palavra acione, automaticamente, uma noção bem sedimentada do que se trata, construída ao longo da formação profissional. Essa noção não se forja apenas em estudos formais sobre o tema, mas dilui-se de forma menos perceptível na dimensão cotidiana da interação entre historiadores, no contato com menções, referências e comentários laterais mais ou menos aprofundados sobre a “escola”, suas características e seu legado. Os “*Annales*” tornam-se, assim, um signo imediatamente reconhecível, dotado de características gerais que um historiador é capaz de acionar tacitamente durante uma comunicação com outro.

Retirar o caráter tácito desses pressupostos compartilhados, no entanto, pedindo que eles sejam explicitados, tende a tornar turvos os contornos que, antes, pareciam evidentes. Trata-se, afinal, de mergulhar em uma série de questões não resolvidas, e as respostas certamente tomariam direções distintas. Os “*Annales*” seriam definidos ora como escola historiográfica, ora como um movimento descentralizado, uma disposição intelectual (“espírito”) ou como conjunto de pressupostos teórico-metodológicos. Alguns elementos certamente seriam recorrentes, como a relação entre o termo e os *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, revista fundada em 1929. Mesmo aí, no entanto, o que é seguro voltaria a se tornar difuso: seria necessário definir se a revista constitui a totalidade dos *Annales* ou apenas parte deles, e se os historiadores dos *Annales* seriam todos os colaboradores diretos da revista, seus colaboradores recorrentes, seus diretores, qualquer profissional que seguisse princípios associados a ela ou apenas aqueles institucionalmente ligados à VI seção da *École Pratique des Hautes Études/ École des Hautes Études en Sciences Sociales*².

As indefinições e as possibilidades múltiplas de interpretação não são, é certo, características exclusivas desse objeto de estudo. Chama-se atenção aqui, no entanto, para o contraste entre essas indefinições, de um lado, e a convicção de familiaridade suscitada pela menção ao termo “*Annales*”, de outro. Tal como uma tela impressionista, na qual as formas facilmente reconhecíveis à distância tornam-se menos nítidas à medida que o espectador se aproxima, transformando-se em massas de cor e pinceladas

² A 6ª seção da EPHE, atual EHESS, foi criada por Febvre em 1947, e é tida como reduto institucionalizado do grupo dos *Annales*.

sem fronteiras visíveis, os contornos dos *Annales* nublam-se quando se busca defini-los. A palavra funciona, assim, como uma espécie de significante desprovida de significado claro, um signo familiar, mas privado de uma decifração evidente.

A partir do momento em que se reconhece a natureza volátil dessa etiqueta, torna-se difícil confiná-la a uma única definição, ou mesmo a uma soma simples de todas as definições possíveis. Aquilo que os historiadores nomeiam “*Annales*” pode variar de sentido conforme o contexto de comunicação, referindo-se ora à revista materialmente existente, ora a seus colaboradores ou ao “espírito” que os animaria. Pode, ainda, carregar uma combinação desses sentidos diversos que varia de uso para uso, e sobre a qual nem mesmo o indivíduo que utiliza o termo tem controle absoluto. Nesse sentido, eleger “os *Annales*” como objeto de estudo sem definir precisamente o significado que se atribui a essa imagem acústica tende a transformar-se rapidamente em uma luta contra moinhos de vento.

Frente a essa constatação, este trabalho deve, antes de tudo, explicitar o sentido que dá a seu objeto de estudo. Entende-se, aqui, que, mais do que uma revista, uma escola, um grupo ou um movimento, o nome “os *Annales*” evoca, hoje, um significado que transcende todos esses suportes e definições, assumindo as feições de um personagem em seu próprio mérito. Por isso, opta-se por evitar o uso acrítico dessas categorias consagradas, tratando os *Annales* como uma espécie de *sujeito historiográfico*. A ele, independentemente da precisão do significado que se atribua ao termo, é facultado um grau notável de antropomorfização, sendo-lhe atribuídas as capacidades de pensar, fazer, renovar, sentir. Ainda que não se tenha um consenso sobre a definição desse sujeito, ele existe em primeira pessoa, seus sucessivos porta-vozes falam em seu nome e seus comentadores (apologetas ou críticos) operam sobre um consenso tácito que regra seus desacordos: existe, “nos *Annales*”, uma persona digna de nome próprio.

No percurso desta pesquisa, compreender como esse sujeito *veio a ser* tornou-se uma curiosidade cada vez mais presente. O caminho mais evidente para fazê-lo parecia passar, necessariamente, pela história do periódico que dá nome ao personagem: as narrativas relativas aos *Annales*, sujeito, iniciam-se, invariavelmente, evocando o primeiro número dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, publicado em 15 de janeiro de 1929. A chave para a compreensão do sujeito historiográfico parecia estar, assim, guardada no estudo do ato fundador de Marc Bloch e Lucien Febvre. Como já apontado, no entanto, as relações estabelecidas entre a revista dos *Annales* e “os

Annales” não são tão simples, posto que, apesar de serem interdependentes, as duas facetas do fenômeno não se confundem. Pelo contrário, o *sujeito* extrapola, na memória disciplinar histórica, as fronteiras da *publicação*, transcendendo-a na medida em que incorpora uma profusão de elementos ao caleidoscópio de sua “identidade”. Paralelamente ao interesse na constituição desse sujeito, também crescia, portanto, uma curiosidade relativa à sua elusiva primeira infância. Ali, onde as páginas da revista poderiam dar o testemunho do nascimento “dos *Annales*”, residiria o melhor ponto para defini-los de forma mais segura. Na literatura que se destelhava em busca de respostas, no entanto, esse período inicial parecia estar guardado fora do tempo cronológico, encapsulado em um tempo mítico só acessado, via de regra, a partir de relatos posteriores, notadamente os exames de consciência dos próprios *annalistes* publicados no pós-guerra.

De início, portanto, a estratégia de adotar os anos iniciais dos *AHES* como cabo guia da pesquisa afinava-se à intenção de depurar os “primeiros *Annales*” de suas indefinições, procedendo a descrições mais seguras de suas características, seus princípios teórico-metodológicos ou, em suma, da “identidade” desse personagem. O progresso da análise documental, no entanto, não tardou em frustrar essas ambições: o periódico mostrou-se, em seus primeiros anos, não um empreendimento fadado ao sucesso e operado de forma escorreita, capaz de revelar a verdadeira “intenção” de seus fundadores, mas um amálgama de estratégias, conflitos, tentativas e erros que se revelavam um objeto de estudo cada vez mais rico. Frente a essa constatação, outro problema tomava, progressivamente, o centro da análise: o estudo dos mecanismos e estratégias que garantiram, entre 1929 e 1944, a legitimidade do empreendimento editorial de Bloch e Febvre.

Como se sugerirá ao longo deste trabalho, legitimar os *AHES* foi, no período analisado, a preocupação que mais deteve as atenções e os esforços de seus diretores. Ao contrário do que sugeriria a vulgata sobre o assunto, o periódico não nasce exitoso e amplamente aclamado, ainda que, em 1929, seus fundadores fossem donos de um prestígio intelectual não negligenciável. De fato, a revista constituiu o palco de uma luta constante pela *existência* em diversos planos. Em primeiro lugar, ela deveria *existir* materialmente: frente a uma escassez crônica de leitores, assinantes e colaboradores e diante de pressões e constrictões impostas pela editora, Bloch e Febvre foram promotores de uma série de expedientes administrativos que, pouco a pouco, moldariam as feições do periódico. Isso não era, no entanto, tudo. A *existência* dos *AHES* também

passava por demarcar uma posição intelectual e disciplinar, o que vem na forma de uma agenda intelectual particular: uma forma especial de enunciação da história econômica e social.

Ao documentar-se essa luta multifacetada pela legitimação, o questionamento da relação entre os *AHES*, revista, e os *Annales*, sujeito historiográfico, tornava-se cada vez mais pertinente. Observava-se, conforme progredia a análise da documentação, que os expedientes diretoriais dos quais Bloch e Febvre lançavam mão nessa luta engendravam, via de regra, a enunciação de uma coesão para seu projeto, ou, em última análise, a reiteração de sua “identidade”. Legitimar a revista passava, rotineiramente, por encontrar fios, etiquetas, motes e jargões comuns, elementos que garantissem seu reconhecimento como uma unidade coesa e nomeável, em franco contraste com a heterogeneidade e a inconstância de suas condições de produção. Nesse sentido, a enunciação de um *sujeito* que se projetava a partir das páginas da *revista*, amarrando-as e aglutinando-as, parecia ser fruto do próprio processo de amarração, mais do que expressão de uma “identidade” definida a priori e existente de forma independente da revista.

Esta dissertação toma como problema central, portanto, as relações entre os *Annales*, sujeito, e os *Annales*, revista, entre os anos de 1929 e 1944. Trata-se de investigar de que modo o processo de produção do periódico nesse período, orientado para a garantia de sua legitimidade, leva à enunciação progressiva de uma “identidade” tão volátil quanto as condições que a engendram. Argumenta-se, assim, que, no período estudado, as duas dimensões do objeto não existem de forma independente. A existência do personagem “os *Annales*” é construída nas páginas do periódico, e esse sujeito é nutrido pela luta que Bloch e Febvre travam com vistas à manutenção da revista e à afirmação de sua especialidade disciplinar: a história econômica e social. Nesse sentido, o trabalho foi organizado em função dos diversos níveis de análise que permitem, em sua interação, construir a resposta para seu problema central. Os quatro capítulos que o compõem estão organizados em um movimento progressivo de diminuição da escala de análise: a cada etapa, o escopo da observação se estreita, e objetiva-se, em cada nível de investigação, valer-se do tipo de pergunta específico que ele viabiliza, e, consequentemente, do tipo de resposta que permite elaborar.

O primeiro capítulo corresponde, assim, ao momento mais geral da análise, tanto em termos da cronologia coberta quanto dos problemas que tenciona investigar. Ali, busca-se traçar um mapa das tentativas de definição “dos *Annales*” desde sua fundação

aos dias atuais, percorrendo-se parte da extensa bibliografia relativa ao tema. Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica direcionada, que busca documentar as dificuldades de definição de nosso objeto de pesquisa sugeridas, mas não demonstradas, nesta introdução. O capítulo busca acompanhar as formas muito variadas pelas quais a história da historiografia pensa e explica “os *Annales*” a partir de dois eixos principais: sua *nomeação* (as etiquetas aplicadas ao objeto, como “escola”, “movimento”, “grupo”, “espírito”) e sua *definição* (o que se invoca como elemento distintivo daquilo que se nomeia). Nesse processo, tenciona-se trazer à luz os *topoi*, estruturas explicativas e lugares comuns tradicionalmente evocados nas explicações relativas aos *Annales*, sujeito, explicitando-os e sublinhando os seus pontos cegos e limites.

Esse esforço é essencial à pesquisa que se propõe aqui por permitir desnaturalizar alguns pressupostos e lugares comuns que a formação em História transforma em respostas irrefletidas, acionadas como reflexo quando se busca falar do tema. Ao propor historicizar a revista dos *Annales*, reinserindo-a no tempo cronológico e buscando recuperar as características de seu funcionamento histórico, este trabalho deve fazer um esforço consciente e constante para não recorrer a esses *topoi* como atalhos explicativos. Caso contrário, esses artifícios imporiam à análise o risco falsear ou deturpar a interpretação das fontes primárias, projetando-se retrospectivamente sobre elas. Deitar esses lugares comuns sobre a mesa, explicitando suas origens e problemas torna, assim, mais fácil evitá-los, buscando, onde eles seriam a resposta automática, outras vias de análise que respeitem a atividade editorial nas décadas de 20, 30 e 40 em seus próprios termos.

O segundo capítulo estreita ligeiramente a escala de análise, debruçando-se sobre as condições objetivas de produção intelectual enfrentadas por Bloch e Febvre nas primeiras décadas do século XX, momento de fundação da revista. Apesar de mais circunscrito do que o foco do capítulo anterior, o problema é, ainda, bastante amplo. Ele implica, inicialmente, estabelecer um panorama da evolução do sistema de ensino francês entre os séculos XIX e XX, retrçando alguns dos eixos de tensão que se mostram cruciais para a compreensão da posição ocupada, em 1929, pelos fundadores dos *Annales*. Implica, ainda, que se restitua, em linhas gerais, o processo de profissionalização dos historiadores no século XIX, e, em seguida, o movimento de especialização da virada do século. Essas duas questões são centrais para que se compreenda o tipo de estratégia de inserção disciplinar avançada por Bloch e Febvre, que investem seus capitais específicos, desde o início de suas carreiras, na área nascente

da história econômica e social. O capítulo debruça-se, por fim, sobre as trajetórias individuais dos dois fundadores dos *Annales*, inserindo-os nas condições de produção descritas nos demais itens.

Essa análise revela-se essencial para estabelecer uma gramática de leitura para as fontes primárias analisadas nos capítulos seguintes. Não se trata, com efeito, de construir um “contexto” modelar que se imponha sobre as fontes ajustando-as a uma narrativa pré-definida, o que tornaria redundantes os esforços empreendidos do capítulo 1. Trata-se, pelo contrário, de constituir um código de decifração para essas fontes que respeite suas características históricas, oferecendo chaves de leitura tautócronas que permitam à análise maior independência em relação aos modelos explicativos descritos no capítulo precedente.

O capítulo 3 adentra, finalmente, os *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, dedicando-se às condições de produção específicas da revista. Ali, descrevem-se as diversas dificuldades enfrentadas pelos diretores para a manutenção do periódico, e, em seguida, interpreta-se como Bloch e Febvre manejaram, em termos práticos, essas condições. Argumenta-se que o trabalho de edição e administração do periódico foi, nesses anos iniciais, marcado por uma instabilidade determinante. Por fatores que iam desde o número de colaboradores ao número de assinantes, passando pela acomodação de exigências constantes da editora, os diretores viram-se compelidos a uma série de tomadas de posição que pouco se assemelha à execução de um plano pré-definido e rigoroso, usualmente associada aos “pais fundadores”.

O que interessa a este trabalho, no entanto, não é a simples constatação da volatilidade dessas condições de produção, fator comum, afinal, a todos os empreendimentos editoriais, apesar de usualmente ignorado no caso dos *Annales*. Importa, antes, como os diretores gerenciam essas condições, que tipos de tomadas de posição elas inspiram e que tipo de impacto esse manuseio específico exerce sobre o produto final do periódico. À luz das análises do capítulo precedente, argumenta-se que Bloch e Febvre dispõem de um tipo de domínio sobre as “regras do jogo” que se traduz em um potencial de adaptação altamente eficiente. Ao analisar-se o trabalho de controle dos diretores sobre a estrutura da revista e o conteúdo de seus textos, por exemplo, sugere-se que, a partir de contribuições esparsas e heterogêneas, ambos tenham sido capazes de urdir números legíveis como coesos, plenos de nexos, lançando mão de uma série de expedientes diretoriais detalhados ao longo do capítulo. Entre esses procedimentos, um em particular destaca-se por sua regularidade: a homogeneização do

tom da revista por meio da imposição, à massa heterogênea de textos, do rótulo “história econômica e social”.

No quarto capítulo, os sentidos e efeitos do emprego desse rótulo são, finalmente, explorados com mais minúcia. Nesse último nível, guiado pela menor escala de análise deste trabalho, investigam-se qualitativamente todas as resenhas escritas nos *Annales* por seus diretores no período estudado. O objetivo dessa análise é observar como os elementos descritos ao longo dos capítulos precedentes convertem-se e traduzem-se, enfim, em tomadas de posição intelectuais. Em meio aos expedientes críticos identificados nas fontes, chamam atenção, sobretudo, a reiteração do rótulo “história econômica e social” e a enunciação constante de uma identidade da revista. Observados de perto, os dois elementos mostram-se particularmente complexos. Os usos dessa etiqueta disciplinar, por exemplo, não são orientados por uma definição fixa de seu conteúdo, mas, pelo contrário, pela modificação e atualização constantes de seus sentidos. De forma análoga, as enunciações da “identidade” da revista também não seguem nenhum padrão passível de identificação, encontrando-se em movimento constante de revisão e transmutação.

Frente a essas constatações, sugere-se que a revista dos *Annales* em seus primeiros anos constituía, sobretudo, a plataforma de um modo de enunciação particular da especialidade disciplinar à qual se filiavam seus diretores. Em 1929, a história econômica e social era, ainda, um rótulo em construção. A área, apesar de povoada e praticada desde o fim do século XIX, não dispunha, no momento de fundação dos *Annales*, de cadeiras especializadas nominalmente dedicadas a ela; de um núcleo de adeptos especificamente treinado e exclusivamente dedicado à sua prática; de um conjunto fechado de pressupostos teórico-metodológicos e nem das estruturas que viabilizassem a reprodução e a transmissão sistemática desses pressupostos. Nesse contexto em que o futuro da especialidade e o capitaneamento de suas estratégias de afirmação estão abertos a disputa, a revista dos *Annales* vem reclamar-se espaço federador do processo de sedimentação da área. Não o faz, no entanto, propondo ideias inéditas, mas um modo distinto de regê-las. Com efeito, não avança um programa teórico metodológico fechado, organizando a revista a partir de quadros duros que, frente ao estado da arte da subárea disciplinar, poderiam ser fatais. Investe, pelo contrário, em uma forma de enunciação da história econômica e social capaz de reificá-la, afirmando (e, ato contínuo, produzindo) sua existência, mas, ao mesmo tempo,

preservando a maleabilidade de seus contornos, crucial para a sobrevivência às vicissitudes típicas de uma área nascente.

Os diversos níveis acessados nesse movimento de análise pressupõem que se explorem fontes de naturezas diversas. O *corpus* documental no qual se baseia esta dissertação conta, conseqüentemente, com documentos muito variados, de coletâneas de história da historiografia a obituários, passando por atas institucionais, obras canônicas, artigos, editoriais. Duas séries documentais, no entanto, compõem o volume mais representativo desse *corpus*, e nelas se escoram, respectivamente, os capítulos 3 e 4.

Em primeiro lugar, tem-se o conjunto de cartas trocadas entre Marc Bloch e Lucien Febvre, a partir do qual se reconstitui o cotidiano administrativo da revista. Diante do recorte temporal selecionado, os três tomos da correspondência organizados por Bertrand Müller³ foram o foco da análise aqui empreendida, resultando em uma série documental composta por 530 cartas (1928-1944). Tratando-se de material reunido por Müller a partir de acervos diversos⁴, há lacunas na documentação, resultantes de cartas perdidas, extraviadas ou não encontradas (sobretudo após a eclosão da Segunda Guerra Mundial). A própria natureza das trocas epistolares contribui, ainda, para o caráter lacunar do corpo documental: há períodos de maior intensidade de troca de cartas (geralmente os de distanciamento geográfico entre os dois diretores) intercalados a períodos de menor intensidade. Ademais, há assuntos e casos tratados pessoalmente e, portanto, apenas parcialmente registrados na correspondência. A consciência sobre essas características do material inspirou a adoção de alguns cuidados metodológicos, a começar pela seleção dos casos de estudo que fundamentam a análise. Como via de acesso à dimensão cotidiana do trabalho diretorial, as cartas foram valiosas na medida em que registravam o desenrolar de querelas, disputas, problemas e suas respectivas soluções. Foram priorizados, portanto, casos que puderam ser acompanhados do início ao desfecho por meio das epístolas, de modo a minimizar, na medida do possível, o efeito dos pontos cegos impostos pelas lacunas documentais.

A segunda série documental sobre a qual se baseia este trabalho são as resenhas assinadas por Bloch e Febvre na revista dos *Annales* no período estudado. A seleção dos

³ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, 3 vol., éditée par Bertrand MÜLLER. Paris : Fayard, 1994b, 2004a, 2004b.

⁴ O trabalho de reunião do acervo epistolar de Marc Bloch foi iniciado e avançado por Fernand Braudel, enquanto as cartas de Febvre foram doadas a Müller por Étienne, filho mais velho de Marc Bloch. Os dois acervos passaram, então, por um trabalho de datação empreendido por Hilah Thomas, que possibilitou, enfim, a edição, anotação, comentário e publicação do material por Müller. MÜLLER, Bertrand. *Ibid.*, p. VIII

textos críticos, e não de artigos, deve-se à posição ocupada por esse gênero textual no contexto intelectual francês do período estudado. Essa atenção insere-se, com efeito, em um contexto mais amplo de estudos, posto que as resenhas têm sido retomadas pela literatura como parte incontornável da produção intelectual, sobretudo na França do fim do século XIX e início do século XX. Em sua biografia intelectual de Febvre, por exemplo, Müller sugere que, no contexto de institucionalização das ciências sociais, as formas de circulação e troca de conhecimento reconfiguram-se. Nesse novo quadro, as disciplinas em vias de aquisição de legitimidade institucional teriam adotado os textos críticos como meio de assegurar ao livro suas condições de circulação, atribuindo-lhe percursos delimitados no espaço dos bens culturais.⁵

Soma-se a isso, segundo o autor, uma função de policiamento e uniformização do discurso: por meio de sua estrutura e seus suportes específicos, a resenha atribui ao resenhista uma posição de poder simbólico exercido dentro de regras compartilhadas, processo ao longo do qual se produzem (e reproduzem) os objetos, métodos e proposições da disciplina considerados legítimos. Nesses termos, a resenha importa à história das ciências sociais na medida em que representa uma via de acesso aos processos históricos de configuração disciplinar: nesses textos, delimitam-se as formas de embate intelectual reconhecidas como legítimas, processo ao longo do qual se formulam as maneiras lícitas de afirmação de visões disciplinares díspares.

O leitor verá, assim, que o *corpus* documental adotado não dá protagonismo às obras canônicas de Marc Bloch e Lucien Febvre. Apesar de reconhecer-se, aqui, a importância desse material para a compreensão do “legado” dos dois historiadores, essa escolha é explicada pelo problema que norteia esta dissertação. Ao indagar como a revista dos *Annales* se legitima entre 1929 e 1944, relacionando esse processo de legitimação à construção paulatina de um sujeito historiográfico, este trabalho opta por observar o projeto editorial como fator digno de investigação em seus próprios termos. Com efeito, a abordagem eleita, apesar dos elementos que exclui, permite o avanço sobre terrenos que outros recortes não permitiriam. Viabiliza, por exemplo, a investigação verticalizada e de detalhe por meio da qual se identificou um modo específico, na revista, de enunciação da história econômica e social. Esse tipo de formulação, como se demonstra ao longo do trabalho, é especificamente viabilizado pelas particularidades da escrita em um periódico, estando inextricavelmente costurado

⁵ MÜLLER, Bertrand. Critique bibliographique et construction disciplinaire : l'invention d'un savoir-faire. *Genèses*, 14, 1994a. pp. 105-123.

no próprio tecido dos textos críticos. Essa abordagem permite, ainda, que se recuse a noção dos produtos intelectuais dos autores como a emanção de uma coerência fixa e imutável, introjetada desde sua concepção, na medida em que traz à luz a dimensão cotidiana da atividade intelectual, regatando seus traços processuais. Muitas vezes escamoteada pelo conjunto de sentidos que o conceito de “obra” traz a reboque, essa faceta do trabalho intelectual faz-se plenamente visível quando se toma por objeto o ato de produzir e administrar um periódico especializado.

Este trabalho não se apresenta, nesse sentido, como uma análise completa ou definitiva dos *Annales*. Propõe tão simplesmente debruçar-se sobre uma faceta particular do objeto: a relação estabelecida entre a produção dos *AHES*, revista, e a criação do personagem que, um dia, transcenderia esse suporte, transformando-se em um protagonista antropomorfizado da história da historiografia. Compreender o trabalho de legitimação que garantiu à revista dos *Annales* sua sobrevivência nos anos iniciais representa, aqui, promover um ângulo de visão alternativo ao nascimento do sujeito historiográfico que se viria a nomear “os *Annales*”.

Capítulo 1

A historiografia em busca dos *Annales*

Qualquer tentativa de sobrevoar a literatura referente aos *Annales* está fadada a esbarrar na extensão do terreno a ser coberto, posto que as vias de disseminação de discursos sobre esse fenômeno historiográfico eludem o mapeamento tanto por seu volume quanto pela variabilidade de suas formas. De citações passageiras que buscam situar um autor e sua obra em relação à “herança” da “escola” (marcação, via de regra, mais ritualística do que pragmaticamente necessária) a longos estudos específicos sobre o tema, os comentários sobre os *Annales* multiplicaram-se vertiginosamente ao longo do século XX, ocupando um volume proporcional ao protagonismo assumido pelos *annalistes* a partir dos anos 60. Diante desse quadro, o esforço de desbravar essa bibliografia só se faz viável mediante a eleição de um fio condutor capaz de afiançar a empreita.

Aqui, portanto, não se buscará uma apuração exaustiva da literatura referente aos *Annales*. Alternativamente, propõe-se percorrer essa literatura capturando o momento no qual alguns de seus autores mais proeminentes buscam *denifir* o objeto sobre o qual se debruçam. O objetivo desse procedimento é demonstrar que, a despeito da familiaridade que marca a relação entre os historiadores e o termo “os *Annales*”, as tentativas efetivas de responder *o que são os Annales* resultam em definições díspares, alusivas, profundamente variadas e, por vezes, contraditórias.

Trata-se, assim, de, explicitando as dificuldades de definição do objeto explorado neste trabalho, evitar, nas próximas etapas, impor à análise do funcionamento da revista nos anos 30 e 40 a falsa segurança dos lugares comuns, das definições consagradas por sua natureza genérica e das etiquetas valorativas que se reivindicam categorias analíticas. Desnaturalizar os principais *topoi* aos quais a historiografia recorre usualmente para explicar o fenômeno dos *Annales* constitui o primeiro passo para que se evite o uso desses dispositivos como arrimo que, simultaneamente, escurece a análise e a confine aos atalhos pré-estabelecidos, desestimulando a exploração de novos caminhos.

1.1) Os *Annales* se definem

Quando se busca inventariar as diferentes definições dos *Annales*, as autodefinições expressas pelos sucessivos diretores da revista são um ponto de partida estratégico. Não se trata de reconhecer nessas declarações de intenção uma via direta de acesso ao “programa” do periódico, mas de constatar que a maior parte dos elementos apontados pela historiografia como características distintivas do grupo ecoam, em alguma medida, as declarações identitárias dos próprios *annalistes*.

Enunciar a natureza do próprio projeto foi, de fato, uma preocupação recorrente dos historiadores mais diretamente associados aos *Annales*. Desde o primeiro número da revista, datado de 15 de janeiro de 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre reclamavam para seu empreendimento um “espírito” próprio, frequentemente aludido ao longo de toda a história da revista, mas nunca efetivamente definido por seus enunciadores. No editorial do número inicial, os diretores escrevem:

Mais um périodique e, além do mais, um périodique de história econômica e social? Certamente, nós sabemos que nossa revista, na produção francesa, europeia ou mundial, não é a primeira. Acreditamos, no entanto, que, ao lado de suas gloriosas precursoras, ela terá um lugar designado ao sol. Ela tira inspiração de seus exemplos, mas ela carrega um espírito que lhe é próprio.⁶

Ao longo dessa apresentação, esse espírito diferencial é implicitamente associado a um duplo projeto: o de, por um lado, ultrapassar as fronteiras disciplinares, superando os “cismas lamentáveis” ocasionados pela falta de comunicação entre historiadores de diversas especialidades, e, por outro, fazê-lo por meio de exemplos práticos, e não por “artigos de método e dissertações de teoria”⁷. Considerando-se, no entanto, que os esforços de comunicação entre as diversas especialidades da disciplina histórica, bem como entre a História e as disciplinas vizinhas, tomava força, na França, ao menos desde o final do século XIX⁸, torna-se difícil abstrair, desse texto

⁶ “Encore un périodique, et qui plus est, un périodique d'histoire économique et sociale ? Certes, nous le savons, notre revue, dans la production française, européenne ou mondiale, ne vient pas la première. Nous croyons pourtant que, à côté de ses glorieuses aînées, elle aura sa place marquée au soleil. Elle s'inspire de leurs exemples, mais elle apporte un esprit qui lui est propre.” BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien. À nos Lecteurs. *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, v. 1, n. 1, 1929, p. 1

⁷ “C'est contre ces schismes redoutables que nous entendons nous élever. Non pas à coup d'articles de méthode, de dissertations théoriques. Par l'exemple et par le fait. Réunis ici, des travailleurs d'origines et de spécialités différentes, mais tous animés d'un même esprit d'exacte impartialité, exposeront le résultat de leurs recherches sur des sujets de leur compétence et de leur choix.” Id., p. 2.

⁸ O projeto de síntese histórica de Henri Berr, por exemplo, avançado por meio da *Revue de Synthèse*, é apenas o exemplo mais óbvio do não-ineditismo dos esforços interdisciplinares na França da década de 20. O tópico específico do “rompimento de muros disciplinares” como um elemento distintivo dos *Annales* será tratado em detalhe no item 1.3 deste capítulo.

programático, o que distinguiria, de fato, os *Annales* das demais revistas históricas contemporâneas.

De fato, o editorial que abre o segundo ano de vida do periódico, explicando sua nova estrutura e suas novas rubricas, menciona outras intenções, sem retomar a crítica aos “cismas disciplinares” ou à ultraespecialização da prática histórica⁹. Ali, os diretores apontam como seus objetivos centrais a ultrapassagem da erudição pura (“ela tem seus órgãos, perfeitamente adaptados à sua função, mas a sua função não é a nossa”) e a atenção reforçada aos fatos contemporâneos, indispensáveis, segundo eles, ao conhecimento do passado.¹⁰ Essa flexibilidade dos significados associados à expressão “espírito dos *Annales*”¹¹ seria, ela mesma, reclamada como uma das características distintivas do empreendimento. Sobretudo ao longo dos anos 50, após a morte de Marc Bloch e quando a revista ganha força no seio da disciplina histórica, as declarações de intenção de Lucien Febvre passam a, cada vez mais, valorizar a inexistência de um programa intelectual *annaliste* duro e imutável como evidência da juventude e do frescor de seu projeto intelectual. Em 1953, por exemplo, o historiador publica o texto “Pro Parva Nostra Domo”, espécie de artigo crítico no qual comenta textos dos belgas J. Stengers e Jean de Stürler. Ali, expressa sua visão a respeito do tratamento dos *Annales* como uma “escola” historiográfica em ascensão:

E, quanto aos *Annales*, nunca, nem Marc Bloch e nem eu, pretendemos criar ou constituir uma “escola”. Eu, de minha parte, já o declarei vinte vezes: pode-se encontrar amplamente a prova na coletânea que acaba de ser publicada sob o título de *Combates pela História*, e que visa a oferecer aos leitores uma seleção de meus artigos críticos. Uma escola é algo fechado, com um pontífice ou dois no topo e com discípulos ciosos para acompanhar os passos do mestre, todos eles adotando os gestos, mentais e verbais, quando não físicos, e o viés de espírito do mestre. Todos se submetendo, de partida, a uma disciplina comum, referindo-se a uma noção estrita da ortodoxia e da heterodoxia, dobrando-se eventualmente a censuras, a chamados à ordem – infligindo-os eles mesmos aos “separatistas”. Uma escola, nesse sentido, supõe um credo. (...) Então, “escola” não. Mas nós falamos de bom grado do “espírito dos *Annales*”, ou, mais raramente, do “grupo dos *Annales*”. Pois muitos homens têm, a nosso ver, o espírito dos

⁹ Isso não significa que Bloch e Febvre abandonem a crítica à falta de diálogo dos historiadores com seus pares e vizinhos, que permanecerá sendo um dos tópicos frequentemente levantados em artigos e resenhas. É sintomático, no entanto, que, em diversas formulações distintas da “identidade” de seu projeto, os diretores recorram a elementos diferentes para caracterizá-lo, e que nenhum deles seja propriamente distintivo se comparado a outros projetos editoriais contemporâneos.

¹⁰ “De plus en plus, aux collaborateurs qui nous les donneront, nous demanderons deux choses. L’une, de s’élever au-dessus de l’érudition pure; elle a ses organes, parfaitement adaptés à leur fonction; mais leur fonction n’est pas la nôtre. L’autre, d’aborder de plus en plus résolument l’étude des faits contemporains, indispensables à l’intelligence, à la connaissance même des faits passés: en dépit de quelques amicales remontrances, nous persistons à le penser.” BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien. Au bout d’un an. *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, v. 2, n. 1, 1930, p. 1.

¹¹ A natureza e as funções das fórmulas autorreferenciais mobilizadas pelos diretores nas páginas da revista será foco do capítulo 4 desta dissertação.

Annales não somente sem nunca terem colaborado conosco em nossa revista, mas também tendo pensado e publicado muito antes dos *Annales* terem sido criados.¹²

Note-se que Febvre define claramente o que entende por uma “escola” – um coletivo dogmático, com diretrizes intelectuais fechadas e bem definidas, emanadas desde cima e reproduzidas por um séquito de seguidores que emulam as disposições e comportamentos de seus mestres. O mesmo tratamento não é, no entanto, dispensado aos termos “espírito” e nem “grupo” – em nenhum de seus textos, os porta-vozes dos *Annales* substantivam o que entendem por essas etiquetas, sugerindo que seu diferencial reside precisamente em sua flexibilidade. Um “espírito” é, justamente, uma unidade menos monolítica e menos estanque do que uma “escola”, e, por isso, não se presta às mesmas definições fechadas. Trata-se, como os *annalistes* sugerem em diversas ocasiões, de uma disposição intelectual, um “modo de ser”, uma espécie de sentimento comum que inspira os historiadores “dos *Annales*” e os unifica, de modo que essa unidade possa prescindir de um programa rígido a ser seguido.¹³ A definição é tão intáctil que abre a questionamento até mesmo quem são os *annalistes*: segundo a definição de Febvre, qualquer historiador pode ser parte do fenômeno se compartilhar esse mesmo “modo de ser”, mesmo que não tenha qualquer relação com a revista, nunca tenha publicado nela ou até mesmo que seus trabalhos preexistam o periódico. A partir de seu nascimento, é conferido ao “espírito dos *Annales*” não apenas o poder de definir o que o segue, mas de redefinir aquilo que precede sua existência.

Essas formulações de Febvre, que se tornam mais contundentes conforme progride a institucionalização e aumenta a força disciplinar do grupo ligado ao periódico¹⁴, seriam fielmente ecoadas por seus sucessores. No pós-guerra, o historiador

¹² “Et quant aux *Annales*, jamais, ni Bloch ni moi, nous n’avons prétendu créer, ou constituer, une “école”. Je l’ai déclaré vingt fois pour ma part : on en trouvera amplement la preuve dans le recueil qui vient de paraître sous le titre de *Combats pour l’Histoire*, et qui veut offrir aux lecteurs un choix de mes articles critiques. Une école, c’est quelque chose de fermé. Avec un pontife, ou deux, au sommet — et des disciples, attentifs à mettre leurs pas dans les pas du maître. Tous adoptant les allures, mentales et verbales, sinon physiques, et le tour d’esprit du Maître. Tous se soumettant d’avance à une discipline commune, se référant à une stricte notion de l’orthodoxie ou de l’hétérodoxie, se pliant éventuellement à des censures, à des rappels à l’ordre — en infligeant eux-mêmes aux “séparatistes”. Une école, en ce sens, suppose un credo. (...) Donc “école”, non. Mais nous parlons volontiers de “l’esprit des *Annales*”, ou, plus rarement, du “groupe des *Annales*”. C’est que beaucoup d’hommes ont, à notre gré, l’esprit des *Annales*, qui non seulement n’ont jamais collaboré avec nous dans notre revue — mais qui ont pensé et publié bien avant que les *Annales* ne se soient créées.” FEBVRE, Lucien. *Pro Parva Nostra Domo. Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n. 4, 1953, p. 513

¹³ Nas palavras de Lucien Febvre, “fortes tendances communes qui orientent leurs opinions et leurs conclusions, spontanément, dans un même sens.” Id.

¹⁴ Em 1947, é fundada a VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*, presidida por Febvre e dedicada à história econômica e social, usualmente tida como uma espécie objetivação institucional da revista.

passaria a dividir o comando do periódico com uma junta diretorial composta por Fernand Braudel, Charles Morazé e Geroges Friedmann. Com a morte de Febvre, em 1956, Braudel se tornaria a figura de proa dos *Annales*, e se mostraria, nas décadas seguintes, um produtor profícuo de reflexões sobre a identidade do empreendimento e o legado de seus “pais fundadores”.

Efetivamente, as interpretações de Braudel a respeito do fenômeno dos *Annales* são aquelas que mais diretamente modelam a historiografia posterior. Os exames de consciência do diretor da “segunda geração”, mais numerosos e mais explícitos no fim de sua carreira, são exemplarmente ilustrados pelas reflexões a respeito de sua formação publicadas em *Écrits sur l'Histoire*¹⁵. Ali, como em diversas outras ocasiões, Braudel insiste, ecoando as palavras do próprio Febvre, que os *Annales* nunca foram uma escola no sentido estrito do termo, ou seja, “um sistema de pensamento fechado sobre si mesmo”. Reitera, com isso, a noção de que pertencer aos *Annales* é antes um estado de espírito do que a anuência a um conjunto de regras ou a um programa teórico metodológico. Para ser um membro, bastaria demonstrar “paixão pela História”, abrindo-se à investigação de todas as vias oferecidas pela disciplina e aceitando perenemente suas mudanças mediante o reconhecimento das “necessidades lógicas do momento”¹⁶. Nesse sentido, a marca dos “historiadores dos *Annales*” seria precisamente sua recusa de rótulos, sua abertura de espírito e sua disposição de incorporar novos métodos, objetos e problemas, noção que historiadores como Gérard Noriel nomeariam “o mito da juventude eterna”¹⁷.

Trata-se, portanto, de uma definição que pouco define, segundo o qual os *Annales* seriam um coletivo caracterizado pela mudança, e não pela permanência, dotado de uma “identidade” que consistiria em não ter identidade fixa e mantido coeso por uma “disposição espiritual” comum. O texto de Braudel, no entanto, interessa

Institucionalmente amparado, o grupo continuaria a ganhar força e proeminência historiográfica ao longo das décadas de 50, 60 e 70, tornando-se uma das maiores potências historiográficas do século XX. A respeito do acúmulo de poder disciplinar experimentado pelos *Annales* no pós guerra, cf. MARTIN, Hervé. L’histoire nouvelle, héritière de l’école des Annales. In: BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé (org.). *Les écoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1983, p. 245.

¹⁵ BRAUDEL, Fernand. Ma formation d’historien. In: _____. *Ecrits sur l'Histoire* vol. II. Paris: Arthaud, 1990, pp. 9-29.

¹⁶ “Je n’ai pas dit non plus que les *Annales*, malgré leur vivacité, n’ont jamais constitué une École au sens strict, c’est-à-dire un système de pensée fermé sur lui-même. Au contraire. Le mot de passe à l’entrée, c’est la passion de l’histoire, rien de plus, mais c’est beaucoup, et non moins, faisant corps avec cette passion, la recherche de toutes ses possibilités nouvelles, l’acceptation même d’un changement de la problématique selon les nécessités et logiques de l’heure.” Ibid., p. 29.

¹⁷ NOIRIEL, Gérard. Les Annales, le ‘non conformisme’ et le mythe de l’éternelle jeunesse. In: _____. *Sur la ‘crise’ de l’histoire*. Paris: Éditions Berlin, 1996, pp. 261-286.

também, aqui, pelas tentativas mais corpóreas de definição ali avançadas. De fato, apesar de dar continuidade a essa definição laxa e flexível dos *Annales*, recusando-se a reconhecer neles qualquer tipo de unidade dogmática, o autor, ao reclamar suas heranças intelectuais, é levado a especificar o que diferenciaria seus “pais espirituais” dos demais historiadores de sua época. Os rendimentos da reivindicação dessa herança estão, afinal, ligados ao potencial de diferenciação engendrado por ela, como dão a ver as passagens nas quais se busca resolver a delicada relação entre a revista dos *Annales* e a *Revue de Synthèse*. Braudel reivindica explicitamente três mestres, que o teriam introduzido a um novo modo de fazer história: Marc Bloch, Lucien Febvre e Henri Berr. A referência a este último está relacionada àquele que é, segundo o autor, o principal trunfo diferencial dos *Annales*: a promoção de uma comunhão verdadeira, completa e radical com as disciplinas vizinhas, que passaria pela incorporação de seus ganhos, métodos, problemas e objetos.

O argumento de que os *Annales* seriam definidos por sua interdisciplinaridade, que se tornaria um dos *topoi* centrais da historiografia sobre o tema¹⁸, esbarra, no entanto, em um obstáculo importante: três décadas antes da fundação da revista, em 1900, Berr fundara um periódico que se queria justamente como um espaço de promoção da *síntese histórica*. Em resposta às críticas durkheimianas, direcionadas ao ensimesmamento da disciplina histórica e ao caráter antiquário de suas práticas, o projeto da *Synthèse* proporia uma colaboração entre a História e as disciplinas vizinhas, com vistas à constituição de interpretações mais sintéticas, mais completas e menos compartimentalizadas das experiências humanas ao longo do tempo. Frente a isso, e à participação intensa de Bloch e, sobretudo, de Febvre no projeto de Berr, o texto de Braudel passa, em diversos momentos, por demarcar os afastamentos entre os fundadores dos *Annales* e o da *Revue de Synthèse*, insistindo no ineditismo da postura interdisciplinar *annaliste*.

Com efeito, Braudel, apesar de celebrar a iniciativa da RS como “os *Annales* antes de sua criação”¹⁹, confina o papel de Berr àquele de um promotor cultural, e não de um fundador intelectual. Aponta, por exemplo, que o filósofo escrevia e produzia pouco, argumentando que seu talento residia em arrebanhar e agregar ao redor de si homens talentosos e inovadores. “Henri Berr, administrador da heresia”²⁰, afirma

¹⁸ A respeito desse tópico, ver seção 1.3 deste capítulo.

¹⁹ BRAUDEL, op. cit., p. 17.

²⁰ Ibid., p. 21.

Braudel, em um elogio dúbio: exaltado como promotor de um novo espaço de sociabilidade e de produção intelectual, o fundador da *Synthèse* é, também, diminuído como intelectual, empalidecendo, no relato de Braudel, diante do virtuosismo intelectual de Bloch e Febvre. O primeiro diferencial da dupla em relação a seu precursor, portanto, seria o talento, que faria deles os iniciadores legítimos da revolução. Nesse quadro, a contribuição de Berr teria sido proporcionar as condições para que os dois protagonistas reinassem: brilhantes, rebeldes e excepcionalmente talentosos, eles não teriam hesitado em aceitar a oportunidade, erigindo-se, como consequência natural, em verdadeiros patronos da “heresia” que Berr um dia administrara timidamente.

Os *Annales* teriam, portanto, aperfeiçoado e radicalizado o projeto inicial da *Revue de Synthèse*: onde Berr seria, segundo Braudel, excessivamente teórico, Bloch e Febvre teriam introduzido a terra firme e a sobriedade, virando as costas às formulações abstratas e estabelecendo o primado do exemplo prático. Onde a oposição de Berr ao *establishment* universitário titubeava, elegendo a “controvérsia cortês” em detrimento do “signo da polêmica”, os *annalistes* teriam introduzido uma batalha feroz, herética e impiedosa à “velha historiografia”, instituindo em sua revista uma “atmosfera de combate” que se tornaria parte indelével de seu “espírito”. Marginalizados pela cidadela universitária, Bloch e Febvre teriam encabeçado a revolução que, eventualmente, a derrubaria: a partir do pós-guerra, na narrativa de Braudel, “toda a juventude da Universidade corre em direção à história dos *Annales*”²¹. A heresia vencera a golpes de genialidade, e os *Annales* ocupavam seu lugar de direito, dirigidos, agora, pelo próprio Braudel.

O leitor reconhecerá, nessa narrativa, a estrutura daquilo que parte da historiografia convencionou nomear “o mito dos *Annales*”. A partir da década de 80, de fato, ganharia força a contestação da “marginalidade” de Bloch e Febvre, do caráter revolucionário de suas ideias e até mesmo da hostilidade da Universidade a eles e à revista que editavam²². Os relatos de Braudel, no entanto, impactam profundamente as imagens automatizadas que os historiadores associam aos *Annales*, e que, por vezes, se fazem ver até mesmo em obras críticas ao movimento. Essa força alimenta-se, certamente, do reforço que essa interpretação dos *Annales* encontra no discurso das “gerações” seguintes, no qual permanece praticamente imutada. No capítulo que abre a coletânea *A Nova História*, uma das produções marcantes da dita “terceira geração”, por

²¹ BRAUDEL, op. cit, p. 24.

²² A respeito da análise do “mito dos *Annales*” e da crítica a ele, ver a seção 1.3 deste capítulo.

exemplo, Jacques Le Goff exalta os fundadores da revista como os idealizadores revolucionários de uma “nova história” que viria substituir a “história de Langlois e Seignobos”.²³ Em sintonia com Braudel, Le Goff aponta como motivação fundadora dos *Annales* a retirada da história de seu confinamento disciplinar, com a promoção do diálogo com as disciplinas vizinhas, sobretudo as ciências sociais. A outra motivação dos diretores teria sido a promoção de áreas novas e inexploradas da disciplina histórica, notadamente os domínios do econômico e do social. Por fim, seguindo a mesma estrutura, a revista teria se diferenciado das demais por seu radicalismo e sua combatividade: caracterizada como uma “revista de combate”, os *Annales* teriam travado uma batalha incansável contra a velha história política, tradicionalmente “narrativa e acontecimental”.²⁴

A negação de que os *Annales* constituam uma escola permaneceria, também, como um dos esteios dos discursos autorreferenciais dos *annalistes*. No discurso de todos os sucessivos porta-vozes das “gerações” ligadas à revista – Febvre, Braudel, Le Goff – essa negação é a chave para a manutenção do status de núcleo revolucionário e renovador por eles reivindicado. Os *Annales*, nessa narrativa, não doutrinam seus historiadores, não impõem ou pré-determinam nenhuma diretriz de pesquisa restritiva ou limitadora, mas simplesmente catalisam e viabilizam um “espírito” perene de renovação do trabalho histórico. Essa ideia se faz ver, por exemplo, na definição avançada por Roger Chartier e Jacques Revel (comumente associados a uma contenciosa “quarta geração” do grupo), para quem os *Annales* constituem “uma espécie de nebulosa em expansão constante e dotada de uma capacidade de atração e de amálgama notável”.²⁵

Os discursos dos *annalistes* a respeito do fenômeno historiográfico do qual se apresentam como membros repousa, portanto, sobre dois pilares. Por um lado, nega-se com veemência a existência de uma escola organizada em torno da revista, de seus diretores e de seus suportes institucionais. Essa negação vem, via de regra, associada a uma valorização do frescor, da juventude e da novidade trazidas por essa característica. Recusando os fechamentos dogmáticos e as cartilhas programáticas, os *Annales* se conservariam como um polo constante de inovação, constantemente abertos a novos

²³ LE GOFF, Jacques. A história nova. In: _____ (Org). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 25-57.

²⁴ LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 30

²⁵ CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques apud COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le phénomène Nouvelle Histoire. Stratégie et idéologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1983, p. 259.

problemas, métodos e objetos de acordo com as necessidades impostas pelas vicissitudes da própria História. A maior prova de fé e a característica mais marcante de seus membros seria, portanto, a inovação: não haveria na “identidade” dos *Annales* um elemento mais fixo do que a *mudança*, de modo que se manter fiel à herança dos “pais fundadores” poderia até mesmo implicar opor-se a ela. Por outro lado, apesar de negarem a existência de uma unidade fixa e ensimesmada, os *annalistes* reclamam alguma unidade para o fenômeno; a existência de fios comuns que perpassam todas as gerações do “movimento”, dotando-as de coerência. O mais revisitado desses fios é um “espírito” comum: inefável e intangível, o “espírito dos *Annales*” prescinde de definições. Trata-se, segundo aqueles que reclamam possui-lo, de um sentimento, um estado de espírito, uma disposição em relação à História e ao trabalho histórico que poderia contagiar até mesmo aqueles que nunca tiveram contato algum com a revista, suas instituições e suas sucessivas gerações de diretores. Mais do que pais intelectuais, Bloch e Febvre figuram, nessa narrativa, como pais espirituais.

Alguns elementos mais tangíveis também são invocados pelos “historiadores dos *Annales*” como parte de sua unidade. Entre eles, os mais constantes e mais repetidos por comentaristas do fenômeno são a *combatividade*, a *interdisciplinaridade* e a *contestação da história tradicional* por meio da introdução de novos problemas e novos métodos. Mesmo a partir desses elementos mais corpóreos, no entanto, definir os *Annales* e explicar seu êxito segue sendo uma tarefa difícil: como se argumentará ao longo deste trabalho, nenhum dos três elementos era inédito em 1929, e nem todos eles correspondem integralmente à realidade do trabalho diretorial de Bloch e Febvre nos anos 20, 30 e 40. A despeito dessas dificuldades, o inegável protagonismo assumido pelo grupo a partir dos anos 50 inspira uma massa vultosa de trabalhos dedicados a comentá-lo. Comentar um fenômeno que, pela natureza de seu próprio discurso autorreferencial, elude definições seguras tende, no entanto, a produzir interpretações díspares, variadas e, por vezes, contraditórias. À análise desse problema serão dedicadas as próximas seções deste capítulo.

1.2) A historiografia em busca de uma categorização

Como já sugerido, os porta-vozes dos *Annales* negam fazer parte de uma escola de pensamento no sentido estrito do termo, dando preferência a etiquetas que sugiram uma unidade menos dogmática, como “movimento”, “grupo”, “corrente”, “tendência”

ou até mesmo “nebulosa”. Esses rótulos, apesar de terem um denominador comum (notadamente o fato de serem empregados como alternativa à etiqueta “escola”), carregam matizes de significados distintas, às quais subjazem interpretações específicas do objeto. Uma primeira dificuldade enfrentada pelos historiadores que se propõem a estudar o tema é, portanto, a da nomeação: a etiqueta selecionada permite ao leitor um primeiro vislumbre da interpretação avançada pelo autor, posicionando-o a priori no complexo emaranhado de debates que circunda os *Annales*.

A consciência a respeito desse problema não se manifesta na historiografia de maneira homogênea. Enquanto alguns autores dedicam espaço em seus trabalhos para justificar o epíteto escolhido e mantêm-se fieis a ele durante toda a análise, outros não explicitam sua escolha, utilizando mais de uma etiqueta de forma intercambiável e, por vezes, combinando rótulos defendidos como incompatíveis no discurso dos *annalistes*, como “escola” e “movimento”. Acompanhar essas escolhas se torna, assim, uma via de acesso às indeterminações que, a despeito da familiaridade de todos os historiadores com o tema, ainda permeiam os estudos sobre os *Annales*.

Apologia do termo “escola”

A despeito das declarações de intenção dos *annalistes*, diversos autores defendem que os *Annales* constituíram, ao menos em alguma de suas fases, uma escola historiográfica típica, levando em conta, sobretudo, o nível de suporte institucional, poder disciplinar e unificação metodológica atingidos por seus historiadores nos anos 60. A partir da criação da IV Seção da *École Pratique des Hautes Études*, em 1947, e da *Fondation Maison des Sciences de l’Homme*, em 1963, a revista dos *Annales* (a princípios sob o comando de Febvre e, a partir de 1956, de Braudel) passaria, para os adeptos dessa interpretação, a dispor de uma estrutura propriamente “escolar”, dotando-se de mestres que ditavam as diretrizes metodológicas e aprendizes que as aplicavam extensamente em pesquisas monográficas. Como evidência, cita-se, frequentemente, o escopo limitado das pesquisas desenvolvidas nesse período (dedicadas, em sua maioria, à História Moderna da França) e a uniformidade metodológica apresentada por elas (baseada na análise de longas séries documentais navegadas quantitativamente, que comporiam a dita “história serial”, orientada para análises de longa duração).

Com efeito, esse tipo de interpretação implica apontar o descolamento entre os discursos dos porta-vozes dos *Annales* e suas práticas; entre suas declarações de

intenção e suas supostas “reais motivações”. É o que sugere, por exemplo, Lynn Hunt a afirmar que:

Dada a filiação entre a revista e a instituição, não surpreende que os comentadores refiram-se a uma “escola dos *Annales*”. Ainda que seja possível, hoje, questionar se o periódico constitui o cerne de uma “escola” propriamente dita, parece inegável que essa tenha sido a intenção de seus primeiros diretores.²⁶

Ao longo de todo o seu artigo, – um panorama relativo à ascensão e decadência do poderio disciplinar dos *Annales* – Hunt opta pelo uso do termo “escola”, apesar de reconhecer, como ilustra a passagem, a legitimidade do questionamento desse epíteto. O mesmo ocorre com Charles Olivier Carbonell, que dedica, em coletânea sobre a história da historiografia tornada clássica, um capítulo à dita “nova história”²⁷. Segundo o autor, não haveria equívoco em apontar os *Annales* como berço de um novo modo de trabalho histórico, e essa posição é sustentada por dois argumentos. Em primeiro lugar, defende-se que, graças à revista e ao centro de pesquisa materializado na EPHE, Febvre e seus “discípulos” teriam disposto de uma estrutura nunca obtida por outros projetos contemporâneos, como a *Revue de Synthèse*. Ali, o grupo teria encontrado “uma tribuna e um laboratório inteiramente votados à inovação”, a partir do qual conduziria seu combate herético contra o *establishment*. Em segundo lugar, Carbonell argumenta que os totalitarismos que assolaram alguns dos mais “criativos” países europeus durante e após a Segunda Guerra teriam “esterilizado ou desviado” a atividade historiográfica nesses territórios, o que teria permitido à historiografia francesa vicejar com menor risco de ofuscamento pelas historiografias vizinhas²⁸.

Ainda que adote exclusivamente a etiqueta “escola” para se referir aos *Annales*, o autor explicita utilizar o termo “em sentido amplo”. Segundo ele, muitos historiadores franceses fizeram parte dessa onda de renovação sem nunca terem participado efetivamente da revista ou das instituições ligadas a ela, e, por isso, deve-se pensar em uma concepção de “escola” mais maleável e menos tradicional. Note-se a aproximação entre essa posição e aquela defendida por Febvre ao tratar do “espírito dos *Annales*”: para se fazer parte dessa unidade, bastaria ter uma certa disposição para a

²⁶ “Given the affiliation between the journal and the institution, it is not surprising that many commentators refer to the ‘*Annales* school’. Even though it is possible now to question whether the journal constitutes the core of a ‘school’, properly speaking, it seems undeniable that such was the intention of its early directors.” HUNT, Lynn. French History in the Last Twenty Years: The Rise and Fall of the *Annales* Paradigm. *Journal of Contemporary History*, v. 21, n. 2, 1986, p. 210

²⁷ CARBONELL, Charles Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987

²⁸ *Ibid.*, p. 153

pesquisa, o que, no caso de Carbonell, significa realizar trabalhos inovadores. O autor opta, no entanto, por falar em uma “escola”, e não em um “espírito”, associando *tudo* aquilo que considera inovador na historiografia francesa a essa coletividade e, por conseguinte, alargando de forma notável as fronteiras do que está dentro ou fora dos *Annales*.

Um processo semelhante pode ser observado em outra coletânea dedicada à história da historiografia, desta vez organizada por Guy Bourdé e Hervé Martin,²⁹ notadamente no capítulo assinado pelo primeiro e dedicado aos anos iniciais dos *Annales*. Ao contrário de Carbonell, Bourdé não explicita e nem explica sua escolha, mas, como autor anterior, também opta por falar exclusivamente em uma “escola dos *Annales*”. Também como Carbonell, no entanto, parece fazer uso de um conceito de “escola” flexível. As passagens como “A escola dos *Annales* abre o canteiro da história econômica a partir dos anos 30”³⁰ ou “A escola dos *Annales* descobre o domínio da história demográfica após a segunda Guerra”³¹, seguem-se listagens de autores e obras com níveis bastante distintos de envolvimento com os *Annales*. Nessas passagens, *annalistes* de primeira fileira, como Bloch, Febvre, Braudel e Le Roy Ladurie, misturam-se a nomes menos consensualmente ligados à “escola”, como Ernest Labrousse, Phillipe Ariès, François Crouzet ou Jean Meuvret.

Ao igualar, nesse procedimento, historiadores com níveis distintos de envolvimento com o empreendimento *annaliste*, Bourdé parece reproduzir uma posição que ecoa aquela de Febvre e Carbonell: pertencer à “escola” (ou ter seu “espírito”) independia de participação direta em suas instituições, coleções e publicações. Bastaria, para isso, nutrir um certo tipo de postura intelectual associada à inovação, à criatividade ou à simples atenção a aspectos que extrapolam a dimensão política da experiência humana. Com efeito, essa chave de leitura dilui substancialmente a definição dos *Annales*, tornando-a ainda mais resvaladia. No limite dessa acepção, qualquer historiador que lance suas atenções para além dos horizontes da dita “historiografia tradicional” (o que, na historiografia contemporânea, corresponde à maioria absoluta dos trabalhos) poderia se reclamar “herdeiro dos *Annales*”. O “espírito” ou, nos termos de Carbonell e Bourdé, a “escola dos *Annales*” converte-se,

²⁹ BOURDÉ, Guy. L'école des “Annales”. In: BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé (org.). *Les écoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1983.

³⁰ Ibid., p. 236.

³¹ “L'école des Annales découvre le domaine de l'histoire démographique au lendemain de la Seconde Guerre.” Ibid., p. 238.

assim, em matriz de toda a historiografia pós-29. O “mito” torna-se, nessa versão, cosmogônico.

A força desse discurso espelha-se na profundidade das raízes por ele deitadas na historiografia. De fato, esses exemplos ilustram uma tendência mais geral e mais profunda: o termo “escola dos *Annales*” foi, de longe, o mais adotado durante o ápice do poderio disciplinar *annaliste*, entre os anos 50 e 70, e, ainda hoje, é o mais comum nas comunicações cotidianas entre historiadores, nas menções ritualísticas (comunicações, palestras, introduções de teses) ou em qualquer situação em que se exija uma decifração rápida do signo que se está evocando. Apesar dos protestos dos *annalistes*, a associação da coletividade por eles fundada à etiqueta “escola” é um reflexo automatizado por grande parte da comunidade profissional dos historiadores, ainda que a existência efetiva de uma “escola dos *Annales*” no sentido estrito do termo seja, atualmente, amplamente criticada pela literatura especializada.

Contra o termo “escola”: em busca de etiquetas alternativas

Apesar de sua naturalização, a expressão “escola dos *Annales*” vem, ao menos desde o fim dos anos 70, sendo contestada pela historiografia em função do tipo de homogeneidade e unidade que insinua. Em muitos aspectos, essa tendência historiográfica, apesar de mais recente, reverbera os discursos dos próprios *annalistes*: argumenta-se, via de regra, não ser possível identificar, na escola, um programa teórico-metodológico duradouro e consistentemente reproduzido por um núcleo fixo de membros, características necessárias à identificação de uma “escola”. Sugere-se, se forma alternativa, que os *Annales* constituam uma unidade menos rígida e menos uniforme, e as etiquetas empregadas para a transmissão dessa noção são extremamente variadas (com “movimento”, “corrente” e “grupo” sendo as mais recorrentes).

Enquanto os partidários do epíteto “escola” enfatizam as características da dita “segunda geração”, comandada por Braudel (o núcleo fixo de colaboradores da revista ligados à EPHE e, posteriormente, à MSH, a homogeneidade metodológica trazida pela história quantitativa e serial, a ênfase teórica nos processos de longa duração e na história francesa), seus opositores recorrem, usualmente, a um panorama geral das “três gerações”. Ainda que alguns deles assumam que cada “geração” possui características relativamente constantes e passíveis de identificação, todos argumentam que a história dos *Annales*, de 1929 aos dias atuais, é composta por métodos, princípios e ideias

excessivamente heterogêneos para que se abstraia, a partir deles, qualquer tipo de unidade monolítica. A ênfase recai, sobretudo, sobre a dita “terceira geração”, representada por historiadores como Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. A esse período, demarcado entre os anos 70 e 80, associa-se usualmente uma fragmentação dos problemas, métodos e objetos da História. Afastando-se tanto das pretensões de explicações sintéticas quanto dos modelos explicativos que as embasariam e aproximando-se da Antropologia, a disciplina teria, nesse período, experimentado uma pulverização temática e metodológica, resultando no que se convencionou chamar de “Nova História”³². Essa “História em migalhas”³³, como costumam chamá-la seus críticos, seria, pela descentralização e heterogeneidade que lhe são características, a evidência mais concreta da impossibilidade de se falar em uma “escola dos *Annales*”.

Entre os textos mais decisivos para a contestação da homogeneidade dos *Annales*, está aquele publicado por Jacques Revel no número comemorativo do cinquentenário da revista, em 1979³⁴. Ali, o autor afirma que, 50 anos após a fundação da revista, a historiografia ainda não dispunha de uma história dos *Annales* digna desse nome. Para ele, todas as análises elaboradas até ali fiavam-se exclusivamente nos discursos oficiais dos próprios *annalistes*, dando como certa a ideia de que existiria uma continuidade entre as diversas fases dos *Annales*, forte o suficiente para que se caracterizasse uma “escola”. O próprio Revel, no entanto, afirma não ver no fenômeno mais do que “um movimento, uma sensibilidade, estratégias, uma atividade pouco constrangida por definições teóricas”.³⁵ Apesar de criticar as análises que se mantêm coladas às declarações de intenção *annalistes*, note-se que Revel ecoa de forma muito próxima as formulações de Febvre e Braudel a respeito da “identidade” dos *Annales*.

O autor, de fato, não elege uma etiqueta fixa para referir-se ao objeto. Opta, de forma alternativa, por explicitar as dificuldades dessa etiquetagem, as inconsistências das tentativas de definição e a necessidade, para que se encontrem definições

³² O processo de ascensão da “Nova História” é um amplamente debatido pela historiografia do século XXI. Para um panorama de seus estudos, comportando tanto uma introdução explicativa quanto os principais textos dedicados ao tema, cf. NOVAIS, Fernando e SILVA, Rogério Forastieri da (orgs.). *Nova História em Perspectiva*. 2 vol. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

³³ Termo popularizado por François Dosse em DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

³⁴ REVEL, J. Histoire et sciences sociales: les paradigmes des *Annales*. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. v. 34, n. 6, 1979, pp.1360-1376.

³⁵ “Un mouvement, une sensibilité, des stratégies, une activité peu embarrassée au fond de définitions théoriques.” Ibid., p. 1361.

consensuais, de estudos aprofundados sobre a sociologia do fenômeno *annaliste*. É o que dão a ver, por exemplo, trechos como:

Capela? Agrupamento informal? Sindicato de interesses? Holding, como se tem defendido, por vezes, nos últimos tempos? Apesar dos poucos elementos já reunidos, nós desconhecemos quase totalmente a sociologia do movimento, a composição das redes sucessivas e sedimentadas que foram, em um momento ou em outro, total ou parcialmente, associadas aos *Annales*.³⁶

Ao contrário de Revel, Peter Burke elege, em seu livro dedicado a um panorama de história dos *Annales*³⁷, uma etiqueta fixa para denominar seu objeto: “movimento”. Logo no início da obra, o autor leva em consideração as declarações de intenção *annalistes* já descritas até aqui. Nesse momento, sublinha que, apesar de se adotar, usualmente, o termo “escola dos *Annales*”, por se enfatizarem as características que perpassam e unificam todas as “gerações”, os membros do grupo negam tratar-se de uma escola. Ele próprio, no entanto, não se furta a indicar aquelas que considera serem as principais diretrizes da revista, e que dariam o tom a toda a história do movimento: a substituição da história narrativa pela história-problema, a ultrapassagem da história política e a colaboração com disciplinas vizinhas³⁸. O leitor não deixará de enxergar, nessas três características algo vagas, a mesma estrutura identitária enunciada por Lucien Febvre e Fernand Braudel.

Apesar de indicar esses eixos estáveis, no entanto, Burke critica a concepção dos *Annales* como um grupo monolítico, afirmando tratar-se de um estereótipo que ignora as individualidades que compõem o fenômeno, bem como os traços de sua evolução diacrônica. Nessa perspectiva, opta por reconhecer a existência de três gerações distintas frouxamente articuladas pelos elementos listados acima, e, a essa figuração, dá o nome de “movimento dos *Annales*”: “Talvez seja preferível falar num movimento dos *Annales*, e não numa ‘escola’”³⁹, afirma, sintetizando seu argumento.

Outro crítico notório do rótulo “escola” é Carlos Aguirre Rojas⁴⁰, para quem o termo, apesar de “cômodo” e objeto de um “consenso planetário”, é essencialmente enganoso. Para ele, falar em uma escola implica falar na “essencial unidade de um

³⁶ “Chapelle? regroupement informel? syndicats d’intérêts? Holding, comme on avance parfois ces temps-ci? Malgré quelques éléments déjà réunis, nous ignorons presque tout de la sociologie du mouvement, de la composition des réseaux successifs et sédimentés qui ont été à un moment ou à un autre, en tout ou en partie, associés aux *Annales*.” REVEL, op. cit., p. 136.

³⁷ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

³⁸ Ibid., p. 12.

³⁹ Ibid., p. 13.

⁴⁰ ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Maringá: Eduem, 2004.

mesmo projeto intelectual e de um horizonte teórico metodológico, mantido sem mudanças fundamentais ao longo de quatro gerações de historiadores.”⁴¹. Em oposição a essa noção, o autor sugere que haja uma história “complexa e multifacetada” do fenômeno, composta por sucessivos projetos intelectuais que, não raro, divergem entre si. Esse encadeamento de projetos seria, no entanto, mantido coeso por um núcleo material comum: a revista. Por meio da publicação, epicentro material e matriz organizacional dos *Annales*, programas sucessivos e díspares teriam sido concatenados e costurados sob o signo de um espaço comum de veiculação. Nesse processo, o periódico teria criado uma “falsa impressão de continuidade e de profunda unidade”, à qual Rojas opõe a proposta de estudar o fenômeno em suas discontinuidades, buscando entender as condições históricas que impulsionam a transição de um projeto ao outro. Frente a essa interpretação, que enxerga nos *Annales* um encadeamento de projetos distintos costurados por um suporte material comum, o autor opta por classificar seu objeto como uma “corrente historiográfica”, termo empregado sistematicamente ao longo de toda a obra.

A crítica à concepção dos *Annales* como uma unidade monolítica está presente, também, na obra de Joseph Tandler⁴², orientada por uma proposta distinta daquelas de Burke e Rojas. Ao invés de estabelecer um panorama da história dos *Annales*, o autor debruça-se sobre embates entre *annalistes* e representantes de outras tendências intelectuais, dentro e fora da França. Apreendendo, a partir dessa estratégia, momentos de contestação das ideias de historiadores dos *Annales*, Tandler busca mostrar as inconsistências e a heterogeneidade daquilo que se costuma crer coeso e uniforme. Sua crítica, portanto, ao termo escola refere-se, também, ao falseamento carregado por ela. Em sua perspectiva, o jargão empregado pelos *annalistes* (“a linguagem que eles usaram e os conceitos que empregaram”) teria fabricado uma aparência de coesão e de coletividade imposta a um amálgama de historiadores dotados de objetos e perspectivas muito diversos. Essa ilusão, traduzida no termo “escola”, teria, para o autor, sido imposta desde fora, por observadores externos: ao longo da introdução do trabalho, reconhece-se, com efeito, que esse epíteto encontra pouca ou nenhuma validação formal no vocabulário dos protagonistas do fenômeno. Tandler não chega a eleger uma etiqueta consistentemente empregada, considerada por ele mais adequada do que as demais. Esforça-se, pelo contrário, em sublinhar a pluralidade das nomeações possíveis para os

⁴¹ ROJAS, op. cit, p. 10.

⁴² TENDLER, Joseph. *Opponents of the Annales School*. Palgrave Macmillan: Basingstoke, 2013

Annales, reconhecendo os limites e os perigos de fechar-se em definições acabadas (notadamente o risco de simplificar excessivamente o fenômeno, aplainando sua complexidade e heterogeneidade).

De fato, a despeito da popularidade dos termos “movimento” e “corrente” e do rechaço ao termo “escola”, ainda há, na historiografia, poucos consensos em relação à categorização dos *Annales*. Ao contrário dos autores aqui elencados, grande parte dos historiadores que se dedicam ao tema emprega uma miríade de termos sem explicitar os motivos dessas escolhas, tomando as diversas etiquetas disponíveis como equivalentes e intercambiáveis contanto que se mostrem como alternativa à noção enrijecida de uma “escola historiográfica”. A nomeação não é, no entanto, o único obstáculo de difícil transposição quando se trata desse tema. Todas as etiquetas vistas até aqui – “escola”, “espírito”, “grupo”, “movimento”, “corrente”, “fenômeno”, “nebulosa” – carregam algo em comum: o reconhecimento de que há, nos *Annales*, um objeto passível de definição; algum tipo de unidade a ser identificada ou de continuidade a ser traçada. Eleita uma categoria, portanto, resta, ainda, definir o que justifica seu uso, ou seja, quais são as características que permitem ao observador externo identificar nesse objeto um sujeito digno de nome próprio. Para responder a esse questionamento, a historiografia recorre, usualmente, a alguns sentidos comuns relativos ao tema, *topoi* tradicionais e naturalizados no jargão historiográfico, mas nem sempre eficientes em termos explicativos. Deles, a próxima seção da análise fará objeto.

1.3) A historiografia em busca de uma identidade

“Os *Annales* são um órgão de combate”

Quando se trata de responder o que define a identidade do sujeito “os *Annales*”, a retórica da *combatividade* é, seguramente, um dos recursos explicativos acionados com mais frequência. Nesse *topos*, o que diferenciaria os *Annales* de qualquer outro “movimento” (“escola”, “corrente” etc.) seria a forma virulenta empregada pelos *annalistes* na defesa de suas ideias. Sobretudo na “primeira geração”, os membros do “grupo” (sempre caracterizados, nessa perspectiva, como outsiders do *establishment*

universitário, rebeldes, heréticos e iconoclastas⁴³) teriam, desde fora de uma Universidade refratária às suas ideias inovadoras, feito de seu periódico um cavalo de batalha. Em seus textos, e sobretudo nas resenhas publicadas no periódico (que ocupavam mais da metade de suas páginas), os primeiros historiadores dos *Annales* (e, em especial, Lucien Febvre) teriam investido de forma violenta contra a dita “velha historiografia” (“positivista”, “metódica” historizante”⁴⁴), logrando, ao fim e ao cabo, ter a justeza de suas ideias reconhecida por suas qualidades intrínsecas e institucionalizá-las, suplantando o “regime historiográfico” anterior.

Via de regra, as análises que se apoiam nesse *topos* fiam-se em textos redigidos pelos *annalistes* nos anos 50, empregando-os como via de acesso insuspeita à realidade material da revista e do grupo reunido em torno dela nos anos 20, 30 e 40. Entre esses textos, aquele empregado, de longe, com mais frequência é a coletânea *Combates pela História*, publicada por Lucien Febvre em 1953. Ali, o historiador apresenta uma seleção dos textos escritos ao longo de sua carreira (de resenhas e artigos a cartas e aulas) que representariam de forma mais fiel a “missão de sua vida”, ou seja, sua “disposição espiritual” em relação à História. Nos textos selecionados, o autor se apresenta, invariavelmente, como um soldado inveterado e incansável que teria combatido, ao longo de toda a sua vida, pela construção de uma história nova, mais jovem, aerada e inovadora. Naquele que se tornaria um de seus escritos mais emblemáticos (e mais citados), Febvre declara:

E, por isso, o título que escolhi lembrará o que sempre houve de militante na minha vida. Os meus combates, certamente que não: nunca me bati nem por mim nem contra este ou aquele como pessoa. Combates pela História, sim. Foi bem por ela que lutei toda a minha vida.⁴⁵

Essas formulações são incorporadas e reproduzidas pelos “herdeiros” de Febvre: como já sugerido no primeiro item deste capítulo, Fernand Braudel apontava, também, a combatividades dos “primeiros *Annales*” como um de seus principais diferenciais, e o

⁴³ Nesse sentido, o *topos* da combatividade assenta-se, usualmente, sobre outra tônica recorrente: o da marginalidade criativa dos *Annales* e da condição de outsiders supostamente ocupada pelos *annalistes* no campo intelectual francês do início do século XX.

⁴⁴ Os limites desses rótulos, bem como da caricaturização à qual se recorre, via de regra, para tratar a primeira geração de historiadores profissionais franceses, têm sido sistematicamente apontados pela historiografia nas últimas décadas. Cf. PROST, Antoine. Charles Seignobos revisité. *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, n. 43, 1994, pp. 100-118. De forma análoga, a caricaturização da relação entre os *annalistes* e a “escola histórica alemã” também tem sido amplamente contestada. A esse respeito, destaca-se o trabalho de ROCHA, Sabrina Magalhães. *Lucien Febvre, Marc Bloch e as Ciências Históricas Alemãs (1928-1944)*. 1ª. ed. Ouro Preto: Eufop/Ppghis, 2012.

⁴⁵ FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, p.7. (Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz).

radicalismo de suas tomadas de posição como o principal elemento que diferenciava a revista de suas contemporâneas, como a *Revue de Synthèse* (“Fabricar uma revista mais combativa do que a *Revue de Synthèse*, menos filosófica, fundada sobre pesquisas concretas e novas. É desse desejo, e, eu diria de bom grado, dessa necessidade, que nascem finalmente os *Annales*”, afirma o historiador) ⁴⁶. De forma análoga, Jacques Le Goff caracterizava, também, os *Annales* como uma “revista de combate”, sublinhando sua marginalidade criativa, a contundência de suas tomadas de posição e a dedicação de sua luta contra uma “velha historiografia” (caracterizada sempre caricaturalmente) ⁴⁷.

Esse expediente explicativo é amplamente difundido na historiografia referente aos *Annales*, e um bom indicativo de seu nível de naturalização é sua presença reiterada em coletâneas introdutórias à história da historiografia. George Huppert, por exemplo, afirma que:

O que é impressionante sobre a política de resenhas dos *Annales*, e tem sido assim desde o início, quando Bloch e Febvre escreviam quase todas as resenhas, é que os julgamentos expressos, muitas vezes de maneira brutal, sobre o trabalho de outros historiadores são parte da filosofia dos *Annales* ⁴⁸.

De fato, esse *topos* está entranhado de tal forma na memória disciplinar da História que se faz ver mesmo em autores que não se alinham completamente a essa narrativa épica de fundação da revista e nem à noção de que ela tenha instaurado uma “revolução historiográfica” absoluta. Peter Burke, por exemplo, apesar de reconhecer os antecedentes intelectuais que impedem a interpretação de 1929 como uma ruptura brusca e absoluta com o “antigo regime da historiografia”, caracteriza a primeira fase da revista dos *Annales* como “um grupo pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos” ⁴⁹. Massimo Matrogregori, por sua vez, apesar de indagar-se sobre a existência de um programa teórico-metodológico *annaliste* passível de identificação, dá a combatividade dos primeiros *Annales* como fato comprovado: “desde o início de suas carreiras, Febvre e Bloch conduziram um áspero *combat* para impor um certo modo de

⁴⁶ “Fabriquer une revue plus combative que la Revue de Synthèse, moins philosophique, fondée sur des recherches concrètes et neuves. C’est de ce désir, je dirais volontiers de cette nécessité, que sont finalement nées les *Annales*”. BRAUDEL, Fernand. Ma formation d’historien. In.: _____. *Ecrits sur l’Histoire* vol. II. Paris: Arthaud, 1990, p. 22.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Op. cit., p. 30.

⁴⁸ HUPPERT, George. O experimento dos *Annales*. In.: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri (orgs.). *Nova História em Perspectiva v. II*. São Paulo, Cosac Naify, 2010, p. 135

⁴⁹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p. 13.

escrever a história”⁵⁰, afirma o autor, fazendo referência aos trabalhos de André Burguière, Jacques Revel e John Craig para sustentar a noção de que esse *combat* cumpriria na revista uma função estratégica.

O exemplo mais clássico (e profundamente influente) de trabalho assentado sobre esse expediente explicativo talvez seja, no entanto, o artigo publicado por André Burguière no cinquentenário da revista dos *Annales*, em 1979. O texto é lembrado, na historiografia, como um dos principais marcadores da “virada crítica” nos estudos relativos aos *Annales*, sendo um dos primeiros (e principais) esforços de contestação de alguns elementos da narrativa mítica contruída em torno da revista. Ali, Burguière argumenta que os fundadores do periódico não foram outsiders, mas herdeiros do *establishment* universitário francês. Filhos de professores (de liceu, no caso de Febvre e universitário, no caso de Bloch), donos de trajetórias escolares e profissionais exemplares (normalianos, laureados por suas teses, professores universitários ainda jovens) e apadrinhados por alguns dos mais prestigiosos historiadores “tradicionais” (Gabriel Monod, para Febvre; Charles Seignobos, para Bloch), ambos teriam ampla penetração nos meios universitários, não sendo alvo, nem de longe, da hostilidade apregoada na narrativa épica de fundação do periódico.

Apesar de contestar, portanto, o “mito” da marginalidade criativa, Burguière não abandona o *topos* do combate, tornando-se, pelo contrário, seu mais referenciado representante. Segundo o autor, os dois fundadores do periódico, apesar de serem, a princípio, *herdeiros*, e não *párias*, teriam cultivado um grau de marginalidade como estratégia para arrebanhar o apoio de disciplinas vizinhas, sobretudo a Sociologia. Posicionando-se como alternativa à historiografia “positivista” criticada pelos sociólogos, os dois historiadores almejavam angariar o apoio dos cientistas sociais, avançando um projeto de organizar as “ciências do homem” em torno da História. Essa disciplina se tornaria, assim, o núcleo coordenador e aglutinador das diversas ciências humanas, almejando a posição de comando feita vaga pelo enfraquecimento do projeto durkheimiano. A criação dos *Annales* estaria associada, assim, à realização daquilo que o autor nomeia “um sonho carismático típico das ciências sociais”⁵¹. Ao invés de tentarem, simultaneamente, fazer-se reconhecer pelas disciplinas vizinhas e propor,

⁵⁰ MASTROGREGORI, Massimo. Existe uma formulação teórico metodológica em Marc Bloch e Lucien Febvre? In.: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri (orgs.). *Nova História em Perspectiva v. II*. São Paulo, Cosac Naify, 2010, p. 430

⁵¹ BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. v. 34, n. 6, 1979. p. 1347.

como projeto histórico, um sistema fechado oposto a elas, que as excluiria do campo científico, os *Annales* teriam cultivado a “marginalidade e o antidogmatismo”, fixando, fora das instituições, um lugar de dissidência a partir do qual construiriam sua posição de liderança.⁵²

Nessa perspectiva, a marginalidade alimentada pelos membros dos *Annales* seria “mais tática do que real”⁵³, mas não deixaria, por isso, de existir. Pelo contrário, ela seria o pilar sustentador de todo o programa *annaliste*, e, em última análise, sua única característica efetivamente distintiva. Burguière admite, nesse sentido, que nenhum dos pontos teóricos e metodológicos avançados pela revista era inédito ou profundamente inovador em 1929. A novidade, para ele, reside no modo de afirmação do programa, ou seja, na retórica combativa, violenta e iconoclasta estrategicamente empregada no periódico. O empreendimento teria, assim, sido construído a partir do investimento daquilo que o autor chama de “capital de hostilidade”, que Burguière considera ser a verdadeira definição por trás da expressão “espírito dos *Annales*”:

O que chama atenção nos primeiros números e contrasta com o estilo das outras revistas da época não é nem o tema, nem mesmo, não raro, o conteúdo dos artigos, mas o tom polêmico das muito numerosas resenhas que são assinadas pelos diretores (Marc Bloch escreve, nos *Annales*, 200 resenhas em um único ano!). É ali, face àquilo que se publica na França ou fora dela, que Marc Bloch e Lucien Febvre definem a orientação da revista e aquilo que se pode chamar de a doutrina dos *Annales*.⁵⁴

Para Burguière, portanto, a combatividade é o cerne do empreendimento *annaliste*, seu principal signo de distinção, um elemento estrategicamente operado com vistas à conquista, em nome da História, de uma espécie de domínio imperialista sobre as demais ciências do homem. Não deixa de chamar atenção, no entanto, que esse argumento se mantenha colado às profissões de fé elaboradas pelos *annalistes*, e, sobretudo, por Febvre nos anos 50: apesar de pregar a necessidade do retorno aos textos originais dos anos 20, 30 e 40 para que se proceda a uma verdadeira história dos *Annales*, Burguière não adota, ele mesmo, esse procedimento. A atenção a essas fontes primárias pode, no entanto, complexificar significativamente a análise dos “combates”

⁵² Ibid., p. 1352.

⁵³ Ibid., p. 1353.

⁵⁴ “Ce qui frappe le plus dans les premiers numéros et tranche avec le style des autres revues de époque, ce n’est ni le thème, ni même, bien souvent, le contenu des articles, c’est le ton polémique des très nombreux comptes rendus (Marc Bloch écrit dans les *Annales* 200 comptes rendus en une seule année!) qui sont signés par les directeurs. C’est là, face à ce qui se publie en France et à l’étranger, que Marc Bloch et Lucien Febvre définissent l’orientation de la revue et ce on peut appeler la doctrine des *Annales*.” BURGUIÈRE, André, op.cit, p. 1350.

travados pela revista, matizando-os e trazendo à luz elementos escamoteados nos escritos memoriais das décadas seguintes.⁵⁵ Outro elemento merece, ainda, atenção na análise de Burguière: a relação entre a História e suas disciplinas vizinhas, outro ponto reiteradamente apontado pela historiografia como um signo distintivo dos *Annales*. A ele se dedicará o próximo tópico.

“Os *Annales* são um projeto interdisciplinar”

Outro *topos* crucial para a historiografia referente aos *Annales* é a interdisciplinaridade, frequentemente apontada como a característica que explicaria o sucesso da empreitada e conectaria todas as gerações *annalistes*. Segundo essa perspectiva, o diferencial da “primeira geração” teria sido a renovação dos estudos históricos por meio da incorporação de problemas, métodos e objetos próprios de disciplinas vizinhas, em especial a Sociologia, a Economia, a Geografia e a Psicologia. A partir desses diálogos, os historiadores dos *Annales* teriam redefinido de forma profunda os modos de fazer e pensar sua disciplina, ultrapassando o escopo da “história historizante” (limitado a acumular fato de natureza política) e avançando o projeto de uma História interpretativa que se espraiava, a partir de então, pelos mais variados domínios da experiência humana, da economia à religião, das técnicas produtivas aos sistemas de crença.

Essa atenção à interdisciplinaridade teria sido, então, transmitida como “herança” dos “pais fundadores” às gerações *annalistes* futuras. Nos “anos Braudel”, relativos às décadas de 50 e 60, o grupo teria intensificado os diálogos com economistas e demógrafos, tomando de empréstimo os temas e os métodos quantitativos que viabilizariam as análises seriais de longa duração (o estabelecimento de curvas de preço de alimentos ou de variações populacionais, por exemplo). A “terceira geração”, por sua vez, comandada por Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie nas décadas de 70 e 80, teria priorizado os diálogos com a Antropologia, base, por exemplo, da “história das mentalidades” à qual os historiadores desse período seriam incansavelmente associados pela literatura.

O grau de enraizamento desse *topos* pode ser medido, por exemplo, na frequência com que a interdisciplinaridade é invocada por autores que buscam definir os

⁵⁵ A respeito disso, ver o capítulo 3 desta dissertação.

Annales a partir de uma lista fechada de características. Nesses casos, os itens listados tendem a variar entre os autores, com o diálogo entre disciplinas mantendo-se como o mais frequente e, por vezes, o único denominador comum. Peter Burke, por exemplo, propõe que o “movimento” pode ser definido com base em três características: a substituição da narrativa compiladora de fatos por uma abordagem interpretativa (a “história-problema”), a ultrapassagem do escopo limitado da história política e os esforços interdisciplinares.⁵⁶ Carlos Aguirre Rojas, no entanto, propõe uma lista de características drasticamente diferente, na qual apenas um elemento se repete. Para ele, os *Annales* são definidos por quatro traços que, combinados, resultam em uma “realidade singular”: a subscrição a uma “matriz cultural francesa e mediterrânea”, a “reprodução de certos traços presentes em todas as historiografias desenvolvidas durante o século XX” (notadamente traços de inspiração marxista), o “gosto e a promoção permanente da inovação dos problemas da história” e, finalmente, a interdisciplinaridade.⁵⁷

Além de ocupar, invariavelmente, lugar cativo nesse tipo de listagem, a interdisciplinaridade é trazida por alguns autores para o centro da análise. José Carlos Reis, por exemplo, argumenta que “a principal proposta do programa dos *Annales* foi a interdisciplinaridade, e as suas três gerações, apesar de suas divergências e descontinuidades, fizeram uma história sob a influência das ciências sociais.”⁵⁸. Segundo a interpretação do autor, o “espírito dos *Annales*” seria composto por dois fatores – ambos incorporados por Bloch e Febvre durante o período em que lecionaram em Estrasburgo. O primeiro seria a recusa do engajamento político imediato, traduzido na cautela das tomadas públicas de posição mesmo frente a fenômenos de grande magnitude, como a ascensão do nazifascismo. O outro seria a abordagem interdisciplinar, incentivada, para o autor, pelo tipo de contato estabelecido, na universidade fronteiriça, entre os professores de diversas áreas do conhecimento (as “reuniões de sábado”, como seriam consagrados pela literatura os encontros semanais entre intelectuais como Marc Bloch, Lucien Febvre, Maurice Halbwachs, Henri Baulig e André Piganiol).

Entre os autores que conferem mais corpo e importância ao topos da interdisciplinaridade, está, seguramente, Jacques Revel. Em seu supracitado artigo de

⁵⁶ BURKE, Peter, op. cit., p. 12.

⁵⁷ ROJAS, Carlos Aguirre. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Tradução de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004, pp. 21-30

⁵⁸ REIS, José Carlos. *Escola dos Annales, a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 15.

Como sugerem, no entanto, seus comentários relativos à *Revue de Synthèse*, Revel admite que os esforços de associação entre a História e as Ciências Sociais não era inédito. A solução oferecida pelo autor a esse impasse carrega em si algo de tautológico: apesar de avançar aproximações interdisciplinares muito semelhantes àquelas proposta por Bloch e Febvre, a revista de Berr não teria sido bem sucedida em fazê-lo por ter fracassado em se institucionalizar. Nessa perspectiva, o êxito do projeto dos *Annales* torna-se explicação de si mesmo: o programa de Bloch e Febvre vence pois é bem sucedido, enquanto o de Berr fracassa pois não é. De forma análoga, Aguirre Rojas também reconhece que a interdisciplinaridade não era, em 1929, uma novidade nas ciências humanas, mas insiste tratar-se de uma “nota distintiva reivindicada e assumida conscientemente em todas as etapas de existência da corrente”. Dessa forma, as alianças disciplinares propostas pelos *annalistes* não são inovadoras, mas tornam-se traços distintivos pois são reivindicadas como tal. Não se leva em consideração, no entanto, que, caso se considere que essa reivindicação é capaz de produzir, ela mesma, a crença em sua veracidade, isso só é possível a partir da posição de poder ocupada pelos *Annales* nos anos 50 e 60, e continua, portanto, sem explicar como a interdisciplinaridade justifica o êxito do empreendimento.

Não se pode deixar de notar, ainda, o quão próximas as formulações de todos os autores listados encontram-se dos discursos elaborados pelos próprios *annalistes*, sobretudo os escritos de Braudel detalhados no item 1.1. A reivindicação da interdisciplinaridade como elemento distintivo dos *Annales* era, também ali, chave. De forma igualmente análoga, Braudel reconhecia, como Revel e Rojas, que essa característica não seria propriamente inédita, mas argumentava que os *annalistes* teriam o direito de reclamá-la para si uma vez que haveriam tido sucesso onde Henri Berr fracassara, ou seja, na transformação desse projeto disciplinar em um fenômeno bem-sucedido, de amplo alcance e de larga influência.

O *topos* da interdisciplinaridade apresenta, ainda, outra limitação: apenas constatar a existência de uma interação entre disciplinas incentivada por Marc Bloch e Lucien Febvre, interpretando essas interações como suficientemente excepcionais para tornarem-se signos de distinção, só é possível quando se considera a

mouvement et elle en livre probablement la véritable identité - même si, on le verra, elle a été mise en œuvre selon des modalités passablement différentes.” Ibid., p. 1362.

interdisciplinaridade como um procedimento intelectual atípico. As formulações e reformulações de rótulos disciplinares a partir dos embates e alianças entre disciplinas distintas constitui, no entanto, como sugere Rafael Benthien, não apenas uma dimensão rotineira do campo intelectual, mas um dos motores dos processos de profissionalização e institucionalização de uma miríade de disciplinas⁶². No caso francês, mesmo historiadores rotulados como “tradicionais”, como Charles Seignobos, circulavam em periódicos dedicados e especialidades vizinhas (como a Psicologia), e, no caso específico da história econômica e social, historiadores como Henri Sée já defendiam, antes da fundação dos *Annales*, a necessidade de colaboração com a Geografia, a Sociologia e a Psicologia, por exemplo.

As interações disciplinares e, sobretudo, os debates entre historiadores e sociólogos são, inegavelmente, cruciais para a compreensão do fenômeno dos *Annales*. Argumenta-se aqui, no entanto, que esses elementos são pouco eficazes quando mobilizados como explicações prontas para o sucesso *annaliste*, e mais ricos quando tomados como ponto chave para o estudo das condições objetivas em meio às quais Bloch e Febvre concebem e fabricam sua revista⁶³. Por ora, no entanto, passaremos a outro lugar comum tipicamente associado aos *annalistes*: o da criação de um novo paradigma historiográfico.

“Os *Annales* são um novo paradigma”

A existência de um “paradigma dos *Annales*”, ou um conjunto fechado de pressupostos teórico-metodológicos distintivos do grupo e transmitidos entre suas gerações, é outra noção rotineiramente evocada pela historiografia para definir os *Annales* e demarcar suas especificidades em relação a seus contemporâneos. Nesse caso, é comum, como nos outros topos analisados, que se faça recurso às características reivindicadas pelos próprios *annalistes* e descritas no item 1.1. Com efeito, o cerne do “paradigma” é usualmente localizado na contestação e suplantação da “velha historiografia” (“positivista”, “metódica”, “historizante”) por meio de uma profunda renovação metodológica e epistemológica. Essa “revolução historiográfica” seria,

⁶² Cf. BENTHIEN, Rafael Faraco. *Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas* (França, 1898 - 1920). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, 367 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

⁶³ Para essa análise, ver o capítulo 2 desta dissertação.

segundo essa interpretação, caracterizada pelo advento de uma história interpretativa, oposta à velha “história-narrativa”, atenta a todas as dimensões da experiência humana, não apenas aos fatos políticos e diplomáticos, e atenta, por fim, às realidades contemporâneas, bem como à interação entre o presente e o passado.

Trata-se de uma perspectiva semelhante, por exemplo, à que avançam Peter Burke⁶⁴, Guy Bourdè⁶⁵ e Charles Carbonell⁶⁶. O caso de Burke é particularmente sintomático do nível de entranhamento desse *topos* na memória disciplinar dos historiadores: apesar de esposar a ideia de que os *Annales* representariam uma ruptura instauradora de um novo modo de fazer História, combativamente oposta à “escola metódica”, o próprio autor contradiz essa noção ao longo de sua argumentação. Demonstra, por exemplo, que a superação da história estritamente política e a atenção dos historiadores a outros domínios da vida humana (incluindo a economia e a sociedade) precedem em muito a fundação do periódico, datando de autores como Michelet e Burckhardt e se estendendo a uma longa lista que conta com nomes como Gustav Schmoller, William Cunningham, Henri Hauser, Paul Mantoux, J.R Green, Karl Lamprecht e James Harvey Robinson⁶⁷. Mesmo assim, Burke insiste em caracterizar a “primeira geração” dos *Annales* como pequena, radical e subversiva; um grupo de revolucionários iconoclastas que se erguem contra o “Antigo Regime historiográfico”.

Frente à admissão de que esses componentes teórico-metodológicos usualmente associados ao “paradigma dos Annales” não se sustentam como elementos distintivos e, portanto, têm pouco potencial explicativo, alguns autores propõem outras interpretações do que seria esse “paradigma”. José Carlos Reis, por exemplo, já foi mencionado, aqui, pelo peso que atribui à faceta interdisciplinar do “movimento”. O cerne de seu argumento, no entanto, é a ideia de que essa inovação na interação com outras disciplinas só se fez possível pois, antes de qualquer mudança teórica ou metodológica, Bloch e Febvre conceberam uma renovação ainda mais profunda: a da concepção de tempo histórico. Mais do que isso, o autor defende que a passagem entre “escolas” históricas é movida, invariavelmente, pela mudança na representação de tempo histórico que elas avançam. A respeito dos *Annales*, por exemplo, argumenta:

⁶⁴ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, pp.12-18.

⁶⁵ BOURDÉ, Guy. L'école des “Annales”. In: BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé (org.). *Les écoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1983, p. 215.

⁶⁶ CARBONELL, Charles Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987, pp. 154-155.

⁶⁷ BURKE, Peter. op. cit., pp. 17-22.

A principal proposta do programa dos *Annales* foi a interdisciplinaridade, e as suas três gerações, apesar de suas divergências e descontinuidades, fizeram uma história sob a influência das ciências sociais. Entretanto, esta aliança entre história e ciências sociais seria uma proposta inexequível se não fosse sustentada por um novo olhar temporal. (...) Nós consideramos, portanto, que não foi propriamente a interdisciplinaridade a grande mudança epistemológica produzida pelos *Annales*, mas aquilo que a tornou possível: a nova representação do tempo.⁶⁸

Nessa perspectiva, a grande inovação levada a cabo pelos *annalistes* e que, em última instância, definiria sua essência seria a incorporação de uma aceção de tempo que bebe de uma interpretação estrutural tomada de empréstimo das Ciências Sociais. Ao fim e ao cabo, os historiadores dos *Annales* teriam ultrapassado uma noção de temporalidade estritamente focada na mudança e incorporado a simultaneidade e a permanência às suas análises. Essa tendência seria, por fim, consolidada e explicitada na “segunda geração”, com o conceito braudeliano da longa duração. A aproximação bem-sucedida com as demais ciências sociais seria, portanto, consequência dessa nova representação temporal, sendo apenas viabilizada graças a essa “revolução” anterior.

Traian Stoianovich, por outro lado, propõe uma concepção completamente distinta do que seria o “paradigma” *annaliste*. Em obra de 1976, o autor argumenta que os *Annales* são organizados em torno de um paradigma bem delimitado, mas que ele não teria sido proposto de forma explícita por seus “pais fundadores”. A essência da “escola”, segundo ele, teria sido definida e consolidada na dita “segunda geração”, tendo por principal artífice Fernand Braudel. Em suas palavras,

O paradigma dos *Annales* constitui uma investigação de como um dos sistemas de uma sociedade funciona ou como o todo de uma coletividade funciona em termos de suas múltiplas dimensões temporais, espaciais, humanas, sociais, culturais e acontecimentais.⁶⁹

Nessa perspectiva, o “paradigma” estaria ligado, portanto, a uma concepção de história totalizante e, acima de tudo, sistêmica, sistematizada e transformada em um verdadeiro elemento diferencial ao longo das décadas de 50 e 60. É digno de nota que o livro tenha sido prefaciado pelo próprio Fernand Braudel, que se opõe ao argumento central de Stoianovich, reiterando as posições tomadas em seus outros escritos memoriais (incluindo aqueles discutidos no início deste capítulo). Segundo ele, o

⁶⁸ REIS, José Carlos. op. cit., p. 15.

⁶⁹ The Annales paradigm constitutes an inquiry into how one of the systems of a society functions or how a whole collectivity functions in terms of its multiple temporal, spatial, human, social, economic, cultural, and eventmental dimensions. STOIANOVICH, Traian. *French historical method: the Annales paradigm*. Ithaca: Cornell University Press, 1976, p. 236.

“paradigma” do grupo teria, sim, sido estabelecido por Bloch e Febvre nos anos 30, caracterizados por Braudel como os anos mais inovadores e mais cruciais para a existência dos *Annales*. Os herdeiros, incluindo ele próprio, Charles Morazé e Georges Friedmann, não teriam, assim, acrescentado nada ao arcabouço teórico-metodológico que lhes fora legado pelos fundadores, mas apenas promovido a continuação e o aprofundamento dessa herança (embasada sobretudo, como se argumenta nesse prefácio, na “troca de serviços entre os trabalhadores das ciências humanas”, apresentada como o único “grito de guerra” dos revolucionários de 29).⁷⁰

A despeito da sensação de familiaridade suscitada por expressões como “o paradigma dos *Annales*” ou “o método *annaliste*”, portanto, há poucos consensos em relação ao que constituiria de fato esse paradigma: se, por um lado, os elementos mais comumente invocados não podem ser efetivamente considerados distintivos, as perspectivas mais originais, por outro, apresentam entre si grandes distâncias. De fato, atribuir aos *annalistes* princípios teórico-metodológicos definidores é uma tarefa tão desafiadora que alguns analistas optam por assumir, simplesmente, que esses princípios não existem. É o caso, por exemplo, de George Huppert, para quem

Qualquer tentativa de reduzir a abordagem dos *Annales* a uma fórmula está perto de cair em erro. Sim, a ênfase, nos anos 1930, era dizer-se em busca da história econômica e social, como o próprio título já dizia. Mas Febvre tinha claro em seu pensamento que “história econômica e social” era uma expressão suficientemente vaga para se impor como definição – e assim especialmente útil para seus propósitos.⁷¹

Uma ideia semelhante é defendida por Georg Iggers, segundo quem:

Os *Annales*, evitando os modelos dogmáticos do fragmentário Ranke ou do sistemático Droysen, não formularam nenhuma teoria da história ou da historiografia (...). A finalidade dos *Annales* era, como Bloch e Febvre explicaram na introdução à primeira publicação da revista, construir um fórum de várias direções e novas abordagens.⁷²

Além da pouco elucidativa explicação de que o “programa” dos *Annales* residiria justamente na ausência de um programa, a dificuldade de identificar com precisão as particularidades do fenômeno e as reais inovações avançadas pelos historiadores a ele

⁷⁰ BRAUDEL, Fernand. Preface. In: STOIANOVICH, Traian. op. cit, p. 12.

⁷¹ HUPPERT, George. O experimento dos *Annales*. In.: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri (orgs.). *Nova História em Perspectiva* v. II. São Paulo, Cosac Naify, 2010, p. 124.

⁷² IGGERS, Georg. França: os *Annales*. In.:Ibid., p. 344.

ligados inspiraram, também, outro *topos*: o dos *Annales* como uma invenção ou fabricação retrospectiva. A ele será dedicada a última seção deste capítulo

“Os *Annales* são uma ficção”

A partir dos anos 80, momento que marca o enfraquecimento do poderio *annaliste* na França, a historiografia passou a apontar de forma mais sistemática as incongruências e contradições na narrativa tradicionalmente associada à “escola” e seus membros. No próprio número comemorativo do cinquentenário da revista, por exemplo, o já mencionado artigo de André Burguière traz à luz o fato de que Bloch e Febvre estavam longe da marginalidade no campo acadêmico francês da virada do século. Paralelamente, o fato de que a crítica à história política, os diálogos interdisciplinares e a prática da história econômica e social não eram elementos inéditos e nem revolucionários em 1929 passa a ser sistematicamente reiterado⁷³.

Em meio a essa onda crítica, ganha força entre certos historiadores a ideia de que a própria crença na existência “dos *Annales*” seria resultado de uma estratégia de poder conscientemente traçada e extraordinariamente bem-sucedida, levada a cabo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. É o caso, por exemplo, de Hervé Martin, que assina, na já mencionada coletânea organizada com Guy Bourdê, artigo em que avança uma perspectiva bastante distinta daquela de seu coautor. Em seu texto, Martin apresenta a “história nova” como uma denominação controlada criada pelos próprios *annalistes* a partir de 1978, e faz coro com os autores que denunciam os *Annales* como um empreendimento publicitário, ressaltando a contradição entre o discurso do grupo (notadamente a defesa de uma renovação total e perene da prática histórica) e suas ações práticas, caracterizadas como um tipo de “imperialismo cultural”⁷⁴.

Os *Annales* são caracterizados, nessa perspectiva, como uma espécie de holding cultural, sustentado institucionalmente pela EPHE, pela EHESS e, posteriormente, pela

⁷³ Cf. MUCHIELLI, Laurent. Aux origines de la nouvelle histoire en France: l'évolution intellectuelle et la formation du champs des sciences sociales (1880-1930). *Revue de Synthèse*, n. 1, 1995, pp. 55-98.

⁷⁴ “Enfin dans les grand bataillons de la corporation historique, où l'on dénonce pêle-mêle le côté publicitaire de l'entreprise, les concessions au langage “médiatique”, l'aventurisme de certaines recherches conduites em ethno-histoire ou em psycho-histoire, et surtout l'imperialisme intellectuel d'un courant qui revendique “le renouvellement de tout le champ de l'histoire” en ignorant délibérément l'apport de quelques novateurs de premier plan” MARTIN, Hervé. L'histoire nouvelle, héritière de l'école des Annales. In: BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé (org.). *Les écoles historiques*. Paris: Editions du Seuil, 1983, p. 245.

FMSH, mas ramificado, também, em suportes extrauniversitários, como rádios, editoras e jornais nos quais as credenciais *annalistes* de certos historiadores permitiriam livre poder e circulação. “O holding dos *Annales* é um dos centros do poder intelectual na França”⁷⁵, afirma o autor, sugerindo que esse nível de poder tenha permitido que esses historiadores reescrevessem a história da historiografia, reclamando para si o mérito de uma “revolução intelectual” que fora, na verdade, uma obra coletiva (fenômeno ao qual Martin se refere como “princípio de São Mateus”).

Nesse sentido, Marc Bloch e Lucien Febvre não teriam, de fato, avançado nenhuma inovação propriamente dita, mas apenas viabilizado que as inovações já existentes se institucionalizassem, criando postos profissionais que viabilizaram a pesquisa, a publicação e, conseqüentemente, a veiculação do “mito” da revolução *annaliste*.⁷⁶ Sobre essa fabricação mítica, argumenta:

Nada define melhor uma corrente de pensamento do que os textos sagrados que ela invoca. O paradoxo: essa corrente de ponta sentiu a necessidade de atribuir a si uma gloriosa genealogia e de construir uma versão quase mítica de suas origens, dedicando um verdadeiro culto a seus pais fundadores.⁷⁷

Criticando essa “narrativa mítica”, Martin a descreve como uma genealogia “intelectocrática” (*intellocratique*) de função legitimadora, que faz de um pequeno grupo de historiadores depositários do “espírito” dos primeiros *Annales*. Trata-se também, para ele, de uma estratégia de controle sobre os enfrentamentos com correntes opostas: garantindo que seus “pais fundadores” sejam mantidos em posição sacralizada pela comunidade dos historiadores, os *annalistes* podem invocá-los em debates como forma de desestimular ou neutralizar a oposição a suas ideias.

Em perspectiva semelhante, ainda que menos radical, François Dosse defende, também, que o grande mérito dos *Annales* tenha sido o sucesso de sua institucionalização, e não a novidade propriamente dita de suas ideias. Ao tentar explicar, por exemplo, por que a *Revue de Synthèse*, apesar de ter proposto ideias semelhantes às dos *Annales* antes deles, não conheceu o mesmo sucesso, Dosse afirma

⁷⁵ Ibid., p. 249.

⁷⁶ “Bloch et Febvre n’ont pas inventé grand chose à proprement parler, mais ils ont permis à une approche moderne de l’histoire de connaître le succès de bonne heure en France, de devenir une institution., ce qui entraîne la mise en place de postes et rendit possibles la recherche et la publication.” Ibid., p. 246.

⁷⁷ “Rien ne définit mieux un courant de pensée que les textes sacrés qu’il invoque. Paradoxe, ce courant de pointe a éprouvé le besoin de se doter d’une glorieuse généalogie et d’échaufauder une version quasiment mythique de ses origines en vouant un véritable culte à ses pères fondateurs.” Ibid., p. 251.

que Berr não “quis” constituir uma escola em torno de si, o que confinava seu discurso na periferia, já que ele não era “sustentado por uma estratégia de conquista de espaços”. Implica, portanto, que, a despeito de suas declarações de intenção, Bloch e Febvre tenham tido a intenção consciente de fundar uma “escola”, e planejado suas estratégias para atingir esse objetivo pré-definido. O autor reconhece, no entanto, que, apesar de não serem pioneiras, as ideias *annalistes* podem ser lidas como inovadoras se comparadas àquelas dos ditos “metódicos”, e, nesse sentido, é menos explícito do que Martin quanto à sua posição em relação ao “mito” dos *Annales*. A respeito disso, pondera, por exemplo:

Houve, portanto, revolução dos *Annales* ou simples retomada da herança cujas bases foram lançadas por Voltaire e Michelet? Pode-se responder a essa questão com André Burguière, segundo o qual os *Annales* são mais originais pela maneira pela qual os iniciadores afirmam o programa do que pelo próprio programa. Em todo caso, reconhece-se esse programa como inovador em relação à escola metódica dominante, e é pelo olhar dessa escola que se julga a ruptura epistemológica codificada pelos *Annales*.⁷⁸

Outro trabalho no qual se encontra uma versão diferenciada do *topos* da invenção retrospectiva é o de Gérard Noiriel. Ao analisar o “legado” *annaliste* e a narrativa construída em torno de sua história, o autor sublinha, como Burguière, a inserção de Bloch e Febvre no campo intelectual francês, contestando o “mito” na marginalidade criativa. Cumprindo sistematicamente a “via régia” da consagração acadêmica na França, ambos teriam jogado, invariavelmente, de acordo com as “regras do jogo”, não promovendo uma guerra de guerrilhas violenta a iconoclasta contra o *establishment* universitário, mas, pelo contrário, integrando-se a ele em diversos níveis (no respeito aos “princípios metódicos” demonstrado em suas teses ou nas sucessivas campanhas para a conquista de postos universitários em Paris, por exemplo). Noiriel sugere, então, que a imagem de rebeldia e insubordinação relacionada a esse período inicial esteja ligada, na verdade, à criação posterior de uma tradição escriturária do grupo, obra, sobretudo, de Lucien Febvre nos anos 50.

Ao analisar os *Combates Pela História*, por exemplo, o autor sugere que a coletânea de artigos organizada por Febvre em 1953 seja, de fato, um esforço de reescrita da trajetória intelectual do historiador. Demonstra, por exemplo, que a ordem

⁷⁸ DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003. p. 94.

de edição dos textos não corresponde à cronologia de sua publicação, dando a falsa impressão de que Febvre sempre nutrira certas disposições polêmicas às quais, na verdade, só daria voz quando sua carreira estivesse mais consolidada, a partir de meados dos anos 30. Os títulos dos artigos também sofreram, como demonstra a análise de Noiriel, alterações significativas, com a omissão, por exemplo, de axiônimos de deferência, como “monsieur”, e com a marcação de oposições que, nos títulos originais, apresentavam-se de forma mais atenuada⁷⁹. A partir desses expedientes, Febvre teria tentado, assim, apagar as marcas processuais da própria produção intelectual, ajustando sua trajetória ao “mito” do combatente ao qual buscava se associar a partir dos anos 50.

Apesar de sua crescente popularidade, o *topos* dos *Annales* como um “mito” ou “invenção retrospectiva” carrega, também, uma série de problemas que serão explicitados ao longo deste trabalho. Entre eles, está o fato de que os “primeiros *Annales*” são usualmente tratados, nessa perspectiva, como uma espécie de tela em branco livremente manipulada pelas gerações seguintes. O período compreendido entre 1929 e 1944 não é, no entanto, uma tela em branco. Nele, além de livros, coletâneas, enciclopédias, artigos e resenhas em outras revistas, Bloch e Febvre editam mais de 70 números da revista dos *Annales*, nos quais redigem de próprio punho mais da metade das contribuições. O fato de que, quando tomado como fonte primária, esse material contradiga alguns dos *topoi* listados neste capítulo (o da interdisciplinaridade como signo distintivo ou o da combatividade irrestrita e herética, por exemplo) não quer dizer que se possa fazer tábula rasa desse período, mas apenas que ele deve ser estudado em seus próprios termos, longe da sombra dos modelos explicativos retrospectivamente projetados. Se a “primeira geração” não corresponde, *ipsis litteris*, ao conjunto de clichês usualmente evocados pela historiografia, há, frente ao espaço monumental ocupado por eles até hoje na memória disciplinar, que se responder o que eles foram. Entre a revolução e a fabricação há um espectro amplo de possibilidades inexploradas, e, em algum lugar desse contínuo, há espaço para uma historicização dos primeiros *Annales* que não passe por denunciar e punir sua não-conformação a *topoi* explicativos constituídos a posteriori.

⁷⁹ O título original “Entre a história-tese e a história quadro. Dois esboços recentes de história da França: sr. Benda e sr. Seignobos” (Entre l’histoire à thèse et l’histoire-manuel. Deux esquisses récentes de l’histoire de France: M. Benda et M. Seignobos), torna-se, por exemplo, “Nem história-tese, nem história-manual. Entre Benda e Seignobos” (“Ni histoire à thèse, ni histoire-manuel. Entre Benda et Seignobos”). NOIRIEL, Gérard. Sur la “crise” de l’histoire. Paris: Belin, 1996, p. 269.

Além disso, a retórica da invenção impõe aos agentes estudados um grau de cálculo e onisciência muitas vezes inverossímil. Ao contrário do que sugere essa noção, a administração da revista, sobretudo em seus primeiros anos, parece ter contando, na verdade, com um grau determinante de contingência. Isso não significa, bem entendido, que as tomadas de decisão dos diretores fossem aleatórias, mas sugere a existência de uma dimensão de adaptação, improvisação e negociação que não corresponde à ideia de uma estratégia de poder calculadamente traçada a priori e executada de forma plenamente refletida. Ainda que essa estratégia existisse nesses termos, no entanto, o simples ato de acusar sua existência não chega a explicar como ela foi bem sucedida, outra lacuna comum das análises que se valem do *topos* aqui descrito. Dessa forma, o êxito dos *Annales* segue sendo, em movimento circular, explicação de si mesmo, e a historiografia, recorrendo aos mesmos atalhos, segue enfrentando os mesmos pontos cegos.

Considerações finais

Uma escola representada por sua combatividade, um movimento caracterizado por um paradigma, uma corrente regida por um espírito, um grupo caracterizado por suas disposições interdisciplinares. Mediante todas as nomeações e definições atribuídas aos *Annales*, bem como as inúmeras combinações possíveis entre elas, o número de enunciados que se podem formular sobre esse fenômeno é descomunal. A naturalização dessas categorias de ordenamento historicamente arraigadas faz com que, ao acioná-las tacitamente, os historiadores não se deem conta, necessariamente, da polifonia, das contradições e das limitações desse amálgama de definições possíveis. Transformadas em resposta automática, acionada por reflexo mediante o termo “os *Annales*”, essas etiquetas e delimitações compõem o tecido mesmo do sentimento de familiaridade estabelecido entre os “iniciados” e esse sujeito historiográfico.

Esse sentimento de segurança, no entanto, deve ser evitado caso se queira, como se propõe neste trabalho, historicizar a revista dos *Annales*, analisando-a em seus próprios termos. Destriçar, portanto, o novelo dessas definições tácitas, puxando seus fios e nomeando-os, expondo suas feições e seus limites, foi um primeiro passo crucial: partindo-se dele, deve-se buscar, agora, perseguir explicações e interpretações dos primeiros anos da revista que prescindam de seu escoramento. Mediante a consciência dos riscos das respostas automatizadas e, por isso mesmo, acriticamente acionadas, os

primeiros *Annales* tornam-se um canteiro de investigação de outra ordem. À sua exploração se dedicará o restante desta dissertação.

Capítulo 2

O tempo dos homens e de sua ciência

Ser historiador na França da Terceira República

Historicizar a revista dos *Annales*, como proposto até aqui, implica reinseri-la em um conjunto particular de condições objetivas que caracteriza o universo intelectual francês no ano de 1929. Dito de outra forma, depurar o ato de fundação do periódico das avaliações valorativas retrospectivamente impostas a ele significa encará-lo como uma tomada de posição eleita por Bloch e Febvre em meio a uma miríade de vias de ação possíveis. Mais do que isso, implica encarar a criação do periódico como uma decisão tomada por dois historiadores em pontos muito particulares tanto de suas carreiras quanto do desenvolvimento histórico do sistema educacional francês e da História como disciplina universitária e exercício profissional.

A retomada dos textos originais da revista como fonte primária proposta neste trabalho depende, portanto, de um estudo prévio desses fatores objetivos. Não se trata, no entanto, de estabelecer uma paisagem sobre a qual decalcar as fontes, mas de constituir uma gramática para sua leitura: a consciência das tensões basais que perpassam a história do ensino francês fornece um código particular para a interpretação, por exemplo, de certas interações interpessoais constatadas nos capítulos 3 e 4, sem, no entanto, pasteurizar essas interações, privando-as de nuances específicas. Este capítulo propõe-se, assim, a estabelecer esses quadros de leitura, retomando os elementos que moldam as feições do mundo social dos historiadores na França dos primeiros *Annales* para que se compreenda a posição ocupada por Marc Bloch e Lucien Febvre nesse mundo, dimensionando-se tanto as interdições quanto as aberturas deitadas diante deles no momento de fundação da revista.

2.1) O sistema educacional francês e seus eixos de tensão institucional

École Normale Supérieure, as faculdades e o ensino secundário

Ao longo do século XIX e início do século XX, o sistema educacional francês passa por uma dinâmica de mudanças que afeta decisivamente as feições por ele

assumidas nas décadas de 20, 30 e 40, foco desta pesquisa. O peso do fator institucional é um dos elementos chave desse longo processo: as posições relativas entre as diversas instituições que compõem esse sistema encontram-se, ao longo do século, em constante oscilação, movimento que produz e, simultaneamente, reproduz uma série de tensões fundamentais entre as frações da elite na França dedicadas ao trabalho intelectual. Acompanhar essa dinâmica institucional permite, portanto, vislumbrar manifestações distintas dessas tensões, trazendo à luz algumas das linhas de força essenciais para o estudo desse mundo social específico⁸⁰. Dado o recorte desta pesquisa, o potencial dessa abordagem pode ser potencializado pela atenção a uma instituição específica: a *École Normale Supérieure*. Uma série de propriedades sociais dessa grande escola – ponto crucial da formação tanto de Marc Bloch quanto de Lucien Febvre – faz dela um fio sobressalente que perpassa todo o tecido institucional do qual se faz, aqui, objeto. Isso se associa à sequência de posições ocupadas pela ENS nos séculos XIX e XX, a partir das quais a instituição se relaciona intimamente a alguns dos nódulos mais importantes desse tecido, como as demais *Grandes Écoles*, as faculdades e Universidades, o sistema secundário de ensino e o próprio Estado.

Evidência dessa posição vastamente vascularizada da ENS é o contexto de sua fundação. Estabelecida durante o período da Convenção, em 1794, a instituição é reestabelecida no período napoleônico, idealizada como um centro de formação de professores secundários. O mesmo decreto de 1808 que restitui a ENS e cristaliza sua função no sistema de ensino é responsável também pelo estabelecimento de alguns dos principais móveis que comporiam a dinâmica intelectual francesa ao longo do século XIX. É ele, por exemplo, que estabelece o *baccalauréat* como exame padronizado de nível nacional para a conclusão do secundário; reestabelece o concurso de *agrégation* (que se fará objeto à frente); cria as faculdades de letras e ciências e, finalmente, funda outras *Grandes Écoles* fundamentais no horizonte intelectual oitocentista, como a *École Centrale*. A quase simultaneidade dessas medidas é um indicador de sua correlação: trata-se, de fato, de uma reforma ampla orientada para a criação de um sistema de

⁸⁰ As análises avançadas neste capítulo baseiam-se nos trabalhos de quatro autores: Antoine Prost (*L'enseignement en France, 1800-1967*. Paris: Armand Colin, 1968), Christophe Charle (*Naissance des "Intellectuels", 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990 e *Paris fin de siècle, culture et politique*. Paris: Le Seuil, 1998), Fritz Ringer (*Fields of Knowledge: French academic culture in comparative perspective, 1890-1920*. New York: Cambridge University Press, 1992) e Gérard Noiriel (*Sur la "crise" de l'histoire*. Paris: Belin, 1996). Tratando-se, assim, de uma reconstrução a partir da literatura especializada, a indicação de referências se concentrará em pontos de análise particulares de cada autor, ou ainda nos pontos em que se empregam citações e dados específicos de cada um deles.

ensino complexificado, com partes comunicantes e que, *mutatis mutandis*, preserva suas linhas gerais ao longo de todo o século.

As faculdades de letras e ciência, por exemplo, comunicam-se de forma direta tanto com a estrutura de exames e concursos públicos quanto com a *École Normale* e o ensino secundário. Longe dos centros de pesquisa especializada que viriam a se tornar na virada do século, essas instituições cumpriam, em sua gênese, a função primária de reunir as bancas responsáveis por idealizar avaliações e avaliar os candidatos dos concursos de *agrégation*, *licence* e doutorado. Elas constituíam, portanto, não centros de ensino e pesquisa, mas centros responsáveis pela uniformização e padronização de concursos. Estes, por sua vez, conferiam os títulos que atribuíam valor ao funcionalismo do ensino secundário: *agregés* e *licencés* tornavam-se, primariamente, professores desse nível de ensino, compondo, no início do século, uma espécie de elite do corpo docente. Esse status de elite está ligado ao movimento histórico de recrutamento de professores secundários, que, ao longo do XIX, se regulariza: no início do século, a qualidade de formação desses profissionais oscilava conforme os níveis de ensino (primário, primário superior, secundário), o tipo de estabelecimento escolar (público, privado, *collège*, *lycée*) e a região de atuação profissional (Paris, província). Essa oscilação expressa e produz, evidentemente, diferenças importantes de prestígio: os *maîtres d'école*⁸¹ de província, por exemplo, desfrutavam de condições materiais e simbólicas muito inferiores às de um professor de liceu parisiense.

Nessa escala social, os normalianos ocupam posição privilegiada: candidatos privilegiados aos títulos de *agregés* e *licencés* graças ao caráter preparatório da ENS para esses concursos, esses funcionários dominam, também, os cargos mais altos do ensino secundário. Ao tratar, por exemplo, da relação entre a formação nessa instituição e o concurso de *agrégation*, Antoine Prost (que caracteriza o concurso como uma promoção interna normaliana) afirma que “sociologicamente, os normalianos constituem uma elite porque eles ascendem imediatamente aos postos que são, para o resto do corpo docente, expectativas de fim de carreira”⁸². Como uma espécie de aristocracia do *corps enseignant*, os alunos egressos da ENS incorporam, também, um sentimento de dever cívico e de direito legítimo à ocupação de posições de liderança

⁸¹ Categoria profissional que representa a base dos professores do ensino primário, e que posteriormente originaria os *instituteurs*. A respeito dela, cf. PROST, Antoine. *L'enseignement en France, 1800-1967*. Paris: Armand Colin, 1968, pp. 132-147.

⁸² “Sociologiquement, les normaliens constituent une elite parce qu'ils accèdent d'emblée aux postes qui sont pour le reste du corps enseignant, l'espoir des fins de carrière.” Ibid., p. 72.

social⁸³. Nas palavras de Christophe Charle, a passagem pela *École Normale* “confere, à época, um prestígio superior que incita a ocupação um papel de liderança no seio da Universidade e que protege das pressões hierárquicas”⁸⁴.

Esse *ethos* normaliano relaciona-se, também, à origem social diferenciada dos alunos dessa instituição. Enquanto as demais *Grandes Écoles* recrutam primariamente entre os altos setores da burguesia, como demonstra Fritz Ringer, os efetivos discentes da ENS contam com uma representação significativa dos setores médios e baixos da classe média e, mais do que isso, uma super-representação dos filhos de acadêmicos e professores de todo os níveis, sobretudo do secundário⁸⁵. Essa é o traço distintivo que leva tanto Ringer quanto Charle a caracterizarem a ENS como uma instituição “puramente intelectual”: oriundos, eles próprios, de frações intelectualizadas das classes médias, os normalinos estavam – ou percebiam-se – destinados à composição de uma aristocracia letrada convertida em elite profissional do sistema de ensino.

Merece, ainda, destaque a definição da burguesia francesa adotada por Ringer, que explicita a distância entre a ENS e as demais *Grandes Écoles* impressa por suas diferenças de recrutamento. Não se trata, segundo o autor, de uma simples classe detentora de monopólio do poder econômico, mas de um grupo que ocupa o topo da estratificação social por reunir em si três eixos de poder: o poder econômico, a influência social associada ao poder político e, por fim, a distinção ligada a um estilo de vida de inspiração aristocrática.⁸⁶ Dessa forma, a diferenciação entre normalianos e egressos de outras grandes escolas tradicionais materializaria uma tensão mais profunda da sociedade francesa: a tensão entre propriedade e intelectualidade; a antítese burguês/professor e, por consequência, os conjuntos de valores e códigos de legitimidade atinentes a cada um desses grupos.

Normalianos, chartistas e as reformas do ensino secundário

⁸³ O sentimento de direito à ocupação de cargos de liderança não se limita à atuação dos egressos da ENS no sistema de ensino, mas entende-se à sua incorporação nos quadros estatais. Como alunos de uma *grande école*, os normalianos eram, desde sua fundação, considerados funcionários do Estado, e, não raro, posteriormente incorporados ao mundo da alta política.

⁸⁴ “(...) confère à l’époque un prestige supérieur qui incite à jouer un rôle dirigeant au sein de l’Université et qui protège des pressions hiérarchiques” CHARLE, Christophe. *Naissance des “Intellectuels”*, 1880-1900. Paris: Minuit, 1990, p. 194.

⁸⁵ RINGER, Fritz. *Fields of Knowledge: French academic culture in comparative perspective, 1890–1920*. New York: Cambridge University Press, 1992, p. 62.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 66.

Essa interpretação de Ringer coloca sob uma luz particular a rivalidade entre normalianos e chartistas que floresce e se espalha pelo campo intelectual francês a partir das últimas décadas do século XIX, impulsionada pelas reformas universitárias promovidas pela Terceira República. Criada em 1821, e, portanto, em pleno período de Restauração, a *École des Chartes* foi idealizada para ocupar um lugar bastante distinto da *École Normale* no sistema intelectual. Ali, deveriam ser formados não professores, mas outra ordem de funcionários do Estado, notadamente paleógrafos e arquivistas. Os complexos exames específicos de admissão na instituição exigiam cursos preparatórios de 2 a 4 anos após o término do ensino secundário (o que também é verdadeiro para a ENS), mas os concursos prestados pelos chartistas eram de outra ordem: uma vez que seus percursos profissionais não passavam pela *agrégation*, a *licence* e o doutorado, os egressos da EC estavam, conseqüentemente, apartados das faculdades responsáveis pela concepção e avaliação desses concursos. O papel chartiste era, portanto, de natureza distinta: detentores do monopólio da produção legítima de conhecimento sobre o passado e das técnicas dessa produção, os funcionários egressos da EC era guardiões, também, de um tipo de erudição específico⁸⁷ (posteriormente caracterizado como “antiquarista”, “dileitante” ou “estéril”). Conseqüentemente, esse grupo representava a salvaguarda, também, de uma definição particular de conhecimento que teria sua legitimidade, ao longo do século XIX, disputada em diversas frentes, notadamente nas discussões sobre as reformas do ensino secundário e superior.

A disputa entre chartistas e normalianos que aflora no fim do século não advinha necessariamente, portanto, de uma concorrência direta por cargos ou títulos, uma vez que as duas instituições produziam, via de regra, quadros para setores distintos do sistema, mas de uma disputa simbólica pela definição legítima da atividade intelectual e da produção de conhecimento. Essa disputa, manifestação particular da antítese entre as categorias de burguês e professor anteriormente invocada, faz-se ver, por exemplo, nos debates a respeito da reforma do ensino secundário que perpassam todo o século XIX. Como aponta Prost, a divisão entre o ensino primário e o ensino secundário é também a divisão entre “o povo” e “os notáveis” – profundamente hierarquizado, o sistema escolar francês estaria intimamente ligado à reprodução de classe. Isso significa que os dois níveis de ensino não estão unidos por uma relação de complementaridade, mas de distinção: enquanto bastava às classes baixas a educação rudimentar, funcional e menos

⁸⁷ NOIRIEL, Gérard, op. cit, p. 215.

especializada do ensino básico, à burguesia estaria reservado o nível secundário, destinado à formação das elites e amplamente escorado nas habilidades de retórica e no estudo das letras clássicas⁸⁸. Esse conjunto de conhecimentos, seria, por sua vez, dotado de um poder distintivo que residiria precisamente em sua falta de aplicabilidade no mundo prático do trabalho.

A função do secundário e de seu programa clássico é um foco constante de disputas na França oitocentista. Cresce, ao longo do século, a demanda dos setores médios pelo usufruto do prestígio social conferido pela formação secundária, e, simultaneamente, as críticas à erudição estéril e à falta de dimensão prática de seu programa, adequadas a uma representação específica de classe dominante, mas não às demandas profissionais práticas dos representantes, por exemplo, do setor industrial. Em 1852, esse debate materializa-se em uma divisão interna da escola secundária, agora bifurcada em dois programas: o literário, continuação do programa tradicional, e o científico (posteriormente moderno), que incorpora o ensino das ciências e letras modernas. O equilíbrio do sistema agora bipartido demoraria, no entanto, décadas para ser plenamente estabelecido: a separação hierárquica e simbólica entre os dois programas é alvo de críticas dos setores sociais que reclamam um currículo único modernizado, antagonizados pela resistência conservadora que insiste na manutenção de dois trajetos escolares distintos e desiguais.

Ao curso dessas disputas, a atratividade do secundário público parece entrar em decadência: ao longo da segunda metade do século XIX, marcada pela bifurcação curricular de 52 e as subsequentes tentativas de ajustes dos dois percursos escolares, o número de matrículas nas escolas secundárias públicas oscila entre a queda e a estagnação, enquanto a adesão a escolas confessionais e particulares cresce de forma consistente. Frente a esse quadro, o ministro Alexandre Ribot convoca, em 1899, uma comissão dedicada a compreender o movimento de evasão do sistema público e buscar contê-lo. Os resultados da chamada Comissão Ribot interessam pela nitidez com que se manifestam ali as visões de ensino e de ciência então em disputa, bem como os grupos que as esposam⁸⁹.

Os argumentos do setor conservador que advoga pela manutenção de uma forma de ensino secundário específica para cada setor principal da classe média são explícitos quanto à função de reprodução social que atribuem à educação, afirmando, por

⁸⁸ PROST, Antoine, op. cit, p. 60.

⁸⁹ RINGER, Fritz, op. cit, pp. 112-161.

exemplo, que “a educação pequeno-burguesa deve adaptar crianças pequeno-burguesas a condições pequeno-burguesas, posto que as origens dos estudantes deveriam alinhar-se a seus destinos”.⁹⁰ Segundo a análise de Ringer, a clareza com que emerge, nos depoimentos colhidos pela comissão, a relação entre posições políticas dessa natureza e posições educacionais está relacionada às especificidades do próprio sistema político francês. Ali, as mudanças consecutivas de regime ao longo do século e as consequentes alterações, sob cada governo, das políticas educacionais teria explicitado a relação existente entre essas reformas e as negociações no âmbito do poder político central.⁹¹ Evidência desse fenômeno seria a presença do mesmo tom explicitamente político nos discursos pró-reformistas, que associam diretamente a igualdade de oportunidades educativas ao estabelecimento de uma ordem republicana e democrática sólida.

A correlação entre o apoio às reformas de ensino progressistas e o apoio à República é, de fato, notável quando se constata as categorias profissionais que apoiam a causa: trata-se, ainda segundo Ringer, de um grupo composto por líderes políticos da centro-esquerda atuantes na Câmara dos Deputados, membros da administração educacional republicana e professores universitários das faculdades de letras e ciências então em expansão (posições, como já dito, monopolizadas por normalianos). Entre os 12 defensores da reforma na Comissão Ribot, 9 eram acadêmicos ocupando postos universitários, nenhum deles oriundo das tradicionais áreas de direito e medicina⁹².

Normalianos e o Estado: simbiose republicana e socialismo

A composição profissional das fileiras reformistas aponta para outro elemento central do sistema educacional francês no terço final do século: a relação simbiótica estabelecida entre professores universitários e o governo republicano. A partir de 1860 e, portanto, ainda durante o Segundo Império, essa categoria profissional passou a tornar-se mais vocal a respeito do desejo de aproximação entre as universidades francesas e o modelo alemão, ou seja, da expansão tanto de sua função quanto de sua autonomia relativa, de modo que as faculdades não mais representassem meros centros de avaliação, mas verdadeiros centros de pesquisa. Essas demandas passam a conquistar

⁹⁰ RINGER, Fritz. *Fields of Knowledge: French academic culture in comparative perspective, 1890–1920*. New York: Cambridge University Press, 1992, pp. 138-139.

⁹¹ *Ibid*, pp. 158-159.

⁹² *Ibid*, p. 161.

resultados ainda no fim do governo de Napoleão III, com a criação da *École Pratique des Hautes Études* em 1868, mas ganham força definitiva durante a Terceira República, com a criação, em 1877, de centenas de bolsas para candidatos à *agrégation* e à *licence*. Com isso, as faculdades passam a ter, pela primeira vez, um corpo discente: alunos regulares passam a frequentar a instituição, ocasionando, também, mudanças na estrutura de aulas, que se tornam cada vez mais seminários fechados e especializados para pequenos grupos⁹³.

Ao longo da década de 80, uma série de medidas aumenta os graus de especialização na preparação desses concursos, acelerando o processo de divisão do trabalho intelectual superior. Introduz-se nessa década, por exemplo, o diploma de estudos superiores, título que deveria comprovar as habilidades de pesquisa do candidato e que, eventualmente, torna-se um pré-requisito para que *licencés* se apresentem ao concurso de *agrégation*. Outro marco importante na caminhada rumo à fundação das universidades é o decreto de 28 de dezembro de 1885, que institui o conselho geral das faculdades, bem como delimita as funções dos conselhos particulares de cada unidade. Dessa forma, as faculdades passam a ser agrupadas em um modelo universitário mais próximo do alemão, ainda que, para Antoine Prost, incompleto e desprovido de uma real integração entre as partes que compõem a Universidade nascente.⁹⁴

Na perspectiva de Gérard Noiriel, essa cooperação com a comunidade universitária advém da necessidade, para a República, de novos parâmetros de legitimidade que substituam a hereditariedade, bem como do desejo de controle sobre as instâncias de produção da memória coletiva⁹⁵. Para isso, o caminho aberto para o regime seria investir-se de autoridade intelectual e científica, alinhando-se ao discurso de neutralidade e racionalidade avançado pelas ciências modernas nascentes (sobretudo da história, como se verá no próximo item deste capítulo). O apoio dos universitários vem, assim, acompanhado de concessões a suas demandas de autonomia administrativa e financeira, da criação de postos profissionais e bolsas, da liberdade associativa para essa categoria profissional e do culto oficial do Estado à Universidade e à ciência moderna, que institui um circuito retroalimentado de legitimidade.

⁹³ RINGER, Fritz, op. cit., p. 123.

⁹⁴ Id., p. 45 e PROST, Antoine, op. cit. p. 238.

⁹⁵ NOIRIEL, Gérard. Sur la "crise" de l'histoire. Paris: Belin, 1996, p. 215.

Note-se, novamente, que a representação de normalianos nesse processo reformista é notável (ainda que nem todos eles esposam posições progressistas): as faculdades que se tornam Universidades e mudam de função social eram, como apontado anteriormente, redutos profissionais dos egressos da ENS e instâncias viabilizadoras dos concursos que coroam a conversão desses agentes em elite do sistema escolar. A expansão e a renovação do papel do ensino superior no sistema de ensino beneficiam diretamente, portanto, certos membros desse grupo, não apenas por diversificar e complexificar sua atuação profissional, mas por legitimar os princípios científicos modernos por eles defendidos (e explicitados nos debates sobre a reforma do ensino secundário).

A relação de benefício mútua entre a ENS e a Terceira República não permaneceria, no entanto, estática, e o desejo por autonomia intelectual logo se estenderia para os laços com o Estado. Charle aponta a derrota do boulangismo e o consequente fim de sua ameaça à República como um ponto chave para a compreensão dessa virada, uma vez que, estabilizado o regime republicano, passam a ganhar força entre os normalianos as agremiações radicais, sobretudo socialistas, grupos que, apesar de numericamente minoritários, são simbolicamente representativos.⁹⁶ O socialismo normaliano é, com efeito, uma marca importante para a compreensão das gerações de Marc Bloch e Lucien Febvre: fortalecido paulatinamente a partir da segunda metade da década de 90 e articulado em diversas instâncias de socialização associadas à *École Normale* (como a *Librairie Bellais*, a *Université Populaire* e os grupos de discussão organizados, como o *groupe de l'unité socialiste*), o movimento é descrito por Christophe Charle como diverso, mas perpassado por alguns traços sociais comuns. Os alunos de inclinação socialista provinham, como demonstra o autor⁹⁷, majoritariamente das frações sociais menos favorecidas representadas no recrutamento da ENS, com a presença marcante, por exemplo, de filhos de funcionários públicos e pequenos comerciantes. Mesmo os representantes de outros setores sociais (os filhos de professores, por exemplo) tendem a vir de famílias com mobilidade social ascendente recente, com raízes populares mais próximas e ainda lembradas e sentidas. Nesses casos, o pertencimento socialista seria uma forma de marcar a fidelidade a essas

⁹⁶ CHARLE, Christophe. *Naissance des "Intellectuels"*, 1880-1900. Paris: Minuit, 1990, pp. 85-92 e idem, *Paris fin de siècle, culture et politique*. Paris : Le Seuil, 1998, pp. 228-250.

⁹⁷ Id., *Naissance des "Intellectuels"*, 1880-1900. Paris: Minuit, 1990, p. 92-100

origens, a despeito da evidente mudança de estatuto indicada pela trajetória familiar ascendente.

Encontram-se super-representados, também, os alunos que optam não pelas carreiras clássicas em literatura e gramática, mas pelas que lutavam, então, contra a erudição tradicional e o “diletantismo literário”, sobretudo a história e a filosofia. Os fatores religiosos parecem, também, significativos para essa adesão política: entre os normalianos socialistas, destaca-se a super-representação tanto de católicos descristianizados (ou em vias de descristianização) quanto de judeus liberais - entre estes, a origem alsaciana e optante pesa, também, como um fator adicional⁹⁸. Com base nesse quadro, Charle aponta a opção socialista como marca de grupos que se sentem estrangeiros nos meios normalianos, seja por sua origem familiar, regional, religiosa ou por uma combinação desses fatores. Nesse sentido, a agremiação política e as solidariedades mútuas ali estabelecidas representariam uma via de integração social e de apaziguamento dos sentimentos de afastamento das origens que assolam esses indivíduos.

Os socialistas normalianos representam, portanto, uma minoria numérica, mas expressam um novo tipo de engajamento político por parte dos intelectuais. Essa novidade alcançaria sua manifestação exemplar no chamado *Affaire Dreyfus*, outro nó crucial para a compreensão do mundo intelectual francês da virada do século. A análise do episódio dependerá, no entanto, de algumas considerações prévias relativas a um aspecto mais específico do sistema, complementar aos processos descritos até aqui: a criação da História como disciplina profissionalizada. Está em jogo no *Affaire*, afinal, não apenas a tensão profunda entre erudição e cientificismo, mas a manifestação específica dessa tensão no seio da disciplina histórica.

2.2) O *métier* de historiador: nascimento, profissionalização e crise

A formação de uma comunidade profissional

Como sugerido anteriormente, a rivalidade entre a *École Normale* e a *École des Chartes* que floresce no último terço do XIX escora-se na disputa pela definição legítima do trabalho intelectual. Trata-se, assim, de uma manifestação da tensão basal

⁹⁸ CHARLE, Christophe, op. cit, p. 197.

entre a erudição clássica, acusada de diletante, anacrônica e ensimesmada, partidária do conservadorismo no sistema de ensino secundário e superior, de um lado, e, de outro, o dito cientificismo moderno, baseado em princípios como a neutralidade, a laicidade e o método científico, apoiador dos campos reformistas progressistas e do republicanismo que lhe concedera uma série de conquistas. Durante a Terceira República, o equilíbrio dessa disputa pende notavelmente para o campo normaliano: a legitimação do cientificismo moderno pelo Estado e a constituição de um verdadeiro ensino superior voltado à pesquisa, e não somente à conferência de títulos à elite docente do secundário, favorece explicitamente a agenda dos egressos da ENS e, de forma ainda mais específica, impulsiona a sistematização e institucionalização da profissão de historiador.

Até 1880, como aponta Fritz Ringer, essa atividade profissional não existia de forma autônoma, estando imbricada com a atividade literária e filosófica. A já descrita posição da *École des Chartes* conferia a ela, nesse contexto, um monopólio sobre as técnicas de produção de conhecimento sobre o passado, estando essa produção, por consequência, açambarcada pelos praticantes da erudição tradicional, via de regra hostis ao regime republicano. Esse controle encontra-se, no entanto, em disputa no terço final do século: dominados nessa dinâmica, certos *agregés* em história despontam como alguns dos mais vocais defensores das reformas do ensino secundário, pondo em questão, consequentemente, a validade dos princípios da erudição clássica que resguardavam o poder chartista⁹⁹. Nesse processo, importa, sobretudo, a forma como se dá a intervenção desse grupo, que lança mão de seu conhecimento específico em história para defender e legitimar as reformas no sistema. É o que se observa, por exemplo, na presença marcante de três historiadores normalianos entre os progressistas ouvidos pela Comissão Ribot: Ernest Lavisse, Alphonse Aulard e Charles Seignobos.

No centro dos debates sobre a reforma esteve o coração do ensino secundário clássico: o estudo dos autores greco-latinos e sua função formativa. Defendida pelo campo conservador, a versão tradicional desse ensino era justificada como uma formação moral, necessariamente sem aplicação prática: o conhecimentos das línguas e letras clássicas comporia um repertório modelar de virtuosismo, bom gosto e “cultura geral”, instrumento para a modelagem dos jovens burgueses à imagem do ideal do *honnête homme*. Opondo-se a essa visão do conhecimento, que caracterizaria, para eles,

⁹⁹ RINGER, Fritz, op. cit., p. 123.

uma erudição estéril que se tem como próprio fim, os historiadores reformistas defendem a necessidade de *historicização* e *contextualização* desses autores clássicos.

Os textos antigos, segundo esse argumento, tornavam-se instrumentos valiosos quando convertidos em testemunhas de seus momentos históricos de produção, e não quando cristalizados como modelos atemporais e trans-históricos. Mais do que isso, o próprio sistema de ensino deveria ser visto como historicamente mutável, apto, portanto, a se adaptar às exigências de seu tempo, e não fadado a se cristalizar em modelos adaptados a outras formatações sociais. É o que argumenta explicitamente Seignobos, por exemplo, em sua defesa de um ensino expurgado das reminiscências do Antigo Regime, adaptadas à socialização de clérigos e nobres, mas não de cidadãos livres, aptos à construção coletiva de uma ordem democrática e republicana.¹⁰⁰

Os historiadores tornam-se, assim, um grupo profissional que encontra na necessidade de legitimação e justificação da Terceira República território fértil para seu florescimento: entre 1870 e 1900, dobra o número de cadeiras de história que compõem a Nova Sorbonne e, entre 1880 e 1899, um terço das teses defendidas na mesma universidade é de autoria de historiadores¹⁰¹. Esse processo de profissionalização e institucionalização associa-se, também, à solidificação de um novo método que, valendo-se de princípios científicos modernos, marca distância em relação à dita “erudição tradicional”. A formação de um verdadeiro ensino superior voltado à pesquisa e dotado tanto de corpo docente quanto discente, a associação das faculdades em Universidades e a inserção da produção de conhecimento sobre o passado nesse sistema universitário centralizado viabiliza, em última análise, a criação de um *métier* de historiadores, dotado de códigos e regras comuns, uniformizados e coletivamente acordados. O estabelecimento de uma metodologia unificada e de parâmetros profissionais comuns é beneficiada, ainda, por um esforço coletivo notável orientado para a produção de *instrumentos de trabalho*¹⁰²: entre 1880 e 1914, assiste-se a uma proliferação de manuais históricos, coletâneas de fontes primárias editadas e comentadas, coleções temáticas, revistas especializadas e uma miríade de ferramentas históricas amplamente empregadas pela nova categoria profissional.

A homogeneidade do novo grupo de historiadores profissionais é garantida, ainda, por seu padrão de recrutamento. A *École Normale* representou desde o início do

¹⁰⁰ RINGER, Fritz. *Fields of Knowledge: French academic culture in comparative perspective, 1890–1920*. New York: Cambridge University Press, 1992, p. 180.

¹⁰¹ NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. In: *Genèses*, 1, 1990, p. 63.

¹⁰² Id., p. 222.

século, como apontado no tópico anterior, um elo de conexão entre o ensino secundário e o ensino superior, formando quadros para os dois níveis do sistema. Antes da reforma do ensino superior, a posição em liceus era mesmo mais prestigiosa do que a ocupação de cargos em faculdades: nos termos de Antoine Prost, “para um *agregé* do quadro parisiense, uma nomeação para o ensino superior não é uma promoção, mas quase uma degradação”¹⁰³. Essa relação é adensada no ano de 1894, quando a *agrégation* é alvo de uma reforma (arquitetada por Ernest Lavisse) que estabelece a obtenção de um diploma de pesquisa como pré-requisito para o título de *agregé* em história¹⁰⁴. Dessa forma, os detentores desse título – destinados ao magistério no ensino secundário – passam a possuir, necessariamente, experiência prévia nos códigos e linguagens da produção do conhecimento histórico que se impõem, na universidade, como legítimos. Além disso, o concurso unificado, ao cobrar conteúdo e bibliografia também acordadas pelos historiadores profissionais, reforça esse vínculo entre o ensino secundário e o universitário, cumprindo papel unificador na comunidade profissional em formação.

A consequência dessas reformas é o estabelecimento de um trajeto fixo àqueles que almejassem uma carreira profissional em História, assentado sobre três pilares: o êxito do concurso de *agrégation* (que inclui, na maioria dos casos, passagem pela ENS), a defesa de uma tese e a contratação como professor universitário¹⁰⁵. Apenas após tornarem-se *agregés*, os jovens aspirantes a historiadores poderiam galgar postos universitários, que se tornam o ponto culminante da carreira. Isto significa que, a partir do terço final do século XIX, “ser historiador” passa a implicar a inserção em um sistema uniformizado e bem estabelecido de condicionamento profissional, ao longo do qual se inculcam os códigos de legitimidade de uma profissão em vias de autonomização. A abundância de postos universitários abertos no período garante fôlego ao processo, com as fileiras profissionais alimentadas por um influxo constante de doutores-*agregés* que têm internalizadas, nos termos de Gérard Noiriel, as “regras do jogo” agora impostas à produção do conhecimento histórico. Nas palavras do autor, “O imenso esforço coletivo de codificação, nomenclatura, classificação e divisão da matéria

¹⁰³ “Pour un *agregé* du cadre parisien, une nomination dans l’enseignement supérieur n’est pas une promotion, mais presque une déchéance.” PROST, Antoine. *L’enseignement en France, 1800-1967*. Paris: Armand Colin, 1968, p. 357.

¹⁰⁴ RINGER, op. cit., p. 45.

¹⁰⁵ NOIRIEL, Gérard. *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris: Belin, 1996.

histórica realizado pela geração ‘positivista’ constitui para os historiadores que vêm em seguida uma herança assimilada desde as primeiras etapas de sua aprendizagem”.¹⁰⁶

A profissionalização e a institucionalização da disciplina histórica representam, portanto, no fim do XIX, um foco da disputa entre normalianos e chartistas, impulsionada pela alteração do sistema de ensino e pesquisa, que se assenta, agora, sobre integração das duas esferas. O aprofundamento dessa rivalidade viria no começo do século XX, ao cabo do evento que marcou, também, a alteração da natureza da relação entre os normalianos e o Estado: o *Affaire Dreyfus*.

O Affaire Dreyfus

Inaugurado em 1894, com a condenação do capitão Alfred Dreyfus por traição, o *Affaire* se estenderia por mais de uma década, marcando, como defende Christophe Charle, o nascimento da categoria dos intelectuais: diversos escritores e universitários interviriam publicamente em defesa do acusado em proporções inéditas até então e, entre eles, diversos historiadores se destacariam. A introdução dessa nova categoria profissional no *Affaire* se deu, sobretudo, pela natureza dos indícios da inocência de Dreyfus: a carta (ou *bordereau*) que comprovaria a transmissão, por parte do capitão, de documentos oficiais franceses ao exército alemão, tem sua autenticidade contestada pelos chamados *dreyfusards*, partidários da revisão da condenação. Acusando o processo de ser movido pelo antissemitismo, dada a origem judia e alsaciana do acusado, esse grupo, no seio do qual a representação normaliana é expressiva, torna-se vitorioso ao cabo de doze anos de processo. Em sua vitória, vale-se, em grande parte, do conhecimento técnico dos historiadores para sustentar suas suspeitas de fraude. Princípios como a crítica documental e técnicas como a paleografia são invocados pelos historiadores *dreyfusards* que testemunham a favor do capitão: assim como nos debates sobre a reforma do secundário, lança-se mão de conhecimentos profissionais fora do contexto acadêmico usual, com a diferença de que, neste caso, esse uso marca uma divergência entre a agenda dos universitários e a do Estado, e não o contrário.

Como nota Thomas Ribémont¹⁰⁷, a constatação da inocência do capitão com base em princípios de crítica documental confere legitimidade ao uso do conhecimento

¹⁰⁶ Id. Naissance du métier d'historien. In: *Genèses*, n. 1, 1990. Les voies de l'histoire. p. 78.

¹⁰⁷ RIBÉMONT, Thomas. Les historiens chartistes au coeur de l'affaire Dreyfus, *Raisons politiques*, n. 18, 2005, p. 97-116.

específico do historiador como instrumento de intervenção social. Dito de outra forma, a vitória revisionista marca um avanço de autonomia para os historiadores, posto que essa comunidade profissional logra lançar mão suas *próprias* noções de legitimidade, produzidas no seio de suas instituições, para intervir com êxito em um campo que não é o seu: a política. Note-se que, apesar do dreyfusismo encontrar na ENS um foco importante de apoio, muitos dos nomes ligados à *École des Chartes* compõem a linha de frente do movimento.

Ainda que *dreyfusards* chartistas, como Paul Meyer, tenham sido protagonistas no processo, a associação simbólica da *École des Chartes* ao antidreyfusismo é um fator determinante em seu desenrolar, posto que muitos nomes importantes ligados à instituição posicionam-se contra o capitão, criando um grupo altamente vocal.¹⁰⁸ A despeito das nuances do processo e da complexidade dos recrutamentos de cada um dos polos do debate, portanto, a concepção de história como ciência que emerge vitoriosa após a absolvição de Dreyfus, e à qual os chartistas antidreyfusards haviam se oposto tão explicitamente, tende a ser mais intimamente relacionada à nova história universitária: ainda segundo Ribémont, o *affaire* atua como “terreno de validação dos avanços metodológicos trazidos pela escola metódica”¹⁰⁹, ou seja, de aplicação prática de princípios metodológicos como aqueles sistematizados pelos novos historiadores profissionais. Trata-se, portanto, de um aprofundamento da vitória simbólica e institucional de setores *normaliens*, que se faz sentir no fortalecimento de um estereótipo negativo associado aos *chartistes*. Bertrand Joly¹¹⁰, por exemplo, aponta uma naturalização, a partir de 1901, da caricaturização dos membros da *École des Chartes* como eruditos conservadores, limitados, de horizontes estreitos, em oposição aos intelectuais associados à *École Normale*, retratados como progressistas dedicados a um conhecimento histórico de caráter amplo e sintético.

A crise profissional do pós-guerra

¹⁰⁸ Como demonstra Bertrand Joly, os chartistas que se alinham ao dreyfusismo foram violentamente atacados por colegas como Robert de Lasteyrie, Gabriel Hanotaux, Jules Souty e Émile Couard. Um exemplo clássico dessa oposição vocal ao que se considerava uma “traição” do próprio espírito da escola pode ser observado no dito “manifesto dos chartistas”, orquestrado por de Lasteyrie, publicado no jornal *L'éclair* em 22 de fevereiro de 1898 e assinado por nada menos do que 55 arquivistas e paleógrafos chartistas. A respeito desse manifesto, cf. JOLY, Bertrand, op. cit., pp. 636-644.

¹⁰⁹ RIBÉMONT, Thomas, op. cit., p. 114.

¹¹⁰ JOLY, Bertrand. *L'École des Chartes et l'Affaire Dreyfus*. *Bibliothèque de l'école des chartes*. 1989, t.147. pp. 611-671.

Como sugerido até aqui, a categoria profissional dos historiadores desfrutava, até as primeiras décadas do século XX, de uma posição privilegiada no seio da Terceira República, sistema cioso de construir para si narrativas legitimadoras que encontram na História um elemento crucial. Essa posição confortável ocupada pelos historiadores passaria, no entanto, por um processo de degradação a partir da segunda década do século XX.

O sucesso notável da primeira geração de historiadores profissionais permitira que seus sucessores criassem a expectativa tácita de atingir êxito similar. Às elites de jovens historiadores que cumprissem a via régia da profissão, estariam inevitavelmente reservados os postos mais altos da hierarquia profissional (os de professores universitários na capital), sentimento de direito especialmente forte entre os normalianos graças ao *ethos* anteriormente descrito. Essas expectativas não são, em um primeiro momento, ilusórias, mas respaldadas pelas chances objetivas da carreira: como afirmado anteriormente, dobra, entre 1870 e 1900, o número de cadeiras de história que compõem a Nova Sorbonne e, entre 1880 e 1899, um terço das teses defendidas na mesma universidade é de autoria de historiadores¹¹¹

Essas condições favoráveis de produção, no entanto, seriam alteradas de forma determinante nas primeiras décadas do século XX. O contexto disciplinar favorável que marcou a carreira dos historiadores entre 1870 e 1914 começa a mostrar sinais de enfraquecimento durante a Primeira Guerra Mundial, sendo definitivamente abalado a partir da segunda década do século XX. Essa crise profissional que se abate sobre a história no pós-guerra é detalhadamente estudada por Olivier Dumoulin em sua tese¹¹², mas cabe, aqui, retomar suas linhas gerais, essenciais para a compreensão da posição de Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929. Entre os diversos impactos profundos engendrados pelo conflito mundial, está, segundo Dumoulin, uma crise de consciência dos historiadores a respeito do tipo de conhecimento produzido por eles. Com efeito, a “neutralidade científica” pela qual se havia advogado ao longo do processo de institucionalização e profissionalização da história tem seus limites expostos, de modo que a função social da disciplina e de seus praticantes é posta em questão frente ao novo mundo que emerge do conflito. Essa contestação mais geral associa-se, desde a década de 20, a uma paulatina diminuição dos investimentos na área da História, corte

¹¹¹ NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. In: *Genèses*, 1, 1990. Les voies de l'histoire. pp. 63.

¹¹² DUMOULIN, Olivier. *Profession historien, 1919-1939; "un métier" en crise*, Thèse de 3ème cycle, 415 p. Paris, multigraphiée EHESS, 1983

orçamentário que, apesar de generalizado graças à crise econômica, é potencializado pela perda de prestígio dos historiadores. A oferta de cargos universitários cai vertiginosamente, as cadeiras feitas vagas são ocupadas por outras disciplinas, e a carreira que os jovens historiadores haviam aprendido a enxergar como condigna passa a tornar-se menos nítida no espaço de possibilidades.

A esses fatores, soma-se uma desaceleração notável na rotatividade dos professores universitários. Durante o ápice da expansão tanto do sistema secundário quanto do ensino superior, a demanda constante por novos professores acelerava a promoção interna típica do sistema francês: professores de escalões mais baixos tendiam a ser promovidos para a posição imediatamente superior quando esta se tornasse vaga, em um fluxo ascendente que culminaria nas universidades. Para os *agregés* normalianos, o trajeto seria ainda mais curto, posto que membros dessa categoria, conforme seu desempenho no concurso de agregação, tendiam a iniciar sua trajetória profissional já em cargos prestigiosos do ensino secundário. No caso da História, no entanto, a longevidade da geração “positivista” nos cargos universitários, somada à estabilização do recrutamento para todos os níveis de ensino que segue naturalmente a expansão do sistema escolar, contribuiu para o travamento desses percursos¹¹³. Como aponta Antoine Prost, mesmo os *agregés* veem-se estagnados em suas carreiras, alguns confinados a cargos provinciais que, antes vistos como antecâmaras de postos parisienses, passavam a parecer cada vez mais definitivos.

É esse desconforto causado pelo descolamento entre as ilusões duráveis criadas a partir do modelo dos predecessores e as condições objetivas do início do XX que caracteriza a posição de Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929. Membros exemplares da primeira geração de historiadores profissionais a de fato fazer uso do sistema articulado pela geração de Lavissee e Seignobos, os dois normalianos encontram-se na universidade fronteiriça de Estrasburgo quando veem a progressão de suas carreiras freada pela crise dos postos universitários. Antes de passar aos efeitos dessa nova condição e aos trajetos que conduziram os dois historiadores até ali, no entanto, cabe compreender de forma mais detalhada o tipo de investimento profissional feito por ambos antes mesmo da chegada a Estrasburgo, ponto essencial para a elucidação de seus movimentos posteriores. Trata-se, com efeito, de analisar o que significava, em 1929, declarar-se especialista em história econômica e social.

¹¹³ PROST, Antoine, op. cit., pp. 351-360.

2.3) Da profissionalização à especialização: o surgimento da história econômica e social

Especialização, “desafio sociológico” e a história econômica e social

No item anterior, descreveu-se como o processo de profissionalização dos historiadores faz emergir vitoriosa uma nova concepção do trabalho de pesquisa, vetorizada pela Universidade e ancorada na uniformização das práticas disciplinares por meio de uma metodologia própria (posteriormente rotulada como “positivista”, “metódica” ou “historizante”). Entre a profissionalização da História e a crise vivida pela disciplina após a Primeira Guerra Mundial, no entanto, outro processo crucial deve ser destacado: o da especialização disciplinar. No final do século XIX, passa-se a assistir a um processo de divisão social de pesquisa no seio da disciplina histórica, dotada, como já sugerido, de uma posição institucional privilegiada. Esse movimento é refletido, por exemplo, na proliferação de periódicos e postos universitários especializados¹¹⁴: na corrida pela distinção profissional, os historiadores passam a reclamar a posição de especialistas em temas cada vez mais claramente delimitados, proliferando-se os estudiosos de períodos ou temas específicos (os medievalistas e *antiquisants*; os especialistas em histórias regionais da França ou na Revolução Francesa, por exemplo).

No rol de especialidades nascidas e exploradas no período, uma se tornaria, décadas mais tarde, excepcionalmente bem sucedida: a história econômica e social. A atenção angariada pelo domínio da economia, construído, ao longo do século XIX, como esfera de valor organizativa da vida humana, é, seguramente, um dos elementos explicativos para o nascimento e popularização dessa vertente histórica, mas não o único. Fritz Ringer sugere, com efeito, que, no caso francês, a própria “história historizante”, derrubada, segundo a narrativa tradicional, pela emergência da história econômica e social, teria, na verdade, instituído as condições para a boa recepção dessa nova prática histórica.

¹¹⁴ A respeito da difusão de periódicos específicos e de sua relação com os processos de constituição disciplinar e especialização, cf. BENTHIEN, Rafael Faraco. *Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas* (França, 1898 - 1920). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, 367 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Isso se deveria ao fato de que, como descrito no item anterior, os historiadores profissionais teriam encontrado um espaço para penetração e pertencimento precisamente na suposta falta de perspectiva histórica dos argumentos do campo conservador, acusando seus adversários de tratarem os textos clássicos como modelos formativos atemporais. Contra essa noção, os “metódicos” teriam avançado o argumento de que os textos antigos só poderiam ser instrutivos quando encarados como “monumentos representativos de um estilo de vida”¹¹⁵, ou seja, de que os clássicos deveriam ser convertidos em documentos históricos que permitissem o acesso a aspectos da história social do povo que os produzira, noção carregada pelo termo “estilo de vida”. O próprio lugar reclamado pelos historiadores profissionais como substitutos dos eruditos e homens letrados teria se escorado, portanto, em um argumento que se tornaria inválido se dele excluído o domínio da história social. Nessa perspectiva, o desenvolvimento dessa vertente tornava-se quase necessário caso a comunidade dos historiadores desejasse consolidar e preservar a posição dominante que estava em vias de construir.

O solo fértil para a germinação da história econômica e social contaria, no entanto, com um fator mais determinante: o desafio imposto aos historiadores pelo nascimento das ciências sociais. Como documenta Laurent Muchielli¹¹⁶, a crítica à individualização dos processos históricos, casada à indagação a respeito do papel das massas nesses processos, perpassa o século XIX, intensificando-se em suas décadas finais. Exemplos desse movimento poderiam ser encontrados nos trabalhos de Alfred Fouillée sobre a psicologia dos povos, de Gustave Le Bon sobre os aspectos psicológicos das massas ou de Gabriel Tarde sobre a regularidade de comportamento expressa pelos processos de imitação.¹¹⁷ A essa preocupação com o estudo das massas, associa-se um interesse nos métodos estatísticos, que ganha força no mesmo período e que teria sua expressão maior nos estudos de demografia, representados, por exemplo, pela obra de Achille Guillard, Paul Maugeolle e Louis Bourdeau.

As ciências sociais nascentes estariam, portanto, embasadas em uma preocupação montante com a questão das massas e da coletividade, com a integração entre aspectos econômicos e sociais e com a ambição de fornecer aos fatos humanos um

¹¹⁵ LAVISSE, Ernest 1903 apud. RINGER, Fritz. *Fields of Knowledge: French academic culture in comparative perspective, 1890–1920*. New York: Cambridge University Press, 1992, p. 178.

¹¹⁶ MUCCHIELLI, Laurent. Aux origines de la nouvelle histoire en France: l'évolution intellectuelle et la formation du champs des sciences sociales (1880-1930). *Revue de Synthèse*, n. 1, 1995, p. 62.

¹¹⁷ Ibid, p. 64

tratamento científico. Constitui-se, assim, aquilo que Mucchielli nomeia “desafio sociológico” e “desafio estatístico” à História: por essas vias, a prática histórica então vigente passaria a ser alvo da ofensiva das ciências sociais, que recorreriam, na disputa pela institucionalização, à denúncia das limitações e inconsistências dos métodos e práticas dos historiadores profissionais. Essa estratégia encontra seu exemplo mais emblemático na postura dos sociólogos durkheimianos face à disciplina histórica¹¹⁸. No próprio prefácio que abre o primeiro número do *Année Sociologique*, por exemplo, Durkheim aponta como um de seus objetivos centrais a aproximação com historiadores, defendendo que a atenção à sociologia possibilitaria a esse grupo a expansão de seus horizontes e quadros tradicionais de análise, enriquecendo substancialmente a prática histórica¹¹⁹.

A esse “desafio sociológico”, a comunidade dos historiadores ofereceria diversas respostas distintas. Mucchielli sugere, por exemplo, que a *Revue Historique* tenha adotado uma estratégia de silêncio, não fazendo referências importantes à Sociologia em suas duas primeiras décadas. Pode-se, no entanto, argumentar que o momento no qual essas referências tornam-se mais significativas coincide precisamente com a fundação do *Année Sociologique*. Uma resposta mais clara dos historiadores é, certamente, o confronto direto: trata-se da estratégia adotada, por exemplo, por Charles Seignobos, e edificada, sobretudo, em sua disputa aberta com François Simiand, inaugurada em 1903. Uma terceira estratégia, no entanto, merece atenção: trata-se da incorporação das críticas dos sociólogos ao trabalho histórico, adotada por alguns historiadores como forma de tomar as rédeas dos processos de renovação em curso.

De fato, alguns historiadores optam por, face aos desafios impostos à sua disciplina desde fora, incorporar às suas reflexões os elementos sociais e econômicos dos processos históricos, fazendo da relação entre as duas esferas o foco de seus esforços profissionais. Esse é o caso, por exemplo, de *antiquisants* como Paul Giraud e Gustave Glotz, bem como de “economistas historiadores” como Prosper Boissonade e Paul Mantoux. A filiação de alguns desses autores à especialização econômica e social é, certamente, laxa e por vezes discreta. Duas figuras, no entanto, destacam-se pela defesa explícita dessa especialização: Henri Hauser e Henri Sée.

¹¹⁸ Para um estudo detalhado sobre as estratégias de êxito levadas a cabo pelos durkheimianos, incluindo as relações estabelecidas com a História, cf. KARADY, Victor. Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens. In: *Revue française de sociologie*, 1979, 20-1. pp. 49-82.

¹¹⁹ DURKHEIM, Émile, Preface, *Année Sociologique*, 1896-1898, v.1, p. II.

Nascido em 1866, Hauser, normaliano de formação, iniciaria sua carreira universitária na província (inicialmente em Clermont-Ferrand, depois em Dijon), conquistando, posteriormente, um posto em Paris e ocupando a posição de professor da Sorbonne a partir de 1919¹²⁰. Ali, o historiador seria titular, até sua morte, da única cadeira da capital dedicada nominalmente à história econômica¹²¹. Henri Sée foi, por sua vez, interlocutor direto de Hauser e, como o colega, adepto declarado da história econômica e social¹²². Formado na Faculdade de Letras de Paris, o autor se tornaria professor de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Rennes em 1893, aos 29 anos. Ali, lecionaria até sua morte, em 1936, especializando-se nos aspectos econômicos e sociais da história regional da Bretanha.¹²³

Sée e Hauser são, com efeito, representantes destacados de uma especialidade disciplinar que, ainda que não hegemônica, tomava corpo e forma com velocidade entre o final do século XIX e o início do XX. A institucionalização da área, é verdade, seria lenta e progressiva (o que Mucchieli atribui à sua novidade, ao engajamento socialista de muitos de seus praticantes e à concorrência direta com sociólogos por postos universitários), e ela se encontrava, em 1929, longe do protagonismo disciplinar que assumiria nas décadas seguintes. Ainda assim, seu papel no rol das práticas históricas estava longe de ser negligenciável. Como constata o autor,

Se recapitularmos: cadeiras, teses, manuais, sínteses coletivas, rubricas permanentes em revistas, textos programáticos, revista especializada, constatamos que não falta à história econômica e social nenhum dos elementos necessários à constituição e

120 As informações biográficas apresentadas a respeito de Hauser são extraídas de LIMA, José Adil Blanco de. A obra de Henri Hauser e sua trajetória intelectual no Brasil (1866-1946). 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

121 A extensa contribuição de Hauser para a especialidade nascente da história econômica e social destaca-se pela atenção aos trabalhadores industriais, expressa em obras como *Ouvriers du Temps Présent* (1927), além da ênfase sobre as origens do sistema capitalista (*Les Débuts du Capitalisme*, 1931) e a Reforma da França (*Études sur la Réforme Française*, 1909). Além de livros, Hauser publicaria, ao longo da carreira, uma série de artigos e resenhas, sobretudo na *Revue Historique* e, eventualmente, nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, revistas que convidariam o autor para seus respectivos comitês de redação no ano de 1929.

122 Informações biográficas extraídas de RÉBILLON, Armand. Nécrologie et bibliographie des travaux de Henri Sée. *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*, 1936, v. 43, n. 1-2, pp. 2-33.

123 Entre as obras de destaque de Sée, deve-se mencionar *Les États de Bretagne au XVI^e siècle* (1895), *Étude sur les classes rurales en Bretagne au Moyen Age* (1896) e *Les classes rurales en Bretagne du XVI^e siècle à la révolution* (1906). Além desse conhecimento específico, Sée destacou-se também por obras de caráter mais geral, como *L'Évolution commerciale et industrielle de la France sous l'Ancien régime* (1925), *Les Origines du capitalisme moderne* (1926) e *Matérialisme historique et interprétation économique de l'histoire* (1927). O peso do autor na área da história econômica deveu-se, ainda, a seus esforços de síntese, notadamente nos dois volumes de *Histoire économique de la France*, obra publicada postumamente, em 1939, e prefaciada pelo próprio Henri Hauser.

autonomização de um novo domínio científico. Pode-se afirmar sem receio que a história econômica e social nasceu na França nos anos 1890-1914.¹²⁴

É seguro afirmar, de fato, que o subtema disciplinar já marcava presença em diversas frentes desde 1890. As figuras de Henri Sée e Henri Hauser, às quais o autor dá pouca atenção, podem, no entanto, auxiliar na compreensão de qual era, efetivamente, o estado da arte da história econômica e social no início do século, ou seja, qual era seu grau de institucionalização, quais projetos seus praticantes propunham e que tipos de disputa se desenhavam entre os ocupantes da área. Os dois autores são pontos estratégicos para a observação desses fatores pois protagonizam, ao longo das décadas de 20 e 30, um debate sobre os rumos de sua especialidade, seus obstáculos e seus projetos para superá-los, discussão que será, em tempo, primordial para a compreensão do projeto lançado pelos *Annales* em 1929.

Projetos em disputa: o debate Sée-Hauser

A riqueza do debate travado entre Sée e Hauser para a compreensão da história econômica e social reside, sobretudo, na discordância entre os dois historiadores quanto à necessidade de institucionalização da área e de especialização de seus praticantes. Apesar de não esposarem, necessariamente, projetos teórico-metodológicos distintos para a sua especialidade, os dois historiadores avançam *modos de enunciação e estratégias de conquista de espaço* divergentes e muito particulares, como dá a ver, por exemplo, um comentário assinado por Henri Sée em 1934. Entre os anos de 1926 e 1936, o autor publicaria anualmente, na *Revue Historique*, uma série de boletins nos quais compilaria os novos trabalhos relacionados à temática econômico-social produzidos entre os anos de 1920 e 1933.

No boletim do ano de 1934, um dos comentários de Sée refere-se a algumas notas sobre o ensino de história econômica, publicadas pelo periódico *The Economic History Review* nos anos de 1931 e 1932. A análise do caso francês havia ficado, na revista inglesa, a cargo de Henri Hauser, e Henri Sée comenta esses artigos em seu recenseamento, dizendo:

¹²⁴ “Si l'on recapitule: chaires, thèses, manuels, synthèses collectives, rubriques permanentes de revues, textes programmatiques, revue spécialisée, on constate qu'il n'a manqué à l'histoire économique et sociale aucun des ingrédients nécessaires à la constitution et à l'autonomisation d'un nouveau domaine scientifique. On peut donc affirmer sans crainte que l'histoire économique et sociale est bien née en France dans les années 1890-1914” MUCCHIELLI, Laurent, op. cit, p. 77.

A revista inglesa *The Economic History Review* publicou notas instrutivas sobre o ensino de história econômica na França (pelo sr. Henri Hauser), na Alemanha (pelo sr. Carl Brinkmann), na Bélgica (pelo sr. Henri Pirenne), na Suécia (pelo sr. Heckscher), na Itália (pelo sr. Porri) e na Rússia (pelo sr. Kosminsky). Em nenhum desses países o número de cadeiras especiais consagradas à história econômica é considerável, e, na França, menos do que em qualquer outro lugar. M. Hauser não demonstra lamentar muito, considerando o interesse que o historiadores economista têm em cultivar a história geral. Ainda assim, seria muito útil aumentar o número de cadeiras.¹²⁵

A condição precária de institucionalização da área já havia sido tocada em profundidade por Sée em artigo de 1929, e, ali, o historiador já havia marcado também suas divergências com Henri Hauser a respeito da questão. No texto, intitulado “Remarques sur la méthode en Histoire Économique et Sociale”¹²⁶, sublinha-se a juventude da área já nas linhas de abertura, nas quais se lê: “A história econômica e social é praticada há muito pouco tempo; a atenção dos historiadores voltava-se quase exclusivamente à história política, militar e diplomática.”¹²⁷ Apesar desse quadro, o florescimento do capitalismo e os debates em torno do materialismo histórico de Marx teriam, segundo Sée, reacendido o interesse dos historiadores pelos fatos econômicos durante o século XIX. Pela primeira vez, cadeiras especiais teriam sido criadas para a área, sobretudo na Alemanha, e, nesse quadro, a França é caracterizada como profundamente atrasada. Ainda que reconheça um avanço da área na historiografia francesa ao longo das três décadas que antecedem seu texto, atribuído nominalmente a Fustel de Coulanges, Émile Levasseur e Achille Luchaire, Sée insiste que a quase inexistência de cadeiras específicas para história econômica e social é uma deficiência grave, que compromete substancialmente o progresso da especialidade. Para o autor, portanto, o amadurecimento desse domínio disciplinar passava necessariamente pela institucionalização, que permitiria uma unificação de sentido nos esforços coletivos realizados até então. É nessa chave que, no restante do artigo, Sée se encarrega de apresentar propostas de métodos e programas de trabalho a serem coletivamente

¹²⁵ “La revue anglaise *The Economic History Review* (numéros d'octobre 1931 et d'avril 1932) a publié d'instructives notes sur l'enseignement de l'histoire économique en France (par M. Henri Hauser), en Allemagne (par M. Carl Brinkmann), en Belgique (par M. Henri Pirenne), en Suède (par M. Heckscher), en Italie (par M. Porri), en Russie (par M. Kosminsky). En aucun de ces pays, le nombre de chaires spéciales, consacrées à l'histoire économique, n'est bien considérable, et en France moins que n'importe où. M. Hauser ne s'en montre pas très chagrin, en considérant l'intérêt qu'a l'historien économiste à cultiver l'histoire générale. Cependant, il serait très utile d'augmenter le nombre des chaires.” SÉE, Henri. *Histoire Économique et Sociale* (1931-1932). *Revue Historique*, 1929, t. 173, n. 2, p. 109.

¹²⁶ Id, *Remarques sur la méthode en Histoire Économique et Sociale*. *Revue Historique*, 1929, t. 161, n. 1, pp. 90-98.

¹²⁷ “L'histoire économique et sociale n'est pratiquée que depuis assez peu de temps; l'attention des historiens se portait presque exclusivement sur l'histoire politique, militaire, diplomatique” Ibid, p. 90.

adotados, notadamente a priorização de sínteses em detrimento de monografias e a adoção do método comparativo e das técnicas estatísticas, para as quais os historiadores econômicos deveriam receber formação específica.

Em “Remarques sur la Méthode”, Sée deixa clara, ainda, sua oposição à estratégia de ação alternativa proposta por Hauser, afirmando:

Defendeu-se, além disso, por vezes – e em particular o sr. Henri Hauser – que essa ausência de especialização possuía mais vantagens do que inconvenientes: ela impede que os historiadores economistas se isolem muito estreitamente em seu domínio, e eles veem melhor a ligação que existe entre a história econômica e a história geral. Há algo de verdade nessa opinião. No entanto, um estágio de história geral não seria o suficiente para nossos especialistas? Quanto tempo perdido assimilando tantas questões de história diplomática cujo detalhe não tem nenhum interesse para nós! É proibido que os especialistas sejam inteligentes, que tenham noção do geral? Hoje, que é professor de história econômica na Sorbonne, o sr. Hauser faz um trabalho pior do que quando precisava discorrer sobre tudo e mais alguma coisa?¹²⁸

A natureza da estratégia diferenciada defendida por Hauser fica explícita na resposta do autor à provocação de Sée, publicada em 1931 na própria *Revue Historique*, sob o título “Enseignement d’Histoire Économique en France”¹²⁹. O início do artigo é marcado por pontos de acordo entre seu autor e Sée, notadamente a respeito do atraso da França em relação a outros países em termos de institucionalização da história econômica. Hauser enfatiza a existência de apenas duas cadeiras nominalmente dedicadas à área no país, uma delas ocupada por ele, e atribui o fato a algumas características particulares do sistema francês.

O ponto mais determinante para explicar essa defasagem é, para o autor, o que ele nomeia “psicologia intelectual da escola histórica francesa”¹³⁰, expressão que denominaria uma aversão própria dos intelectuais franceses à especialização e à compartimentalização artificial da realidade. Diferentemente do “espírito alemão”, o “espírito francês” seria enciclopédico, arredio a abstrações que deturpam a realidade em prol da construção de áreas de especialização. Não haveria, portanto, para os franceses,

¹²⁸ “On a parfois soutenu d'ailleurs - et en particulier M. Henri Hauser - que cette absence de spécialisation avait plus d'avantages que d'inconvénients: elle empêche les historiens économistes de se cantonner trop étroitement dans leur domaine, et ceux-ci voient mieux le lien qui existe entre l'histoire économique et l'histoire générale. Il y a une part de vérité dans cette opinion; cependant, un stage d'histoire générale ne suffirait-il pas pour nos spécialistes? Que de temps perdu à s'assimiler tant de questions d'histoire diplomatique, dont le détail n'a vraiment que peu d'intérêt pour nous! Est-il interdit à des spécialistes d'être intelligents, d'avoir le sens du général? Aujourd'hui que M. Hauser est professeur d'histoire économique en Sorbonne, fait-il moins de bonne besogne que lorsqu'il lui fallait discorrir de omni re scibili?” Ibid, p. 91.

¹²⁹ HAUSER, Henri. Enseignement d’Histoire Économique en France. *Revue Historique*, T. 168, pp. 320-327.

¹³⁰ Ibid, p. 321.

um *homo oeconomicus*, apenas o Homem, e tampouco uma história econômica, apenas a História:

Isso reitera que nós concebemos muito mal a existência de uma história econômica autônoma, isolada entre as outras histórias, império dentro de um império. A essa questão, “O que é a história econômica?”, seríamos tentados a responder: “Não existe história econômica”. Tudo o que existe é uma história dos aspectos econômicos da história.¹³¹

Na página seguinte, o autor complementa essa ideia, dizendo que “Nós repudiamos, portanto, a classificação de nossos historiadores em categorias fechadas, e eis o porquê de não sentirmos a necessidade de multiplicar as cadeiras ou mesmo os cursos especiais.”¹³². Hauser avança esse argumento dizendo, nas páginas seguintes, que, em razão desse “espírito”, a França prescinde de cadeiras especializadas, pois todos os bons historiadores franceses, em seu “horror pelos compartimentos cuidadosamente etiquetados”¹³³, fariam, em alguma medida, história econômica (mesmo que não fossem especialistas). Uma longa lista de exemplos vem comprovar a afirmação: Lucien Febvre e Marc Bloch em Estrasburgo, Henri Sée em Rennes, Prosper Boissonade em Poitiers, Marcel Blanchard em Montpellier, Ferdinand Lot, Paul Giraud e Gustave Glotz em Paris. Sem cadeiras específicas, todos esses historiadores ofereceriam a seus alunos uma rica formação em história econômica, evitando confiná-los, no entanto, a uma etiqueta limitadora.

Para Hauser, portanto, a não institucionalização é essencialmente positiva, preservando a “veia generalista” dos historiadores franceses e afastando-os dos enclausuramentos mais ajustados, segundo sua visão, à outra margem do Reno. Sua posição contundente não o impede, no entanto, de enxergar os *handicaps* dessa situação. Na seção final de seu artigo, o autor admite que a ausência de cadeiras especializadas implica uma série de deficiência na formação dos historiadores econômicos, notadamente a falta de uma iniciação em métodos específicos, como a estatística. Além disso, reconhecem-se outros problemas de ordem pragmática: sem cadeiras especializadas, os praticantes da área são privados da dedicação exclusiva a ela, diluindo seus esforços em problemas de outras ordens e, dessa forma, desacelerando o

¹³¹ “Ce revient à dire que nous concevons très mal l’existence d’une histoire économique autonome, isolée au milieu des autres histoires, empire dans un empire. A cette question: “Qu’est-ce que l’histoire économique?” nous serions tentés de répondre: “Il n’y a pas d’histoire économique.”. Ce qui seul existe, c’est une histoire des aspects économiques de l’histoire” Ibid, p. 322.

¹³² “Nous répugnons donc à classer nos historiens en catégories closes, et voilà pourquoi nous n’éprouvons guère le besoin de multiplier les chaires ou même les cours spéciaux” Ibid, p. 323.

¹³³ Ibid, p. 325.

progresso da especialidade. Por fim, Hauser menciona explicitamente a ausência de um nicho de mercado que torne a história econômica atrativa e que possa absorver os jovens doutores a ela dedicados. Frente a essa constatação, o historiador fecha seu artigo com um diagnóstico do problema que não indica, no entanto, uma cura:

Seria necessário, para tornar-se um historiador economista, ter aprendido a manejar os documentos como um editor de textos medieval, aplicar as regras de um método que valem igualmente para todas as formas de história e também ter recebido a educação puramente econômica e estatística que conviria a um atuário. Deve-se reconhecer que essas são exigências difíceis de conciliar.¹³⁴

Os pontos em comum entre as visões de Sée e Hauser atestam, portanto, que a institucionalização da história econômica e social era, na França do início do século XX, um processo pouco desenvolvido. O debate entre os dois historiadores revela, no entanto, que os praticantes da área nutriam visões bastante distintas a respeito de como encarar esse fato, e as estratégias a serem seguidas para a consolidação, afirmação e expansão da subárea disciplinar estavam longe de constituir um consenso. De um lado, Sée defendia a delimitação de uma especialização fechada, que dotasse a área de um sentido unívoco de progresso por meio da unificação teórico-metodológica. Para isso, a criação de cadeiras específicas seria um passo imperativo, e a legitimação dessa posição passa pela acusação do atraso francês frente aos demais países, sobretudo a Alemanha.

Hauser, por sua vez, reconhece o mesmo atraso, mas o ressignifica positivamente, atribuindo-o, em chave nacionalista, ao “espírito” intelectual francês. Para ele, a institucionalização da história econômica como uma especialidade fechada seria indesejável justamente por ir de encontro a essa “disposição intelectual nacional”. Além disso, seria um processo supérfluo, pois os franceses se encarregariam de avançar a especialidade sem precisar de sua etiquetagem definitiva. Não se trata, no entanto, de abrir mão da especialização, mas de avançá-la por outra via: a da infiltração em especialidades disciplinares já consolidadas e institucionalizadas, legitimada pelo discurso nacionalista que preservaria a especificidade francesa contra um modelo tido como alemão.

Os dois polos do debate encontram, no entanto, limites que seus defensores reconhecem. No caso de Sée, a tentativa de estabelecer contornos fixos e bem

¹³⁴ “Il faudrait à la fois, pour devenir un historien économiste, avoir appris à manier les documents comme un éditeur de textes médiévaux, appliquer les règles d’une méthode qui vaut également pour toutes les formes d’histoire, et aussi avoir reçu l’éducation purement économique et statistique qui conviendrait à un actuariaire. Ce sont là, il faut reconnaître, des exigences difficiles à concilier” Ibid, p. 327.

delimitados à especialidade disciplinar esbarra nos *handicaps* típicos de uma área em vias de constituição, sobretudo no caráter ainda rarefeito e tateante das contribuições. Em seus já mencionados boletins anuais, por exemplo, o autor busca colocar em prática uma das categorizações que propôs, no artigo de 1929, para o estudo da história econômica e social. Os textos são, invariavelmente, organizados em seis categorias fixas¹³⁵, mas, ao longo deles, é extremamente comum que o autor admita que, naquele ano, nenhuma obra sobre aquela temática havia sido escrita sob a perspectiva econômica e social; que poucos trabalhos poderiam ser listados ou que as obras arroladas eram de menor importância, de detalhe, não constituindo trabalhos decisivos para a especialidade. O primeiro boletim, datado de 1926, ilustra exemplarmente essa situação, estando permeado de afirmações como “há pouquíssimas bibliografias dedicadas à história econômica”¹³⁶, “nesse últimos anos, o regime agrário da Idade Média não foi objeto de muitos trabalhos”¹³⁷ ou “sobre a história das classes sociais, não temos muitos trabalhos a assinalar.”¹³⁸

É verdade que esse tipo de afirmação não deixa de trazer a seu autor algum tipo de ganho simbólico, alçando-o à condição de pioneiro de uma área ainda deserta, não desbravada e aberta à ocupação. A constante admissão de que as categorias teóricas propostas por Sée não podem, em muitos casos, ser vinculadas a trabalhos reais também constitui, no entanto, um indício do caráter ainda rarefeito de ocupação da história econômica e social. Ao tentar fazer vingar em seus boletins uma divisão temática capaz de homogeneizar os esforços coletivos de pesquisa, o autor vê-se obrigado a admitir, reiteradamente, que não possui resultados para apresentar em certos domínios, o que sugere que, dado seu estado de evolução, ocupação e institucionalização, a história econômica e social não se prestava, ainda, a um tipo de divisão tão fixa e tão estanque.

A estratégia proposta por Hauser, por outro lado, também carrega problemas e limitações admitidos pelo próprio autor. Como já exposto, o historiador admite, no artigo de 1931, que sua posição não dá conta das deficiências formativas oriundas da ausência de cadeiras especializadas, e tampouco da ausência de um nicho de mercado capaz de garantir o êxito de carreira aos jovens praticantes da área.

¹³⁵ A saber, *Instrumentos de trabalho: bibliografias e publicação de documentos, História Econômica Geral, Regime Agrário, Comércio e Indústria, Crédito Privado, Crédito Público: Capitalismo e, por fim, Classes Sociais: Movimento Social*.

¹³⁶ “Il existe fort peu de bibliographies dédiées à l’histoire économique” SÉE, Henri. *Histoire Économique et Sociale* (1920-1925). *Revue Historique*, 1926, t. 152, n. 2, p. 231.

¹³⁷ “En ces dernières années, le régime agraire du Moyen Âge n’a pas fait l’objet d’un grand nombre de travaux” Ibid, p. 237.

¹³⁸ “Sur l’histoire des classes sociales, on n’a pas un grand nombre d’études à signaler” Ibid, p. 256.

Frente às diferenças notáveis entre as estratégias defendidas por Sée e Hauser, cabe notar, por fim, um último elemento crucial do debate aqui exposto: a posição ocupada pelos debatedores no campo intelectual francês da década de 20. Referimo-nos ao fato de que, enquanto o primeiro ocupava a posição de professor de História Moderna e Contemporânea na universidade provincial de Rennes, o segundo era titular da única cadeira especificamente dedicada à história econômica na capital, mais especificamente na Sorbonne. Os projetos de ambos para a história econômica e social parecem estar, portanto, estreitamente ligados à posição ocupada por cada um deles. Com efeito, o professor de província, ocupante de uma cadeira que não condizia com a especialização que reivindicava para si, defendia a necessidade da especialização, da institucionalização e da proliferação de postos de trabalho para os especialistas da área com a criação de cadeiras específicas. O ocupante de uma cadeira especializada no epicentro do prestígio intelectual francês, por outro lado, advogava contra a ultraespecialização, argumentando que a criação de cadeiras e cursos específicos seria redundante e, em última análise, contradiria o “espírito intelectual” francês.

Tem-se, portanto, que a história econômica e social era, em 1929, uma área de especialização já existente e dotada de uma posição particular graças ao tipo de resposta que oferecia ao dito “desafio sociológico”. Tratava-se, no entanto, de um domínio ainda não plenamente institucionalizado, ou seja, ainda não dotado de respaldo institucional na forma de cadeiras especializadas, de um corpo de pesquisadores sistematicamente dedicado a ele, dos meios para a reprodução desse corpo de historiadores e de um influxo constante de trabalhos subscritos à especialidade. Dado o escopo deste trabalho, essas não são questões menores. Compreender a relevância da história econômica e social, seu estágio de consolidação nas décadas de 20 e 30 e as estratégias de afirmação dessa especialidade que se encontram em disputa é fundamental para que se aclare a movimentação, dentro dessa subárea disciplinar, de dois historiadores que viriam a figurar entre seus maiores expoentes: Marc Bloch e Lucien Febvre. Trazer à tona essas relações dependerá, portanto, de compreender as trajetórias dos dois historiadores, reinserindo-os no conjunto de condições objetivas descritos nos itens 2.1 e 2.2 e 2.3.

2.4) Marc Bloch, Lucien Febvre e o nascimento dos *Annales*

Trajetórias profissionais: aproximações e afastamentos

As trajetórias de Marc Bloch e Lucien Febvre apresentam uma série de pontos de contato, o que não destoia do esperado dada a homogeneidade que o recrutamento dos historiadores profissionais passa a impor ao perfil social desses indivíduos na Terceira República. Ainda assim, algumas diferenças importantes marcam a distância entre os dois historiadores, a começar pela diferença de idade: nascido em 22 de julho de 1878, Febvre era oito anos mais velho do que Bloch, nascido em 6 de junho de 1886. Ambos percorrem, com efeito, percursos formativos e profissionais quase idênticos, cumprindo suas principais etapas escolares nas mesmas instituições. Apesar de espelhados, no entanto, esses trajetos são descompassados em quase uma década, diferença que impacta as experiências de cada um nessas instituições.

Ambos frequentaram, por exemplo, o prestigioso liceu Louis-le-Grand, sendo aprovados, ao cabo do ensino secundário e com a mesma idade (17 anos), no exame nacional do *baccaléaureat*¹³⁹. Bloch não realiza, no entanto, o mesmo exame que o futuro colega, sendo sua geração uma das primeiras a prestar o *bac* após as reformas de 1890 e 1891, que suprimem a divisão entre Letras e Ciências, instituindo dois exames para o currículo clássico e dois para o currículo moderno (nomenclatura que vem substituir o antigo secundário especial)¹⁴⁰. *Bachelier* em Letras, portanto, Febvre carrega um título distinto do de Bloch, laureado *bachelier* em Instrução Clássica nas áreas de Letras e Filosofia. O caminho que leva cada um à *École Normale Supérieure* da rue d'Ulm apresenta, também, diferenças discretas: enquanto Bloch é admitido na instituição no ano seguinte à conclusão do ensino secundário, em 1904, com dezoito anos recém-completos, Febvre só obtém êxito com um ano adicional de cursos preparatórios, tornando-se um normaliano em 1897, aos dezenove anos.

A experiência normaliana dos dois também não é idêntica: frequentando a *École* entre 1897 e 1901, Febvre vive, ali, o ápice do engajamento socialista na instituição, demarcado por Christophe Charle entre o fim da década de 80 (com a admissão de Lucien Herr como bibliotecário em 1888) e o ano de 1904, quando se observaria um arrefecimento da mobilização socialista que acompanha o fim da “fase heroica” do *Affaire Dreyfus*. A partir desse ano, ainda segundo o autor, os normalianos que se declaram socialistas são indivíduos isolados que reaproveitam as estruturas de

¹³⁹ Lucien Febvre é aprovado no exame em 1895 e, Bloch, em 1903.

¹⁴⁰ Essa reforma é um dos resultados das disputas entre reformistas e conservadores narradas no primeiro item deste capítulo, carregando, portanto, implicações sociais e culturais profundas. Para o detalhamento das reformas conquistadas pelos progressistas ao longo da Terceira República, cf. PROST, Antoine. *L'enseignement en France, 1800-1967*. Paris: Armand Colin, 1968.

socialização criadas por seus antecessores, não havendo mais núcleos de jovens normalianos fundadores de novos círculos.¹⁴¹ Tem-se, portanto, que, enquanto Febvre desfruta do ápice das redes de *camaraderie* estabelecidas pelo socialismo normaliano, Bloch, também socialista e forte candidato à inserção nelas graças à sua origem judia e alsaciana¹⁴², vivencia uma versão bastante atenuada dessa experiência, ingressando na instituição precisamente no ano de 1904.

Outra coincidência na trajetória dos dois historiadores é a fruição de uma bolsa de estudos da *Fondation Thiers* durante a elaboração de seus respectivos doutorados. O benefício vem a ambos no mesmo ponto da carreira (no ano seguinte ao êxito no concurso de *agrégation*¹⁴³), mas o tempo despendido por cada um para a obtenção do título de doutor difere consideravelmente: enquanto Febvre defende sua tese (*Phillipe II et la Franche-Comté*) em 1911, aos 33 anos, Bloch o faz em 1920, aos 34 anos (atraso influenciado, sobretudo, pelo engajamento na Primeira Guerra Mundial). De fato, Marc Bloch, ao tornar-se doutor, já lecionava na Universidade de Estrasburgo, seu primeiro cargo universitário, conquistado em 1919. Trata-se do mesmo ano em que Febvre é contratado pela universidade fronteiriça, à diferença de que, para ele, não se tratava do primeiro cargo universitário.

A ida para Estrasburgo representava para Febvre, com efeito, um passo importante contra a estagnação que atribuíam a seu posto de professor de História da Borgonha na Universidade de Dijon, ocupado desde 1912¹⁴⁴. Existe, portanto, uma diferença simbólica entre as contratações de 1919 para cada um dos historiadores.¹⁴⁵ Ainda assim, a província não representava, para nenhum dos dois, um destino profissional final: desde Estrasburgo, os olhos voltavam-se, em movimento natural, para

¹⁴¹ CHARLE, Christophe. *Paris fin de siècle, culture et politique*. Paris : Le Seuil, 1998, p. 233.

¹⁴² Como sugerido na p. 64, o sentimento de não pertencimento e de estrangeirismo na instituição é uma das motivações centrais dos normalianos que se engajam na causa socialista.

¹⁴³ Note-se, no entanto, que Febvre torna-se bem sucedido no concurso apenas em 1902, aos 24 anos, enquanto Bloch torna-se agregé em 1908, aos 22.

¹⁴⁴ Antes da nomeação à Universidade de Dijon – seu primeiro posto universitário – Febvre ensinava em diversos liceus de província, notadamente os liceus de Bar-le-Duc (1902), de Lons-le-Saunier (1907) e de Besançon (1907). CHARLE, Christophe. *Les Professeurs du Collège de France, dictionnaire biographique (1901-1939)*. Paris: Éditions du CNRS-INRP, 1988.

¹⁴⁵ Cabe notar, em especial, a posição diferencial da universidade de Estrasburgo frente às outras universidades de província. Terminada a Primeira Guerra Mundial, a instituição, no coração da cidade reconquistada, torna-se um ícone de propaganda da autonomia francesa; um ponto estratégico de reconstrução da soberania nacional que justifica um deslocamento importante de recursos financeiros e humanos. De fato, como aponta André Burguière, a universidade ameaçava, em seus primeiros anos, erodir o poder *sorbonnard*, atraindo orçamentos vultosos e reunindo alguns dos principais nomes que ingressavam, então, na carreira universitária. BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. v. 34, n. 6, 1979. p. 1349.

Paris. A naturalidade dessas expectativas não é estranha, posto que, como explicitado ao final do item anterior, o novo sistema de produção da “ciência histórica” apresenta aos “jogadores” (sobretudo aos mais habilidosos) a ocupação de cargos universitários como um destino autoevidente, naturalmente orientado em direção à ocupação de posições na capital, onde se concentravam os postos intelectuais dominantes. É nesse ponto de suas carreiras, portanto, que a crise dos postos universitários e a estagnação das carreiras tornam-se mais sensíveis para Bloch e Febvre: a posição antes confortável ocupada em Estrasburgo passa a ser sentida, cada vez de forma mais intensa, como uma experiência de confinamento na província; a universidade, antes ponto estratégico de ascensão profissional, transforma-se em um cativeiro a partir do qual se observa uma Paris cada vez mais distante.

Origens familiares e pertença religiosa

Um jogo de aproximações e afastamentos marca, portanto, as trajetórias escolares e profissionais de Bloch e Febvre. Esse jogo, no entanto, complexifica-se quando observadas as origens sociais de cada um. Ambos são, é verdade, filhos de homens dedicados ao trabalho intelectual: como se pode observar na tabela relativa ao perfil social do comitê editorial dos *Annales*¹⁴⁶, Bloch e Febvre eram, além de Maurice Halbwachs, os únicos do grupo com pais *agregés* que haviam passado pela *École Normale*. Gustave Bloch havia, no entanto, alcançado um nível mais elevado de consagração intelectual: se o pai de Febvre havia alcançado a posição de professor de liceu em Nantes, o de seu colega tornara-se um *antiquisant* de peso, professor da Universidade de Lyon, conquistando, posteriormente, posições na capital, primeiro na ENS e, por fim, na Sorbonne.

A herança dupla recebida de seu pai é reconhecida por Bloch, por exemplo, na dedicatória de sua tese, na qual se lê “A meu pai, seu aluno”¹⁴⁷, uma imbricação digna de nota entre herança cultural e afetiva. Essa relação se faz ainda mais clara, no mesmo livro, quando o historiador justifica essa dedicatória, notando que teria dedicado a obra a seu orientador, Christian Pfister, mas que “obedecendo a um sentimento profundo que ele compreenderá, eu havia decidido dedicar minha tese a outro de meus mestres, que

¹⁴⁶ Trata-se da tabela 1, já mencionada, disponível na p. 118.

¹⁴⁷ “À mon père, son élève.” BLOCH, Marc. *Rois et serfs : un chapitre d'histoire capétienne*. Paris: H. Champion, 1920, dedicatória.

me dá suas lições há muito mais tempo”¹⁴⁸. A noção de que seu pai lhe transmitira, mais do que o sangue, um lastro intelectual que incide de forma determinante sobre sua carreira faz-se ver de forma ainda mais clara no *avant-propos* de seus *Reis Taumaturgos*, obra de 1924. Ali, Bloch afirma:

Eu devo a meu pai o melhor de minha formação de historiador: suas lições iniciadas na infância e que, desde então, nunca cessaram, nunca haviam cessado, imprimiram-me com uma marca indelével¹⁴⁹

Ainda que notável em relação à de outros colegas, a herança familiar de Febvre em termos culturais era consideravelmente mais pálida do que a de Bloch. Seu pai, Paul Febvre, seguira alguns dos passos da “via régia” de consagração intelectual francesa, formando-se pela ENS em 1865 e sendo aprovado no concurso de *agrégation* em gramática sete anos mais tarde, em 1872. A dedicação a atividades do domínio intelectual estendia-se ainda uma geração, posto que o avô de Febvre fora diretor de uma escola de ensino secundário – seu pai, no entanto, não conquistaria o mesmo prestígio intelectual de Gustave Bloch, limitando sua atividade profissional ao magistério em liceus de província (Tournon, Besançon e Nancy).

Ao sentimento de filiação intelectual de Bloch com relação a seu pai, soma-se, em 1923, o luto. Gustave Bloch morre no dia 3 de dezembro, aos 75 anos, pouco mais de um ano após o falecimento de seu outro filho, Louis Bloch, falecido em 2 de dezembro de 1922, vítima de câncer¹⁵⁰. As mortes inesperadas do pai e de seu único irmão não apenas abalam Marc Bloch profundamente, mas alteram de forma substantiva suas condições materiais: aos 36 anos, ele se tornava o único provedor de sua família, tornando-se responsável por sua mãe, seus dois sobrinhos e a cunhada, agora viúva, além de sua família recém-constituída com Simone Bloch (née Vidal), com quem se casara em 1919. Febvre, por outro lado, era filho único e, quando do ingresso em Estrasburgo, ainda solteiro, posto que seu casamento com Alice Febvre não ocorreria antes de 1921. Desfrutava, portanto, de um contexto familiar menos adverso do que o de Bloch, o que pode ter influenciado sua inquietação mais precoce do que a do colega

¹⁴⁸ “Obéissant à un sentiment profond qui sera compris de lui, je n’avais tenu à dédier ma thèse à un autre de mes maîtres qui me donne ses leçons depuis bien plus longtemps encore” BLOCH, Marc, *ibid.*, p. 14.

¹⁴⁹ “J’ai dû à mon père le meilleur de ma formation d’historien: ses leçons commencées dès l’enfance et qui, depuis, n’avaient jamais cessé, m’ont marqué d’une empreinte que je voudrais ineffaçable” BLOCH, Marc, *Les rois thaumaturges*. Paris : Gallimard, 1924, p. XLI.

¹⁵⁰ FINK, Carole. *Marc Bloch: A Life in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 80.

com o confinamento na província e o distanciamento cada vez maior das perspectivas de cargos parisienses.

As diferenças entre os historiadores no plano familiar se aprofundam ainda mais quando suas filiações religiosas são levadas em consideração. A origem judaica de Marc Bloch é, de fato, um traço biográfico longe de ser desconhecido, e tende a ser lembrado, sobretudo, quando se faz referência ao desfecho trágico de sua vida – tendo ele sido capturado pelas forças nazistas e fuzilado na cidade de Saint-Didier-de-Formans em 16 de junho de 1944, a memória de Bloch como soldado e resistente¹⁵¹ vem usualmente associada à sua origem judaica, que reforçaria o heroísmo de seu martírio. O próprio historiador, no entanto, nutriria uma relação dúbia com seu judaísmo não praticante durante toda a sua vida, adotando a condição francesa, e não judia, como parte primária de sua identidade¹⁵². O enfrentamento com o antissemitismo de determinados setores da sociedade francesa, no entanto, levou-o a uma necessidade de reflexão constante sobre essas origens, como constata as numerosas menções à religião de seus antepassados em seu “testamento intelectual”, redigido em 1941 e publicado postumamente na Revista dos *Annales*, em 1945.

Nesse texto, Bloch parece buscar apaziguar seus próprios conflitos com sua herança religiosa. É digno de nota, por exemplo, o modo como o autor equilibra de forma delicada dois sentimentos contrastantes: por um lado, reclama não se identificar como judeu, o que se faz ver em trechos como “eu não pedi que, sobre meu túmulo, fossem recitadas as orações hebraicas cujas cadências, no entanto, acompanharam até seu descanso final tantos de meus ancestrais, incluindo meu próprio pai.”¹⁵³ ou “estrangeiro a todo formalismo confessional e a toda solidariedade pretensamente racial, eu me senti, durante minha vida inteira, antes de tudo, simplesmente francês”¹⁵⁴. Afirma, ainda, nunca ter sentido o peso da origem judaica como um obstáculo ou uma constrição em sua trajetória. (“eu nunca senti que minha qualidade de judeu tenha

¹⁵¹ Sobre esse tipo de resgate da imagem de Bloch, cf. DUMOULIN, Olivier. *Marc Bloch*. Paris : Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 2000, pp. 109-129.

¹⁵² “Je suis juif, sinon par la religion, que je ne pratique point, non plus que nulle autre, du moins par la naissance. [...] Je ne revendique jamais mon origine que dans un cas : en face d’un antisémite.” BLOCH, Marc, *L'étrange défaite*. Paris: Gallimard, 1990.

¹⁵³ “Je n’ai point demandé que sur ma tombe fussent récitées les prières hébraïques, dont les cadences, pourtant, accompagnèrent vers leur dernier repos tant de mes ancêtres et mon père lui-même” BLOCH, Marc. Testament spirituel de Marc Bloch. *Annales d’histoire sociale*. n. 1, 1945. p. 6.

¹⁵⁴ “Étranger à tout formalisme confessional comme à toute solidarité prétendument raciale – je me suis senti, durant ma vie entière, avant tout et très simplement Français” Ibid., p. 7.

imposto a meus sentimentos o menor obstáculo”¹⁵⁵). Por outro lado, no entanto, Bloch confessa ter se sentido forçado ao reconhecimento dessa herança religiosa e cultural em função da escalada antissemita na França (“Eu afirmo então, se for necessário, face à morte, que nasci judeu; que nunca procurei me defender disso e que nunca encontrei nenhum motivo que me tentasse a fazê-lo”¹⁵⁶).

O espaço que essas reflexões ocupam nesse testamento, bem como a relação tensa entre negação da identidade judia e reconhecimento forçado dessa identidade, sugerem que as origens familiares ocuparam, na vida de Bloch, um espaço maior do que o historiador teria dado a ver. A afirmação de que questões étnicas e religiosas nunca haviam pesado para ele como uma constrição, por exemplo, vai de encontro aos sentimentos expressos pelo próprio historiador na troca de cartas com Lucien Febvre a respeito da campanha de Bloch ao *Collège de France*, em 1936. Em carta de 9 de fevereiro desse ano¹⁵⁷, Febvre, já eleito ao *Collège*, aponta ao colega as dificuldades que o antissemitismo da instituição imporia a uma possível candidatura – a Sorbonne, apesar de menos visada pelos dois, seria, segundo Febvre, uma opção mais segura, na qual a questão religiosa imporia menos impedimentos.

A validade desses conselhos pareceu provar-se nos meses seguintes: em 12 de abril¹⁵⁸, Febvre reporta ao colega uma conversa que tivera com Henri Maspero, que lhe confidenciara a impressão de que Bloch não tinha nenhuma chance de vitória, em tom considerado pelo codiretor dos *Annales* como notavelmente antijudeu. No dia 19 do mesmo mês, Bloch responderia lamentando esse tipo de discriminação velada e, para ele, particularmente perniciosa posto que discreta, mas afirmaria não estar surpreso¹⁵⁹. Após duas candidaturas malsucedidas (1928 e 1934/1935), o mais jovem dos diretores dos *Annales* acaba por seguir a rota apontada por seu amigo como menos desejável, mas mais realizável: em 1936, conquista a cadeira de História Econômica da Sorbonne, ocupando a vaga aberta pela morte de Henri Hauser. Esse vislumbre da corrida por postos universitários indica que, apesar de negá-lo publicamente, Bloch possuía consciência dos *handicaps* que a condição judaica impunha e, mais do que isso, chegou a ordenar suas estratégias de carreira com base nessas limitações.

¹⁵⁵ “Je n'ai jamais éprouvé que ma qualité de Juif mît à mes sentiments le moindre obstacle.” BLOCH, Marc loc. cit.

¹⁵⁶ “J'affirme donc, s'il le faut, face à la mort, que je suis né Juif; que je n'ai jamais songé à m'en défendre, ni trouvé aucun motif d'être tenté de le faire.” id., loc. cit..

¹⁵⁷ BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994b, p. 385.

¹⁵⁸ Ibid., p. 415

¹⁵⁹ Ibid., p. 418.

Do lado de Febvre, tem-se, novamente, uma situação mais confortável: se, em termos de herança cultural, o historiador mais velho encontrava-se aquém do colega mais novo, o catolicismo não praticante da família Febvre representaria, em termos religiosos, uma vantagem considerável em relação à origem judaica dos Bloch. Isento do estigma do judaísmo e declarando-se ateu, Febvre teria poucas dificuldades em fundir-se aos meios intelectuais republicanos e laicistas, e mesmo, eventualmente, a instituições nas quais, como já visto, o antissemitismo se fazia sentir, notadamente o *Collège de France*.¹⁶⁰

Algumas das disposições subjetivas de Bloch e Febvre, visíveis em suas tomadas de posição intelectuais, parecem permitir entrever lampejos dessas dissonâncias objetivas entre trajetórias profissionalmente tão similares. Na leitura da obra dos dois autores, desde livros até cartas, o tom ácido, expansivo e extravagante de Febvre contrasta com a sobriedade e o preciosismo técnico da escrita de seu amigo e codiretor: ainda que ambos demonstrem um domínio pleno das regras de erudição e de produção historiográfica nos moldes posteriormente chamados “metódicos”, esse virtuosismo erudito é manejado por eles de forma distinta, mais contida em Bloch e mais perdulária em Febvre. Essas diferenças de estilo são tão sensíveis que chegam, na historiografia, a cristalizar-se como traços de personalidade: no já citado livro de Peter Burke a respeito da “escola” dos *Annales*, afirma-se que:

Febvre, oito anos mais velho, era expansivo, veemente e combativo, com uma tendência a zangar-se quando contrariado por seus colegas; Bloch, ao contrário, era sereno, irônico e lacônico, demonstrando um amor quase inglês por qualificações e juízos reticentes.¹⁶¹

A despeito dessas diferenças, que são, é certo, decisivas, os pontos de contato entre as trajetórias de Bloch e Febvre parecem garantir que os dois historiadores que se encontram, em 1919, na Universidade de Estrasburgo estivessem ligados por laços de identificação suficientemente fortes para que fossem rapidamente ressignificados em sentimentos de empatia: “Eu já vi Marc Bloch, e acredito que nos daremos muito bem”¹⁶², confia Lucien Febvre a Henri Berr em carta de novembro de 1919, logo após o primeiro contato profissional entre os futuros diretores dos *Annales*. Dez anos mais

¹⁶⁰ As informações biográficas reportadas são extraídas de CHARLE, Christophe. *Les Professeurs du Collège de France, dictionnaire biographique (1901-1939)*. Paris: Éditions du CNRS-INRP, 1988.

¹⁶¹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. op. cit., p. 30.

¹⁶² “J’ai déjà vu Marc Bloch; je crois que nous nous entendrons très bien ensemble” MÜLLER, Bertrand. *Lucien Febvre, lecteur et critique*. opt. cit, p. 68.

tarde, de fato, os dois, convertidos em amigos e colaboradores, fundariam o periódico lembrado ao longo do século XX como sua principal obra conjunta: os *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Especificados os pontos da carreira em que cada um deles se encontrava nesse momento fundador, bem como sua posição em relação ao contexto de crise e mudança que atinge a comunidade dos historiadores após a Primeira Guerra Mundial, cabe, para completar esse ângulo de análise, estudar com mais detalhes o tipo de prestígio angariado por cada um dos fundadores no momento de fundação da revista, e, por consequência, o tipo de propriedade intelectual que cada um imprime, a reboque de sua imagem pública, ao periódico.

Bloch e Febvre: nomes em circulação

Os pontos de contato e divergência, de aproximação e afastamentos descritos, até aqui, nas trajetórias de Bloch e Febvre, não deixariam de transparecer na imagem pública construída por seus contemporâneos a respeito dos dois historiadores. Isso significa que, assim como as trajetórias escolares, profissionais e familiares dos fundadores dos *Annales*, suas respectivas imagens públicas apresentam pontos de convergência importantes, mas distinções igualmente determinantes. Desde o início de suas carreiras, o trabalho de ambos é alvo, na França e fora dela, de uma recepção crítica que, paulatinamente, associa às duas figuras uma série de propriedade intelectuais específicas. Ambos são, por exemplo, reiteradamente representados por seus resenhistas como historiadores subscritos à história econômica e social, e, com efeito, parte do processo de constituição e afirmação desse domínio disciplinar descrito no item 2.3.

Esse pertencimento é atestado, por exemplo, pela menção constante dos comentadores às contribuições de ambos para “história econômica” ou aos “estudos da estrutura social” e pela circulação de seus trabalhos sob a pena de nomes reconhecidos da área, como Henri Sée, Henri Hauser, Ferdinand Lot e Gabriel Le Bras. Bloch, por exemplo, ocupa lugar cativo nos já mencionado boletins Sée, dedicados a inventariar os trabalhos relevantes publicados, anualmente, sob a égide dessa especialidade. Sée confere, de fato, atenção ao jovem historiador desde a publicação de sua tese,

apresentando-a no boletim de 1926 com a observação de que “A atraente tese do sr. Marc Bloch abunda em perspectivas novas e ideias sugestivas”¹⁶³.

O comentário de Sée espelha, ainda, outra característica comum à recepção crítica tanto de Bloch quanto de Febvre: a ênfase sobre sua verve inovadora, sua originalidade analítica e sua ultrapassagem dos quadros tradicionais de seus respectivos objetos de pesquisa. Isso não significa, bem entendido, que as obras de Bloch e Febvre fossem *inéditas*, o que exigiria uma revisão completa da literatura especializada em história medieval e moderna que escapa ao horizonte deste trabalho. Importa, no entanto, que suas posturas sejam reconhecidas como *inovadoras* por seus pares, e que eles próprios tentem, como se verá à frente, entreter, valorizar e potencializar essa imagem.

Um elemento ainda mais significativo da recepção das obras de Bloch e Febvre, no entanto, é o fato de que essa ênfase sobre sua originalidade, não vinha, via de regra, sozinha, mas acompanhada de elogios ao domínio resolutivo apresentado por ambos sobre as regras “tradicionais” do *métier* de historiador, estabelecidas ao longo do processo de profissionalização descrito no item 2.2. Com efeito, a celebração da inovação analítica dos historiadores apoiava-se com frequência na constatação da extensão de sua erudição, da meticulosidade e precisão de sua crítica documental (externa e interna) ou da minúcia de seu trabalho arquivístico. A menção ao virtuosismo metodológico de Bloch e Febvre vem com frequência, portanto, dar legitimidade à originalidade de suas teses, calçando-as com a fiabilidade que emana da “boa prática histórica”. Esse aspecto da circulação do nome de ambos está documentado no box abaixo, no qual se reúnem alguns dos exemplos desse expediente crítico identificados em resenhas dedicada às suas obras:

¹⁶³ “La thèse si attrayante de M. Marc Bloch abonde en vues nouvelles, en idées suggestives.” SÉE, Henri. Histoire Économique et Sociale (1920-1925). *Revue Historique*, 1926, t. 152, n. 2, p. 238.

BLOCH E FEBVRE: ARAUTOS DA INOVAÇÃO, GUARDIÕES DA TRADIÇÃO

BLOCH

Proclamons tout de suite que cette étude constitue une contribution de premier ordre à l'histoire de la condition des personnes et en particulier des classes rurales en France aux XIII^e et XIV^e siècles. Elle se recommande par l'inflexible rigueur de la méthode et la prudence des hypothèses; l'information est abondante, sûre, originale, puisée pour une part très considérable dans des documents d'archives inédits.

Fonte: GANSHOF, François-Louis. Revue belge de philologie et d'histoire, 1922, T.1, fasc. 4, p.759 e 763.

On louera grandement, tout d'abord, la documentation très étendue et très précise, d'autant plus remarquable qu'en un pareil sujet elle était éparpillée à l'extrême. La critique des textes, les discussions érudites peuvent satisfaire les spécialistes les plus difficiles. Mais on admirera davantage encore l'art avec lequel l'auteur tire de ses recherches des données historiques extrêmement précieuses, ouvrant tout un champ nouveau d'investigations scientifiques

Fonte: Sée, Henri. *Annales de Bretagne*. 1924, T. 36, n. 2, 1924. p. 404.

Il est fort heureux que ce sujet, d'une si grande portée pour l'histoire économique et même pour l'histoire tout court, ait trouvé pour le traiter un savant aussi compétent que M. Marc Bloch, d'une érudition à la fois si profonde et si étendue, d'un esprit très doué pour les idées générales. On ne s'étonnera donc pas que l'auteur nous apporte beaucoup de nouveau sur l'histoire agraire de la France et que son exposé si attrayant abonde en vues suggestives.

Fonte: SÉE, Henri. *Annales de Bretagne*, 1932, T. 40, n. 1, p. 181.

Le livre de M. Marc Bloch possède toutes les qualités d'une excellente synthèse: une documentation sûre, une présentation claire, des vues originales qui réservent une juste place aux théories courantes, un double effort pour retrouver les lois d'une évolution dans le temps et d'une répartition dans l'espace. Sur le plan français comme sur le plan européen, l'ouvrage trace en effet d'utiles directions aux chercheurs, et jette un jour nouveau sur les questions de vie rurale, le plus remarquable des points de contact entre la géographie et l'histoire, aidant ainsi à la coordination des deux disciplines.

Fonte: SAINT-JACOB, Pierre. *Les Études rhodaniennes*, 1935, V. 11, n. 1, p. 102.

FEBVRE

Voici un ouvrage dont le contenu répond bien à son titre ; et ce seul détail révèle déjà chez l'auteur un besoin de sincérité et de probité historique assez rare pour que l'on se fasse un devoir de le signaler tout de suite. Publier des documents peu connus ou inédits en un texte scrupuleusement fidèle, les éclairer, chemin faisant, de notes complémentaires, n'en tirer que les faits et les conclusions qui y sont rigoureusement contenus et dégager de la sorte, autant que faire se peut, la vérité objective, ce n'est pas là, si l'on veut, de la grande histoire, mais c'est justement ce qui la prépare et montre à quel point elle peut être élevée à la hauteur d'une Science

Fonte: ALLOING, Louis. *Revue d'histoire de l'Église de France*, 1914, T. 5, n. 28, 1914. p. 525

M. Febvre Nous indique quelle était en Franche-Comté, durant tout le XVI^e siècle, la situation de la noblesse et de la bourgeoisie, leurs richesses et leurs revenus, leur manière de vivre et leurs mœurs; et ces études d'histoire économique, faites à l'aide d'une masse de petits faits minutieusement contrôlés, sont véritablement admirables; elles forment la partie la plus brillante de l'ouvrage.

Fonte: PFISTER, Charles. *Revue Historique*, 1912, n. 109, p. 406

Qu'il s'agisse des débuts obscurs du jeune moine ou de ses actes publics ; M. Febvre analyse les textes avec une vigueur et une sûreté remarquables, pour aboutir presque toujours à des conclusions à la fois plausibles et personnelles (...) M. Febvre apporte des points de vue peut-être plus neufs encore, parce qu'il joint à l'indispensable intelligence psychologique une connaissance approfondie du XVI^e siècle. de la vie économique et morale dans l'Allemagne du XVI^e siècle.

Fonte: PINTARD, René. *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, 1928, 3-17, p. 390.

En des pages où la solidité et l'éclat de la forme répondent à la vigueur originale de la pensée, M. Febvre démontre que nul pays n'offrirait à la réforme du monde Chrétien un sol plus ingrat..

Fonte: RENAUDET, Augustin. *Les Études rhodaniennes*, 1935, V. 11, n. 1, p. 102.

Além desses paralelos, no entanto, a recepção crítica de cada um dos autores carrega, também, especificidades. No caso de Bloch, a principal constante é a paulatina caracterização do historiador como um *mestre* da história medieval; uma autoridade incontornável em seu domínio de estudos, adjetivação amplamente empregada por resenhistas. No caso do medievalista, portanto, o reconhecimento casado de seu gênio inovador e de seu domínio das regras do *métier* é uma dupla láurea que formata, progressivamente, seu reconhecimento como uma autoridade incontestada da história econômica e social do período medieval. Bloch acumula, com efeito, um lastro de prestígio que inspira uma correlação automática entre seu nome, a superação de quadros tradicionais de pesquisa, o virtuosismo erudito e a solidez metodológica, o que se traduz, usualmente, nas categorias de “mestre” ou “autoridade”, como se pode constatar nos excertos apresentado no box 2.

Apesar de Febvre ter, também, sua autoridade específica reconhecida (sobretudo no que tange aos estudos regionais da Franche-Comté), o traço distintivo que mais chama atenção nas resenhas dedicadas à sua obra, e que está ausente da recepção crítica de Bloch, é sua tendência polemista, via de regra associada a um estilo de escrita peculiar (extravagante, inflamado, perdulário) criticado por alguns comentaristas e elogiado por outros. Ao avaliar *Martin Luther*, por exemplo, René Pintard traz diversos comentários a respeito do estilo apaixonado de Febvre e de sua “língua nervosa”¹⁶⁴, que, na avaliação do resenhista, tornavam leitura particularmente emocionante. Ao comentar *La Terre et L'Évolution Humaine*, por outro lado, Henri Hauser avalia que, em sua ânsia polemista, Febvre acaba por se exceder no tom¹⁶⁵. O comentário de Hauser a esse respeito, bem como outras avaliações que ressaltam o mesmo aspecto da imagem pública de Febvre, podem ser igualmente encontrados nos excertos selecionados para o box 2.

¹⁶⁴ PINTARD, René,. *Revue d'Histoire Moderne & Contemporaine*, 1928, 3-17, p. 390.

¹⁶⁵ HAUSER, Henri. *Revue Critique d'Histoire et de Littérature*, 1924, n.4, p. 92.

BLOCH E FEBVRE: O MESTRE E O POLEMISTA

Bloch, o mestre

Certes, l'auteur — un des maîtres de notre histoire rurale — n'hésite pas à souligner d'un trait souvent fort net nos ignorances, car l'explication de nombreux faits continue de se refuser et se refusera peut-être toujours en l'absence de documents.

Fonte: MONNERAYE, Jean de la. Les caractères originaux de l'histoire rurale française. *Revue d'histoire de l'Église de France*, 1933, T. 19, n. 82, 1933. p. 65.

L'auteur est assurément un de nos médiévistes les plus connus et les plus dignes de l'être. Il a publié des travaux de premier ordre et qui lui ont assuré la reconnaissance admirative de tous. Son oeuvre toutefois témoigne dans son ensemble de plus d'esprit d'analyse que de génie de synthèse (...)

L'esprit d'analyse, où l'auteur triomphe à son ordinaire, donne ici à plein. Même mérite pour tout ce qui touche dans l'un ou l'autre des deux tomes aux facteurs économiques. On a plaisir à retrouver là, dans toute la supériorité de son exceptionnelle compétence, l'érudit qui s'est fait en France une spécialité incontestée de l'histoire économique médiévale.

Fonte: CALMETTE, Joseph. *Annales du Midi : revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*, 1940, T. 52, n. 207-208, 1940, p. 375 e ibid., p. 377

Il est presque superflu, quand on rend compte d'un ouvrage de M. Marc Bloch, de dire que celui-ci a traité son sujet en faisant preuve de l'érudition la plus vaste.

Fonte: GANSHOF, François-Louis. *Revue belge de philologie et d'histoire*, 1941, T. 20, fasc. 1-2, p. 185

This volume by a well-known authority presents a useful and readable synthesis of social, economic and, in a certain measure, cultural conditions in Western Europe.

Fonte: MORRIS, William A. *The American Historical Review*, 1941, V. 46, N. 3, p. 617.

An internationally known authority on feudal society presents here the fruits of his research in a interesting and readable survey.

Fonte: SANFORD, E. M. *Speculum*, 1940, V. 15, n. 2, p. 234.

Febvre, o polemista

Tel il est, le livre de Mr Febvre est précieux lire pour les idées fécondes et vraies qu'il défend, et surtout très séduisant par la forme personnelle qu'il leur donne. Forme trop personnelle parfois par l'abus de l'esprit critique. Certainement il prête plus d'une fois au soupçon dont il se défend "de créer le péril pour le plaisir de le dénoncer". Mais il peut se rassurer sur le second soupçon qu'il craint "de n'apporter que négation stérile et déconcertante"; car son livre est une oeuvre de valeur, soutenue par de solides connaissances et inspirée par un esprit élevé.

Fonte: DEMANGEON, Albert. *Annales de Géographie*, 1923, V. 176, p. 170.

Une polémique bien menée contre le déterminisme géographique (...) bien que le style en soit parfois un peu affecté".

Fonte: REINACH, Salomon. *Revue Archéologique*, 1923, T. 17, pp. 184-185

On y trouve à chaque page la marque d'un esprit vigoureux, qui, pour saisir les réalités, n'hésite pas à déchirer brutalement le rideau des apparences; une pensée longuement mûrie, puisque certaines parties du livre étaient achevées avant la grande crise où l'auteur fit, avec un simple et discret courage, son métier de chef. Une dialectique pressante, fouguese parfois, un peu acre; un style vivant, entraînant, et qui resté sobre malgré son éclat. — Dirai je cependant d'abord toute ma pensée? On regrette un peu, quando on sait de quoi M. Febvre est capable, de voir ce beau talent se dépenser à une oeuvre de polémique?

Fonte: HAUSER, Henri. *Revue Critique d'Histoire et de Littérature*, 1924, n.4, p. 92.

Mais là même où il ne convainc pas tout à fait, l'auteur de ce très beau livre oblige à reviser des notions traditionnelles, des préjugés devenus courants, et il invite sans cesse à de profitables réflexions. Là réside, à notre sens, son premier mérite. Ajoutons que, documenté avec une richesse et une sûreté singulières, il est écrit d'un bout à l'autre avec une aisance, une vie, une verve pleine de feu, et même, par endroits, avec de subtiles résonances émues, qui sont comme d'un Michelet franc-comtois.

Fonte: CHARLIER, Gustave. *Revue belge de Philologie et d'Histoire*, 1944, v. 23, p. 377.

Há, portanto, coincidências entre as propriedades intelectuais associadas a Marc Bloch e a Lucien Febvre, mas também particularidades da recepção crítica de cada autor. Ambos são, sobretudo no início de suas carreiras, reconhecidos pelo domínio exemplar das regras instituídas, ao longo do processo de profissionalização dos historiadores, como esteio do “bom trabalho” histórico. São, também, reconhecidos pelo acúmulo de autoridade em suas áreas de atuação específicas, e, sobretudo, no estudo de suas facetas sociais e econômicas, em que passam a ser apontados como referências incontornáveis. No caso de Febvre, soma-se a essas propriedades um estilo reconhecido por seus pares como muito particular, tanto pela loquacidade e “afetação” quanto pelo caráter inflamado e polêmico.

Tem-se, assim, que, apesar de ainda não serem, em 1929, as figura canônicas que viriam a se tornar na historiografia, Bloch e Febvre são, nesse momento, praticantes reconhecidos e relevantes da história econômica e social. Mais do que isso, são, de forma progressivamente naturalizada, associados por seus pares a propriedades intelectuais de inovação e transgressão de lugares comuns, escoradas por um manejo diligente das regras do *métier*. Importa, ainda, que os dois autores aparentem não apenas ter consciência das propriedades intelectuais a eles associadas por seus pares, mas entreter e valorizar algumas delas, fazendo de sua imagem pública um fator que pesa sobre suas tomadas de posição intelectuais e profissionais. Na resenha de Joseph Calmette a respeito de *La Société Féodale*, por exemplo, o resenhista acusa Bloch de vender como ideias originais suas noções que seriam, na verdade, de amplo conhecimento dos especialistas da área:

Mas os estudantes não conseguirão se reconhecer [no livro]; desarmados, eles correrão o grande risco de tomar como invenções pessoais do sr. Bloch noções que são, há muito, familiares aos iniciados. De fato, é sempre desagradável, mesmo que não intencionalmente — e é certamente o caso — dar a entender que se descobriu a América.¹⁶⁶

A noção de que Bloch e Febvre não apenas fossem cientes do peso e das propriedades intelectuais associadas a seus nomes, mas que levassem esses fatores em

¹⁶⁶ “Mais les étudiants, eux, seront bien empêchés de s’y reconnaître; désarmés, ils courront grand risque de prendre pour autant d’inventions personnelles de M. Bl. des notions depuis longtemps familières aux initiés. En vérité, il est toujours fâcheux, même sans l’avoir voulu, — et c’est sûrement le cas, — de paraître donner à penser que l’on découvre l’Amérique.” CALMETTE, Joseph. *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*, 1940, t. 52, n. 207-208, 1940, p. 376.

conta na gestão de suas estratégias de carreira, volta a se fazer ver naquele que se tornaria o feito mais lembrado de suas trajetórias: a fundação da revista dos *Annales*.

Considerações finais

O longo processo de formação do sistema de ensino francês é perpassado, como se buscou demonstrar, por uma tensão fundamental entre duas concepções de conhecimento que lutam constantemente pelo poder de definição da atividade intelectual. Essa tensão profunda é objetivada de diversas formas: currículo clássico e currículo moderno; eruditos e historiadores profissionais; *dreyfusards* e *antidreyfusards*; burgueses e professores; *École Normale* e *École des Chartes*: em alguma medida, todas essas dualidades antagônicas carregam expressões distintas – e muito particulares – de uma tensão subjacente que efetivamente estrutura o sistema educacional francês ao longo do século XIX. A vitória normaliana, cimentada nas reformas do ensino secundário e superior e cristalizada no desfecho do *Affaire Dreyfus*, eleva essa categoria de indivíduos a uma posição de domínio sobre as frações dominadas da elite – os intelectuais – compartilhada pela nova categoria profissional surgida em seu seio: a dos historiadores universitários. A combinação do prestígio normaliano e do primado da História profissional, trazida ao primeiro plano pela República como esteio do novo sistema político, imbui essa categoria de um *ethos* particular e de expectativas profissionais alinhadas a ele: aos mais brilhantes *agregés* em história egressos da ENS, o cume da profissão seria um destino condigno. A crise que se instaura a partir da segunda década do século XX, no entanto, frustra essas expectativas, malogro que tem seu peso intensificado pelas certezas tácitas anteriormente nutridas e pela resistência em abrir mão delas.

Em meio a esse quadro, Bloch e Febvre, donos de trajetórias que se mesclam de formas particulares a esse longo processo histórico, veem-se, em 1929, confinados à província e confrontados, portanto, com uma quantidade limitada de movimentos profissionais possíveis. A opção pela fundação de uma revista de história social e econômica – área, como já dito, existente e viável, mas ainda suficientemente laxa para estar em disputa – representa, assim, o investimento na ocupação de uma posição de poder potencial, mas ainda rarefeita. Sua inclusão no leque de estratégias profissionais dos dois historiadores não seria, no entanto, simples: a luta pela definição de uma “nova” área disciplinar é repleta de vicissitudes, e as formas como Bloch e Febvre as

manejam são o que, eventualmente, imprime a seu empreendimento uma carga genética distintiva e duradoura. A esse processo serão dedicados os próximos capítulos.

Capítulo 3

Os *Annales* em produção

Descreveu-se, até aqui, a posição em que Marc Bloch e Lucien Febvre encontravam-se no momento de fundação dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, bem como as condições objetivas que caracterizaram esse momento fundador. A realização da proposta deste trabalho depende, agora, de compreender como os dois historiadores interagem ativamente com essas condições. Neste capítulo, fazê-lo passará por estudar a administração do periódico em seus primeiros anos, reconstituindo as tomadas de posição de seus diretores frente à realidade cotidiana do trabalho de edição, escrita e negociação que precede a publicação dos números.

À luz de um *telos* de sucesso retrospectivamente projetado, esse trabalho costuma ser acomodado em uma narrativa orientada para o êxito, e, dessa forma, deslocado de suas condições originais de produção, ou seja, das possibilidades objetivas às quais estava submetido nas décadas de 30 e 40. Como se buscará demonstrar, no entanto, a revista não se encaminha de forma inexorável, por direito de nascença, ao poderio disciplinar que atingiria nos anos 50 e 60. Pelo contrário, a produção do periódico comporta vicissitudes, conflitos, negociações e crises que impactam de forma definitiva as dinâmicas e formas do trabalho diretorial, e, por consequência, o resultado editorial final.

O que se buscará neste capítulo é, portanto, evitar as visões idealizadas da revista, resgatando dimensões mundanas e, em muitos sentidos, triviais de seu processo de fabricação. Limitar-se à mera constatação dessa dimensão, no entanto, arrisca diluir os *Annales* na generalidade de um processo editorial comum a qualquer revista, aplainando suas especificidades. Trata-se, portanto, de investigar *como* Marc Bloch e Lucien Febvre manejam esses impasses, quais as soluções encontradas por eles para os problemas cotidianos e quais impactos esse processo exerce sobre o produto final da revista. Não se deve, com efeito, perder de vista a especificidade desses dois agentes, descritas no capítulo anterior: no processo de fabricação do periódico, seus diretores imprimem a ele marcas específicas, conformadas a posições e disposições igualmente particulares e inextricavelmente associadas ao que se viria a nomear “os *Annales*”.

3.1) O nascimento dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*

Como indicado anteriormente, o desejo de organizar uma revista histórica própria surge em um ponto de impasse na carreira de Bloch e Febvre: frente à crise dos postos universitários encetada entre as décadas de 10 e 20, os dois normalianos de origem provincial, detentores de carreiras brilhantemente alinhadas à “via régia” de consagração intelectual cimentada pelas reformas republicanas, veem suas condições reais descoladas de suas expectativas tácitas. A despeito da posição privilegiada da universidade de Estrasburgo no contexto universitários francês, o estreitamento das vias de acesso a Paris torna cada vez mais pungente o sentimento de enclausuramento na província.

Em carta de 1923 a Henri Berr, por exemplo, Lucien Febvre confidencia: “Eu confesso não me ver ficando em Estrasburgo muito mais tempo. E, enfim, é Paris – quero dizer que devo, francamente, tentar me fazer nomear para lá.”¹⁶⁷. Para Febvre, no entanto, a nomeação ao Collège de France deveria esperar quase uma década. Às vésperas de sua própria nomeação à Sorbonne, quando ainda decidia se participaria do processo que o conduziria finalmente à capital, Bloch expressa incômodo semelhante. Em carta de 19 de julho de 1935, confessa ao amigo e codiretor o desejo de deixar Estrasburgo o mais rápido possível. Confessa sentir-se, ali, intelectualmente isolado, acreditando ainda que o local contribuisse para a piora de sua então frágil situação de saúde e preocupando-se, enfim, com a ascensão escolar de seus filhos.¹⁶⁸

Constatar que o projeto dos *Annales* se corporifica em um momento sentido por Bloch e Febvre como uma estagnação indevida de suas carreiras não significa estabelecer uma relação causal imediata entre os dois acontecimentos. Dito de outra forma, é excessivamente simplista imaginar que a fundação da revista teria como *finalidade* assegurar a ocupação de cargos universitário, posto que, mesmo após a conquista de cargos em Paris (em 1932 para Febvre e 1936 para Bloch), o periódico segue sendo foco de dedicação intensa de ambos. Notar o momento de surgimento dessa ambição, no entanto, permite observar sob nova luz a posição conferida, na França dos

¹⁶⁷ “Je ne me vois pas, je l’avoue, rester à Strasbourg très longtemps. Et alors c’est Paris – je veux dire que je dois honnêtement essayer de m’y faire nommer.”. CANDAR, G e PLUET, Jacqueline (org). *Lettres à Henri Berr (Lucien Febvre)*. Paris: Fayard, 1997, p. 150.

¹⁶⁸ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2001, p. 259-260.

anos 30, pela direção de um periódico, bem como o tipo de exercício de poder e de intervenção intelectual viabilizados por essa posição.

Note-se, por exemplo, que os *Annales d'Histoire Économique et Sociale* não foram a primeira empreitada editorial de seus diretores: desde o início da década de 20, Bloch e Febvre acalentaram o projeto de uma revista internacional de história econômica. As cartas enviadas, em 1921, a Henri Pirenne¹⁶⁹ – convidado para a direção do projeto – permitem entrever o perfil pretendido para esse periódico, que deveria levar às últimas consequências as noções de internacionalização e cooperação internacional. Os textos deveriam ser publicados em diferentes línguas, conforme a nacionalidade de seus autores; o tema comum (história econômica), tratado com a maior amplitude possível, desde países centrais até territórios até então inexplorados pelos pesquisadores da área; as periodizações rígidas deveriam ceder espaço a uma maleabilidade cronológica, que permitisse tratamentos mais flexíveis de questões econômicas em períodos históricos distintos. Para tanto, Bloch e, principalmente, Febvre – o mais empenhado no projeto – propunham uma estrutura dividida em quatro partes, entre as quais a seção crítica seria o foco de maior atenção.

Para essa rubrica da revista, idealizou-se uma divisão do trabalho: separados por categorias previamente definidas, de modo a estabelecer nexos e coerência entre as resenhas publicadas, esses textos seriam confiados a colaboradores fixos conforme suas especialidades e nacionalidades. As subseções críticas deveriam ser fixas e pouco numerosas, operando como um princípio organizador de leitura que, a médio prazo, assumisse as feições de uma obra contínua, coerente e dotada de sentido, convertendo o periódico em uma ferramenta de trabalho de nova ordem para os pesquisadores. O ambicioso projeto, no entanto, nunca chegou a alçar voo: as dificuldades financeiras e materiais de um esforço internacional dessa ordem, associados, sobretudo, à dificuldade de recrutamento, ao clima hostil com os historiadores alemães e à falta de uma editora (Febvre vislumbrava o financiamento do projeto por meio de uma Sociedade Internacional de História Econômica) fizeram com que, em 1928, o projeto já estivesse inteiramente abandonado. Os ecos desse projeto frustrado se fariam sentir, contudo, de forma notável no que viria a ser a revista dos *Annales*.

Os escombros da Revista Internacional seriam, de fato, matéria prima para um novo projeto, menos ambicioso e mais realizável: uma revista francesa de história

¹⁶⁹ LYON, Bryce. *The birth of Annales history: The letters of Lucien Febvre and Marc Bloch to Henri Pirenne (1921-1935)*. Bruxelas: Commission Royale d'Histoire, 1991.

econômica e social. A ideia de ceder a um formato que agregaria menos prestígio, mas com potencial de realização efetiva, parte de Marc Bloch em 1928 – e, em algum sentido, esboça um movimento de concessão e acomodação às possibilidades abertas similar àquele que o conduziria, anos mais tarde, à Sorbonne. Partiram de Bloch, também, os primeiros esforços de busca por editores: a correspondência do autor registra, ainda em 1928, um processo malsucedido de negociação com a Alcan, casa responsável pela edição da *Revue Historique* e do *Année Sociologique*. O fracasso, devido, sobretudo, à insistência de Bloch e Febvre na morfologia que haviam idealizado para a Revista Internacional, abriria as portas para a negociação com a Armand Colin, mais especificamente com seu editor-chefe, Max Leclerc. Apesar de Bloch ter estabelecido os primeiros contatos com a casa, a primeira reunião presencial com Leclerc foi conduzida por Febvre, que, em carta de 13 de março de 1928¹⁷⁰, reporta o encontro a Bloch como um sucesso. Segundo ele, o editor, mostrando-se moderado e aberto, teria feito poucas ressalvas (notadamente em relação à participação de Maurice Halbwachs no projeto e à filiação socialista do sociólogo), das quais Febvre acreditava ter se esquivado com facilidade.

Em sua própria reunião com Leclerc, no entanto, reportada em carta de 11 de maio de 1928, Bloch demonstra ter se sentido menos bem recebido pelo editor do que seu colega (um efeito possível dos estigmas sociais anteriormente reportados). À ocasião, ambos teriam discutido uma série de questões de ordem prática (o título do periódico, o tipo de papel a ser utilizado, a produção de croquis que demonstrassem sua viabilidade, o preenchimento das vagas do comitê editorial), entre as quais desponta uma que se tornaria um grande problema nos anos seguintes: o número de assinantes. Bloch estimava que pudessem reunir 500 assinaturas no primeiro ano; a viabilidade material da revista, segundo o editor, dependeria de um mínimo de 800. A solução para o impasse é sugerida por Leclerc de forma sutil: segundo Bloch, ele sugerira que o sucesso dos *Annales de Géographie*, que contavam, então, com 1100 assinantes, existia “graças à habilidade de seus diretores, que não são excessivamente acadêmicos e nem fossilizados”¹⁷¹

A viabilidade material do periódico seria um problema para Bloch e Febvre durante todo o período aqui estudado: até 1932, uma média de apenas 110 exemplares

¹⁷⁰ MÜLLER, Bertrand. *Marc Bloch, Lucien Febvre et les Annales d'histoire économique et sociale: correspondance*. vol. 1 Paris: Fayard, 1994b, p. 10.

¹⁷¹ “Grâce à l’habileté des directeurs qui ne sont ni trop universitaires ni fossiles”, *ibid*, p. 12.

de cada número circularia, cifra que saltaria para 1000 a partir de 1933¹⁷². O avanço, mesmo significativo, não aplacaria as cobranças da editora. De fato, a postura da Armand Colin ecoaria, durante todo o período de relação entre a editora e os *Annales*, o aviso inicial verbalizado por Max Leclerc: como demonstram cartas como aquela que Febvre envia a Bloch em 6 de agosto de 1929¹⁷³, a editora atribuía a estagnação do periódico a uma falta de atenção ao público não especializado, sobretudo banqueiros e homens de negócio. A revista deveria, segundo a casa, tornar-se menos hermética, mais aerada e mais palatável aos não-historiadores caso desejasse manter-se viável, e essa preocupação específica, como se demonstrará na seção 2.2, modelaria diversos dos expedientes diretoriais adotados por Bloch e Febvre, ressignificada por eles como parte constituinte do “espírito” da revista.

As agruras dos “primeiros *Annales*”, no entanto, não se limitavam à escassez de assinantes, posto que a conquista de colaboradores mostrou-se, também, um obstáculo de difícil transposição. Em épocas de fechamento de números, Bloch e Febvre demonstram, em sua correspondência, ansiedade diante da dificuldade de montar exemplares completos a partir de textos que chegavam de forma aleatória e em quantidade menor do que o necessário. A situação levava os dois diretores não apenas a um trabalho intenso de escrita, de próprio punho, dos textos necessários para a publicação do periódico, mas também ao aceite de contribuições de menor qualidade, o que os levava, não raro, a um profundo descontentamento em relação ao resultado final da revista. Um intenso trabalho de viabilização da sobrevivência material dos *Annales* estava, portanto, em curso em seus primeiros anos.

A instabilidade que assola os primeiros anos do periódico, impactando diretamente sua forma e conteúdo, não foi, no entanto, a única fonte de tensão entre os fundadores da revista e sua editora. Em 1928, por exemplo, durante as primeiras negociações com Leclerc, o editor pede explicações dos dois diretores ao ser informado de que já havia uma revista no mercado francês dedicada à história econômica e social. Tratava-se da *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, fundada pelos professores de direito Auguste Deschamps e Auguste Dubois, editada por Marcel Rivière e chamada pejorativamente pelos diretores dos *Annales* de “*revue Rivière*”. A publicação, como

¹⁷² MÜLLER, Bertrand. “Une espèce de petite révolution intellectuelle” : la correspondance Bloch-Febvre. *Espaces Temps*, v. 59, n. 1, 1995, p. 126

¹⁷³ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 1, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994b, p. 148.

argumentam os diretores, dedicava-se mais à história das doutrinas econômicas do que dos fatos econômicos, sendo voltada, portanto, aos praticantes do direito, e não necessariamente aos historiadores.

Bloch e Febvre vêem-se, no entanto, obrigados a marcar sua diferenciação em relação ao periódico já existente, e, para isso argumentam junto ao editor que a “*revue Rivière*” seria animada de um espírito fechado e dogmático, um “espírito de escola” e de “superstição de casta” muito distinto daquele que eles idealizavam para os *Annales*. Os temas tratados, o público arrebanhado e o prestígio internacional dos dois periódicos seriam, também, muito distintos, como atesta Febvre em rascunho a uma carta ao editor:

Que eles continuem a viver, a reunir os economistas das faculdades de direito, das quais a *Revue Rivière* é o ente e das quais reflete perfeitamente as tendências. Que isso deva nos impedir de suceder e de sermos, ao olhar do estrangeiro, os promotores da única revista francesa de história econômica e social – eu peço desculpas por dizê-lo tão claramente, mas trata-se de um erro do sr. Rist.¹⁷⁴

Febvre demonstra essa certeza da boa recepção internacional dos *Annales* em função do prestígio associado ao nome de seus diretores. É o que atesta carta enviada por ele a Bloch em junho de 1928, na qual busca aconselhar o amigo a respeito de como se portar ao se reunir com Max Leclerc para discutir a pequena crise:

Insista nas “esferas” que nós tocamos a às quais eles não têm nem a ideia de se referir; insista no *estrangeiro*, nos apoios que lá teremos (eu lhe cito as páginas da última carta de Pirenne), nos concursos que nos são oferecidos. Em suma, seja seguro do nosso sucesso... sem modéstia nem vergonha, eu lhe peço, de minha parte, que não subestime nosso crédito científico. Eu não creio exagerar muito quando digo, sem bajulá-lo, que você tem mais visibilidade aos olhos do estrangeiro do que o sr. Roger Picard.¹⁷⁵

Observa-se nessa argumentação que os diretores dos *Annales* estavam cientes do tipo de crédito associado à sua imagem pública¹⁷⁶, e que esperavam transmiti-lo, por meio de seus nomes, à revista que fundavam. Resta, agora, responder como essa

¹⁷⁴ “Qu’ils continuent à vivre, à grouper des économistes des facultés de droit, dont la *Revue Rivière* est la chose et reflète parfaitement les tendances. Que cela doive nous empêcher de réussir – et d’être, au regard de l’étranger, les promoteurs de la seule revue d’histoire économique et sociale française – je vous demande pardon de le dire avec cette netteté: mais c’est un erreur de M. Rist.” BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien, *Correspondance* : éditée par Bertrand Müller. Paris : Fayard, 1994, p. 29.

¹⁷⁵ “Insistez sur les “sphères” que nous touchons et auxquelles ils n’ont même pas l’idée de s’adresser; insistez sur l’étranger, sur les appuis que nous y aurons (je lui cite des passages de la dernière lettre de Pirenne), sur les concours qu’on nous offre; bref, soyez certain du succès... Sans modestie ni vergogne, je le prie de mon côté de ne pas sous-estimer notre crédit scientifique... Je n’ai pas l’impression de trop exagérer ce disant, et sans vous flatter, vous avez plus de surface aux yeux de l’étranger que M. Roger Picard,” Ibid., p. 30.

¹⁷⁶ A respeito desse tema, ver item 2.4 do capítulo 2.

postura, bem como as disposições a ela associadas, objetivam-se na administração cotidiana dos impasses editoriais e obstáculos materiais descritos até aqui.

3.2) A luta pela existência material

As condições descritas no item anterior permitem afirmar que o êxito dos *Annales*, nos moldes assumidos na segunda metade do século XX, não era evidente e tampouco necessário. Como apontado, o fracasso do empreendimento foi, ao longo da “primeira geração”, não apenas uma possibilidade real, mas um medo constante que impactou de forma definitiva as dinâmicas e formas do trabalho diretorial.

Esta seção propõe-se a analisar empiricamente o trabalho cotidiano empreendido por Marc Bloch e Lucien Febvre entre 1929 e 1944, documentando as condições de produção descritas na seção 3.1. Para tanto, a análise apoia-se na correspondência trocada entre Bloch e Febvre durante o recorte selecionado, organizada e comentada por Bertrand Müller¹⁷⁷. Esse material apresenta-se como ponto de observação privilegiado para os problemas propostos por permitir a análise de um aspecto chave da administração do periódico no período estudado: o cerrado controle que os diretores exercem não apenas sobre a estrutura da revista e os textos de sua autoria, mas sobre os textos de seus colaboradores, submetidos a um processo sistemático de reescrita, adequação e correção.

Todas as colaborações recebidas, como nota o próprio Bertrand Müller na introdução ao primeiro tomo de cartas, passam pelo crivo dos diretores, que não apenas opinam diretamente sobre a forma e o conteúdo dos textos como empreendem neles alterações significativas. Compreender quais adequações são essas e a que tipo de mudança os textos são submetidos permite vislumbres não apenas do “projeto intelectual” em jogo, mas principalmente das constrictões às quais os diretores e a revista estavam simbólica e materialmente submetidos, bem como do manejo dessas constrictões e de seus efeitos sobre o produto final do periódico. Trata-se, portanto, de, trazendo à luz o modo como Bloch e Febvre trabalham no período, acessar três aspectos cruciais do funcionamento do periódico: as possibilidades de ação, tanto simbólicas quanto materiais, abertas aos diretores; o tipo de manejo que fazem dessas

¹⁷⁷ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, 3 vol., éditée par Bertrand MÜLLER. Paris : Fayard, 1994b, 2004a, 2004b.

possibilidades e os impactos desse processo sobre o resultado publicado da revista. Argumenta-se, aqui, que a instabilidade material da revista tem influência direta sobre os expedientes de trabalho diretorial nela adotados. Estes, por sua vez, podem ser divididos em duas grandes categorias: o controle sobre a estrutura da revista e sobre o conteúdo dos textos publicados.

O trabalho diretorial sobre a estrutura da revista

Uma das possíveis via de acesso ao espaço de possibilidades e ações aberto a Bloch e Febvre é o trabalho sobre a estrutura da revista, focado sobre a atribuição de coerência e estabilidade morfológica ao periódico. Essas operações concretizam-se em dois métodos principais: a fabricação de rubricas críticas e o remanejamento classificatório de textos. Analisá-los, no entanto, demanda um entendimento geral da morfologia da revista, ao qual se dedicará uma breve digressão.

Os *Annales* são, no período analisado, divididos em dois grandes blocos de textos: os artigos e os textos críticos, sendo os primeiros impressos em caracteres grandes (*grand texte*) e, os segundos, em letras pequenas (*petit texte*). Os artigos encabeçam a revista e, tratando-se de poucos textos (em média três por edição), não são organizados em rubricas específicas. É na seção crítica, portanto, que a instabilidade morfológica se manifesta: até 1932, essa porção do periódico é morfológicamente inconstante, com rubricas e sub-rubricas sendo criadas, desaparecendo ou absorvendo umas às outras. No quarto ano do periódico, a seção crítica estabiliza-se em três rubricas (*Problèmes d'ensemble*, *Questions de fait et de méthode* e *Courriers Critiques*). A terceira, no entanto, conta ainda com uma série de subdivisões internas que nunca chegam a alcançar estabilidade. Em cada número, as curtas resenhas que compõem os *courriers* são organizadas de maneira diferente, dependendo da natureza dos textos recebidos para aquele número: as poucas seções relativamente recorrentes, como “economia alemã”, convivem com temas flutuantes que mudam a cada nova edição.

Como se sugeriu na seção 3.1, os primeiros anos dos *Annales* são marcados por incertezas e uma instabilidade profunda: desde a qualidade dos textos até a dificuldade de conquistar assinantes, uma série de elementos faz os diretores temerem pela sobrevivência da revista. Entre as condições dessa instabilidade, uma das mais gritantes é a falta de colaboradores: nas sequências de cartas escritas em períodos de fechamento de números, Bloch e Febvre mencionam com frequência a escassez de textos para

publicação, situação referida por ambos como *eaux basses*. Em um contexto como esse, as resenhas que compõem os *courriers* são organizadas em subdivisões depois de recebidas, em um trabalho diretorial que busca imprimir coerência à publicação de conjuntos de textos heterogêneos.

Tome-se como exemplo a carta de Febvre a Bloch escrita em fevereiro de 1929, na qual se pondera: “Poderíamos fazer uma rubrica de ‘Técnica’, talvez juntando A Seda e A Imprensa, mas é pouca coisa. Poderíamos talvez guardar o Tramond + Chevalier café para uma rubrica ‘Antilhas’ e ‘América Central’ no próximo número?”¹⁷⁸. Outra forma de registro do mesmo tipo de trabalho é encontrado em carta de 6 de outubro de 1929, na qual Febvre reporta a organização de um conjunto de resenhas enviadas por Maurice Baumont. Sobre esse trabalho, diz que “Eu tive muita dificuldade em organizá-las e em compor uma ‘Economia alemã’ com subdivisões racionalmente constituídas.”¹⁷⁹

Como aponta Müller,¹⁸⁰ o espaço tipográfico específico no qual as resenhas estão inseridas é central, no universo em que Bloch e Febvre atuam, por condicionar os modos de acesso ao texto. O que está em jogo na fabricação dessas subdivisões da rubrica de resenhas é, assim, o estabelecimento de uma espécie de topografia da revista, que passa, necessariamente, por um ordenamento específico dos textos que visa a conferir aos diretores algum nível de controle sobre como eles serão lidos. Lida a posteriori como evidência da abrangência dos temas que interessavam os diretores, o grande número de subrubricas de resenhas parece ser, também, marca de um trabalho que busca imprimir coerência a um material inconstante, instável, dependente de colaborações irregulares e esparsas.

Note-se, ainda, a semelhança entre essa preocupação dos diretores com a organização de rubricas coerentes, tematicamente homogêneas, e a morfologia que haviam idealizado para a Revista Internacional de História Econômica no início da década de 20. Naquele projeto, a seção crítica deveria ser organizada em categorias

¹⁷⁸ “On peut faire une rubrique ‘Technique’, peut-être, avec La soie + L’Imprimerie, mais c’est maigre. On peut retenir le Tramond + Chevalier café pour une rubrique Antilles et Amérique Centrale dans le prochain numéro?” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004a, p. 130.

¹⁷⁹ “J’ai eu beaucoup de mal à les organiser, et à en composer une ‘Économie allemande’ avec subdivisions, rationnellement constitués” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004a, p. 215.

¹⁸⁰ MÜLLER, Bertrand. Critique bibliographique et construction disciplinaire : l’invention d’un savoir-faire. *Genèses*, 14, 1994a. pp. 105-123.

fixas, que estabelecessem nexo entre as resenhas nelas contidas e entre os diversos números do periódico. A novidade dessa organização residia precisamente na construção, ao longo do tempo, de uma feição de obra contínua: a coerência interna de cada número, associada à coerência em cadeia dos volumes sucessivos, faria da revista uma espécie de obra aberta e coletivamente atualizada de forma permanente; um instrumento de trabalho de nova ordem para os historiadores especializados nos domínios econômico e social. Essa organização dependeria, no entanto – e aí residiu um dos motivos do fracasso do projeto – de um núcleo de colaboradores especializados nos temas ligados a cada rubrica e responsáveis por sua redação, impondo, assim, o sentido de continuidade necessário à criação do efeito de uma obra contínua.

O fluxo de contribuições recebidas pelos *Annales*, esporádico, errático e com poucos colaboradores fixos, evidentemente inviabilizava, pela segunda vez, a execução desse plano inicial. A fabricação de rubricas homogêneas a partir do influxo heterogêneo de textos recebidos parece, no entanto, ecoar um projeto semelhante, tentando garantir um diferencial à seção crítica da nova revista. Na impossibilidade de atingir o nível de nexo e coerência inicialmente almejado, os diretores esforçam-se em garantir, ao menos, a aparência de existência desse liame na forma como manejam, editam, revisam e publicam as contribuições recebidas.

O argumento de que o modo como as rubricas críticas são manejadas nos *Annales* é a expressão particular de um projeto constantemente retomado e testado é reforçado pelas interações entre Lucien Febvre e Henri Berr a respeito da formatação da *Revue de Synthèse*. Antes da formação da parceria com Bloch, ainda em 1919, o historiador teria insistido que, para que a RS se destacasse e vingasse, uma organização específica deveria ser traçada para a seção crítica. Abandonando tanto as organizações aleatórias, que simplesmente colocassem os textos em sequência, quanto as “velhas rubricas externas”, o novo encadeamento deveria se estabelecer a partir de questões e problemas que permitissem não apenas recensear os livros, mas tratá-los “de um certo ponto de vista.”¹⁸¹ A sugestão, no entanto, não teria sido acatada por Berr, que optaria por outras estratégias de organização. Isto posto, a recuperação, nos *Annales*, das rubricas temáticas dedicadas a imprimir sentidos de leitura para a revista parece só ter se mostrado exequível graças à adaptabilidade de Bloch e Febvre nas estratégias usadas para dar-lhes essa aparência.

¹⁸¹ MÜLLER, Bertrand. Lucien Febvre et Henri Berr: de la Synthèse à l'histoire problème. *Revue de Synthèse*, v. 117, n. 1-2, 1996, pp. 47-48.

Outro exemplo dessa flexibilidade dos diretores se revela na segunda categoria de construção de coerência estrutural aqui identificada, que se nomeará remanejamento classificatório. Para a identificação desse tipo de operação, partiu-se da constatação de que os textos publicados na revista nem sempre o são em sua classificação original: é comum que textos recebidos como artigos sejam publicados como *Problèmes d'ensemble* ou *Questions de fait et de méthode*, textos recebidos como *Problèmes* tornem-se artigos e assim por diante. Esse tipo de operação de reclassificação de textos, que passa, via de regra, por alterações em sua estrutura, foi identificada na documentação a partir das referências dos diretores, nas cartas, ao tipo de caracteres nos quais deveriam publicar os textos recebidos (a já mencionada divisão entre *petit texte* e *grand texte*). Quando um diretor pergunta ao outro “*petit texte ou grand texte?*”, o que está em jogo é decidir se o texto em questão será, portanto, publicado na seção de artigos ou na seção crítica, decisão usualmente norteadas por questões muito pragmáticas. Os interesses nesse tipo de operação, bem como as discordâncias iniciais entre os diretores em relação a ele, são exemplarmente expressos em carta de Febvre a Bloch de 23 de maio de 1933. Na esteira de um debate sobre como publicar alguns textos recebidos, comenta-se:

No fundo (vou escandalizá-lo!), eu não me deixaria constranger pelas categorias lógicas. Um texto ‘contemporâneo’ é vivo, interessante, útil : que ele tenha cinco páginas ou dez, que entre em tal classificação, logicamente, mais do que em outra, eu o colocaria na frente : *artigo*. Eu teria colocado, sem constrangimento, o Piganiol nos ‘Problèmes d’Ensemble’ e (com outro título) ‘A evolução rural dos Alpes’ nos artigos. Tomo dois exemplos de um mesmo número, reconhecendo que apenas o primeiro é bom – mas ele é bom. Você tem, mais do que eu (e, por consequência, não resisto à tentação de dizer : sou eu que tenho razão – naturalmente !), você tem mais do que eu o senso e o cuidado das classificações. Nove entre dez vezes, está perfeito: na décima vez, uma torção pode ser útil...¹⁸²

Entre as múltiplas ocorrências do remanejamento classificatório, duas, ambas do ano de 1935, documentam o tipo de pragmatismo envolvido na “torção” defendida por Febvre. A primeira delas data de 9 de dezembro, e revela que se, em 1933, Bloch ainda era avesso a esse mecanismo, já havia naturalizado a operação dois anos mais tarde.

¹⁸² “Au fond (je vais vous scandaliser!) moi, je ne m’embarrasserais pas de catégories logiques. Un papier ‘contemporain’ est vivant, intéressant, utile: qu’il ait cinq pages ou dix, qu’il rentre sur tel cadre, logiquement, plutôt que dans tel autre, je le collerais en tête: *article* J’aurais collé sans vergogne le Piganiol aux ‘Problèmes d’Ensemble’ e (sous un autre titre) ‘L’évolution rurale des Alpes’ aux articles. Je prends deux exemples dans un même fascicule, en reconnaissant que le premier seul est bon; mais il est bon. Vous avez plus que moi (et, par conséquent, je résiste mal à la tentation de dire: c’est moi qui ai raison! – naturellement!) vous avez plus que moi le sens, et le souci des classifications. Neuf fois sur dix, c’est parfait; la dixième fois, une entorse serait souvent utile...” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004a, p. 378.

Discutindo as possibilidades de classificação de um texto de A. Bougouin, diz que poderiam publicá-lo como artigo (caracteres grandes) ou *Problème d'ensemble* (caracteres pequenos). Estima-se que, como só possuíam espaço para a publicação de textos em caracteres pequenos nos números seguintes, poderiam prorrogar a publicação de Bougouin para julho se optassem por publicá-lo como artigo, o que seria duplamente vantajoso: o texto assemelhava-se mais a um artigo do que a um *Problème*, “e a experiência nos ensina, além disso, que perto do começo do verão as águas estão sempre baixas. Eu preferiria, então, imprimir-lo como artigo, guardando-o como reserva para esse momento crítico”.¹⁸³ Assiste-se, portanto, à manipulação da classificação do texto para garantir uma reserva de publicação no período em que, por experiência, os diretores sabiam que as colaborações seriam mais escassas.

Na segunda carta, datada de 20 de dezembro do mesmo ano¹⁸⁴, quem escreve é, novamente, Bloch, consultando Febvre sobre a rubrica na qual publicariam um texto de I. Ferenczi. Três alternativas são aventadas: a contribuição poderia aparecer em janeiro, como *Problème*, no mesmo mês como artigo ou em março, também como artigo. Há diversas implicações em cada uma das possibilidades, incluindo a necessidade de adiamento de outros textos e a perturbação do equilíbrio temático e da proporcionalidade das rubricas já conquistados para outros números. Bloch demonstra, analisando esse quadro, preferência pela primeira alternativa, visto que, segundo suas estimativas, ainda faltavam *Problèmes d'ensemble* para que se atingisse um número equilibrado em janeiro.

Identifica-se, nesses procedimentos, uma lógica análoga àquela observada na produção de rubricas: trata-se de imprimir coerência e coesão à inconstância, de trabalhar sobre a instabilidade da revista de forma a lhe atribuir uma aparência de estabilidade. A instabilidade figura, aqui, como obstáculo, mas também como ferramenta: por meio da maleabilidade de classificação dos textos, possibilitada, em grande parte, pela maleabilidade das rubricas, Bloch e Febvre são capazes, em muitos momentos, de garantir a sobrevivência material da revista, tornando publicáveis números que, se não tivessem sido remanejados internamente pelas operações aqui descritas, teriam tido sua publicação inviabilizada. A fabricação de sub-rubricas críticas

¹⁸³ “Et l’expérience, par ailleurs, apprend que vers le début de l’été les eaux sont toujours basses. (...) Je préférerais donc imprimer comme article, en le tenant en réserve pour ce moment critique.” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004a, p. 349.

¹⁸⁴ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004a, p. 357.

e o remanejamento classificatório dos textos representam essa articulação específica entre instabilidade e coerência no plano da estrutura da revista. Há, no entanto, um segundo tipo de trabalho diretorial verificado, caracterizado pela reescrita dos textos, e que permite a identificação de outra estratégia de construção de coerência.

O trabalho diretorial sobre o conteúdo dos textos

No processo de intervenção sobre os textos de colaboradores para adequá-los à publicação, Bloch e Febvre interferem, não raro, no próprio conteúdo das contribuições. Contrariando o que se esperaria tradicionalmente dessa interferência, no entanto, não há nenhuma alusão, na documentação analisada, à intensificação da combatividade de algum texto, ou ao redirecionamento de sua abordagem para atacar uma metodologia ou concepção de história específica (o que não significa, evidentemente, que essa dimensão estivesse completamente ausente). A característica que perpassa todo o trabalho de reescrita é, pelo contrário, uma suavização dos textos no sentido de torná-los mais curtos, mais leves e menos herméticos. Abundam, por exemplo, as menções a parágrafos suprimidos, títulos simplificados e encurtados, desenvolvimentos excessivamente densos cortados e notas de rodapé incluídas para lançar luz sobre trechos, termos ou conceitos menos acessíveis ao leitor não especialista, processos que os diretores agrupam em um procedimento que denominam *alléger le texte*¹⁸⁵.

Duas cartas, ambas de Febvre a Bloch, ilustram o interesse que se tem, em dois momentos distintos, na manutenção dos textos curtos. Em 31 de agosto de 1928, ao frisar a importância de reduzir substancialmente um artigo longo de G. Le Bras, Febvre diz

Eu digo: em uma revista como a nossa, 18 páginas em caracteres pequenos para apresentar a obra de um erudito, ou, se você quiser, de um historiador! Eu não estou depreciando Maitland. Eu digo: em uma revista como a nossa, 18 páginas de caracteres pequenos consagrados a uma notícia sobre esse historiador, por mais fecunda que tenha sido sua obra, é loucura. E é trair o espírito de nossa rubrica.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Tornar o texto mais leve

¹⁸⁶ “Je dis: dans une revue comme la nôtre, 18 pages de petit texte pour présenter l’oeuvre d’un érudit, ou si vous voulez d’un historien! Je ne déprécie pas Maitland. Je dis: dans une revue comme la nôtre, 18 pages de petit texte consacrées à une notice sur cet historien, si féconde qui ait été son oeuvre, c’est fou. Et c’est trahir l’esprit de notre rubrique.” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994b, p. 193.

A questão do tamanho dos textos volta a aparecer de forma explícita em carta de 23 de março de 1936. Nela, Febvre diz:

Quando nós fazemos um número pesado, composto de três ou quatro massas compactas, nós traímos nossa missão, que é a de excitar os espíritos, à direita e à esquerda, e de oferecer ao público muito variado que nos lê um menu variado e não indigesto.¹⁸⁷

O trabalho empreendido no sentido de encurtar, aerar e tornar acessíveis os textos aparece, assim, como forma de atender a um público diversificado, que passou a ser visado pelos diretores, em grande medida, após pressão da editora para que se aumentasse substancialmente o número de assinantes, processo descrito no item 3.1. Essa necessidade de atender ao público não especialista reaparece em diversas cartas, como a que Bloch envia a Febvre em 2 de agosto de 1934 e na qual, elencando as mudanças a serem feitas em um artigo recebido de autoria de Jacques Lemoine (entre as quais estão adaptações não especificadas de forma e uma condensação da expressão), cita a necessidade de “Algumas palavras explicativas, destinadas aos homens de negócio queridos de Philippon, sobre Vonck e os Estatistas”¹⁸⁸

Note-se que se, nessa carta, Bloch atribui a necessidade de clarificar o texto a uma demanda de René Philippon (assistente de edição na Armand Colin) pela atenção aos homens de negócio, as cartas de 1928 e 1936 caracterizam essas mudanças como uma adequação ao “espírito” e à “missão” da revista. Essa associação é expressiva tanto da incorporação e ressignificação das constrações do espaço editorial pelos diretores quanto da maleabilidade com a qual ambos adotavam o conceito de “espírito”: adequar algo ao “espírito dos *Annales*” englobava uma série heterogênea de procedimentos, que ia desde a dosagem da combatividade até a supressão de parágrafos muito densos. A coerência do “espírito da revista” é, dessa maneira, enunciada pela reiteração da expressão pelos próprios diretores. Trata-se, no entanto, de uma enunciação de coerência que reveste um conteúdo caracterizado pela inconstância: o “espírito dos

¹⁸⁷ “Quand nous fabriquons un numéro pesant, fait de trois ou quatre grosses masses compactes, nous trahissons notre mission qui est d’exciter des esprits, à droite et à gauche, et de présenter aux gens très divers que nous lisent un menu varié et non point indigeste”. O grifo consta no original. BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004a, p. 411.

¹⁸⁸ “Un mot explicatif, destiné à l’homme d’affaires chéri de Philippon, sur Vonck et les Statistes” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004a, p. 128.

Annales” é uma expressão única que pode fazer referência a uma gama ampla de procedimentos, disposições intelectuais e formas de publicação.¹⁸⁹

O último tipo de intervenção textual identificado nesta análise vai ao encontro dessa hipótese: trata-se da explicitação do caráter social e econômico dos artigos e resenhas publicados, promovida ora pela inclusão de *chapeaux*, ora pelo ajuste de foco do próprio conteúdo dos textos. A carta enviada de Febvre a Bloch em 4 de outubro de 1928 é uma introdução interessante a esses procedimentos, na medida em que se discutem as alterações a serem feitas em uma resenha escrita por Henri Labouret para que ela possa ser publicada. Ali, Febvre diz que

Sob essa forma, ele não se alinha ao programa da revista. Seria necessário pelo menos, se nós o inseríssemos, um ‘chapeau’, mostrando que ele é, apesar de tudo, ligado ao ‘social’ (...) O difícil é fazer os Labourets compreenderem sob que forma se pode atuar na nossa revista, e o que há de verdadeiramente interessante naquilo que eles nos oferecem. Nós poderíamos, talvez, começar essa educação ‘corrigindo’ suas elucubrações e propondo-lhes, em seguida, que avalizem essas correções ?¹⁹⁰

O interesse dessa carta é a exposição clara que ela faz dos dois mecanismos de intervenção diretorial mencionados. O primeiro deles é o da inclusão de um *chapeau*, uma nota introdutória geralmente redigida pelos diretores, mas nem sempre assinada por eles, o que torna difícil identificar, nos números publicados da revista, os *chapeaux* diretoriais. A busca foi aqui orientada, portanto, pelos casos diretamente citados nas cartas, buscando-se identificar a finalidade do acréscimo dessas notas. Identificou-se tratar-se, via de regra, de sublinhar o interesse econômico e social do texto, reforçando, assim, a construção de uma etiqueta disciplinar¹⁹¹. A introdução que Febvre esboça para a resenha de Labouret, reproduzida na própria carta, é exemplar:

À primeira vista, um livro sobre tal assunto não parece se encaixar nos quadros de uma revista como esta. Mas os problemas colocados pela criação e orientação, no país das colônias e dos protetorados, de um sistema de ensino estabelecido para o uso dos indígenas pela nação europeia colonizadora, apresentam interesse demais aos olhos do

¹⁸⁹ Sobre as estratégias autorreferenciais empregadas por Bloch e Febvre e suas funções na revista, ver item 4.2 do capítulo 4.

¹⁹⁰ “Sous cette forme, il n’est pas du programme de la revue. Il faudrait tout au moins, si on l’insérait, un ‘chapeau’, montrant qu’il est, tout de même, au titre du ‘social’ (...) Le difficile est de faire comprendre aux Labouret, sous quelle forme on peut le faire chez nous, et ce qu’il y a de vraiment intéressant dans ce qu’ils nous offrent. On peut peut-être commencer cette éducation en ‘corrigéant’ leurs elucubrations et en leur proposant ensuite d’avaliser ces corrections?” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994b, p. 97.

¹⁹¹ A noção da expressão « história econômica e social » como uma etiqueta, bem como a relação entre ela e o modo específico pelo qual Bloch e Febvre enunciam e afirmam sua especialidade disciplinar, também serão foco do capítulo 4.

historiador, e suas soluções dependem demais de consequências, algumas econômicas, outras sociais, para que nós o deixemos de lado.¹⁹²

As implicações do conteúdo desses *chapeaux* ficam mais claras quando analisamos o ajuste focal ou *remise au point*¹⁹³, segundo expediente de alteração direta do conteúdo dos textos enunciado acima. Adota-se, aqui, o termo utilizado pelos próprios diretores, que mobilizam com frequência a expressão “remettre un texte au point”¹⁹⁴ ou suas variantes (“un texte remis au point”¹⁹⁵, por exemplo), e se faz referência, ao reproduzi-lo, ao ato de reorganizar os textos ou pedir que os autores os reorganizassem colocando ênfase nos interesses sociais e econômicos da pesquisa. Trata-se, portanto, de um expediente de finalidade parecida com a inclusão de *chapeaux*, e a ele Febvre se refere quando fala de uma “educação” a ser imposta aos colaboradores na segunda parte da carta referente à resenha de Labouret.

Em carta de 3 de setembro de 1931, por exemplo, Febvre comenta uma proposta de colaboração de Victor de Meyere, que se oferecera para contribuir com um breve artigo sobre folclore belga. Reporta que escreverá uma carta ao autor informando que o folclore em si não lhes interessa, mas que o texto pode ser aceito se for reescrito no sentido de “mostrar, por alguns exemplos típicos, em que sentido as coleções aí reunidas lançam luz, e uma luz muito particular, sobre certos fatos da história econômica e social da Antuérpia”¹⁹⁶. Demandas da mesma natureza podem ser identificadas em carta de 21 de setembro de 1932, na qual, comentando um pedido de *remise au point* de um texto que haviam feito a Duclaux, diz ter enviado junto ao manuscrito “uma nota para especificar, conforme os seus sentimentos e os meus, que nós não pedimos uma redução fotográfica de sua memória, mas que lhe pedíamos que insistisse sobre os aspectos sociais das questões que levanta”¹⁹⁷.

¹⁹² “À première vue, un livre sur un tel sujet ne paraît pas entrer dans le cadre d’une revue comme celle-ci. Mais les problèmes que posent la création et l’orientation, dans le pays des colonies et des protectorats, d’un système d’enseignement établi à l’usage des indigènes par la nation européenne colonisante, présentent trop d’intérêt aux yeux de l’historien, et de leurs solutions dependent trop de conséquences, les unes économiques, les autres sociales pour que nous le laissons de côté.” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004a, p. 98.

¹⁹³ Reorientação, readequação.

¹⁹⁴ Reorientar um texto.

¹⁹⁵ Um texto reorientado.

¹⁹⁶ “Montrer par quelques exemples typiques (...) en quoi des collections qui y sont réunies jettent de la lumière, et une lumière toute particulière, sur certains faits de l’histoire économique et sociale anversoise” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994b, p. 295.

¹⁹⁷ “Une note pour bien préciser, conformément à votre sentiment comme au mien, qu’on ne lui demandait pas une réduction photographique de son mémoire, mais qu’on le priait d’insister sur l’aspect

A inclusão das palavras “econômico” e “social” em todos os *chapeaux* dessa natureza identificados nos *Annales*, bem como os pedidos de *remise au point* dos textos recebidos, com ordens expressas aos autores para que reorganizassem suas contribuições em torno de questões “de história econômica e social” demonstram, o acionamento reiterado de um rótulo disciplinar que, como demonstra a análise coletiva de suas ocorrências empreendida no capítulo 4, prescinde de conteúdos fixos. Trata-se, nesse sentido, antes de um processo de construção de coerência e de enunciação de uma “identidade” do que da definição substancial dessa identidade por meio de indicações teóricas ou metodológicas, por exemplo. Observa-se, assim, um mecanismo de mesma natureza da fabricação de rubricas e do remanejamento classificatório, voltado à procura de fios comuns para costurar textos que, oriundos de contribuições esparsas e inconstantes, nem sempre compunham conjuntos coerentes para publicação.

A correspondência trocada entre Bloch e Febvre é, portanto, um testemunho do impacto que a instabilidade da revista em seus primeiros anos (principalmente no que concerne o número de assinantes e colaboradores) exerceu sobre as decisões diretoriais. Não se trata de sugerir que essa instabilidade seja responsável pelo resultado final da revista, mas de identificar em quais pontos desse resultado ela se manifesta, reconvertida e ressignificada pelo trabalho diretorial. Nessa esteira, deve-se, agora, destacar outro aspecto do trabalho diretorial impactado pelas mesmas constrições: a administração da crítica.

3.3) Administrando a injúria

Como sugerido no primeiro capítulo, a associação entre o trabalho diretorial de Marc Bloch e Lucien Febvre e a combatividade da revista dos *Annales* é um tópico recorrente na historiografia. Com efeito, a noção de “história combate”, que nomeia a suposta orientação do programa dos *Annales* no sentido de um afrontamento aberto a concepções históricas “oitocentistas”, é constantemente evocada como um dos traços distintivos do periódico. As referências a esse topos são numerosas: André Burguière afirma, em seu artigo publicado no cinquentenário do periódico, que “o tom polêmico das numerosas resenhas assinadas pelos diretores” era, desde os anos iniciais, o

social des questions qu’il soulève” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994b, p. 318.

elemento que diferenciava e afastava os *Annales* das revistas contemporâneas¹⁹⁸. Massimo Mastrogregori, de forma semelhante, afirma que “desde o início de suas carreiras, Febvre e Bloch conduziram um áspero *combat* para impor um certo modo de escrever a história”¹⁹⁹, fazendo referência aos trabalhos de André Burguière, Jacques Revel e John Craig para sustentar a noção de que esse *combat* cumpriria na revista uma função estratégica.

Essa noção de combate cristalizada, no entanto, exige qualificação: ainda que o processo de legitimação do “movimento” certamente não prescindia dos embates intelectuais, a imagem dos *Annales* como uma “revista de combate” tende a tratar como excepcional a dimensão conflitiva que é, de fato, intrínseca ao processo de circulação de ideias. Furta-se, assim, a compreender os canais, os momentos e os tons que atribuem contornos particulares à combatividade empreendida por Bloch e Febvre, ignorando o fato de que o combate travado pelos *Annales* possui limites e formas específicas. Não se busca aqui, portanto, tratar como excepcional a dimensão conflitiva inscrita no fenômeno dos *Annales*, mas, pelo contrário, despir esses “combates” dos tons de excepcionalidade e reinscrevê-los em suas condições materiais e simbólicas de operação, tomando-os como parte constituinte, e não como corpo estranho, da construção de um empreendimento intelectual. O objetivo desta seção é, nesse sentido, recuperar os limites e formas específicas do combate travado pelos *Annales*, por meio da análise individual de casos concretos identificados na correspondência trocada entre Bloch e Febvre.

Os combates, os diretores e os editores: a polêmica Siegfried e a polêmica Duclaux

O primeiro exemplo trazido, aqui, do trabalho de administração da crítica e da injúria ocorre abril de 1932, quando é submetida à revista uma resenha negativa sobre um livro escrito por André Siegfried (membro do comitê de redação dos *Annales*), intitulado *Crise Britannique*. As interações entre Siegfried, os diretores da revista e sua editora, a Armand Colin, são peculiares, e extrair os sentidos da querela registrada

¹⁹⁸ BURGUIÈRE, André. Histoire d'une Histoire : la naissance des Annales. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 34, n°6, nov/dec 1979, p. 1350.

¹⁹⁹ MASTROGREGORI, Massimo. Existe uma formulação teórico metodológica em Marc Bloch e Lucien Febvre? In.: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri (orgs.). *Nova História em Perspectiva v. II*. São Paulo, Cosac Naify, 2010, p. 430.

nessas cartas passa, necessariamente, por uma breve digressão acerca do recrutamento do rol de colaboradores do periódico.

Esse “grupo” apresenta, em seus primeiros anos, feições flutuantes e elásticas, contando com nomes de peso, como Henri Hauser, mas também com jovens autores recrutados desde fora da disciplina histórica e mesmo da carreira universitária, oriundos de setores sociais diversos. A heterogeneidade desse recrutamento explica-se, em grande parte, por questões práticas: durante a primeira década de funcionamento dos *Annales*, a dificuldade de atrair colaboradores e, por conseguinte, o déficit crônico de textos para a composição de números da revista ocupou parcela significativa das preocupações dos diretores, que acabavam por publicar a maioria dos textos recebidos, mesmo aqueles considerados por ambos de baixa qualidade. É comum, por exemplo, que muitos autores não assinem mais do que um ou dois textos publicados na revista ao longo de todo o período analisado, e, com efeito, os próprios diretores assinam mais da metade das publicações do periódico.

O comitê de redação da revista, no entanto, destoa da heterogeneidade de recrutamento dos colaboradores “comuns”, apresentando, apesar da ausência de unidade absoluta, eixos importantes de homogeneidade social. Trata-se, majoritariamente, de um grupo multidisciplinar de professores universitários franceses nascidos na província, mas que cumprem seu percurso escolar na capital e atuam profissionalmente em Paris ou em Estrasburgo. De fato, Bloch e Febvre recrutam membros do comitê preferencialmente dentro das redes de relações por eles estabelecidas na *École Normale Supérieure* e na Universidade de Estrasburgo. São, ainda, homens provenientes das classes médias, ex-alunos de liceus parisienses prestigiosos como o Louis-le-Grand, e, em sua maioria, egressos da ENS.

Como se observa na tabela 1, André Siegfried é um dos únicos nomes que destoam dessa homogeneidade, não sendo *normalien* e nem *strasbourgeois* e atuando, em 1929, no *Institut d'Études Politiques de Paris*, ou Sciences Po. (note-se que os membros do comitê atuantes em Paris lecionavam majoritariamente na Sorbonne). Outro ponto destoante é a frequência de colaboração do autor para a revista: no período estudado, Siegfried não submete nenhum texto para publicação nos *Annales*, o que salta aos olhos visto que a lista dos colaboradores mais assíduos tem correspondência direta na lista de membros do comitê de redação. Entre os outros membros, apenas mais um

não submete texto algum no período: trata-se da outra figura destoante²⁰⁰, Charles Rist, que, assim como Siegfried, não tem passagem pela ENS e tampouco pela Universidade de Estrasburgo, além de atuar na Sciences Po.

	Nascimento	Profissão do pai	Formação escolar	Atuação profissional em 1929
BAUMONT, Maurice*	Lunéville, 1892	-----	Liceu Louis-le-Grand Agrége (hist./geo) ENS	Professor, Sorbonne
DEMANGEON, Albert	Cormeilles, 1872	Militar	Liceu Louis-le-Grand Agrége (hist./geo) ENS	Professor, Sorbonne
ESPINAS, Georges	Lannion, 1869	Magistrado	Liceu Louis-le-Grand École des Chartes	Arquivista, Ministério de Relações Exteriores
HALBWACHS, Maurice	Reims, 1877	Professor de liceu	Agrége (filosofia) ENS	Professor, Universidade de Estrasburgo
HAUSER, Henri	Oran, 1866	Alfaiate	Liceu Condorcet Agrége (hist./geo) ENS	Professor, Sorbonne
LEFEBVRE, Georges*	Lille, 1874	Comerciante	Agrége (hist./geo) Universidade de Lille	Professor, Universidade de Estrasburgo
PIGANIOL, André	Havre, 1883	Funcionário público	Liceu Louis-le-Grand Agrége (hist./geo) ENS	Professor, Universidade de Estrasburgo
PIRENNE, Henri	Verviers, 1862	Industrial têxtil	Universidade de Liège	Universidade de Gand
RIST, Charles	Prilly, 1874	Médico e funcionário público	Agrége (econ. política) Faculdade de Direito de Montpellier	Professor, Sciences Po
SIEGFRIED, André	Havre, 1875	Político (prefeito de Havre)	Liceu Condorcet Sciences Po	Professor, Sciences Po
BLOCH, Marc (diretor)	Lyon, 1886	Professor universitário (ENS, Sorbonne)	Liceu Louis-le-Grand Agrége (hist./geo) ENS	Professor, Universidade de Estrasburgo
FEVRE, Lucien (diretor)	Nancy, 1878	Professor de liceu	Liceu Louis-le-Grand Agrége (hist./geo) ENS	Professor, Universidade de Estrasburgo

Tabela 1 - Membros do comitê de redação entre 1929 e 1938

*Baumont deixa o comitê em 1935, e Lefebvre passa a integrá-lo em 1937

Se, como se observa na tabela²⁰¹, Siegfried desalinha-se, em muitos aspectos, em relação à tendência geral dos demais membros do comitê de redação, nutre relação

²⁰⁰ Há, ainda, mais dois nomes destoantes: Georges Espinas e Henri Pirenne. A presença de Pirenne associa-se à relação de amizade estreita que mantinha com Bloch e Febvre, que consideravam o historiador belga seu mestre e mentor. Trata-se do único estrangeiro a compor o comitê de redação. Espinas era intelectualmente apadrinhado por Pirenne e o único *chartiste* do comitê original. As tensões causadas por sua posição singular entre os colaboradores dos *Annales* são exploradas no tópico “Os *Annales* e a *École des Chartes*” desta seção.

²⁰¹ As informações apresentadas na tabela têm como fontes principais as notícias biográficas compiladas por Bertrand Müller ao fim do primeiro tomo da correspondência Bloch/Feuvre (MÜLLER, Bertrand. *Correspondance*. Paris : Fayard, 1994b, pp. 513-525), os dicionários biográficos de Christophe Charle (CHARLE, Christophe. *Les professeurs de la faculté des lettres de Paris – Dictionnaire biographique*

estreita com a editora dos *Annales*, a Armand Colin. Amigo do editor Max Leclerc, o autor destacava-se como um dos sucessos de venda da casa, e o livro de sua autoria resenhado no texto que desencadeia esta primeira polêmica havia sido editado pela própria Colin. A resenha em questão foi considerada excessivamente agressiva pela editora, que, sem consultar Bloch e Febvre, encaminha o texto a Siegfried para que ele tomasse conhecimento do teor da crítica antes de sua publicação. Os diretores, que haviam, inicialmente, aprovado a crítica (algo incomum, como se verá adiante, posto que ataques a colaboradores e membros do comitê de redação tendiam a ser barrados pelo crivo diretorial), mostram-se profundamente incomodados. Tendo sido excluídos da decisão, são postos em uma situação delicada, vendo sair do controle cerrado que exerciam sobre todos os textos publicados uma contribuição referente a um membro do comitê. A solução encontrada é a publicação de uma nota introdutória (um *chapeau*) junto à resenha:

Certamente, como sabemos, o livro, por tratar friamente de um assunto delicado e por estar, ele próprio, longe de uma indiferença envernizada, deveria necessariamente suscitar, do lado que nós escolhemos, uma resposta à altura, mais do que uma simples resenha. Nós dissemos: melhor assim. A honra das controvérsias intelectuais está em não sofrer reticências.²⁰²

Essa nota introdutória torna-se expressiva na medida em que recoloca sob controle diretorial uma situação que, de fato, escapou ao domínio dos diretores. Com a intervenção da editora, torna-se necessário prestar contas a Siegfried, o que é feito por meio do elogio a seu livro como uma obra corajosa que “trata friamente de um assunto delicado”, passível, portanto, de um revide, e não de uma simples resenha. Note-se que o caráter agressivo da resenha é, nesse âmbito de contenção de danos, associado ao “lado que a revista escolheu”: o de incentivar as controvérsias intelectuais. Conter os efeitos danosos de uma resenha potencialmente polêmica e causadora de mal-estar passa, nesse caso, por atribuir à controvérsia uma dimensão programática, associando o

1909-1939. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 1986 e *Les professeurs du Collège de France – Dictionnaire biographique 1901-1939*. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 1988), o dicionário de mesma natureza de Jean François Condet (CONDETTE, Jean-François. *Les lettrés de la République. Les enseignants de la Faculté des lettres de Douai puis Lille sous la Troisième République (1870-1940)*. Dictionnaire biographique. Villeneuve d'Ascq: Université Charles-de-Gaulle Lille 3, 2006), bem como os diversos necrológios escritos a respeito dos nomes citados.

²⁰² “Certes, nous le savions bien, le livre, parce qu’il porte le scapellato dans des chairs vivantes, parce qu’il est bien loin, lui même, d’une indifférence glacée, devait forcément appeler, du côté que nous avons choisi, moins une simple compte rendu qu’une riposte. Nous avons dit: tant mieux. C’est l’honneur des controverses intellectuelles que de ne pas souffrir les reticences.” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 1, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994, p. 500.

conflito às diretrizes diretoriais: aqui, parece ocorrer, novamente, uma ressignificação de constrições que escapam ao controle dos diretores como parte do “espírito” da revista, posto que, em outros momentos, a “censura” de textos potencialmente polêmicos é feita sem que se invoque qualquer ideia de “traição” ao programa do periódico.

Esse argumento é reforçado pela análise de outra carta referente ao mesmo caso, escrita por René Philippon (assistente do editor Max Leclerc) a Bloch em 20 de abril de 1932. Nela, é explicitada a posição da editora sobre a virulência da resenha escrita sobre Siegfried:

Vocês veem uma contradição entre nosso desejo de evitar polêmicas e nosso desejo de tratar questões contemporâneas, porque, argumentam, as questões contemporâneas são aquelas que suscitam mais discussões. Mas “discussão” não é “polêmica”, e nós não tememos a discussão, contanto que ela guarde um caráter sereno. Como vocês mesmos podem constatar, nós nunca receamos, nesta ou naquela de nossas revistas, abordar, a respeito de temas polêmicos, todas as opiniões. Mas nós sempre tivemos o cuidado de evitar aquilo que poderia pôr em jogo o amor próprio de pessoas ou coletividades e dar à discussão um tom excessivamente vivo.²⁰³

A distinção feita por Philippon interessa, aqui, pela mobilização das categorias “discussão” e “polêmica”. O editor esforça-se em sugerir a existência, entre elas, de uma fronteira que não pode ser transposta sem trazer consequências danosas à revista, invocando essas categorias no momento em que elas estão em disputa. Note-se que Bloch e Febvre nunca questionam a existência dessa fronteira, como outros exemplos demonstrarão. O caso Siegfried sugere, no entanto, que, na perspectiva dos diretores, a resenha relativa a *Crise Britannique* não cruzava essa linha. Essa avaliação difere fortemente daquela da Armand Colin, possivelmente em função da natureza distinta dos laços sociais estabelecidos entre editora, autor e diretores. Essa observação elucida a natureza do trabalho diretorial identificado em outros casos, notadamente orientado pela mensuração do combate que *pode* ser travado, o que origina uma forma de combatividade estabelecida dentro de limites que são objeto de disputa constante entre os agentes envolvidos: diretores, editores, resenhistas e resenhados.

²⁰³ “Vous voyez une contradiction entre notre désir d’éviter les polémiques et notre désir de traiter les questions contemporaines, car, objectez-vous, les questions contemporaines sont celles qui appellent le plus les discussions. Mais ‘discussion’ n’est pas ‘polémique’, et nous ne craignons pas la discussion, pourvu qu’elle garde un caractère de sérénité. Comme vous pouvez le constater vous-même, nous n’avons pas craint, dans telle ou telles de nos revues, d’affronter, sur des sujets brûlants, toutes les opinions. Mais nous avons toujours pris garde d’éviter ce qui peut risquer de mettre en jeu l’amour-propre de personnes ou des collectivités, et donner à la discussion un ton trop vif.” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 1, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994, p. 500.

As negociações entre diretores e editora voltam a aparecer no segundo caso aqui analisado, referente à polêmica em torno de um texto escrito por Pierre Duclaux, que tem seu primeiro registro em carta de 5 de março de 1933 e estende-se até o dia 25 do mesmo mês²⁰⁴. O autor escrevera para os *Annales* um artigo associando a crise agrícola francesa à formação camponesa e ao ensino no campo, mais especificamente à concepção dos programas escolares aplicados pelos professores primários às crianças na província, premissa considerada temerária pela editora, que previu uma oposição forte desses professores e consequentes danos comerciais (risco que Bloch e Febvre concordaram ser real). A aceitação do artigo, no entanto, já havia sido anunciada pelos diretores ao colaborador, o que os deixa em uma posição delicada para pedirem mudanças – creem que, além de não contar com ter que fazê-las, Duclaux não aceitaria eliminar a crítica em questão do texto e reduzi-lo apenas a suas observações econômicas, como a editora propunha.

Temendo que o impasse resultasse na perda da contribuição, dada a luta crônica da revista contra a escassez de textos, os diretores optaram pela alteração das formulações mais polêmicas, feita por eles mesmos, e pela submissão dessas alterações para aprovação do autor, quando prontas. A frase “Os programas não são satisfatoriamente concebidos”, por exemplo, passa pela forma “De forma geral, a curiosidade não é satisfatoriamente despertada” e chega, na forma final da publicação, a “De forma geral, os alimentos que a escola oferece aos pequenos camponeses não despertam satisfatoriamente sua curiosidade”²⁰⁵. O foco da crítica na concepção dos programas escolares, dessa forma, é neutralizado, tornando-a menos frontal e mediada por uma construção mais conciliadora.

Depurar os sentidos desse evento passa, aqui, por deter-se sobre seus conteúdos intelectuais e sociais. Poucas informações biográficas estão disponíveis a respeito de Pierre Duclaux – tratava-se, provavelmente, de um engenheiro agrônomo filho de Émile Duclaux e irmão de Jacques Duclaux²⁰⁶ e, portanto, de um dos muitos autores de contribuições eventuais recrutados por Bloch e Febvre desde fora das fileiras dos

²⁰⁴ Ibid. p. 331-341.

²⁰⁵ Na sequência: “Les programmes ne sont pas suffisamment conçus”, “D’une façon générale, la curiosité n’est pas suffisamment éveillée”, “D’une façon générale, les aliments que l’école fournit aux petits paysans n’excitent pas suffisamment leur curiosité” BLOCH, Marc; FEBVRE, op. cit. p. 331.

²⁰⁶ Ambos são cientistas naturais (biólogos, físicos e químicos) egressos da *École Normale* e de grande relevância entre os cientistas franceses. O primeiro, professor da Sorbonne, foi um dreyfusard de destaque e o segundo, professor eminente do Collège de France, chegou à direção do Instituto Pasteur. Cf. HALBWACHS, Maurice. Ma campagne au Collège de France. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 1999, v. 1, n. 1, p. 217.

historiadores profissionais. Cabe, no entanto, atenção a outro pólo da polêmica: os professores primários de província. Como descrito no capítulo 2, a França passa, ao longo do século XIX, por uma série de reformas que atingem todos os níveis de ensino. Entre essas mudanças, destaca-se, aqui, aquela que atinge o ensino primário, alterando de forma profunda a posição social de seus professores.

Como argumenta Antoine Prost²⁰⁷, a categoria dos professores primários é, no início do século, e em especial no campo, caracterizada pelo baixo prestígio social: com baixo nível de especialização profissional e recebendo remunerações muito inferiores às de outras categorias, esses profissionais estariam, nas provinciais, submetidos à dependência estatutária em relação a uma dupla autoridade por vezes contraditória: o prefeito e o cúria. Esse quadro, no entanto, seria alterado ao longo do século, a começar pela reorganização do ensino primário promovida pela lei Guizot, de 1833, que modifica substancialmente as condições materiais de trabalho nesse nível de ensino. A instituição das escolas normais primárias representaria, também, um avanço crucial na capacitação dessa categoria profissional, permitindo que os *instituteurs* comessem a desfrutar de um estatuto intelectual diferenciado, mas nem sempre acompanhado de condições materiais proporcionalmente superiores. O conjunto das reformas primárias terminaria por cimentar essa mudança de estatuto: segundo Prost, a nova posição intelectual desses professores primários tornaria a categoria ainda mais sensível à precariedade de seus salários e ao baixo prestígio associado à sua atividade, o que engendraria a constituição de uma solidariedade de grupo,

A difusão de revistas pedagógicas teria alimentado a quebra do isolamento local ao qual esses profissionais estavam submetidos, fortalecendo a formação de um corpo profissional solidário que daria início de uma insubmissão em relação aos poderes locais por meio adesão às regras longínquas da administração central. Ao cabo desse processo, a categoria dos professores primários seria elevada ao funcionalismo público, tornando-se finalmente, no seio da Terceira República, um grupo de pressão suficientemente representativo para ser levado em conta nas correlações de força. Como afirma Prost, “Sua transformação em funcionários garantiria, com efeito, sua independência de forma eficaz. Compreende-se melhor, assim, por que a República encontrou nos *instituteurs* a adesão fiel que fez sua força.”²⁰⁸

²⁰⁷ PROST, Antoine. *L'enseignement en France, 1800-1967*. Paris: Armand Colin, 1968, pp. 132-146.

²⁰⁸ PROST, Antoine, op. Cit., p. 145-146.

Frente à reticência da editora em “pôr em jogo o amor próprio de coletividades” (anunciada na já mencionada carta de Leclerc em 1932) e à afirmação explícita de que a resenha de Duclaux era impubescível *por causa* do ataque aos programas escolares do ensino primários aplicados no campo, é seguro inferir que a categoria dos professores primários era uma daquelas com as quais os editores não estavam dispostos a entrar em contenda. Em outras palavras, trata-se de mais uma disputa que, na visão da casa de edição, ultrapassaria o limite da *discussão*, tornando-se uma *polêmica*.

Tem-se, assim, mais uma forma assumida pela disputa entre editores e diretores para a definição da fronteira entre essas duas categorias, um confronto que, novamente, não é frontal, mas mediado por negociações, recuos táticos, busca de territórios comuns. É o mesmo tipo de combate discreto, eufemizado e triangulado que se observa no terceiro caso selecionado para análise, que envolve diretamente um texto redigido por Lucien Febvre.

Os combates e o poder disciplinar: *Annales e École des Chartes*

Esse caso refere-se a uma resenha mencionada pela primeira vez em setembro de 1933, mas a polêmica a ela associada desenrola-se a partir de abril de 1934²⁰⁹. O texto em questão, uma crítica a *La chambre des comptes de Paris au XVe siècle*, de Henri Jassemin, é mal recebido pelo autor, que encaminha uma carta de resposta à revista, acusando-a de atacar a *École des Chartes*, da qual ele fazia parte. Os *Annales* são, conforme dizem os editores, legalmente obrigados a publicar a carta, e os diretores optam por fazê-lo com uma nota introdutória de teor explicativo. A redação do texto fica, inicialmente, por conta de Febvre, mas uma sequência de cartas arroladas nos anexos do segundo tomo da correspondência revela um processo cuidadoso de reescrita da nota, efetuado por Bloch e pelos editores, que consideraram a formulação inicial de Febvre muito agressiva.

Na forma original, o *chapeau* repreendia severamente o fato de Jassemin se esquivar das críticas de método levantadas na resenha, bem como a sua tentativa de transformar a crítica ao seu livro em crítica a todos os *chartistes*. Nas mãos de Paul

²⁰⁹ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004, p. 76.

Jolis²¹⁰, o texto passa a uma forma mais branda, que convida os leitores a decidirem sobre a pertinência ou não da crítica de Febvre, reforçando a presença de *chartistes* entre os amigos e colaboradores da revista e, dessa forma, expondo a resenha como uma crítica pontual a Jassemin, e não um ataque à *École des Chartes*²¹¹. Expressa-se, novamente, um tipo de combate que não é o que se costuma crer: não se trata de uma batalha aberta e irrestrita, mas de um tipo de embate no qual os movimentos possíveis são limitados e nem todas as vias do circuito de injúria estão abertas. O que se infere da polêmica com Jassemin é que o ataque frontal à *École des Chartes* não era um dos movimentos possíveis, limitação que o exemplo anterior demonstra estender-se a outros agentes e coletividades (a categoria dos professores primários, por exemplo).

Aqui, no entanto, a limitação associa-se não apenas a uma dissonância entre o teor da crítica e a relação estabelecida entre a editora e um determinado setor social, mas a questões de configuração disciplinar. A tensão entre a *École Normale Supérieure* e a *École des Chartes* foi tratada de forma aprofundada no capítulo 2: a partir da segunda metade do século XIX, e sobretudo com as reformas universitárias promovidas pela Terceira República que instituíam o sistema de ensino-pesquisa, chartistas e normalianos entrariam em embates cada vez mais explícitos pelo monopólio das formas legítimas de produção de conhecimento.

Observam-se nos enfrentamentos de Bloch e Febvre contra arquivistas e paleógrafos, com efeito, relances dessa concorrência, sempre escorada no embate entre as concepções distintas do trabalho histórico desposadas por cada instituição. O caso Jessemin sugere, no entanto, que essa crítica estratégica devia encontrar caminhos que driblassem o embate frontal, e que o lastro de prestígio e poder disciplinar angariado pela *École des Chartes* no século XIX ainda exercia força suficientemente grande para modular os tons da disputa. Note-se, nesse sentido, que a crítica redigida por Febvre só é mantida mediante redirecionamento para um alvo individual, o que parece, nesse caso, servir a mantê-la em território seguro.

Esse lastro de poder da *École des Chartes* elucidada, em alguma medida, o interesse em manter a presença de *chartistes* “entre os amigos e colaboradores” dos *Annales*. As vantagens da manutenção dessas relações podem ser entrevistas em resenha que Georges Espinas, membro do comitê de redação da revista e *chartiste* de formação,

²¹⁰ Revisor de textos da editora Armand Colin.

²¹¹ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004, p. 499-501.

dedica a *La Paréage du Puy*, livro de Étienne Delcambre. À ocasião da publicação do texto, os diretores optam pela inclusão de um *chapeau* que transforma a crítica de Espinas em uma prova da convivência harmoniosa dos *Annales* com a *École des Chartes*. Trata-se, fica claro, de mais um recurso empregado para atenuar o recente caso Jassemín, afastando a revista de qualquer ideia de enfrentamento direto contra os *chartistes*. É digno de nota, no entanto, que o *chapeau* seja carregado de rasgos irônicos, sobretudo nos termos “casta erudição” e “certa grande Escola”:

Posto que recentemente, a propósito de observações que inspirariam exatamente as mesmas preocupações, acreditou-se poder nos acusar de menosprezar a casta erudição e de nutrir, contra certa grande Escola, uma raiva tenaz, nossos leitores nos permitirão notar, em poucas palavras, nosso pleno acordo a respeito de uma séria questão de método com um homem que ninguém ousará, acreditamos, suspeitar de desonrar o trabalho monográfico ou de negar seu próprio passado ²¹²

Os combates, os “amigos” e os “inimigos”

O tipo de combatividade que se desenha nos três casos citados ecoa, de forma mais discreta, ao longo de toda a documentação, evidenciando-se, sobretudo, em comentários sobre a eufemização de críticas específicas. São numerosas até mesmo situações nas quais a crítica é completamente suprimida pelos diretores, que optam por não se lançar a qualquer tipo de enfrentamento. Em carta do dia 19 de maio de 1934, na qual Bloch comenta um livro de Henri Hauser, membro do comitê de redação ao qual os *Annales* dedicam algumas de suas resenhas mais celebratórias, diz-se: “Fiquei incomodado. Achei, para ser sincero, o livro bastante insignificante, mas eu não poderia dizê-lo” ²¹³. Febvre, que havia resenhado o mesmo livro (*La prépondérance Espagnole*) para a *Revue Historique*, responde demonstrando solidariedade ao amigo: “Eu acalmo sua consciência: tive que adotar o tom épico da *Revue Historique* (onde não poderia, de qualquer jeito, fazer diferente)” ²¹⁴. Note-se que, nas duas passagens, tanto Bloch quando

²¹² “Puisque récemment, à propos d’observations qui s’inspiraient exactement des mêmes soucis, on a cru pouvoir nous accuser, à la fois, de mépriser la chaste érudition et de nourrir, contre certaine grande École, une haine farouche, nos lecteurs voudront bien nous permettre de noter, d’un mot, notre plein accord, sur une grave question de méthode, avec un homme que l’on osera point, pensons-nous, soupçonner ni de honnir le travail monographique ni de renier son propre passé” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004, p. 110.

²¹³ “J’ai été gêné, je trouve, pour tout dire, le volume assez insignifiant: mais je ne pouvais pas le dire.” Ibid, p. 96-97.

²¹⁴ “J’apaise vos scrupules, j’ai dû emboucher la trompette épique de la *Revue Historique* (où je ne pouvais du reste pas faire autrement)” Ibid. p. 98. O parágrafo de abertura da resenha que Febvre escreve para a *Revue Historique* explicita o abismo existente entre o discurso privado dos diretores e seu discurso público, ou seja, a inviabilidade de publicização de certas opiniões. Nele, lê-se: “Compte-rendu critique: mais si l’on n’a pas de critique à faire? Vous pouvez toujours pointer les virgules qui manquent, pour prouver à l’auteur ‘que vous l’avez lu avec attention’. Le beau mérite, si le livre se lit par plaisir?”

Febvre adotam o verbo *pouvoir*, poder : uma crítica negativa ao livro de Hauser é classificada como algo que se encontra fora do universo de possibilidades aberto aos diretores. *Normalien* e membro mais velho do comitê de redação dos *Annales* à época de sua fundação, Hauser é um dos nomes mais fortes que compõem as fileiras da revista em seus primeiros anos. Historiador consagrado e dotado de alto prestígio na comunidade profissional, tratava-se de um dos principais nomes de referência da história econômica e social e de um dos contatos frequentemente acionados por Bloch e Febvre para a indicação de potenciais colaboradores. Hauser era, ainda, ocupante da única cadeira nominalmente dedicada à história econômica em Paris, na Sorbonne, posição herdada por Marc Bloch em 1936.

Em novembro do mesmo ano, Bloch critica o excesso de diplomacia de uma resenha que Febvre escrevera, dessa vez sobre Albert Grenier: “Você pensa, acredito eu, mal desse livro, mas é obrigado a falar bem dele (completamente de acordo com você nesse ponto). Então você carregou muito nas cores; carregou um pouco demais, na minha opinião” ²¹⁵. Febvre acaba concordando com as observações do amigo e co-diretor, observando: “Eu me empenhei demais no desejo político de nos garantir um proceder elegante” ²¹⁶. O texto final, no entanto, não conta com críticas particularmente duras, tendo Febvre mantido a ênfase nos méritos da obra. Cabe notar que Grenier mantinha com os diretores dos *Annales* uma relação tensa. Colega de ambos na Universidade de Estrasburgo, o *agregé* de gramática fazia parte dos promissores jovens que, tendo outrora abraçado as condições financeiras e de prestígio excepcionais oferecidas na universidade fronteiriça, voltavam, agora, suas ambições à conquista de cargos em Paris.

Nesse volver de olhos, Grenier, Bloch e Febvre são colocados em competição direta, acirrada pela crise dos postos universitários que atinge o sistema francês na década de 1920. Em janeiro 1929, Febvre e Grenier enfrentam-se por uma vaga no *Collège de France* após a morte Theodore Reinach, propondo, respectivamente, uma cadeira de História do mundo moderno e uma de História primitiva dos povos da

Réflexions d'un critique dans l'embarras, méditant sur le plus récent travail d'Henri Hauser: une magnifique perspective cavalière de l'histoire européenne entre 1559 et 1660 sous un titre que je n'aime pas beaucoup, mais j'y reviendrai plus loin: la prépondérance espagnole” *Revue Historique*, 1934, n. 1, p. 595.

²¹⁵ “Vous pensiez, crois-je, du mal de ce bouquin; vous êtes obligé d’en dire du bien (tout à fait d’accord avec vous sur ce point). Alors vous y êtes allé largement de votre pot de couleur – un peu trop largement à mon sens” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, op. cit, p. 97

²¹⁶ “J’en avais trop mis, beaucoup trop mis, dans le désir politique de nous assurer l’avantage d’un procédé élégant” Ibid., p. 174

Europa²¹⁷. Ambos perdem para a proposta vencedora (uma cadeira de pré-história proposta e posteriormente ocupada por Henri Breuil²¹⁸), mas a disputa cria uma cisão duradoura entre os dois. Febvre é eleito, finalmente, em 1932, e, em 1934 (ano da querela aqui reportada), e Grenier volta a concorrer ao *Collège*, desta vez enfrentando Marc Bloch após a morte de Camille Jullian. Ambos apresentam suas propostas ao Collège em 18 de março de 1934: enquanto Bloch propõe a criação de uma cadeira de história comparada das sociedades europeias, Grenier defende a manutenção da cadeira de Jullian (antiguidades nacionais), que ele próprio ocupava como suplente desde 1932. Febvre posiciona-se a favor da proposta de Bloch, reaquecendo a disputa iniciada em 1929²¹⁹, mas o prosseguimento da votação é impedido pela morte súbita de Camille Matignon, partidário de Grenier que falece com a sessão em curso, levando a seu cancelamento.

A querela é, então, prolongada, e a tensão causada pela proposta de Bloch – extinguir uma cadeira que, na prática, Grenier já ocupava – ganha espaço para crescer. Na correspondência entre os dois diretores dos *Annales*, Febvre, que já reportada ter recebido, em junho de 1933, uma carta de Grenier pedindo satisfações sobre a situação²²⁰, informa, em 25 de janeiro de 1934, que o secretário da revista, Paul Leuillot, havia sido pessoalmente abordado por um Grenier enfurecido, que acusava Marc Bloch de tentar “roubar seu lugar”²²¹. A tensão prévia sugerida por esses acontecimentos aumenta à luz de um decreto de 4 abril de 1934, que estabelecia a necessidade de redução do efetivo de professores do *Collège* e, por isso, congelava os processos de sucessão em curso. Em sessão de 18 de novembro de 1934²²², informa-se que três das quatro cadeiras vagas seriam extintas, e que os candidatos à substituição de todas elas deveriam, portanto, reunir-se na disputa a uma única vaga, o que acirra

²¹⁷ Service des archives, Assemblées des professeurs. Registre des délibérations, le 18 novembre 1934. CDF 2AP13

²¹⁸ Service des archives, Assemblée des professeurs. Registre des délibérations, le 18 mars 1934. CDF 2AP13

²¹⁹ Os efeitos duradouros das duas querelas e a inimizade por elas criada entre os dois historiadores parece ser sentida publicamente: no relato de sua própria campanha ao *Collège de France*, Maurice Halbwachs, ao reportar sua visita a Grenier, afirma: “Eu sei, além disso, que ele não gosta de Febvre, que se opôs a ele quando ele se apresentou ao Collège” (“Je sais d'ailleurs qu'il n'aime pas Febvre. Celui-ci l'a combattu quand il se présentait au Collège”) HALBWACHS, Maurice. Ma campagne au Collège de France. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 1999/1, no 1, p. 210.

²²⁰ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome , éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994b, p. 381

²²¹ BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004a, p. 14

²²² Service des archives, Assemblées des professeurs. Registre des délibérations : le 18 novembre 1934. CDF 2AP13

substancialmente os termos da competição. A votação ocorre, finalmente, em 13 de janeiro de 1935, e a proposta de Grenier emerge vitoriosa, atingindo a maioria absoluta de votos após quatro turnos de votação²²³. A segunda votação, que o elegeria de fato à cadeira, ocorre em 8 de dezembro de 1935²²⁴, e o historiador inicia efetivamente suas atividades em 1936.

Destacamos o fato de que, além de ex-colega próximo e concorrente direto, Grenier era, também, colaborador da revista, o que aclara o delicado jogo exposto aqui, em que se busca a intensidade certa da crítica. É digno de nota, por exemplo, que Febvre associe a atenuação da crítica a Grenier a um “proceder elegante”, demonstrando que, diferentemente do que se costuma crer na historiografia, Bloch e Febvre não se veem em posição de utilizar a revista dos *Annales* como máquina difamatória contra seus “inimigos” em todas as circunstâncias. As ressalvas de Febvre sugerem que, pelo contrário, atacar o concorrente de Bloch com as eleições em curso (note-se que, no mês de novembro de 1934, o anúncio de uma única cadeira vaga leva a tensão entre ambos a seu ápice) seria considerado um movimento deselegante e, portanto, ilegítimo nas disputas em curso; fora das regras do jogo.

Observa-se, assim, que, em diversos dos casos elencados, a atenuação da crítica é reservada a colaboradores da revista, cada um deles dotado de estatuto muito distinto no seio do empreendimento: Hauser, Grenier, Espinas. O caso de Espinas, o representante dos *chartistes* entre os *annalistes* citado no caso Jassemin, é particularmente interessante: ao longo da correspondência, Bloch e Febvre criticam duramente os textos do autor, tornando-o, em certa altura, um parâmetro de texto de baixa qualidade. É comum o uso, por exemplo, da expressão “prolixidade espinasiana”, ou de observações como “o resultado é pior do que o pior Espinas em estado bruto”²²⁵ ou “a prosa de Espinas é um desses álcoois fortes, impossíveis de absorver a não ser diluídos em diversos copos d’água sorvidos em largos intervalos ”²²⁶. Em todo o material analisado, nenhuma menção elogiosa é feita ao autor, que é também, como já

²²³ Service des archives, Assemblées des professeurs. Registre des délibérations, le 13 janvier 1935. CDF 2AP14

²²⁴ Service des archives, Assemblées des professeurs. Registre des délibérations, le 8 décembre 1935. CDF 2AP14

²²⁵ “Le résultat est pire que le pire Espinas à l’état natif” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 1, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994b, p. 455

²²⁶ “La prose d’Espinas est un de ces forts alcools qu’on ne saurait absorber que dilué dans plusieurs verres d’eau, absorbés en larges intervalles” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 2, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 2004, p. 414.

notado, um membro do comitê de redação que destoava do padrão ali vigente. As resenhas dedicadas a ele nos *Annales* são, no entanto, exclusivamente elogiosas.

Todas essas situações ilustram recuos táticos: a combatividade é, em certas situações, inteiramente suprimida ou modulada para que se encaixe nos limites considerados pertinentes a cada situação, a cada caso específico de correlação de forças. Os casos de supressão são especialmente interessantes, na medida em que sugerem a interdição de determinadas vias do circuito geral de injúria: críticas a colaboradores importantes e membros do comitê editorial, por exemplo, apesar de serem feitas na correspondência pessoal entre Bloch e Febvre, não se tornam públicas (a exceção parece ser André Siegfried, caso que teve suas especificidades apontadas no início do capítulo). Um segundo aspecto dessas interdições é igualmente interessante: mesmo à injúria a figuras reconhecidas pela historiografia como “inimigos exemplares” dos *Annales* são impostas condições específicas. Note-se, por exemplo, o diálogo que se inicia em carta de 12 de setembro de 1933, na qual Febvre menciona uma resenha que escrevera sobre *Histoire sincère de la Nation française. Essai d'une histoire de l'évolution du peuple français*, de Charles Seignobos:

E, uma vez que me foi dada a oportunidade de dizer honestamente o que penso sobre o homem e seus métodos, não posso me resignar a deixá-la escapar. Incomoda-me dá-lo [o texto] à Revue de Synthèse, mas, nos *Annales*, ela não é nem um pouco *Annales*.²²⁷

Tratava-se, com efeito, de “Entre l’histoire à thèse et l’histoire manuel: deux esquisses recentes d’histoire de France: M. Benda, M. Seignobos”, publicada na *Revue de Synthèse* em 1933 e republicada por Febvre nos *Combates pela História*, como nota Gérard Noiriel, com um título mais agressivo do que o original. Escapa ao autor, no entanto, o fato de que Febvre não se permite, em 1933, criticar Seignobos nos *Annales*: não considerava que o texto fosse, naquele momento, apropriado para publicação na revista ou, em outras palavras, adequado a seu “espírito”. Trata-se, no entanto, de um dos textos que ele elegeria, duas décadas depois, como um dos símbolos maiores de um projeto de vida organizado em torno do combate.

Nesse caso, a crítica a Seignobos não é completamente suprimida e substituída pelo elogio, como no caso de Hauser; ela é, no entanto, interdita nos *Annales* e

²²⁷ “Et pour une fois que l’occasion m’est donnée de dire carrément ma pensée sur l’homme et ses méthodes, je ne peux me résigner à le laisser échapper. Ça m’ennuie de le donner à la Revue de Synthèse. Mais aux Annales, ce n’est guère Annales.” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 1, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994, p. 406.

transposta para a *Revue de Synthèse*. Parte desse deslocamento pode ser explicada por questões temáticas, posto que o livro criticado não se enquadrava no domínio da história “econômica e social”, etiqueta arrogada por Bloch e Febvre. Como notado na seção 3.2, no entanto, essa etiqueta atuava na revista ainda como um jargão em construção: muitas vezes, a expressão era inserida pelos diretores, por meio de títulos, notas introdutórias ou reformulações estruturais, em textos muito afastados dessa temática, mas dos quais se tinha necessidade para o fechamento de números²²⁸.

Chama atenção, portanto, que a mesma flexibilidade temática não tenha sido estendida ao texto de Seignobos, posteriormente tido como “inimigo” exemplar dos *Annales*, uma vez que a simples comparação de seus métodos àqueles da “história econômica e social” seria suficiente para justificar essa inserção. A decisão dos diretores chama ainda mais atenção se considerado o momento em que é tomada: um momento de *eaux basses*, de dificuldade de fechamento de um número por falta de textos, contexto no qual, em outras ocasiões, Bloch e Febvre não hesitavam em reescrever artigos e resenhas escritos para outras revistas para adequá-los ao “tom” dos *Annales* e viabilizar sua publicação ali²²⁹.

Outros fatores, portanto, devem pesar na decisão diretorial, e a análise dos textos que compõem os *Combates pela História* sugere que o nível de virulência do texto pode contar entre esses fatores. Note-se que, na coletânea posteriormente organizada por Febvre para ilustrar as “lutas” que caracterizariam “espírito” de sua obra, a seção que concentra os capítulos mais incisivos, intitulada “Les pour et les contres”, não conta com nenhum texto originalmente publicado nos *Annales* do pré-guerra. “Contre l’histoire diplomatique en soi” e “Pour la synthèse contre l’histoire-tableau”, por exemplo, foram publicados na *Revue de Synthèse*, respectivamente em 1931 e 1934, e o emblemático “Sur une forme d’histoire qui n’est pas la nôtre. L’histoire historisante”, apesar de publicado nos *Annales*, data de 1947, sendo, portanto, muito posterior aos outros.

²²⁸ Para uma análise mais detida dessas torções temáticas, ver seção 4.3 do capítulo 4.

²²⁹ Um exemplo desse procedimento por ser observado em carta de 9 de maio de 1933, na qual se discute a resenha de um livro de François Simiand. Bloch informa, ali, ter resenhado o livro para a *Revue Historique*, mas, frente à escassez de colaborações para o número seguinte dos *Annales*, sugere que esse texto já pronto fosse, mediante processo de reescrita (“meu texto é muito longo, um pouco longo demais para nossos padrões, e, não tendo sido escrito, a princípio, para nós, não tem exatamente o nosso tom”), realocado para a revista dirigida por ambos, com a condição de que Febvre se dispusesse a resenhá-lo, depois, para a *Revue Historique* para suprir a lacuna. BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, tome 1, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris, Fayard, 1994, p. 368.

Há, nessas observações, elementos para matizar as noções de “amigos” e “inimigos” dos *Annales* cristalizadas na historiografia: situações de aliança e disputa estão, evidentemente, presentes, mas assumem formas por vezes inesperadas nas tomadas de posição de Bloch e Febvre expressas em suas decisões cotidianas. A destreza com a qual ambos transitam entre as possibilidades abertas é notável em todas as situações destacadas, indicando um domínio resolutivo das “regras do jogo” – o mesmo domínio demonstrado, por exemplo, nos expedientes de administração da instabilidade material descritos na seção 3.2. Novamente, identificam-se condições objetivas que pesam sobre o trabalho de Bloch e Febvre, levando-os a soluções que impõem à forma e conteúdo da revista contornos flutuantes, adaptados a cada dificuldade surgida (os conflitos, o déficit de colaboradores, a escassez de textos etc).

Essa identificação é possível graças a uma alteração na escala de observação do objeto: com a adoção do material epistolar como fonte primária, torna-se possível abranger a dimensão cotidiana e pedestre do trabalho dos diretores, depreendendo-se as condições específicas e cuidadosamente mensuradas nas quais se desenrolam as disputas empreendidas Bloch e Febvre. Essa opção permite, por exemplo, requalificar o *topos* da “fabricação” dos *Annales*, discutido no capítulo 1: se é possível que, na década de 50, Febvre revise os próprios textos, organizando-os de forma a fazer crer que sua vida e seu trabalho foram organizados em torno do fomento à “história combate”, isso não é uma operação feita no vazio. Há, de fato, condições específicas nas quais o combate é admitido, e o que se parece fazer nos anos 50 é, apagando a existência dessas condições, elevar a combatividade à condição programática, e não inventar um combate inexistente.

Convertem-se, assim, a acomodação e o compromisso em afrontamento direto e irrestrito, apagando-se, nesse processo, o minucioso trabalho diretorial empreendido, na primeira década da revista, no sentido de tatear sobre quem se podia falar, como se podia falar e o quê se podia falar, sugeridos pela análise documental aqui desenvolvida. O que está em jogo é um processo constante de identificar os momentos de falar e os momentos de calar: nos *Combates*, Febvre escamoteia seus silêncios, transformando, no processo, suas intervenções em declarações de guerra.

Considerações finais

A administração da revista dos *Annales* mostra-se, em seus primeiros anos, intimamente relacionada à luta por sua sobrevivência. Sugeriu-se, ao longo deste capítulo, que o manejo dessa instabilidade material, aliada a outros tipos de constrições (como a interdição de certas vias do circuito possível de injúrias, por exemplo) incide, de maneiras diversas, sobre os textos e a estrutura do periódico, produzindo nele um efeito de coesão particular. Em todos esses processos administrativos, o denominador comum é a destreza com que os diretores circundam os problemas e contratempos típicos de uma empreitada editorial em seu estágio inicial, a maleabilidade e flexibilidade com as quais não apenas garantem a vida do periódico, mas o dotam, paulatinamente, de traços que reclamam como distintivos. De fato, como sugerido, muitas das constrições que pesam sobre a revista e seus fundadores, impostas tanto pela editora quanto por fatores conjunturais e disputas pessoais ou institucionais, são resolvidas pelo ato de ressignificação dessas pressões em traços que passam a ser abraçados como parte da identidade da revista, ou, nos termos dos diretores, de seu “espírito”.

O que a documentação epistolar analisada sugere é esse tipo de procedimento gera, nas mãos de Bloch e Febvre, antes a enunciação de uma identidade, de um “espírito” da revista, do que sua definição substantiva; antes um trabalho sistemático de atribuição de coerência à instabilidade do que a formulação, de fato, de um programa teórico. Essa constatação permite uma retomada dos textos publicados nos *Annales* como fontes primárias a partir de uma gama renovada de questionamentos, não mais voltados à identificação de uma “história combate” ou de uma “teoria *annaliste*” escondida pelos diretores nas entrelinhas, mas norteados pelo entendimento do modo como o trabalho sistemático de construção de uma coesão do projeto manifesta-se na revista. Nesses termos, o êxito dos *Annales* no pós-guerra deixa de configurar um destino manifesto da revista, passando a ser enxergado como uma das possibilidades inscritas no periódico graças ao manejo que seus diretores fizeram das condições objetivas às quais estavam submetidos. Restava, agora, refinar, aprofundar e matizar esses resultados, analisando-se como esses processos se refletem, enfim, na versão publicada do periódico e, mais especificamente, em um “programa intelectual” muito particular: um modo distintivo de afirmação da história econômica e social.

Capítulo 4

“Do ponto de vista dos nossos *Annales*”

A seção crítica dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*

Buscou-se, até aqui, compreender a fundação e a operação da revista dos *Annales* à luz das condições objetivas em meio às quais operaram seus fundadores. Em um primeiro momento, propôs-se recuperar as evoluções e linhas de tensão do sistema de ensino francês para compreender o estado da prática profissional da História em 1929, bem como a inserção de Bloch e Febvre nessa configuração disciplinar. A seguir, analisou-se como, no contexto de especialização que toma força no início do século XX, ambos investem, como elemento de diferenciação, na área nascente da história econômica e social. Ali, tornam-se representantes medulares da especialidade, combinando posições reconhecidas por seus pares como heterodoxas a um domínio exemplar das regras ditas “tradicionais” da profissão. Em seguida, procedeu-se a uma análise mais detalhada do trabalho empreendido por ambos na administração da revista. Em um momento de constrição das vias que levavam à ocupação de cargos Paris, onde estavam concentradas as posições intelectualmente dominantes, a revista representa uma diversificação dos modos possíveis de intervenção intelectual. O caráter tateante da história econômica e social, combinado às condições desfavoráveis do espaço editorial, impõe, no entanto, uma série de obstáculos à objetivação desse projeto.

Como se buscou demonstrar, a revista enfrenta, desde sua fundação, uma espécie de “crise perene”, ocasionada por um déficit crônico de colaboradores, assinantes e conteúdo. Para contorná-la, os diretores dedicam-se a um trabalho sistemático de controle sobre todos os textos publicados, reescrevendo-os e adaptando-os para, a partir de um conjunto heterogêneo e esparso de contribuições, constituir números legíveis como coerentes. As evidências levantadas no capítulo 3 sugerem que, nesse processo de costura, Bloch e Febvre tomam como fio a etiqueta “história econômica e social”: incluída em títulos de artigos e resenhas, nomes de rubricas e enxertada no próprio corpo dos textos (sobretudo em *chapeaux* introdutórios), a expressão vinha impor à revista uma tônica comum; reforçar um jargão que reifica a especialidade disciplinar sem, necessariamente, defini-la de forma sistemática.

Seguindo o movimento de estreitamento progressivo da escala de análise previsto na introdução deste trabalho, resta, agora, investigar como esse modo laxo de

enunciação do rótulo disciplinar ao qual Bloch e Febvre se associavam manifesta-se efetivamente no conteúdo da revista. Apesar desse procedimento simultâneo de definição e indefinição ser usado como resposta a constrições materiais, e ter sido, neste trabalho, detectado dessa forma, ele não deve ser visto como produto exclusivo e necessário dessas operações pragmáticas. Dito de outra forma, esse modo de formular a história econômica e social não existe *porque* se faz necessário para viabilizar a revista materialmente, mas *pode* ser utilizado dessa maneira porque é paulatinamente construído e legitimado em um contexto mais amplo de uso. O estudo verticalizado das resenhas publicadas na revista dos *Annales* serve, portanto, como forma de apreender outras instâncias de construção de coerência intelectual, mapeando como os diretores definem seu empreendimento, como enunciam, em diversas frentes, a área da história econômica e social e, finalmente, quais são os efeitos e rendimentos desse tipo de enunciação para uma especialidade disciplinar em luta por protagonismo.

4.1) Bloch e Febvre, colaboradores

Longe de limitarem-se às fronteiras da revista que dirigiam, Marc Bloch e Lucien Febvre colaboraram intensamente com outros periódicos contemporâneos. Três deles, em particular, destacam-se pela frequência e a constância com que receberam textos assinados pelos fundadores dos *Annales*: juntas, a *Revue Critique*, a *Revue Historique* e a *Revue de Synthèse*, abrigaram mais de 9 entre 10 textos assinados por Bloch e Febvre como resenhistas colaboradores. Antes de avançar à análise detalhada dos textos publicados nos *Annales*, portanto, propõem-se, aqui, algumas reflexões relativas a essa atividade crítica “externa”. Em primeiro lugar, faz-se necessário um breve panorama dessas revistas e do papel de suas respectivas sessões críticas, à guisa de caracterização do percurso preferencialmente frequentado pelos dois historiadores no espaço editorial francês. Propõe-se, em seguida, observar com mais atenção um conjunto particular de textos: resenhas nas quais Bloch e Febvre recenseiam livros iguais para revistas diferentes. Com isso, objetiva-se estabelecer um lastro comparativo para a análise empreendida nas sessões seguintes: analisando as diferenças entre textos relativos às mesmas obras e publicados pelos mesmos agentes nos *Annales* e fora deles, busca-se localizar com mais precisão os elementos que os dois diretores reservam, efetivamente, à sua revista, constatação que deve caucionar e direcionar a análise proposta no restante do capítulo.

Periódicos especializados e crítica: o caso francês

Se o emprego de cartas como fontes primárias atendeu a problemas específicos de pesquisa detalhados no capítulo 2, o mesmo pode ser dito da análise de resenhas neste capítulo. Os textos críticos têm sido, de fato, evocados pela literatura como um elemento incontornável da produção intelectual francesa entre os séculos XIX e XX. Protagonista nos processos de configuração disciplinar que se desenrolam nesse período, esse gênero textual tem sua relevância atestada, por exemplo, pelo lugar ocupado pela seção crítica das revistas para as quais Marc Bloch e Lucien Febvre colaboram: tanto os trabalhos de Charles Olivier-Carbonell²³⁰ quanto os de Bertrand Müller²³¹ (as duas principais referências no estudo das revistas aqui analisadas) apontam o caráter “combativo” da *Revue Critique*, da *Revue Historique* e da *Revue de Synthèse* como elementos distintivos dessas publicações.

No caso da *Revue Critique*, por exemplo, Müller caracteriza o periódico fundado em 1865 como instrumento de agregação de um “grupo de *savants* de um novo tipo”: jovens e dotados de disposições heréticas, esses intelectuais “aspiravam”, nas palavras do autor, a capitanear uma reforma universitária que lhes permitiria controlar a reestruturação da prática histórica. Para tanto, o grupo teria adotado como estratégia a transformação da revista em uma espécie de cavalo de batalha: compostos exclusivamente por resenhas, os números da RC seriam caracterizados por ataques virulentos e implacáveis dirigidos, inclusive, a nomes consagrados da disciplina, como Fustel de Coulanges. Essa postura, chamada por Charles Seignobos de “justiça pelo terror”, teria como fim a defesa de uma autonomização da disciplina histórica em relação ao discurso literário, baseada em um método “verdadeiramente histórico” assentado sobre a objetividade.

A narrativa dos jovens com disposições iconoclastas que se valem de um periódico para atacar frontalmente o *establishment* da disciplina não soará estranha ao leitor: trata-se, grosso modo, de uma estrutura semelhante àquela do “mito dos *Annales*” caracterizada no primeiro capítulo. Esse paralelo torna-se ainda mais explícito no caso da *Revue Historique*: o periódico, fundado por Gabriel Monod em 1876, é caracterizado

²³⁰ CARBONELL, Charles Olivier. *Histoire et historiens : une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885*, Toulouse, Privât, 1976

Id., *La Naissance de la Revue Historique : une revue de combat*. *Revue Historique*, t. 255, n. 100, 1976.

²³¹ MÜLLER, Bertrand., *Lucien Febvre, lecteur et critique*. Paris: Albin Michel, 2003,

por Charles Carbonell como “uma arma forjada por um homem para uma escola”²³². Na perspectiva do autor, Monod teria concebido o projeto da RH como forma de combater a *Revue de Questions Historiques*, periódico que se tornara um reduto de monarquistas católicos empenhados em um discurso conservador. Por oposição, a RH seria marcada por um discurso republicano de viés nacionalista, de orientação protestante, empenhado na produção e reprodução de um método histórico científico, objetivo e centrado nos fatos (posteriormente associado, de forma pejorativa, a etiquetas como “metódico” e “positivista”).

A caracterização da *Revue Historique* como arma ou tribuna a partir da qual os primeiros historiadores profissionais teriam buscado combater noções consideradas ultrapassadas também apresenta homologias com a narrativa tradicional a respeito dos *Annales*. Nesta última, no entanto, os inimigos eleitos pelos *annalistes* seriam os próprios representantes da “escola metódica” teoricamente corporificada pela RH. Seria essa, também, a batalha travada pelos representantes da *Revue de Synthèse*, que contariam, ainda, com novos “inimigos”: os representantes da ultraespecialização da disciplina histórica, diametralmente oposta a um projeto de síntese. Bertrand Müller, por exemplo, caracteriza a revista fundada por Henri Berr em 1900 como uma “revista militante, insuflada de um espírito particular e de uma forma inédita”²³³. Nessa forma, a crítica bibliográfica ocuparia lugar de destaque: nela, os colaboradores da revista (também caracterizados como jovens, talentosos e heréticos) encontrariam um espaço de experimentação, de comunhão interdisciplinar e, em última análise, de resposta às críticas do fechamento da História sobre si mesma levada a cabo pelos sociólogos ligados ao *Année Sociologique*.

Existe, portanto, uma nota comum que ressoa na literatura referente às quatro revistas preferencialmente frequentadas por Bloch e Febvre: a caracterização desses periódicos como “revistas de combate”. A exploração do caso dos *Annales* empreendida no capítulo 2, no entanto, vaticina nossos pontos de discordância em relação a essas leituras. Como se buscou demonstrar, a “combatividade” *annaliste* não era excepcional, mas sim uma expressão modulada, constantemente negociada, da dimensão conflitiva que é inerente aos processos de circulação intelectual. Com efeito, é necessário, para caracterizar uma publicação como “instrumento de combate”, que a combatividade seja

²³² CARBONELL, Charles-Olivier. La Naissance de la Revue Historique : une revue de combat. *Revue Historique*, t. 255, n. 100, 1975, p. 332.

²³³ MÜLLER, Bertrand, opt. cit, p. 48.

encarada como um elemento suficientemente excepcional para se tornar distintivo. Da mesma forma, apenas quando se considera o conflito como um corpo estranho que ingressa clandestinamente na produção intelectual pode-se encerrar uma análise com a mera atestação da presença ou ausência de “combates”. O que interessa aqui, portanto, não é essa constatação, mas a compreensão dos tipos de apropriação feita, por parte dos agentes estudados, de cada espaço crítico editorial, com vistas à identificação dos traços distintivos do empreendimento *annaliste*.

A crítica *annaliste* em perspectiva comparada

Como já apontado, os diretores dos *Annales* mantiveram, ao longo do período aqui analisado, sua atuação em revistas outras que não aquela por eles fundada. Frente a isso, um conjunto específico de textos mostra-se, para a perspectiva avançada neste capítulo, particularmente importante: o das resenhas sobre o mesmo livro redigidas por Bloch e Febvre para revistas distintas. Trata-se de uma série documental importante por permitir a identificação de características efetivamente reservadas aos textos publicados no periódico que ambos dirigiam, consciência que permitirá regular a investigação com maior precisão quando se proceder, no item 4.2, à análise verticalizada das resenhas publicadas nos *Annales*. Ao se observar, lado a lado, textos de mesma natureza escritos pelos mesmos autores e referentes às mesmas obras, mas publicados em periódicos distintos, torna-se possível averiguar de que modo o espaço dos *Annales* refrata, efetivamente, a crítica, ou seja, que tipo de característica particular o ato de escrever para os *AHES* imprime sobre a resenha escrita.

Tome-se como exemplo o livro *Les origines historiques des problèmes économiques actuels*, de Henri Hauser, recenseado por Febvre para a *Revue Critique* em 1930²³⁴ e por Bloch para os *Annales* em 1931²³⁵. No primeiro texto, o autor é extremamente elogioso, ressaltando o talento de Hauser e, sobretudo, enfatizando a riqueza com que se trabalha, na obra, a relação entre o presente e o passado. Para Febvre, Hauser é capaz de observar o passado não como um objeto morto, obliterado, mas como uma dimensão viva, ativa, intimamente ligada às questões do presente. Em sua resenha, Marc Bloch faz precisamente o mesmo elogio, enfatizando que a obra demonstra de forma irrefutável a impossibilidade de se compreender a economia do tempo presente sem que se estude, antes, os aspectos econômicos do século XVI.

²³⁴ RC, n. 7, 1930, p. 325.

²³⁵ AHES, n. 10, 1931, p. 312.

Apesar da observação ser quase idêntica àquela feita por Febvre na RC, no entanto, Bloch, ao escrever para os *Annales*, reivindica essa atenção à relação presente-passado como elemento distintivo dessa revista. Com efeito, afirma:

Laços profundos do passado com o presente, impossibilidade de compreendê-los um sem o outro: nesse tema, proposto à reflexão dos historiadores da economia, reconheceu-se a ideia mesma que, em plena comunhão de pensamento com o sr. Hauser, graças ao apoio sempre presente de sua autoridade e de seus conselhos, preside os nossos *Annales*.²³⁶

Nesse caso, portanto, ainda que o conteúdo das avaliações seja muito semelhante, sua *forma* apresenta mudanças substantivas. Ao transpor determinadas observações para os *Annales*, Bloch as reivindica, ainda que elas tenham sido reproduzidas também em outro suporte, como evidência de uma identidade própria da revista. Além disso, a resenha converte-se, ali, em oportunidade para evocar o apoio de Hauser ao empreendimento *annaliste*, bem como sua participação nele, ação que traz a reboque para as páginas do periódico a autoridade do professor da Sorbonne, membro mais velho do comitê de redação e, à época, titular da única cadeira parisiense nominalmente dedicada à história econômica.

Nem sempre, no entanto, as especificidades impressas aos textos pelo espaço editorial dos *Annales* resumem-se à forma. É o que se observa, com efeito, no recenseamento de outro livro de Hauser - *Les debuts de l'âge moderne: La Renaissance et la Réforme* -, escrito em parceria com Augustin Renaudet e resenhado, novamente, para a RC por Febvre e para os AHES por Bloch. Em seu texto, Febvre destaca a inteligência dos capítulos de Hauser, sua recusa da erudição estéril e dos quadros duros e pré-definidos, elogiando, ainda, a rejeição das simplificações facilitadoras por parte do autor. O elogio desses elementos (leveza, recusa de quadros prontos, crítica à erudição pura), retrospectivamente associados pela historiografia, usualmente, ao “espírito” dos *Annales*, estão ausentes da resenha de Bloch. Além disso, não se encontra, ali, nenhuma análise dos capítulos escritos por Renaudet, sobre os quais Febvre se estende longamente na RC. Para os *Annales*, Bloch debruça-se exclusivamente sobre a contribuição de Hauser, e, mais especificamente, sobre um ponto circunscrito desses

²³⁶ “*Liens profonds du passé avec le présent, impossibilité de les comprendre, l'un sans l'autre : dans ce thème, proposé aux réflexions des historiens de l'économie, on a reconnu l'idée même qui, en pleine communion de pensée avec Mr Hauser, grâce à l'appui toujours présent de son autorité et de ses conseils, préside à nos Annales*” AHES, n.10, 1931, p. 312.

capítulos: seus aspectos econômicos e sua contribuição aos estudos de história econômica e social.

É digno de nota, no entanto, que, segundo o próprio Bloch, esses elementos não estejam explícitos nessa obra específica de Hauser, e nem ocupem grande parte dela (“estendendo-se para a obra própria do sr. Hauser, a exposição dos eventos e das instituições políticas que, com pertinência, têm aí um lugar considerável, só tocam indiretamente os estudos dos quais os *Annales* querem ser o órgão.”²³⁷). Ainda assim, Bloch esforça-se para extrair do livro seus rendimentos em termos de história econômica, demonstrando o interesse dessa abordagem. Para isso, no entanto, depende de indicar a ausência da dimensão econômico-social na obra, sugerindo, no lugar, os ganhos que poderiam ser trazidos por sua presença:

Desses prejuízos trazidos ao velho sistema econômico, o sr. Hauser só pôde, por falta de espaço, dar-nos um esboço muito sumário. O mesmo vale para toda a história da estrutura social; as breves, mas potentes, análises do início — no quadro geral da Europa — só nos fazem lamentar ainda mais a ausência quase total de observações dessa ordem. Em suma, o único pesar do leitor, ao fechar o livro, é, na verdade, um desejo: ver, em breve, esses tão belos objetos, que só puderam, desta vez, ser roçados, retomados com toda a amplitude necessária, pelo mesmo autor, que tanto tem a nos ensinar e que tão bem sabe nos instruir.²³⁸

Na resenha de Febvre para a *Revue Critique*, a falta de protagonismo dada pelo livro à história econômica e social é convertida em silêncio: o autor não faz menção, ali, a esses domínios, priorizando, alternativamente, outros aspectos da obra. Nos *Annales*, por outro lado, Bloch desdobra-se para escrever sobre a especialidade, recorrendo, frente à ausência do tema no livro resenhado, a atestar o potencial que seria agregado por sua presença. Aqui, portanto, o espaço da revista impacta o próprio conteúdo do texto, condicionando sua ênfase, mesmo que a principal conexão entre obra criticada e o tema central do periódico seja sua negligência. Procedimentos dessa natureza podem ser identificados ao longo de toda a série documental, como, por exemplo, na crítica à obra *Plaines et bassins du Rhône moyen*, de Daniel Foucher, resenhada por Bloch para os

²³⁷ “Jusque dans l’oeuvre propre de m. Hauser, l’exposé des événements et institutions politiques qui, à juste titre, y tient une place considerable, ne touchent qu’indirectement les études dont les *Annales* veulent être l’organe” AHES, n. 4, 1929, p. 592.

²³⁸ “De ces atteintes portées au vieux système économique, Mr Hauser n’a pu, faute de place, nous donner qu’une trop sommaire esquisse. De même sur toute l’histoire de la structure sociale ; les brèves, mais fortes analyses du début — dans le tableau général de l’Europe — ne nous font que plus vivement déplorer, par la suite, l’absence presque totale de notations de cet ordre. En somme, le seul regret que le lecteur éprouve, en fermant le livre, équivaut à un souhait : celui de voir bientôt les beaux sujets, qui n’ont pu, cette fois, être qu’effleurés, repris avec toute l’ampleur nécessaire, par le même auteur, qui a tant à nous apprendre et sait si bien nous instruire.” AHES, n. 4, 1929, p. 593.

Annales e por Febvre para a *Revue de Synthèse*. Se, em seu texto, Febvre elogia profusamente a originalidade do livro, o frescor de suas análises e a novidade das ideias de seu autor, Bloch não faz nenhuma referência nesse sentido. Centra suas atenções, pelo contrário, nas lacunas da obra, em especial na falta de atenção do geógrafo à estrutura social (“só haveria, aqui, elogios e agradecimentos a fazer, se, mais uma vez, o estudo das condições sociais não denunciasses insuficiências muito sérias”²³⁹).

A mudança de foco proporcionada pelo ato de escrever nos *Annales* não se limita, tampouco, à denúncia de lacunas, estendendo-se, pelo contrário, à própria caracterização dos livros. A obra *L'Ancien Régime devant le Mur d'Argent* (1935), de Louis Philippe May, é resenhada por Bloch para a *Revue de Synthèse* e por Febvre para os AHES. Em seu texto, Bloch transforma a avaliação da obra em forma de marcar posição contra o que denomina “história tradicional”, afirmando que “a história tradicional havia habituado o público a não ver nada, no grande drama revolucionário, além de um jogo de forças políticas. O sr. May se dedicou a desvelar o choque de interesses, e, notadamente, dos interesses de classe.”²⁴⁰ Essa crítica à história política tradicional, que se esperaria, segundo as leituras tradicionais, ver nos *Annales*, está ausente da resenha de Febvre. Ali, por outro lado, o autor associa o livro ao estudo da história econômica (caracterizando-o, por exemplo, como “um livro que se propõe a disponibilizar ao grande público estudos potentes de história econômica”²⁴¹), elemento que não se encontra em nenhum ponto da resenha de Bloch.

O impacto do suporte material sobre o conteúdo dos textos publicados é notável, também, no recenseamento de livro de Joseph Kulischer feito por Bloch tanto para os *Annales*²⁴² quanto para *Revue Historique*²⁴³. No periódico que dirige, o autor discorre extensamente sobre as insuficiências do livro : apesar de se apresentar como uma síntese, a obra negligenciaria questões excessivamente importantes, sobretudo no tocante à história econômica. O resenhista aponta, por exemplo, o estatuto de segundo plano dado ao problema da circulação, o silêncio sobre as crises de preços (em especial a do século XVI, considerada incontornável), bem como sobre a questão das trocas, sem

²³⁹ “Il n'y aurait ici qu'à louer et à remercier, si, encore une fois, l'étude des conditions sociales ne trahissait d'assez sérieuses insuffisances.” AHES, v. 4. 1929, p. 611

²⁴⁰ “L'histoire traditionnelle avait habitué le public à ne guère voir, dans le grand drame prérévolutionnaire, que le jeu des forces politiques; M. May s'est appliqué à mettre à nu le choc d'intérêts, et notamment des intérêts de classe.” RS, t. 13, n.3, 1937, p. 237

²⁴¹ “Un livre qui se propose de mettre à la portée du grand public des études poussées d'histoire économique” AHES, n.53, 1938, p. 460.

²⁴² AHES, n.5, 1930, p. 132

²⁴³ RH, t.54, n.160, 1929, p. 381

as quais, para Bloch, a compreensão do sistema de senhorio torna-se impossível. Na resenha que ele mesmo escreve para a RH, no entanto, todas essas críticas estão ausentes, e a obra é tratada em chave estritamente elogiosa.

Não se ignora aqui, bem entendido, o impacto que os estilos pessoais dos dois autores podem exercer sobre essas diferenças. Apesar de dirigirem os *Annales* conjuntamente, afinal, Bloch e Febvre são historiadores com características de escrita muito particulares, que se refletem, seguramente, no exercício da crítica. Essas individualidades podem, no entanto, ser relevadas na perspectiva específica que se propõe neste item por uma série de fatores. O primeiro deles é o fato de, ao longo da documentação, ter-se constatado que os padrões de divergência reportados aqui (as diferenças no enfoque das resenhas, a menção à história econômica e social, a enunciação de uma identidade da revista) permaneciam inalterados independentemente do autor que redigia o texto para os *Annales* e daquele que o publicava fora deles. Isso parece estar associado a um segundo elemento que permite o tratamento, nesse caso, dos diretores como uma unidade: como demonstra a correspondência trocada entre eles, a redação de duas resenhas sobre a mesma obra não era feita sem que ambos conversassem sobre isso.

De fato, a divisão do trabalho de crítica da mesma obra entre os diretores era mutuamente acordada por eles, processo no qual também eram discutidas as alterações necessárias em cada resenha para adequá-las ao “tom” de cada periódico. Menções a procedimentos desse tipo não são raras nas cartas, como nota o próprio organizador dessa documentação, Bertrand Müller, ao atestar que “[Febvre] podia não apenas escolher a repartição de certos livros entre os *Annales* e a *RS* ou ainda outras revistas, mas usar esse privilégio para organizar, com Marc Bloch, a divisão das resenhas entre as diversas revistas para as quais os dois colaboravam”²⁴⁴. É o que se observa, por exemplo, em carta de 9 de maio de 1933, escrita por Bloch a Febvre, na qual se registra a seguinte negociação:

Eu te envio o Wolkowitsch. Com um pouco de atraso. É que eu estava focado em finalizar o meu ‘Simiand’. Eu o devo, como você sabe, à *Revue Historique*. Evidentemente, eu poderia ter tentado trazê-lo para os *Annales*, com a condição de que você aceitasse me substituir na *Revue Historique*, para não demorar muito a assinalar para nossos leitores uma obra certamente considerável. (...) Mas meu artigo é muito

²⁴⁴ “Non seulement, il pouvait choisir la repartition de certains livres entre les *Annales* et la *Revue de Synthèse*, ou d’autres revues encore, mais il usait aussi de ce privilège pour régler avec Marc Bloch le partage des comptes rendus entre les différentes revues auxquelles ils collaboraient.” MÜLLER, Bertrand. *Lucien Febvre, lecteur et critique*. Paris: Albin Michel, 2003, p.199.

longo, um pouco longo demais para os nossos hábitos, e, não tendo sido escrito, em princípio, para nós, não tem exatamente o nosso tom. Como eu só o enviarei à *Revue* dentro de alguns dias, você terá todo o tempo de me avisar se quiser ficar com ele, ou ao menos vê-lo, antes que eu me separe dele. Pessoalmente, eu preferiria a solução já deliberada entre nós: em outras palavras, que o ‘Simiand’ dos *Annales* seja escrito por você.²⁴⁵

Esse trabalho de coordenação entre os dois diretores parece, portanto, relacionar-se aos padrões de divergência entre os textos publicados nos *Annales* e fora deles, constatados neste tópico. Eles podem, grosso modo, ser resumidos em dois aspectos. Tem-se, em primeiro lugar, nos textos *annalistes*, a enunciação de uma identidade da revista a partir da avaliação do conteúdo dos livros, mesmo que ela se escore, como se demonstrou, em características que não são exclusivas do periódico. Por outro lado, as resenhas publicadas nos *AHES* tendem a enfatizar a relação entre a obra criticada e a história econômica e social, ainda que esse tópico esteja ausente do livro ou seja, ali, secundário. Esses são, portanto, elementos que os diretores parecem reservar à sua própria revista, e dos quais este capítulo se esforçará, por conseguinte, em extrair os sentidos, os redimentos e os efeitos no produto final do periódico. São esses, em suma, os dois cabos guia que dirigirão a análise do conjunto completo dos textos publicados por Bloch e Febvre no *Annales*.

Crítica e erudição

Antes de se avançar às análises do próximo item, uma última característica da atividade crítica de Bloch e Febvre fora dos *Annales* merece atenção. Trata-se do emprego da “erudição” como critério analítico, presente em todas as revistas analisadas, mas dotada, em cada uma delas, de um teor particular. Como se argumentará, esse critério é central nas críticas formuladas para os *AHES*, e cabe, por isso, à guisa de parâmetro comparativo, elucidar como ele era mobilizado fora deles. São identificáveis

²⁴⁵ “Je vous renvoie le Wolkowitsch. Avec quelque retard. C’est que je tenais à achever la mise au net de mon ‘Simiand’. J’en dois, vous le savez, à la *Revue Historique*. Évidemment, j’aurais pu essayer de le faire paraître aux *Annales*, à condition que vous acceptiez de me remplacer à la *Revue Historique* cela afin de ne pas trop tarder à signaler à nos lecteurs une oeuvre certainement considérable. (...) Mais mon article est très long, un peu trop pour nos habitudes; et n’ayant pas été écrit, en principe, pour nous, il n’a pas tout à fait notre ton. Comme je ne l’enverrai pas à la *Revue* avant quelques jours, vous auriez tout le temps de m’aviser, si vous désiriez le retenir, ou du moins le voir, avant que je ne m’en separe. Personnellement, je préférerais la solution déjà arrêtée entre nous: en d’autres termes, que le ‘Simiand’ des *Annales* soit de votre main.” BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, vol. 1, éditée par Bertrand MÜLLER. Paris : Fayard, 1994b, pp. 369-370.

na documentação, grosso modo, dois grandes tipos de referência à questão erudita: as evocações elogiosas e laudatórias à erudição de um autor, apresentada como fator de enriquecimento da obra, e as críticas aos usos da erudição considerados inadequados, “estéreis” ou fúteis.

No caso da *Revue Critique*, os dois usos de intercalam, havendo, no entanto, preponderância do uso crítico sobre o elogioso. Ao avaliar um livro de Karl Heldmann, por exemplo, Marc Bloch critica o excesso de sutileza de alguns pontos da análise, que caracteriza como “o pecado mais comum das discussões eruditas”²⁴⁶, enquanto, ao resenhar obra de Henri Hauser, Febvre elogia o autor por não entediar o leitor “nos detalhes fastidiosos de uma erudição tomada de empréstimo”²⁴⁷. A avaliação negativa a certos usos da erudição, longe de inovar, faz eco dos debates “tradicionais” acerca do papel do conhecimento erudito na prática histórica, expressos, por exemplo, em *Introdução aos Estudos Históricos*, de Charles-Victor Lanlois e Charles Seignobos. Como já apontado na seção 2.2 do segundo capítulo, o processo de institucionalização da história como disciplina universitária passa por uma oposição entre a nova categoria profissional em vias de formatação e os antigos detentores legítimos da erudição referente ao passado, notadamente arquivistas e paleógrafos egressos das *École des Chartes*. Nesse embate, parte dos esforços dos novos historiadores profissionais passa por definir o lugar da erudição no seio da disciplina: não mais um fim, os esforços eruditos deveriam, pelo contrário, representar um meio sempre a serviço dos esforços analíticos e interpretativos do historiador.

A alternância entre menções positivas e negativas à erudição nas resenhas constitui, assim, um esforço de separação entre a “boa” e a “má” erudição, na esteira dos esforços anteriormente empreendidos pelos historiadores que haviam deitado as condições legítimas de produção do conhecimento histórico a partir da Terceira República. Nesse sentido, a preponderância das menções negativas coloca a *Revue Critique* como via de acesso a um circuito de injúria no qual o enfrentamento direto à “casta erudição”, na forma, por exemplo, da *École des Chartes*, é um movimento autorizado e rentável. Essa leitura é ratificada, por exemplo, pela resenha que Lucien Febvre dedica, no 12º número de 1929, a um livro escrito por Yvonne Bézard: apesar de elogiar o pleno domínio da autora sobre os métodos da erudição, Febvre sugere que isso não tenha sido o suficiente para a obtenção de uma obra de qualidade. Reiteradamente,

²⁴⁶ “Le péché ordinaire des discussions érudites” RC, n. 6, 1929, p. 254.

²⁴⁷ “Dans les détails fastidieux d'une érudition d'emprunt” RC, n. 10, 1929, p. 443.

ao longo do texto, afirma-se que a crítica não se dirige individualmente à autora, que tem suas qualidades técnicas elogiadas em diversos momentos, mas às instituições que ensinavam esses métodos aos jovens pesquisadores. Nesse sentido, a menção explícita à *École des Chartes* é notável. O autor afirma:

Essa obra é cheia de qualidades. Ela é escrita de forma agradável. Ela atesta uma boa iniciação às técnicas consagradas, essas “ciências auxiliares” da história das quais a École des Chartes de orgulha, a todo o tempo, de preservar o culto. Ela testemunha, sobretudo, uma qualidade que não se adquire em escola alguma, não importa o quão bem dirigida ela seja. A srta. Bezard tem da vida um senso precioso, e, pelo ofício de historiador, um gosto pessoal (...) E no entanto ? Pode-se louvar esse livro sem restrições ? Seria um grande erro, se as críticas que se podem dirigir a ele ultrapassam, precisamente, a pessoa da autora para atacar, por sobre sua cabeça, um sistema defeituoso e os vícios de método e de educação tão temíveis quanto inveterados.²⁴⁸

No trato da erudição, encontram-se paralelos entre a *Revue Critique* e a *Revue Historique*: os ataques à “má erudição” também dominam ali, mas, à diferença da revista anterior, sua proporção em relação aos elogios da “boa erudição” é ainda maior. Novamente, – e de forma ainda mais aprofundada – os textos de Bloch e Febvre se esforçam em separar o lugar do historiador daquele do erudito; em criticar a erudição como um fim e, assim, reproduzir a consolidação da profissão de historiador como autônoma, regida por regras próprias. Essa oposição entre eruditos e historiadores profissionais se faz ver, por exemplo, quando Bloch resenha um livro de Martin Granzin, criticando-o por se tratar mais de um balanço da “bibliografia erudita” do que das “pesquisas documentais potentes”²⁴⁹.

A insistência na distinção entre a “boa” e a “má” erudição não pode ser tratada como um achado empírico novo, posto que Bloch, mesmo em textos tão conhecidos quanto *Apologia da História*, aponta explicitamente a existência, em sua percepção, de uma distinção entre as duas. É digno de nota, no entanto, que a ênfase sobre cada abordagem da erudição varie entre as revistas: na *Revue Critique* e na *Revue Historique*, tradicionalmente associadas à autonomização e institucionalização, reitera-se uma leitura da erudição que está intimamente relacionada à reafirmação do historiador como

²⁴⁸ RC, n.12, 1929, p. 544.

²⁴⁹ “Cet ouvrage est rempli de qualités. Il est agréablement écrit. Il atteste une bonne initiation aux techniques consacrées, ces ‘sciences auxiliares’ de l’histoire dont l’École des Chartes s’est, en tout temps, piquée d’entretenir le culte. Il témoigne, surtout, d’une qualité qui ne s’acquiert dans aucune école, si bien régentée soit-elle. Mlle Bezard a de la vie un sens précieux, et du métier d’historien un goût personnel (...) Et cependant ? Peut-on louer ce livre sans restrictions ? Ce serait un grand tort, si les critiques qu’on peut lui adresser dépassent, précisément, la personne de l’auteur pour s’attaquer, par dessus sa tête, à un système défectueux et à des vices de méthode et d’éducation aussi redoutables qu’invétérés”. RH, t. 57, n. 170, 1932, p. 344.

artífice de uma profissão autônoma, que segue normas próprias. Note-se que tanto a crítica à “má erudição” quanto o policiamento dos “bons métodos” (em perspectiva tradicional) exigem dos resenhistas a mobilização de tipos semelhantes de autoridade: trata-se, nos dois casos, de um exercício de poder simbólico ligado ao domínio das regras profissionais nas quais os historiadores são socializados a partir da reforma universitária.

Como contraponto a essas duas publicações, tem-se, na *Revue de Synthèse*, outra situação: predomina, ali, o elogio à “boa erudição”, de modo que a maioria das referências ao termo aparece como “Uma erudição de vasta extensão; leituras extremamente abundantes, uma curiosidade orientada para diversas direções e alimentada por uma informação muito rica”²⁵⁰, “Estudo dotado de vivacidade, erudição e, como se vê, grande abertura de espírito aos problemas gerais”²⁵¹ ou “Ele garantiu a colaboração do sr. Gabriel Le Bras, em quem numerosos trabalhos nos fazem reconhecer ao mesmo tempo um canonista de forte erudição e um historiador singularmente penetrante da vida religiosa”²⁵². Dessa forma, o espaço da *Synthèse* parece servir menos à defesa da autonomia e da legitimidade profissional da história e mais à ênfase positiva nos usos possíveis da erudição pelos historiadores.

A avaliação da erudição é, portanto, um denominador comum que perpassa todas as revistas nas quais Bloch e Febvre atuam como colaboradores, apresentando diferenças discretas em sua manifestação dentro de cada uma. A revista dirigida por ambos não é uma exceção: ali, a categoria da erudição também é um critério de avaliação, mas a explanação prévia a respeito do emprego desse critério na *Revue de Synthèse*, na *Revue Historique* e na *Revue Critique* deve permitir analisar de forma mais fina seu uso nos *Annales*, sublinhando suas características distintivas.

4.2) Bloch e Febvre, diretores

Metódicos, eruditos, amadores e historiadores profissionais

²⁵⁰ “Une érudition d’une vaste étendue; des lectures extrêmement abondantes ; une curiosité orientée dans des sens multiples et servie par un information fort riche” RS, t. 3, n. 2, 1932, p. 195

²⁵¹ “Étude avec entrain, érudition et, comme on voit, large ouverture d’esprit aux problèmes généraux” RS, t. 3, n. 2, 1932, p. 215

²⁵² “Il s’est assuré la collaboration de M. Gabriel Le Bras, en qui des travaux déjà nombreux ont fait reconnaître à la fois un canoniste de forte érudition et un historien singulièrement pénétrant de la vie religieuse” RS, t. 3, n. 3, 1932, p. 333.

Como demonstrado no capítulo 1, os representantes da dita “escola metódica” são tidos, usualmente, como os inimigos exemplares contra os quais os fundadores da “escola” dos *Annales* teriam erigido seu programa intelectual. O caráter estanque da separação entre “metódicos” e “*annalistes*” já, foi, no entanto, contestado por diversos ângulos. Como atesta André Burguière em seu artigo para o cinquentenário da revista²⁵³, que reverbera na historiografia posterior, Bloch e Febvre seriam herdeiros exemplares da geração de Monod, Lavissee e Seignobos, e, como tais, praticantes virtuosos das regras de método estabelecidas e institucionalizadas por essa geração.

De fato, a observação dos textos publicados nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* no fim da década de 20 e ao longo da década de 30 demonstra que o ataque aberto à história que se convencionou chamar “positivista” é um movimento raro, exercido sob condições muito específicas. Isso não significa, no entanto, que ele fosse virtualmente inexistente, sobretudo no que toca às temáticas usualmente exploradas por essa vertente histórica. Existem ocorrências, desde 1929, por exemplo, de críticas a obras que se debruçavam exclusivamente sobre a “história diplomática e jurídica”: em texto comentando obra de Charles E. Hill a respeito de esquemas tributários na Dinamarca do século XVII, Lucien Febvre lamenta: “O sr. E Hill faz história diplomática e política, e nada mais.”, completando: “a qual ponto lhe são estranhas as preocupações que nos parecem primordiais!”²⁵⁴. Mesmo assim, no entanto, o resenhista elogia a execução do livro, caracterizando-o como “cuidadoso, claro, bem composto e corretamente documentado” e não desferindo contra ele nenhum dos golpes duros que a historiografia tradicional levaria a esperar de uma situação semelhante.

O mesmo pode ser dito de resenha publicada em 1934, que Marc Bloch abre admitindo a dificuldade da empreitada assumida pelo autor (um estudo da cidade de Londres sob Eduardo I e Eduardo II) e dizendo-se, por isso, desconcertado em criticá-la. Apesar do pudor anunciado, no entanto, avalia: “Aceitemos, no entanto, os limites da investigação tais quais foram traçados por mãos demasiadamente ciosa das tradições ultrapassadas”²⁵⁵. O significado atribuído à expressão “tradições ultrapassadas” é

²⁵³ BURGUIÈRE, André. Histoire d'une Histoire : la naissance des Annales. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 34, n. 6, 1979, pp. 1347-1359.

²⁵⁴ “Mr. E. Hill fait de l'histoire diplomatique et juridique, rien de plus”, “à quel point lui sont étrangères des préoccupations qui nous paraissent, à nous, primordiales!” AHES, n. 3, 1929, p. 238.

²⁵⁵ “Acceptons, cependant, les limites de l'enquête, telles que les a tracées une main trop respectueuses de traditions périmées” AHES, n. 27, 1934, p. 315.

aclarado mais à frente, quando o resenhista repreende a obra por sua “narrativa estritamente cronológica das ‘relações políticas’ da cidade com o Estado” ²⁵⁶. Trata-se, no entanto, do comentário mais duro feito a respeito do trabalho, caracterizado, no restante do texto, como útil e repleto de fatos “novos e interessantes”.

Outros exemplos de mesma natureza podem ser encontrados ao longo da documentação: em 1936, avaliando uma obra sobre a história da Bretanha, Bloch lamenta que a evolução política da região tenha sido retraçada como se fosse autoexplicativa, sem ser relacionada ao comércio, à exploração do solo ou à “estrutura mesma da sociedade”. O trabalho não é, no entanto, duramente atacado, sendo, de fato, caracterizado como claro, forte e preciso.²⁵⁷ Em 1940, Febvre comenta, de modo semelhante, que o livro de Marcel Prelot a respeito da evolução do socialismo na França trata apenas dos aspectos políticos do processo, sem tocar a evolução social francesa. Trata-se, no entanto, de uma crítica extremamente positiva, na qual o resenhista concede que a atenção aos fatores sociais caracterizaria um trabalho extenso demais, e que, mesmo sem essa análise, trata-se de um trabalho excelente, agradável, bem conduzido, vivo e inteligente.²⁵⁸

A história política não é, de fato, caracterizada por Bloch e Febvre como uma prática a ser extirpada da disciplina, mas, pelo contrário, como domínio que deve dialogar com a “história econômica e social”, como demonstram alguns dos exemplos. O respeito a certos procedimentos tradicionalmente associados à “história metódica”, por sua vez, desperta elogios dos resenhistas, enquanto a não anuência a eles é fonte de críticas. A qualidade da crítica documental, por exemplo, é um elemento constantemente avaliado pelos diretores, e, em alguns casos, aponta-se que o trabalho se beneficiaria se fosse “mais metódico”. Em 1929, após caracterizar o autor Georges de Manteyer como um vigoroso erudito, Febvre afirma que a tese de seu livro a respeito das vias fluviais primitivas nos Alpes é instigante, mas insuficientemente documentada, afirmando que gostaria de ler, sobre o assunto, trabalhos mais pacientes e metódicos, que fornecessem ao leitor o detalhamento das fontes analisadas, bem como dos processos de crítica adotados.²⁵⁹

²⁵⁶ “Le récit, strictement chronologique, des ‘relations politiques’ de la ville avec l’État” AHES, n. 27, 1934, p. 315.

²⁵⁷ AHES, n. 39, 1936, p. 320.

²⁵⁸ AHS, n. 2, 1940, p. 171.

²⁵⁹ AHES, n. 4, 1929, p. 585-587.

Não é possível, portanto, afirmar que as críticas a determinados aspectos da história dita “metódica” estivesse completamente ausente dos primeiros *Annales*. O incômodo relativo às limitações da história política e diplomática ou aos limites da “velha história narrativa” são, de fato, marcados em diversos momentos. Elevar essas ocorrências à condição de uma batalha programática contra a geração de Lavis e Seignobos implica, no entanto, superdimensionar essas ocorrências com base em um olhar retrospectivamente projetado que espera encontrar, na revista, esse combate. Destaca-se, pelo contrário, o caráter esparso de comentários dessa natureza, bem como a ausência de ataques aos principais representantes de “vertente” criticada – como demonstram os exemplos, essas críticas são direcionadas, via de regra, a autores de menor expressividade, muitos deles estrangeiros.

Enxergar, nos anos iniciais da revista, um programa de ação baseado em uma batalha aberta contra a historiografia oitocentista tem também como efeito escamotear uma linha de tensão que se manifesta, no período estudado, com mais força, mais consistência e de forma mais explícita: a oposição entre eruditos e historiadores profissionais, que ecoa as tensões do processo de profissionalização da História detalhado no capítulo 2²⁶⁰. Como demonstrado anteriormente, os bons e maus usos da erudição são um critério crítico empregado por Bloch e Febvre em todas as revistas para as quais escrevem. O caso dos *Annales*, no entanto, apresenta algumas especificidades: ali, onde a quantidade de textos publicados é muito superior, o uso da erudição como categoria de avaliação aparece com muito mais frequência, e a diferenciação da função do erudito e do historiador profissional é enunciada de forma mais explícita. Além disso, não se fala, nos AHES, apenas em “erudição” como uma habilidade, de forma abstrata, mas em “eruditos” como categoria profissional, com menções expressas às atividades de arquivista, paleógrafo e historiador amador, recurso não encontrado nas contribuições dos diretores para outras publicações.

Essas diferenças podem ser observadas em resenha publicada por Bloch no primeiro ano da revista, e na qual o trabalho de Pierre Blanc (apresentado como um “erudito local”) é criticado por uma série de lacunas na análise, resultantes, nas palavras

²⁶⁰ Note-se, no entanto, que, quando se diz que Bloch e Febvre se empenham principalmente na crítica aos “eruditos”, e não aos “metódicos”, não se ignora a existência de interpenetrações entre as duas etiquetas. Autores como Louis Halphen e o próprio Charles-Victor Langlois, por exemplo, tradicionalmente associados, em oposição aos *Annales*, ao campo “metódico”, são arquivistas-paleógrafos formados pela *École des Chartes*, o que também os insere nas definições de “eruditos” empregadas por Bloch e Febvre. Busca-se aqui, no entanto, estabelecer linhas gerais de tensão a partir das formulações dos próprios diretores dos *Annales*, de modo que essas zonas de porosidade, sempre reconhecidas, não figuram no primeiro plano da análise.

de Bloch, da in experiência técnica do autor. A mensagem emitida pelo resenhista é a de que eruditos locais não são historiadores profissionais e, não familiarizados com suas “formas de escrever a história”, não podem extrair de suas fontes tudo o que elas têm a oferecer. Essa noção torna-se particularmente visível na passagem final do texto, que diz:

Há algo de paradoxal na situação dos historiadores de ofício, que se esforçam para ensinar como escrever a história a uma massa de estudantes que, em sua maioria será de professores e não escreverá jamais, enquanto, por outro lado, Um grande número de estimáveis trabalhadores é ondenado, por falta de preparação especial, a nunca prestar à ciência seus serviços, dos quais sua boa vontade e sua inteligência, mediante outro aprendizado, os teriam tornado capazes.²⁶¹

Para que os eruditos fossem elevados à condição de historiadores, maximizando, assim, os frutos de sua inteligência, seria necessário, portanto, que a formação dos historiadores de *métier* fosse estendida a eles. Não se trata, no entanto, de qualquer formação, como atesta outro texto de Bloch assinado em 1932. Ali, avalia-se o trabalho de Guy de Tournade, dedicado à história do condado de Forcalquier no século XII. O trabalho é duramente criticado pelo resenhista, e, nesse contexto, a formação do autor, um arquivista formado pela *École des Chartes*, é explicitamente mencionada para justificar a surpresa de Bloch:

O autor saiu, há poucos anos, da École des Chartes, onde o estudo que ele publica hoje lhe serviu como tese. Ele foi formado nos bons métodos da erudição. Ele recebeu, no dia de sua defesa – o prefácio do sr. Camille Jullian, seu examinador de então, nos é testemunha – os conselhos mais apropriados para a abertura de um jovem espírito à inteligência dos grandes fatos históricos. Certamente – se ele não parece, como se verá, muito familiarizado com emaranhado das instituições medievais – ele saber ler, datar, sem dúvida fazer a crítica de um documento. E, no entanto, do ponto de vista mesmo da erudição pura, esse fragmento de história regional surpreende, desde o início, por uma grave lacuna.²⁶²

A “grave lacuna” apontada é a falta de indicação sobre o tratamento crítico das fontes, inaceitável “do ponto de vista mesmo da erudição pura”. Para Bloch, suas

²⁶¹ “Mais il y a quelque chose de paradoxal dans la situation des historiens de métier, qui s'efforcent d'enseigner la façon d'écrire l'histoire à une foule d'étudiants dont la plupart professeront, mais n'éciront jamais, alors que par ailleurs, un grand nombre d'estimables travailleurs sont condamnés, faute d'une préparation spéciale, à ne jamais rendre à la science les services dont leur bonne volonté et leur intelligence, avec un autre apprentissage, les eussent faits capables” AHES, n. 2, 1929, p. 302.

²⁶² “L'auteur est sorti, il y a peu d'années, de l'École des Chartes, où l'étude qu'il publie aujourd'hui lui a d'abord servi de thèse. Il y a été formé aux bonnes méthodes de l'érudition. Il y a reçu, le jour de sa soutenance — la préface de Mr Camille Jullian, son examinateur de naguère, nous en est témoin — les conseils les plus propres à ouvrir à un jeune esprit l'intelligence des grands faits historiques. Certainement — s'il ne paraît pas, comme on le verra, très familier avec le maquis des institutions médiévales — il sait lire, dater, sans doute critiquer un document. Et pourtant, même du point de vue de l'érudition pure, ce fragment d'histoire régionale surprend, dès le début, par une grave lacune.” AHES, n. 13, 1932, p. 74.

repreensões contundentes são necessárias, como se aponta na conclusão do texto, por não se tratar de um problema pontual ou individual, mas de uma manifestação, no autor resenhado, de uma falha na própria formação dos praticantes da história. Apesar de apontar, portanto, uma incongruência entre a suposta excelência da formação conferida ao autor e a qualidade de seu trabalho, Bloch sugere, ao fim e ao cabo, que os problemas apontados não são de ordem individual, mas associam-se à formação fornecida pela instituição *chartiste*. Eruditos amadores locais e eruditos chartistas comungariam, portanto, de falhas formativas oriundas da mesma fonte, ainda que distintas: a não formação como historiadores profissionais, ou seja, nas universidades, sob as regras de método e a concepção de pesquisa histórica ali instituídas, no século XIX, pela geração precedente. Essa noção é sempre reiterada, ora de forma sutil, ora explícita, nas resenhas analisadas: ao criticar uma obra por “falta de ciência”²⁶³, elogiar outra como “um estudo de historiador” (“quer dizer, preciso, próximo dos fatos, concreto”²⁶⁴), sugerir a existência de uma distinção entre o “historiador curioso”²⁶⁵ ou o “técnico”²⁶⁶ e o “historiador profissional”, ou sugerir que os eruditos locais fazem, via de regra, arqueologia melhor do que fazem história²⁶⁷, é essa a tensão basal que os resenhistas evocam: a defesa do monopólio dos historiadores universitários sobre os modos legítimos de produção de conhecimento sobre o passado.²⁶⁸

Os resenhistas não argumentam, no entanto, que eruditos devam almejar a condição de historiadores, mas que aceitem a condição inerente à sua produção: a de material bruto e substrato para o trabalho dos profissionais. Essa noção pode ser extraída, por exemplo, da crítica ao livro do arquivista Paul de Cacheux, publicada por Bloch, na qual se lê: “A erudição, tal qual praticada pelo sr. Le Cacheux, é uma virtude admirável. Para cumprir ainda mais seu propósito, que, é, antes de mais nada, o de servir, nós só temos que pedir a ele um pequeno esforço a mais”²⁶⁹ – o esforço seria a indicação dos temas de pesquisa de historiadores aos quais os documentos por ele

²⁶³ AHES n. 7, 1930, p. 439

²⁶⁴ “c’est à dire, précise, proche des faits, concrète.” AHES V.8, 1930, p. 627

²⁶⁵ AHES, n. 9, 1931, p. 135.

²⁶⁶ AHES, n. 52, 1938, p. 356-357.

²⁶⁷ AHES, n. 41, 1936, p. 505.

²⁶⁸ Como sugerido no caso Jassem, analisado no capítulo 3, os chartistas reagem a essas afirmações, enxergando nesse tipo de referência à erudição um ataque sistemático à escola. É significativo, nesse sentido, que um volume notável de textos dirija a crítica a eruditos locais, historiadores amadores e não cite diretamente a EC, tomando o cuidado, quando o faz, de (não sem ironias) demonstrar estranhamento frente à má qualidade dos trabalhos dali oriundos.

²⁶⁹ “L’érudition, telle que la pratique Mr. Le Cacheux, est une admirable vertu. Pour remplir encore mieux son objet, qui est, avant tout, de servir, nous n’avons à lui demander qu’un bien léger effort de plus” AHES, n. 50, 1938, p. 166.

compilados poderiam contribuir. Os arquivistas que respeitam seu espaço, por outro lado, limitando-se ao trabalho de organização e compilação e fazendo-o de modo a facilitar o trabalho dos “profissionais”, tendem a ser elogiados com entusiasmo. Um exemplo emblemático desse procedimento pode ser visto na curta resenha que Bloch dedica, em 1934, ao trabalho arquivístico de Jacques Levron, na qual se lê:

Decididamente – graças à feliz curiosidade de espírito se uma geração mais jovem – é passado o tempo no qual a “história dos negócios” parecia indigna da “grande história”, bem como do zelo, do indispensável zelo dos arquivistas.²⁷⁰

Diferentemente do que ocorre com a *Revue de Synthèse*, na *Revue Critique* e na *Revue Historique*, portanto, os *Annales* permitem observar que não se trata apenas de uma separação entre os usos legítimos e ilegítimos da erudição. Mais do que isso, trata-se de marcar a diferença entre o mundo dos eruditos e o mundo dos historiadores, apontar seus pontos de comunicação, mas, em última instância, demarcar entre eles um afastamento hierarquicamente ordenado. A frequência com que comentários dessa natureza vêm à tona nos textos analisados, notavelmente alta se comparada à das críticas aos “metódicos”, sinaliza que, nesse momento inicial, Bloch e Febvre dedicam mais energia à reafirmação de seu local como historiadores profissionais e à reiteração da legitimidade conferida por essa posição do que ao enfrentamento iconoclasta a seus antecessores. A interpretação dos possíveis sentidos dessa estratégia deverá, no entanto, aguardar o próximo momento da análise, no qual serão analisadas as particularidades da crítica empreendida nos *Annales*.

“História econômica e social”: um rótulo em construção

Como demonstrado no item 4.1, as resenhas publicadas nos *Annales*, quando comparadas a recenseamentos dos mesmos livros escritos por seus diretores para outras revistas, apresentam algumas particularidades. Aqui, esses traços serão analisados de forma mais aprofundada, reinseridos no contexto geral das resenhas que compõem os AHES para que, desse modo, os sentidos e efeitos desses expedientes críticos possam ser restituídos de forma mais completa.

²⁷⁰ “Décidément – grâce à l’heureuse curiosité d’esprit d’une plus jeune génération – le temps est passé où “l’histoire des affaires” paraissait indigne de la “grande histoire”, comme du zèle, de l’indispensable zèle des archivistes.” AHES, n. 27, 1934, p. 297.

Em primeiro lugar, o enquadramento das críticas feitas pelos diretores destoava de suas contribuições como colaboradores pelo o uso reiterado dos termos “econômico” e “social”, e, mais especificamente, da etiqueta “história econômica e social”. Analisar um livro do “ponto de vista econômico e social”²⁷¹, destacar “a importância econômica e social” de um objeto de estudo²⁷², anunciar como uma obra pode interessar “uma revista de história econômica e social”²⁷³ ou contribuir para “o estudo de história econômica e social”²⁷⁴, narrar um episódio “fascinante da história econômica e social da França”²⁷⁵, relacionar processos históricos a “necessidades econômicas e sociais inescapáveis”²⁷⁶, apontar a importância do bom estabelecimento de quadros de pesquisa “e, história econômica e social”²⁷⁷: o emprego da etiqueta pode ser encontrado à exaustão, sendo suas formas de uso tão numerosas quanto as ocorrências. Seja no conteúdo dos textos, no título de rubricas ou de resenhas, o rótulo que carrega o título da revista é, de longe, o elemento textual que mais se repete ao longo da documentação. As ocorrências tornam-se ainda mais numerosas quando considerados os casos em que as palavras “econômico” e “social” não se encontram lado a lado, mas individualmente, separadas por outros termos (quando se fala, por exemplo, das “impactos da vida econômica e da vida social sobre a vida política”²⁷⁸).

A constatação aparenta, à primeira vista, ser uma platitude: em uma publicação intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, é esperado que os termos se repitam com frequência, espontaneamente, por força da própria temática dos livros resenhados. A questão se torna menos óbvia, no entanto, quando se constata que mais da metade dos usos dessa etiqueta disciplinar opera no sentido de apontar a *ausência* da temática central da revista nos livros resenhados. Logo no segundo número da revista, por exemplo, Marc Bloch critica uma obra de Rudolf Kotschke nos seguintes termos:

Entre todos os autores cujos nomes foram dados acima, o sr. Kotschke é aquele que, deliberadamente, concedeu maior espaço aos fatos estrangeiros à economia propriamente dita. Mas é sobretudo a organização política que reteve a sua atenção. Mais importante ainda seria, sem dúvida, examinar e explicar os laços entre as

²⁷¹ “point de vue économique et sociale” AHES, n. 2, 1929, p. 255.

²⁷² “L’importance économique et sociale” AHES n. 7, 1930, p. 467.

²⁷³ “une revue d’histoire économique et sociale” AHES, n. 9, 1931, p. 147.

²⁷⁴ “l’étude d’histoire économique et sociale” AHES, n. 11, 1931, p. 468.

²⁷⁵ “passionnant de l’histoire économique et sociale de la France” AHES, n. 33, 1935, p. 326.

²⁷⁶ “nécessités économiques et sociales inéluctables” AHES, n.53, 1938, p. 475.

²⁷⁷ “en histoire économique ou sociale” MHS, n.3, 1943, p. 93.

²⁷⁸ “réactions de la vie économique et de la vie sociale sur la vie politique” AHS, n.2, 1940, p. 147.

instituições econômicas e a estrutura social, de um lado, e as representações religiosas, de outro.²⁷⁹

De modo análogo, Bloch critica, no mesmo ano, um trabalho relativo à história de Bézier sob o argumento de que “a análise econômica e social não foi nem mesmo arranhada”²⁸⁰. A respeito da obra conjunta de Henri Hauser e Augustin Renaudet relativa ao Renascimento e à Reforma, Lucien Febvre, em texto extremamente elogioso, concede que “naturalmente, em uma obra tão ampla, a história econômica e social não poderia ter um lugar preponderante”²⁸¹. A mesma lógica volta a ser vista em 1931, quando, avaliando livro de Marcel Robillard, Bloch afirma que “o pequeno e elegante volume não tem, em sua concepção, nada a agregar à história econômica e social”. Em resenha dura a respeito de uma obra da coleção *Clio*, finalmente, Febvre afirma que o livro faz “essa aposta de nada dizer nem das transformações econômicas, nem da vida social durante todo o período visado”.²⁸²

Os exemplos são, em suma, numerosos demais para serem esgotados neste espaço, aparecendo de forma exaustiva na documentação e fazendo parte de quase todos os números da revista analisados. O que se retém, aqui, deles é a ideia de que o uso do rótulo “história econômica e social” e de suas variantes não vem apenas como consequência natural da temática tratada pelas obras avaliadas. Pelo contrário, os exemplos apontam para um esforço sistemático de incluir essa vertente disciplinar onde ela está ausente; reclamar para ela um lugar em obras que, a princípio, não a levam em consideração. Trata-se, portanto, menos de constatar e avaliar as realizações da história econômica e social do que de apontar as possibilidades abertas pela área, de reclamar a ocupação de lugares ainda não conquistados e de defender a legitimidade dessa vertente disciplinar no bojo de vertentes mais consagradas. Apontar as potencialidades da exploração de fatores econômicos e sociais implica, ainda, arvorar-se no poder de legislar sobre o futuro da disciplina: não se avalia apenas o que essa abordagem

²⁷⁹ “Parmi tous les auteurs dont les noms ont été donnés plus haut, Mr. Kotzschke est celui qui, sciemment, a accordé la part la plus large à des faits étrangers à l’économie proprement dite. Mais c’est surtout l’organisation politique qui a retenu son attention. Plus importants encore à scruter et à expliquer seraient, sans doute, les liens des institutions économiques avec les phénomènes de structure sociale d’une part, les représentations religieuses, de l’autre” AHES, n.2, 1929, p. 257.

²⁸⁰ “l’analyse économique et sociale n’est même pas effleurée” AHES, n. 4, 1929, p. 619.

²⁸¹ “naturellement, dans une oeuvre aussi large, l’histoire économique et l’histoire sociale ne sauraient tenir une place prépondérante” AHES, n. 9, 1931, p. 139.

²⁸² “cette gagueure de ne souffler mot ni des conditions économiques, ni de la transformation de la vie sociale pendant tout le cours de la période envisagée.” AHES, n. 52, 1938, p. 349.

contribui para o presente, mas o que ela poderia agregar à História caso fosse povoada pelos historiadores profissionais e incluída em suas preocupações futuras.

Essa leitura é corroborada, por exemplo, pelos casos em que se aponta a análise da economia e da estrutura social como a solução para problemas observados nas obras resenhadas, ou como meio de melhorar substancialmente a qualidade desses livros. É o que se observa, por exemplo, quando, em 1929, Bloch critica obra de Jean Compeyrot ligada às finanças internacionais. O argumento do resenhista resume-se à ideia de que, apesar de deter diversas qualidades, o livro trata de forma separada fenômenos que, para Bloch, estabelecem entre si conexões profundas. Essa falha analítica poderia, afirma-se, ser facilmente resolvida caso o autor substituísse sua estratégia por uma “análise social mais potente”.²⁸³

De modo semelhante, ao avaliar dois tomos da obra *Au seuil de notre Histoire*, de Camille Jullian, Bloch admite que os temas tratados não interessam, a princípio, o tema da revista de forma direta, mas que, como historiador, ele não poderia deixar de celebrar a riqueza e a qualidade do trabalho. Observa, no entanto, que a já excelente obra poderia se beneficiar imensamente da inclusão de novos horizontes, afirmando: “eu não poderia me furtar a sonhar com os rendimentos que a história econômica e aquela da estrutura social tirariam de estudos sérios sobre esse fenômeno humano de primeira importância que é a guerra”²⁸⁴. Em cada um desses casos, não se reivindica apenas um espaço para a história econômica e social, mas se aponta como sua negligência é danosa à disciplina e como sua inclusão nas análises poderia conduzir a História (e mesmo as disciplinas vizinhas) para vias mais sofisticadas e mais completas de análise.

Outra evidência de que, quando lançam mão do rótulo disciplinar, Bloch e Febvre buscam um poder legislador sobre o futuro da História é a frequência com que a história econômica e social é caracterizada como uma tela em branco, uma porta aberta ou um nicho particularmente promissor para os jovens pesquisadores. É o que ocorre, por exemplo, quando Bloch afirma que apontar lacunas ainda inexploradas na história das técnicas (tratada como um órgão da história econômica) é importante para que o potencial da área seja demonstrado aos jovens pesquisadores, ou quando a história da moeda é caracterizada como “belo campo de pesquisa aberto aos jovens pesquisadores”

²⁸³ AHES, n. 4, 1929, p. 617.

²⁸⁴ “Je ne pouvais m’empêcher de rever aux profits que l’histoire de l’économie et celle de la structure sociale tireraient d’études sérieuses sur ces phénomènes humains de première importance qu’est la guerre.” AHES, n. 15, 1932, p. 316.

e como “uma página em branco da história econômica, como os leitores estão cansados de ouvir”²⁸⁵

A reiteração exaustiva do rótulo “econômico e social” não é, portanto, apenas uma consequência natural da temática da revista. Apesar desse elemento estar, evidentemente, presente em diversos dos exemplos sugeridos, o recurso visa, também, em muitos de seus usos, a reclamar para essa área um direito de existência em domínios na qual ela é, ainda, ignorada. A mensagem reiteradamente transmitida pelos diretores é a de que a história econômica e social existe, suas abordagens são legítimas pois corrigem equívocos, complementam análises, melhoram a qualidade de trabalhos existentes. Além disso, a área é viável: estando diversas questões suscitadas por ela ainda inexploradas, as novas gerações são conclamadas a ocupá-la, atraídas pela promessa de temas intocados, documentos inexplorados, objetos preciosos até então esquecidos. Em outras palavras, a especialidade ofereceria vias de consagração em processo de abertura e, por isso mesmo, ainda não saturadas. À diferença da história política ou da história diplomática, a histórica econômica e social é retratada como uma área fértil em louros a serem colhidos; prenhe de possibilidades coletivas para o avanço da disciplina histórica e de possibilidades individuais de consagração aos jovens historiadores que escolhessem se enveredar por ela.

Essa mensagem relaciona-se, em diversos níveis, ao estado no qual a história econômica e social se encontra nas décadas de 20 e 30. Como detalhado na seção 2.3 do capítulo 2, a área ganhava corpo, na França, ao menos desde a década de 1890, fruto de um esforço coletivo substancial orientado para a expansão e diversificação dos objetos e métodos da disciplina histórica. De fato, os já mencionados boletins anuais de progresso da especialidade publicados na *Revue Historique* sob a assinatura de Henri Sée²⁸⁶ (série “Histoire Économique et Sociale”, 1920 a 1935) são uma das evidências do volume de trabalho coletivamente empreendido na constituição da área antes mesmo da fundação dos *Annales*. Como também sugerido à ocasião, não se tratava ainda, no entanto, de uma especialidade disciplinar dotada de uma agenda de pesquisa unificada, de um suporte institucional fixo, de um influxo estável de recursos, de um corpo centralizado de profissionais a ela dedicado e tampouco de meios para a reprodução desse corpo. A

²⁸⁵ AHES, n. 52, 1938, p. 358-359.

²⁸⁶ Para a análise detalhada dos boletins, que noticiam os progressos anuais da História Econômica e Social entre 1920 e 1933, ver capítulo 2, pp. 76-82.

maioria dessas condições não seria, de fato, preenchida antes de 1947, com a criação de VI seção da *École Pratique des Hautes Études*, presidida pelo próprio Lucien Febvre.

No período tocado por este trabalho, portanto, a história econômica e social é uma prática viva, de presença substancial, ainda que não dominante, no rol de práticas disciplinares. Ela não se prestava ainda, no entanto, a definições de ordem programática, sendo dotada de uma maleabilidade típica das áreas em vias de constituição. Como também sugerido no capítulo 2, Henri Sée e Henri Hauser são protagonistas de um debate que tem por cerne justamente as vantagens e desvantagem da etiquetagem definitiva dessa subárea disciplinar, propondo para ela estratégias de êxito distintas, ambas dotadas de limitações reconhecidas. O que Bloch e Febvre parecem fazer, com efeito, é formular um tipo de enunciação da história econômica e social que dribla tanto os problemas enfrentados por Sée quanto por Hauser. Ao invés de fechar a especialidade em definições acabadas ou abrir mão por completo das pretensões de definição, o “duo de Estrasburgo” reformula positivamente as fragilidades da disciplina nascente ao caracterizá-la como um dispositivo que corrige equívocos da “história tradicional”, alavanca a qualidade de obras já potentes e deita-se diante dos jovens pesquisadores como um universo de possibilidades abertas.

Esse tipo de formulação permite que os diretores manejem de outra forma os *handicaps* carregados pelo contexto pré-institucional, e nos quais esbarravam tanto a proposta de Sée quanto a de Hauser. A revista não é, certamente, imune a essas limitações: a ausência de um corpo fixo de pesquisadores e do consequente influxo constante de trabalhos na área está, certamente, entre as causas do déficit perene de colaboradores, assinantes e textos para publicação que, em alguns momentos, ameaça a sobrevivência do periódico, espécie de crise crônica descrita no capítulo 3. No mesmo capítulo, propôs-se que, como forma de manejar essas condições e viabilizar materialmente a revista, os diretores recorrem a uma série de expedientes administrativos por meio dos quais reescrevem e reestruturam textos heterogêneos e desconexos, urdindo para eles uma coerência. A análise do produto final desse trabalho, ou seja, dos textos finalmente publicados na revista, permite, no entanto, refinar essas constatações: mais do que um expediente meramente pragmático, essas reestruturações acabam convertendo-se em novas formas de reiterar as já mencionadas qualidades da história econômica e social, notadamente seu *potencial de exploração*, fruto, entre outros fatores, de sua *adaptabilidade* aos demais domínios disciplinares. Esse tipo de procedimento pode ser exemplificado de forma mais concreta por um expediente textual

também exaustivamente identificável na documentação: a torção temática de livros para inseri-los na revista.

Trata-se de um expediente já anunciado quando, no capítulo anterior, descreveu-se o caso de uma resenha submetida por Henri Labouret em 1928. À ocasião, como se constatou a partir da documentação epistolar, Febvre afirmou que o texto não poderia ser publicado em seu estado bruto, mas que talvez funcionasse caso os diretores incluíssem, em seu parágrafo inicial, a observação de que o afastamento entre a temática tratada e o tema da revista era apenas aparente²⁸⁷. O recurso visa, portanto, a viabilizar a publicação de textos que, de outro modo, fugiriam ao tema da revista, mas que, se recusados, ocasionariam um déficit de colaborações, impedindo a publicação de determinados números. O que poderia ser enxergado como uma manobra diretorial pragmática, no entanto, é reconvertido, na versão final da revista, em meio de reforçar a legitimidade da história econômica e social, reiterando sua compatibilidade com outros domínios da disciplina, bem como a grande variedade de métodos, objetos e fontes aplicáveis a essa “especialidade do futuro”.

Via de regra, o resenhista recorre, nesses casos, a uma admissão explícita de que, “a princípio” ou “à primeira vista”, os temas tratados pelo livro resenhado não teriam lugar na revista, não se relacionando diretamente à “história econômica e social”. A seguir, no entanto, procede-se a uma justificativa do porquê, para o olhar aguçado e atento, aqueles temas, fontes ou métodos importariam, sim, às análises históricas centradas em economia e sociedade. Essa justificativa é diferente em cada caso, adaptando-se à extensão do afastamento entre cada livro criticado e a temática da revista. Não se trata, no entanto, de um expediente excepcional. De fato, a frequência notável de uso da torção temática reforça o argumento de que a reiteração exaustiva do rótulo “econômico e social” não se limita a uma consequência natural dos temas de interesse do periódico. Novamente, demonstra-se que, em diversos casos, a utilização da etiqueta vem reclamar a presença da história econômica e social em outros domínios disciplinares, ampliando as frentes por ela ocupadas nas lutas por espaço dentro da disciplina.

Observe-se, por exemplo, a resenha de 1931 na qual Lucien Febvre analisa um livro de W. Kharachnik dedicado a problemas de urbanismo e que o resenhista abre com a frase: “O urbanismo em si não é, evidentemente, da competência dos *Annales*. Mas a

²⁸⁷ Capítulo 3, pp. 113-115.

grande cidade não é desses fatos negligenciáveis em relação aos quais se possa desinteressar uma revista de história econômica e social”²⁸⁸ Ao avaliar uma obra de Max Pappenheim em 1932, Bloch diz, de forma análoga, que as memórias que compõem a obra tratam de literatura islandesa, mas que “isso não quer dizer, ademais, que eles sejam indiferentes para o historiador da estrutura social, que, nesses textos antigos, tem tanto a aprender.”²⁸⁹ Dois anos mais tarde, ao criticar um livro referente à história da Normandia, Bloch sublinha que “Ele também parece, à primeira vista, por suas preocupações centrais, estrangeiro ao horizonte habitual dos *Annales*. Ele o é menos, no entanto, do que seríamos tentados a crer.”²⁹⁰ Justifica-se, a seguir, que o livro poderia trazer pistas importantes sobre a história das relações de classe e dos sistemas financeiros, que, por sua vez, seriam objeto da história social e econômica.

A respeito de uma obra que aborda a “escola mística de Lyon”, um tema literário, Lucien Febvre aponta, em 1935: “O livro escapa à competência dos *Annales* na medida em que traz novidades à história literária – e ele traz muitas. Mas ele traz plenamente à luz o papel de uma grande cidade e a amplitude de uma profunda revolução espiritual. História social, por conseguinte.”²⁹¹ Alguns anos mais tarde, a propósito de uma obra de Georges Bourgin, o mesmo Lucien Febvre abre sua crítica afirmando que

Nós não poderíamos nos desinteressar pelas formas novas que o Estado tende a vestir em certos países. Não que o Estado e sua evolução nos interessem diretamente, de um ponto de vista jurídico ou político. Mas toda transformação das instituições políticas determina e reflete, ao mesmo tempo, modificações da estrutura social que são, precisamente, do domínio dos *Annales*. Eis por que já tentamos, em diversas ocasiões, abordar aqui esses problemas delicados.²⁹²

²⁸⁸ “*L’urbanisme, en tant que tel, n’est évidemment pas du ressort des Annales. Mais la grande ville n’est pas un de ces faits négligeables dont puisse se désintéresser une revue d’histoire économique et sociale.*” AHES, n. 10, 1931, p. 294.

²⁸⁹ “ce n’est pas à dire, d’ailleurs, qu’ils soient par l’indifférents à l’historien de la structure sociale, qui dans ces vieux textes a tant à prendre ” AHES, n. 18, 1932, p. 627.

²⁹⁰ “Aussi bien, semble-t-il, au premier abord, par ses préoccupations centrales, étranger à l’horizon habituel des *Annales*. Il l’est moins, cependant, qu’on ne serait tenté de le croire. ” AHES, n. 26, 1934, p. 196.

²⁹¹ “Le livre échappe à la compétence des *Annales* dans la mesure où il apporte du nouveau à l’histoire littéraire – et il en apporte beaucoup. Mais il met en pleine lumière le rôle d’une grande cité et l’ampleur d’une profonde révolution spirituelle. Histoire sociale dès lors.” AHES, n. 35, 1935, p. 501.

²⁹² “Nous ne saurions nous désintéresser ici des formes nouvelles que tend à revêtir l’État en certains pays. Non que l’État et son évolution nous intéresse directement, d’un point de vue juridique ou politique. Mais toute transformation des institutions politiques détermine et reflète en même temps des modifications de la structure sociale qui sont, très exactement, du domaine des *Annales*. Voilà pourquoi nous avons déjà tenté, à diverses reprises, d’aborder ici ces problèmes délicats.” AHES, v. 44, 1937, p. 222.

A relação entre o tema dos *Annales* e o livro resenhado, a princípio filiado a outra especialidade, é, portanto, definida caso a caso, e cada ato singular de definição converte-se em oportunidade de lançar luz sobre mais uma via de exploração aberta pela subárea à qual se filiam os *annalistes*. Não se recorre, assim, a uma definição programática da história econômica e social ou à reiteração constante de uma agenda de pesquisa, como buscava Sée, mas a uma nomeação contínua dessa agenda associada à atualização incessante de seus conteúdos. A fronteira da história econômica e social é colocada, assim, em permanente movimento, e os diretores atuam como portadores legítimos dessa definição constantemente atualizada do que está *dentro* ou *fora*. A ausência de textos com teor de manifesto, nos quais se formulam definições programáticas que se reivindicam como estáveis, pode, evidentemente, ser explicada à luz do já descrito estado não institucionalizado de constituição da área. Além disso, constatar essa ausência não significa defender que apenas formulações explícitas sejam válidas para a identificação de programas intelectuais. É digno de nota, no entanto, que os diretores dos *Annales* se apresentem como porta-vozes dessa especialidade disciplinar sem tentar proceder a definições pretensamente cristalizadas, fazendo, pelo contrário, da própria “ausência” de uma agenda teórico-metodológica uma evidência do frescor, do arejamento e do aspecto inovador do programa de pesquisa no qual investem seus esforços profissionais²⁹³.

O esforço de *nomeação e rotulação*, oposto à estratégia de Hauser, é, por outro lado, constante. Reconvertendo em viço e energia potencial o caráter ainda tateante da área, Bloch e Febvre mostram-se destramente capazes de, simultaneamente, reificá-la, reclamando (e, ato contínuo, produzindo) sua existência, e manter a fluidez de seus contornos, do que se extraem ganhos simbólicos e materiais. Simbolicamente, os diretores logram apresentar-se como profetas de uma área por vir; porta-vozes do domínio disciplinar que, por suas qualidades, constituiria, segundo as formulações de ambos, uma espécie de “destino natural” da disciplina. No plano material, por sua vez, viabiliza-se a publicação de textos referentes a trabalhos de outras áreas, garantindo-se a sobrevivência material da revista, constantemente ameaçada pelas limitações inerentes a um domínio disciplinar em vias de constituição. Assegura-se assim, consequentemente,

²⁹³ No próprio editorial que abre o primeiro número dos *Annales*, por exemplo, os diretores anunciam a novidade de seu empreendimento dizendo que “c’est contre ces schismes redoutables que nous entendons nous élever. Non pas à coup d’articles de méthode, de dissertations théoriques. Par l’exemple et par le fait.” BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien. À nos Lecteurs. *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, v. 1, n. 1, 1929, p. 2.

a manutenção do modo específico de intervenção intelectual viabilizado pelo periódico, complementar, como já sugerido, àqueles facultados pela ocupação de postos universitários e por livros publicados, por exemplo.

Diversos desses processos – o ato de nomear sem definir, a constituição de Bloch e Febvre em porta-vozes da história econômica e social, a afirmação da revista como espaço federador dessa especialidade – podem ser observados de outro ângulo a partir de mais um expediente textual amplamente empregado pelos diretores, que se nomeará, aqui, *voz diretorial*.

Voz diretorial e identidade anunciada

Desde a fundação da revista, em 1929, os textos publicados nos *Annales* apresentam exemplos de passagens autorreferenciais²⁹⁴; formulações que sugerem a existência de uma identidade própria do periódico e de certa unidade de pensamento que o animaria. Já no segundo número publicado, por exemplo, lê-se que “sobretudo, aquilo que nos importaria principalmente aqui, quer dizer, a história econômica das comunidades judaicas, mal é tocada”.²⁹⁵ No número seguinte, a propósito de um livro dedicado a modos internacionais de financiamento, Bloch aponta que seriam desejáveis “alguns esclarecimentos adicionais, de um lado sobre a constituição jurídica das sociedades, de outro – e é sobretudo isso que nos importa aqui – sobre as classes sociais de onde elas recrutam seus adeptos”²⁹⁶. Não é, no entanto, até o quarto número da revista que os *Annales* ganham, de fato, uma voz própria.

Em resenha relativa ao livro *Les debuts de l'Âge Moderne*, de Henri Hauser e Augustin Renaudet, Bloch avalia:

A parte tratada pelo sr. Renaudet com tanto talento – história religiosa, intelectual e artística – escapa inteiramente à competência desta revista e, estendendo-se para a obra própria do sr. Hauser, a exposição dos eventos e das instituições políticas

²⁹⁴ Expedientes autorreferenciais não são, é verdade, uma exclusividade dos *Annales*: em publicações como a *Revue Historique* e a *Revue de Synthèse*, é possível identificar passagens nas quais se faz referência a “preocupações próprias desta revista” ou “expedientes conhecidos pelos leitores da Revue”, por exemplo. O que diferencia a voz diretorial dos *Annales* desses expedientes é sua natureza, a forma como ela é empregada e seu papel no seio da publicação, como se buscará demonstrar.

²⁹⁵ “Surtout, ce qui nous importerait principalement ici, je veux dire l’histoire économique des communautés juives, est à peine effleuré” AHES, v. 2, 1929, p. 304.

²⁹⁶ “quelques précisions supplémentaires, d’une part sur la constitution juridique des sociétés, de l’autre – et c’est là surtout ce qui nous importe ici – sur les classes sociales où elles recrutent leurs adhérents” AHES, v. 3, 1929, p. 445.

que, com pertinência, tem aí um lugar considerável, só tocam indiretamente os estudos dos quais os *Annales* querem ser o órgão.²⁹⁷

O resenhista prossegue, então, a uma análise dos capítulos escritos por Hauser, destacando, neles, elementos potencialmente interessantes aos estudos “econômicos e de estrutura social”. Por meio desse recurso autorreferencial, a revista torna-se, a partir de então, uma atriz em seu próprio mérito: “os *Annales*” passam, em terceira pessoa (e não mais apenas na primeira pessoa dos resenhistas), a emitir opiniões, transmitir julgamentos, verbalizar preferências e incômodos, tomar partido entre diversas vias de análise etc. Parece surgir, portanto, uma via de acesso imediata ao programa intelectual avançado, por Bloch e Febvre, através da publicação: seguir as ocorrências da voz diretorial permitiria retrair os princípios de teoria e método que regem o empreendimento dos *Annales*, aclarando, assim, o projeto *annaliste* incansavelmente buscado pela historiografia. Um lançar de olhos sobre as centenas de ocorrências desse expediente textual não tardam, no entanto, a expor os limites dessa estratégia.

No primeiro número de 1930, por exemplo, Marc Bloch lamenta, a respeito de um livro escrito na Alemanha, as lacunas que autores estrangeiros apresentam no conhecimento da bibliografia em língua francesa. A respeito disso, afirma que “será uma das tarefas dos *Annales* tornar, doravante, mais fácil que os savants estrangeiros evitem essas lacunas.”²⁹⁸ No mesmo número, o mesmo resenhista lamenta, a propósito de um livro sobre a história da Suécia, a falta de familiaridade do leitor francês com o passado escandinavo, garantindo que “os *Annales* – nossos leitores já puderam perceber – pretendem lutar, no que tange a esse e a outros pontos, contra o estreitamento para o qual tende a nossa pesquisa histórica”.²⁹⁹

Ao resenhar, em 1931, obra de Henri Hauser intitulada *Les origines historiques des problèmes économiques actuels*, Bloch volta a adotar a voz diretorial, dizendo: “Laços profundos do passado com o presente, impossibilidade de compreendê-los um sem o outro: nesse tema, proposto à reflexão dos historiadores da economia,

²⁹⁷ “La partie traitée, par mr. Renaudet, avec tant de talent – histoire religieuse, intellectuelle et artistique – échappe entièrement à la compétence de cette revue et, jusque dans l’oeuvre propre de m. Hauser, l’exposé des événements et institutions politiques qui, à juste titre, y tient une place considerable, ne touchent qu’indirectement les études dont les *Annales* veulent être l’organe” AHES, v. 4, 1929, p. 592.

²⁹⁸ “ce sera une de tâche des *Annales* que de rendre désormais plus facile, aux savants étrangers, d’éviter ces lacunes” AHES, n. 5, 1930, p. 135.

²⁹⁹ Les *Annales* – nos lecteurs ont déjà pu s’en apercevoir – comptent bien lutter, sur ce point comme sur d’autres, contre le rétrécissement dont notre culture historique tend à glisser” AHES, n. 5, 1930, p. 150.

reconheceu-se a ideia mesma que preside os nossos *Annales*. ”³⁰⁰. Em 1934, no entanto, a “razão de ser” da revista ganha outra versão, em nada relacionada à anterior. Febvre afirma, ao avaliar um livro relativo à história da ciência na França:

Do ponto de vista especial dos nossos Annales, coloquemos, ademais, uma outra questão. Nós não somos daqueles que professam qualquer mística simplista da Técnica. Mas nós clamamos, com todas as nossas vozes, pela criação de uma história da técnica sem a qual nenhuma história da ciência será, precisamente, possível.³⁰¹

Ainda se referindo à necessidade do estudo da história das técnicas para que se faça uma verdadeira história das ciências, o resenhista fecha o texto com a afirmação: “Soo absurdo, eu, um historiador, dizendo isso a um biólogo. Mas é necessário fazê-lo, ou então os *Annales* perderiam a sua razão de ser”³⁰². Ao criticar duramente um livro de André Tibal, que ignora completamente “a história econômica e a histórica social”, Febvre se desculpa pela rigidez de seus comentários, justificando-se com ainda outra definição do espírito da revista: “Que me permitam dizê-lo sem embargos. Nós sempre consideramos, e consideraremos sempre, aqui, que isso faz parte da função – caso se queira, da missão dos *Annales*”³⁰³.

Os exemplos listados representam apenas uma pequena fração das ocorrências da voz diretorial nas quais se anunciam a “missão”, o “propósito”, a “razão de ser” ou o “espírito” dos *Annales*, mas o conjunto deve fornecer uma ideia clara da ineficácia de se buscar, a partir dessa fórmula, uma agenda intelectual da revista. Com esse expediente textual, os diretores fazem referência a um espectro tão amplo de fatores que não se pode buscar ordená-los na forma de um projeto teórico-metodológico a não ser sob a régua de definições da revista retrospectivamente projetadas. Em outras palavras, pode-se, certamente, encontrar ocorrências da voz diretorial que fazem referência explícita, como exemplificado, a princípios tidos pela historiografia como distintivos da revista: a atenção às relações entre o passado e o presente é um exemplo claro, bem como o

³⁰⁰ “*Liens profonds du passé avec le présent, impossibilité de les comprendre, l’un sans l’autre : dans ce thème, proposé aux réflexions des historiens de l’économie, on a reconnu l’idée même qui préside à nos Annales*” AHES, n. 10, 1931, p. 312.

³⁰¹ “Du point de vue spécial des Annales, posons, d’ailleurs, une autre question. Nous ne sommes pas de ceux qui professons je ne sais quelle mystique simpliste de la Technique. Mais nous appelons de tous nos vœux la création d’une histoire des techniques sans quoi aucune histoire des sciences, précisément, ne sera jamais possible.” AHES, n. 30, 1934, p. 607.

³⁰² “J’ai l’air absurde, moi historien, de dire tout cela à un biologiste. Mais il le faut bien ou alors les *Annales* perdraient leur raison d’être” AHES, n. 30, 1934, p. 607.

³⁰³ “Qu’on me permette de le dire sans ambages. Nous avons toujours considéré, et nous considérerons toujours, ici, que cela fait partie de la fonction – si l’on veut, de la mission des *Annales*” AHES, n. 49, 1938, p. 64.

anseio de romper barreiras cronológicas e promover o contato com disciplinas vizinhas. Elevar esses traços à condição programática, no entanto, implica ignorar as instâncias autorreferenciais que atribuem a missão da revista à promoção da história escandinava ou da literatura islandesa, à avaliação de atlas fotográficos, ao diálogo entre leitores e editores ou à denúncia de livros publicados sem índices temáticos. Mais do que isso, filtrar a voz diretorial para extrair dela um programa teórico-metodológico escondido nas entrelinhas significa empobrecer consideravelmente a complexidade do recurso, bem como de seu papel na construção da legitimidade da revista, que se explorará a seguir.

Essas observações não significam, evidentemente, que a inclusão de sumários em livros e a colaboração da História com disciplinas vizinhas ocupem, no horizonte intelectual dos diretores, espaços idênticos. O que se defende é a inexistência, na documentação, de elementos que permitam reconstituir, a partir das preocupações recorrentes anunciadas por Bloch e Febvre, uma agenda intelectual previamente delimitada e sistematicamente cumprida, a não ser que se recorra a deformações de ordem anacrônica. A identidade da revista é constantemente formulada e reformulada de forma maleável, e a busca por constâncias epistemológicas é uma opção analítica que acaba por não se debruçar sobre o papel ocupado por essa maleabilidade na construção da legitimidade do periódico como espaço federador da história econômica e social.

Chega-se, assim, ao tipo de coerência intelectual que *pode* ser intuída a partir da voz diretorial. Apenas um padrão de uso desse expediente textual destoa por sua recorrência: em mais da metade dos usos, a voz diretorial vem, em alguma medida, associada ao rótulo “história econômica e social” ou a alguma variação dessa etiqueta³⁰⁴. É o que se enxerga, por exemplo, quando Lucien Febvre, a propósito de um livro a respeito da grande revolta de Castela, avalia que, na obra, “não se deve procurar um estudo sobre as causas profundas do levante (...) – refiro-me ao fato de que nem a situação social nem a situação econômica da Espanha nessa data são examinadas. E, do ponto de vista dos *Annales*, essa omissão não é um pecado venial”.³⁰⁵ A respeito de uma biografia de Henrique de Navarra, o resenhista volta a adotar o procedimento da mesma forma, avaliando que

³⁰⁴ Se o leitor retornar aos exemplos de emprego desse rótulo elencados na seção anterior, encontrará diversas outras ocorrências da voz diretorial.

³⁰⁵ “Il ne faut pas chercher une étude sur les causes profondes du soulèvement (...) - je veux dire que ni la situation sociale, ni la situation économique de l’Espagne à cette date ne sont examinées. Et, du point de vue de nos *Annales*, cette omission ne saurait sembler vénielle” AHES, n.6, 1930, p. 286.

Do ponto de vista especial dos *Annales*, há pouco a a guardar dessa copiosa biografia que se prende a ser biografia, mas não coloca os problemas gerais, não tenta enquadrar o herói escolhido em seu meio social nem analisar a ação da evolução econômica contemporânea sobre esse meio.³⁰⁶

Em 1935, comentando de forma comparativa dois livros a respeito de histórias familiares, Febvre volta a avaliar: “Bem, os *Annales* mostraram, outrora, publicando um excelente artigo de Louis Mazoyer, que eles sabem o interesse de reconstituições dessa natureza, mas orientadas mais diretamente em direção à história econômica e social.”³⁰⁷ Esses poucos exemplos ilustram, novamente, um padrão mais amplo que se repete extensivamente na revista, ora de forma mais explícita, ora de maneira menos evidente. As linhas gerais, no entanto, permanecem sempre as mesmas: o que interessa “aos *Annales*” nos livros resenhados são as questões de ordem econômica e social. O recurso torna-se, assim, essencialmente redundante: na maioria dos casos, a mensagem central transmitida pela voz diretorial é a de que os *Anais de História Econômica e Social* são uma revista dedicada à história econômica social.

A frequência notável com que o expediente autorreferencial é empregado dessa forma não permite, no entanto, igualar a repetitividade desse uso à inutilidade. Quando assume a forma tautológica, a voz diretorial continua viabilizando o exercício de um poder de rotulação, associado, agora, à repetição da etiqueta “história econômica e social”, recurso que teve seu papel analisado no item anterior. Trata-se, novamente, de reforçar a rotulação da área nascente, formando laços inextricáveis entre ela e a revista e, dessa forma, reclamando a publicação como um espaço aglutinador dessa especialidade disciplinar; *locus* legítimo de definição de seus pressupostos, objetos, questionamentos e métodos. Note-se, no entanto, que, mais uma vez, as fronteiras da subárea seguem sendo permanentemente móveis e movidas pelos diretores. Ela segue sendo, em última análise, associada a uma miríade de temas e aplicações possíveis; mantida como um espaço de exploração que seduz pela ampla gama de possibilidades abertas.

³⁰⁶ “Du point de vue special des *Annales*, il y a peu à glaner dans cette copieuse biographie qui s’astreint à être biographie – mais ne pose pas de problèmes généraux, ne tente pas d’encadrer le héros qu’elle a choisi dans son milieu social, ni d’examiner l’action sur ce milieu de l’évolution économique contemporaine.” AHES, n.31, 1935, p. 110.

³⁰⁷ “Bien; et les *Annales* ont montré jadis, en publiant un excellent article de Louis Mazoyer, qu’elles savaient l’intérêt de semblables restitutions: mais orientées plus directement vers l’histoire économique et sociale.” AHES, n. 35, 1935, p. 521.

Dessa forma, a voz diretorial constitui-se como um recurso de enunciação de coerência que não fornece, de forma acabada, a definição da unidade que anuncia. Dito de outra forma, o que está em jogo é anunciar perenemente um programa, e não, necessariamente, informar seu conteúdo, de forma sistemática, ao leitor. De fato, trata-se de um recurso valioso precisamente por registrar a existência de um trabalho constante de enunciação de coesão que prescinde da substantivação dessa coesão. Assim como na aplicação do rótulo “história econômica e social”, o ato de nomeação não vem acompanhado de definições explícitas daquilo que se nomeia, o que sugere uma importância maior dada ao ato de nomear do que ao ato de definir (ao menos no que toca a definições acabadas, que se querem cristalizadas).

Isso não significa, bem entendido, que a “história econômica e social” ou “os *Annales*” não passem de fabricações ou invenções. Significa simplesmente que, evitando recorrer a definições programáticas fechadas e duras, Bloch e Febvre ampliam significativamente suas margens de ação e fortalecem sua área de especialização na luta pelo protagonismo disciplinar. Em um contexto que precede a institucionalização, no qual esse domínio não conta, ainda, com uma força expressiva em termos de recursos, adeptos, cadeiras e programas de pesquisa, parte da eficácia da estratégia dos *Annales* parece residir justamente na manutenção da maleabilidade de seus enunciados. Anunciando-se (de forma convincente) como uma unidade coesa e, simultaneamente, mantendo a plasticidade necessária para contornar as constrições típicas de uma área nascente, o empreendimento garante ao jovem domínio disciplinar o oxigênio que o sustenta na primeira infância, em um contexto no qual definições dogmáticas e fechamentos programáticos tenderiam barrar seu avanço.

Esse modo particular de enunciação da história econômica e social operante no contexto da revista não pode, é claro, ser pensado ao arrepio da configuração dessa subárea nas décadas de 20, 30 e 40, e tampouco das posições ocupadas por Bloch e Febvre nessa configuração. Como lembrado no início desse capítulo, um trabalho coletivo de fôlego, empreendido desde o final do século XIX, alçara essa especialidade a uma posição, se ainda longe de hegemônica, ao menos de relevo no rol das práticas históricas. Esse extenso trabalho prévio de legitimação da área, descrito no capítulo 2.3, faz parte do próprio tecido que forma os *Annales*, como atesta, por exemplo, o papel substancial que figuras como Henri Hauser, Henri Sée e Henri Pirenne ocupam na manufatura do periódico. Tal lastro de legitimidade é acionado, sobretudo, pelos nomes de Marc Bloch e Lucien Febvre, ocupantes destacados, já em 1929, desse espaço, como

constatou a análise da recepção crítica das obras canônicas de ambos³⁰⁸. Isso significa que as propriedades intelectuais a eles associadas com base em sua produção prévia (a tendência a *transgressões dos lugares comuns* ou a *inovações brilhantes*, por exemplo) são acionadas, mesmo quando não explicitadas, na prática como diretores.

Nesse sentido, a eficiência do modo como se formula a história econômica e social nos *Annales* depende, em grande medida, desses lastros prévios de prestígio intelectual, acumulados tanto coletiva quanto individualmente. A análise de detalhe empreendida neste capítulo não pretendeu, portanto, apresentar, em argumento circular, a revista como explicação evidente do próprio êxito. Ao invés disso, buscou-se, a partir da alteração da escala de análise, constatar os tipos específicos de construção de coerência e de enunciação de um programa intelectual viabilizados por esse suporte material. Como já sugerido, o período aqui analisado é marcado por divergências entre os praticantes da história econômica e social a respeito de como afirmá-la, defini-la e operá-la na luta por destaque dentro da disciplina histórica. O que a análise verticalizada dos textos publicados na revista revela é que Bloch e Febvre não se alinham integralmente a nenhum dos polos do debate, mas procedem a uma forma alternativa de enunciação de sua especialidade que, em diversos sentidos, contorna os problemas enfrentados pelas formas concorrentes.

O esforço constante de reificação por meio da rotulação e da nomeação aproxima-se, por exemplo, da estratégia de institucionalização e uniformização de Henri Sée, descrita no capítulo 2. Ao contrário de Sée, no entanto, Bloch e Febvre não recorrem ao estabelecimento inflexível de quadros de análise ou programas de pesquisa. Dessa forma, os *Annales* não são marcados pelas lacunas e espaços vazios dos boletins Sée, mas por um preenchimento constante das fissuras com temas externos à história econômica e social. Destarte, espaços em branco apresentam-se como potenciais de exploração, enquanto falhas e lacunas convertem-se em oportunidades de demonstrar a adaptabilidade do domínio disciplinar. A manutenção dessa maleabilidade não se dá, tampouco, nos termos defendidos por Hauser: ao invés de, como ele, assentarem-se na afirmação de que “a história econômica não existe”, Bloch e Febvre preservam e valorizam seu poder de rotulação, recorrendo a um processo ininterrupto de definição e redefinição da área. Dessa forma, tornam-se capazes de reificá-la a todo o momento, o

³⁰⁸ Capítulo 2, seção 2.3

que Hauser se recusava a fazer, sem, no entanto, abrir mão da plasticidade de seu contornos, que o historiador considerava essencial.

Desse modo, a revista torna-se uma janela privilegiada a partir da qual se pode apreender um modo alternativo de enunciação da história econômica e social. É, afinal, a fundação do periódico no ano de 1929 que se celebra, usualmente, como ponto de partida de uma “nova historiografia”. Ainda que essa crença não se explique exclusivamente pela revista, sua explicação certamente não prescinde dos modos como, ali, Bloch e Febvre gerem sua autoridade acumulada, definem o próprio empreendimento e enunciam o rótulo disciplinar que ajudavam, como figuras de proa de um esforço coletivo, a construir desde a virada do século. O que o modo de intervenção intelectual viabilizado pelo periódico faculta é um tipo de enunciação da história econômica e social que converte as fragilidades e flancos abertos da jovem especialidade em munição na disputa por um lugar ao sol. E, aprofundando a metáfora militar tão cara à historiografia dos *Annales*, se a eficácia desse aparato bélico não explica, sozinha, o desfecho da batalha, ignorá-la implica eclipsar uma porção demasiadamente importante da explicação.

Considerações finais

A partir da análise dos textos publicados por Bloch e Febvre dentro dos *Annales*, e estabelecendo como parâmetro de controle as resenhas assinadas por eles como colaboradores de outras revistas, buscou-se, aqui, identificar os expedientes textuais efetivamente distintivos do periódico. Em outras palavras, tratou-se, em grande medida, de identificar as traduções públicas do trabalho diretorial de construção de coerência descrito no capítulo 3. Constatou-se, assim, que, nas resenhas publicadas nos *Annales*, dois grandes elementos se destacam.

O primeiro deles é o tratamento conferido à erudição. Mais explícitas e mais recorrentes do que em outras revistas, as ocorrências desse tipo nos *Annales* constituem uma via privilegiada de acesso aos eixos de tensão nos quais Bloch e Febvre se inserem como historiadores e das formas como se posicionam neles. Como se demonstrou, a oposição aos “metódicos”, apesar de não ser um elemento ausente, não foi a disputa que levou os diretores, nos primeiros anos do periódico, ao desprendimento de maior quantidade de energia. Pelo contrário, a maior parte de sua ação foi orientada no sentido da legitimação da profissionalização da atividade de historiador, constantemente

contraposta às categorias do arquivista, do erudito e do historiador amador. Essa estratégia tem por efeito um reforço da posição de autoridade dos historiadores: defendendo a superioridade da história universitária frente às outras formas de narrativa sobre o passado, Bloch e Febvre potencializam a legitimidade de suas próprias posições como críticos, intérpretes e, em última instância, porta-vozes de uma especialidade disciplinar que se insere nesse mesmo contexto da prática profissional da História.

Esse lastro de prestígio conferido pelas propriedades sociais dos autores (suas trajetórias escolares, o reconhecimento de suas obras canônicas, os postos ocupados), simultaneamente acionado e potencializado pela defesa da história profissional, dota de credibilidade o modo particular por eles empregado para afirmar a área da história econômica e social. Trata-se do segundo elemento central identificado nas fontes: lançando mão de diversos expedientes delicados de rotulação, nomeação e classificação, os diretores logram dotar seu empreendimento de uma coerência que o legitima como espaço aglutinador de uma especialidade disciplinar jovem. Ao mesmo tempo, preservam a maleabilidade e a plasticidade que ensejam o vicejar da área nascente no contexto dos anos 20, 30 e 40.

Dito de outro modo, o manejo feito, na revista, das etiquetas “história econômica e social” e “os *Annales*” tem por efeito forjar espaços para a especialidade, criar uma demanda por seus temas e métodos (constantemente atualizados), justificar seu direito de existência por meio da explicitação de seus rendimentos para a “ciência histórica” e projetá-la como a especialização do futuro, atraindo, assim, praticantes. Busca-se, dessa maneira, dar força à área na concorrência com outras especializações por protagonismo disciplinar, conferindo rentabilidade ao investimento feito, nela, como via de distinção em um contexto disciplinar orientado para a divisão cada vez mais especializada do trabalho intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No compêndio a respeito da “Nova História” publicado em 1978, Jacques Le Goff afirma que o epíteto “história econômica e social”, que compõe o título dos *AHES*, teria sido escolhido por Marc Bloch e Lucien Febvre justamente por ser excessivamente vago. Ele daria, assim, vazão ao grande projeto dos fundadores: o de fundar uma história total, contínua, sem cisões e nem barreiras, que se espraiasse por todos os domínios da vida humana. A evidência apresentada por Le Goff é o texto *Vivre l'Histoire*, transcrição da conferência de Lucien Febvre professada na *École Normale Supérieure* em 1941, editada para publicação nos *Annales* em 1943 e reeditada para abrir os *Combates pela História* em 1953. Ali - e Le Goff silencia sobre esse aspecto -, Febvre argumenta que a fórmula não é uma combinação fortuita de dois elementos, mas uma herança das longas discussões que, no decorrer do século, circundaram o materialismo histórico.³⁰⁹ À frente, o autor afirma: “então eu volto ao ponto: não existe História Econômica e Social. Existe a História, simplesmente, em sua unidade. A História, sim, é inteira social por definição.”³¹⁰

Ao contrário do que possa fazer pensar o império que a história econômica e social governa a partir dos anos 50, no entanto, a noção de que essa especialidade histórica constitui *toda a História* não é uma realidade dura, atemporal e nem trans-histórica. As afirmações de Febvre e, posteriormente, de Le Goff só têm, hoje, efeitos de real porque, de fato, a história econômica e social logra, em um determinado ponto de seu desenvolvimento histórico, impor-se como a História *tout court* na luta contra as outras especialidades disciplinares. Essa vitória não vem, no entanto, como direito de nascença, mas como fruto de um longo embate no seio da disciplina histórica e dentro da própria especialidade. É na esteira desse embate que, ao cabo deste trabalho, argumentamos ser possível interpretar a produção dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, bem como sua relação com a enunciação daquilo que viria a se tornar um sujeito historiográfico.

Demonstrou-se aqui, primeiramente, que os *topoi* usualmente evocados para explicar esse sujeito, naturalizados e automatizados pelos historiadores, tendem a

³⁰⁹ FEBVRE, Lucien. *Vivre l'Histoire*. p. 6

³¹⁰ “Donc, j'y reviens : il n'y a pas d'Histoire Economique et Sociale. Il y a l'Histoire tout court, dans son Unité. L'Histoire qui est sociale tout entière, par definition”. Id.

deformar a análise dos primeiros anos da revista, superdimensionando alguns elementos e atrofiando outros sem respeitar o grau de prioridade que os próprios agentes históricos conferem a eles. Sob a lente das respostas prontas e construídas a posteriori, por exemplo, todas as críticas publicadas na revista dos *Annales* tornam-se evidências de sua combatividade distintiva, enquanto qualquer menção à “história tradicional” converte-se em marca de uma oposição feroz contra o *establishment* universitário. Como se demonstrou aqui, no entanto, deixar de lado esses moldes analíticos permite fazer outras perguntas e encontrar, por conseguinte, outras respostas. Fora da chave dos “combates”, a crítica nos *Annales* torna-se uma via de acesso, primeiro, às constrições que pesavam sobre os diretores da revista e à sua forma de manejo. Depois, permite identificar o tipo de expediente crítico com o qual os diretores desprendiam maior quantidade de energia, mas que se torna invisível quando esses textos são vasculhados por um olhar retrospectivamente projetado que só espera encontrar, neles, provas de rebeldia e violência retórica. Fora da chave da “ruptura”, por sua vez, a análise torna-se capaz de ver um esforço de afirmação e legitimação da condição dos historiadores profissionais no embate contra os “eruditos” e “amadores”, ali onde usualmente só se enxergaria uma versão superdimensionada da contenda contra os “metódicos”.

Esses esclarecimentos foram um meio de investigar, de forma mais apurada, o funcionamento da revista em seus primeiros anos. Nessa perspectiva, compreender os processos de legitimação que regem a produção dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*” passou por duas explicações comunicantes. Em primeiro lugar, constatou-se que a revista dos *Annales* foi um empreendimento caracterizado, no período aqui estudado, pela instabilidade de suas condições materiais e pelas marcas impressas por seus diretores na administração dessa instabilidade. Frente aos percalços típicos de um empreendimento editorial, os dois normalianos, representantes exemplares da primeira geração de historiadores profissionais formada conforme os princípios da nova história universitária, demonstram um senso prático que influi diretamente no resultado final do periódico. Alude-se, com isso, ao fato de que ambos são capazes de criar expedientes administrativos que convertem as instabilidades e constrições em trunfos, armas, “traços de personalidade” e, no limite, na enunciação de um “espírito” de definição tão instável quanto as condições que o engendram.

Chega-se, assim, à segunda conclusão da análise, que se comunica diretamente com a primeira: a revista dos *Annales* é, em sua primeira década, a plataforma para uma enunciação específica da história econômica e social que se mostra excepcionalmente

eficaz. No momento em que suas expectativas tácitas de carreira descolam-se de suas realidades objetivas, a administração de um periódico proporciona a Bloch e Febvre uma diversificação de estratégias que alimenta a rentabilidade dos investimentos intelectuais feitos por ambos até ali. Como descrito ao longo do trabalho, esse investimento concentrava-se na especialização em “história econômica e social”, rótulo que, diferentemente do que dá a ver Le Goff, não foi criado pelos diretores, mas já circulava intensamente entre historiadores. Nesse sentido, a seleção do título da revista atesta a subscrição a um domínio disciplinar em formação, parte do qual os diretores já se reclamavam antes do ato fundador. As fronteiras desse domínio e a definição desse rótulo disciplinar ainda estavam, no entanto, em disputa, e, como se demonstrou, a revista torna-se um modo de intervenção dos diretores nessa contenda.

Como demonstram as análises do último capítulo, o elemento mais recorrente nos esforços críticos de Bloch e Febvre, e o mais seguro padrão que se pode extrair deles, é o manejo do rótulo disciplinar que dá título ao periódico. Trata-se, com efeito, de um tipo de manejo que se distingue das estratégias de ação e dos modos de enunciação avançados por outros praticantes destacados desse domínio disciplinar, como Henri Sée e Henri Hauser. Aqui, os diretores dos *AHES* voltam a demonstrar o mesmo tipo de destreza empregado na editoração da revista. Frente às limitações e constrições da área nascente, avançam uma elocução líquida da história econômica e social, que se infiltra nas rachaduras, fissuras e lacunas do domínio disciplinar e espraia-se para domínios mais consolidados, tomando de empréstimo seu prestígio.

Sem nunca definirem a história econômica e social, mas acionando permanentemente essa etiqueta, movendo constantemente suas fronteiras e arvorando-se em enunciadores legítimos desse movimento, Bloch e Febvre atingem um duplo efeito. Logram reificar sua especialidade, garantindo seu potencial de distinção, mas assegurando, ao mesmo tempo, que seus contornos sejam suficientemente fluidos para mantê-la viável em um contexto no qual faltam colaboradores, colaborações, cadeiras, programas. Quando a subárea se torna, finalmente, dominante no rol das especialidades disciplinares, esse modo de enunciação torna particularmente verossímil a afirmação de que não existe e nem nunca existiu uma história econômica e social. Ela sempre foi, por direito de nascença, toda a História.

Tem-se, assim, que, nos diversos expedientes de legitimação de seu periódico, Marc Bloch e Lucien Febvre valem-se de um senso prático que produz efeitos particulares. Apesar de recorrerem reiteradamente a nomeações, rotulações e

enunciações diversas de coesão e unidade, os diretores margeiam qualquer substantivação acabada daquilo que nomeiam. Nesse sentido, produzir o periódico e armá-lo nas disputas disciplinares passa por enunciar uma agenda intelectual que se afasta muito da afirmação programática de um arcabouço teórico-metodológico. Ao invés de engessarem a revista na condição de um púlpito a partir do qual anunciam uma doutrina, seus diretores a constroem como um espaço maleável, adaptável, em constante afinamento com as estratégias mais rentáveis de afirmação da história econômica e social. Suas rubricas são flutuantes; seus temas, plásticos; seus objetos, permanentemente móveis. Esse caráter líquido dos conteúdos é, no entanto, represado em um vasilhame comum: “os *Annales*”. Erigido como sujeito com voz própria, esse personagem impõe-se como marca aglutinadora do conjunto móvel de estratégias do qual depende a produção da revista, produzindo, a partir das páginas do periódico, um ente que viria a transcendê-las.

BIBLIOGRAFIA

I) Fontes

→ Resenhas

Annales:

Resenhas assinadas por Bloch e Febvre nas rubricas “Questions de fait et de méthode” e “Courriers critiques” dos números:

Annales d'histoire économique et sociale. Paris: Armand Colin, T. 1, n. 1-4, 1929; T. 2, n. 5-8, 1930; T. 3, n. 9-12, 1931; T. 4, n. 13-18, 1932; T. 5, No. 19-24, 1933; T. 6, n. 25-30, 1934; T. 7, n. 31-36, 1935; T. 8, n. 37-42, 1936; T. 9, n. 43-48, 1937; T. 10, n. 49-54, 1938

Annales d'histoire sociale. Paris: Armand Colin, T.1, n. 1-4, 1939; T.2, n. 1-4, 1940; T.3, n. 1-4, 1941

Mélanges d'histoire sociale. Paris: Armand Colin, v. 1 e 2, 1942; v. 3 e 4, 1943; v. 5 e 6, 1944

Revue Critique d'Histoire et de Littérature

Todas as resenhas assinadas por Bloch e Febvre nos números:

Revue Critique d'Histoire et de Littérature. Paris: Librairie Ernest Leroux, ano 63, t. 96, n. 1-12, 1929; ano 64, t. 97, n. 1-12, 1930; ano 65, t. 98, n. 1-12, 1931; ano 66, t. 99, n. 1-12, 1932; ano 67, t. 100, n. 1-12, 1933; ano 68, t. 101, n. único, 1934; ano 69, t. 102, n. único, 1935

Revue Historique

Resenhas assinadas por Bloch e Febvre na rubrica “Comptes-rendus critiques” nos números:

Revue Historique. Paris: Librairie Felix Alcan, ano 54, t. 160-162, 1929; ano 55, t. 163-165, 1930; ano 56, t. 166-168, 1931; ano 57, t. 169-170, 1932; ano 58, t. 171-172, 1933; ano 59, t. 173-174, 1934; ano 60, t. 175-176, 1935; ano 61, t. 177-178, 1936; ano 62, t. 179-181, 1937; ano 63, t. 182-184, 1938; ano 64, t. 185-187, 1939; ano 65, t. 188-190, 1940; ano 66, t. 191-192, 1941, ano 67, t. 193-194, 1942

Revue de Synthèse

Resenhas assinadas por Bloch e Febvre nas rubricas “Revue Critiques” e “Notes, questions et discussions” dos números:

Revue de Synthèse Historique. Paris: La Renaissance du Livre, T. 47/48, n. 21/22, 1929; T. 49/50, n. 23/24, 1930

Revue de Synthèse. Paris: La Renaissance du Livre, T. 1, n. 1-3, 1931; T. 3, n. 1-3, 1932; T. 5, n. 1-3, 1933; T. 7, n. 1-3, 1934; T. 9, n. 1-3, 1935; T. 11, n. 1-3, 1936; T.13, n. 1-3, 1937; T. 15, n. 1-3, 1938; T. 17, n. 1-3, 1939

➔ Documentação epistolar

CANDAR, G e PLUET, Jacqueline (org). *Lettres à Henri Berr (Lucien Febvre)*. Paris: Fayard, 1997.

LYON, Bryce. *The birth of Annales history: The letters of Lucien Febvre and Marc Bloch to Henri Pirenne (1921-1935)*. Bruxelles: Commission Royale d'Histoire, 1991.

BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, *Correspondance*, 3 vol., éditée par Bertrand MÜLLER. Paris : Fayard, 1994b, 2004a, 2004b

PLUET, Jacqueline (org.). *Écrire La Société féodale. Lettres à Henri Berr, 1924-1943 (Marc Bloch)*. Paris: Institut Mémoires de l'édition contemporaine, 1992

II) Bibliografia referente aos *Annales*

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Maringá: EDUEM, 2004

AYMARD, Maurice. The *Annales* and French historiography. *Journal of European Economic History*, v. I, n. 2, 1972.

BENTLEY, Michael. *Modern Historiography: An Introduction*. London: Routledge, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *L'étrange défaite*. Paris: Gallimard, 1946.

_____. *La société féodale*. 2 vols. Paris: Albin Michel, 1939-40.

_____. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1931.

_____. *Les rois thaumaturges*. Paris: Gallimard, 1924.

BLOT, Jacques. Le révisionnisme en histoire ou l'école des *Annales*. *La Nouvelle Critique*, n. 3, Paris, 1951.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1997.

BRAUDEL, Fernand. Lucien Febvre et l'histoire. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 12, n. 2, 1957.

_____. Marc Bloch à l'honneur. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 14, n. 1, 1959.

_____. Presence de Lucien Febvre. In: *Hommage à Lucien Febvre. Eventail de l'histoire vivante*. Paris: Librairie Armand Colin, 1953.

BURGUIÈRE, André. Annales, École des. In: *Dictionnaire des Sciences Historiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

_____. Histoire d'une Histoire : la naissance des Annales. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 34, n. 6, 1979, pp. 1347-1359.

_____. Lieux et idées pour la recherche collective em histoire 1949-1975. *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 36, 2005, pp. 107-129.

_____. Marc Bloch, Lucien Febvre et l'aventure des Annales, *L'Histoire*, Paris, n. 119, fev. 1989.

_____. *The Annales School: An Intellectual History*. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. Reflections on the historical revolution in France: the Annales school and british social history. *Review*, Nova York, v. 1, n. 3-4, 1978.

CARBONELL, Charles Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987

_____. L'histoire dite positiviste en France. *Romantisme*. N°21-22, Paris: *Revue de La Société des Études Romantiques*, 1978.

_____. e LIVET, Georges. *Au berceau des Annales*. Toulouse: Presses de l'Institut d'Etudes Politiques de Toulouse, 1983.

CHARTIER, Roger; LE GOFF, Jacques e REVEL, Jacques (eds.). *La nouvelle histoire*. Paris: Éditions Complexe, 1978.

CLARK, Stuart (org.). *The Annales School: Critical Assessments in History*. Londres: Routledge, 1999.

COTEAU-BÉGARIE, Hervé. *Le phénomène Nouvelle Histoire: stratégie et idéologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1983.

DAIX, Pierre. *Braudel*. Paris: Flammarion, 1995.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

DUMOULIN, Olivier. *Marc Bloch*. Paris : Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 2000.

_____. *Profession historien : 1919-1939*. Thèse de 3^e cycle. Paris, 1983.

FABIANI, Jean-Louis. Faire école en Sciences Sociales. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n°36, 2005.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

_____. *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1947.

_____. *Pour une histoire à part entière*, Paris : SEVPEN, 1962.

FERRO, Marc. Des Annales à la Nouvelle Histoire. In.: *Philosophie et Histoire*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1987.

FINK, Carole. *Marc Bloch: A Life in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

FLANDRIN, Jean-Louis. De l'histoire-problème à l'approche historique des problèmes. In: GADOFFRE, Gilbert (org). *Certitudes et Incertitudes de l'Histoire*. Paris: PUF, 1987.

GEMELLI, Giuliana. "Les Annales nel secondo dopoguerra: uno Paradigma?". In. ROSSI, P (org). *La storiografia contemporanea – indirizzi e problemi*. Milano: Arnaldo Mandadori, 1987.

GOOCH, George Peabody. *History and historians in the nineteenth century*. Boston: Beacon Press, 1968.

HUNT, Lynn. French History in the Last Twenty Years: The Rise and Fall of the Annales Paradigm. *Journal of Contemporary History*, v. 21, n. 2, 1986.

HUPPERT, Georges. Annales school before the Annales. *Review*, Nova York, v. I, n. 3-4, 1978.

_____. Lucien Febvre and Marc Bloch: The Creation of the Annales. *The French Review* v. 55, n. 4, 1982, pp. 510–513.

IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century. From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover e Londres: Wesleyan University Press, 1997.

_____. *New Directions in European Historiography*. London: Methuen, 1971.

JOLY, Bertrand. L'École des chartes et l'Affaire Dreyfus. *Bibliothèque de l'école des chartes*. 1989, t.147. pp. 611-671

KINSER, Samuel. Annalist paradigm? The geo-historical structuralism of F. Braudel. *The American Historical Review*, n°1. Washington: Historical American Association, 1981.

LEPETIT, Bernard. Défense et illustration des ‘ Annales’. *L’Histoire*, Paris, n. 128, 1989.

LEUILLIOT, Paul. Aux origines des Annales d’Histoire Économique et Sociale (1928). In: *Mélanges en l’honneur de Fernand Braudel*. Toulouse: Privat Editeur, 1973.

MANN, Hans-Dieter. *Febvre, la pensée vivante d’un historien*. Paris: A. Colin, 1971.

MASSICOTE, Guy. *L’histoire problème: la méthode de Lucien Febvre*. Quebec/Paris: EDISEM/Maloine, 1981.

MUCHIELLI, L. Aux origines de la nouvelle histoire en France: l’évolution intellectuelle et la formation du champs des sciences sociales (1880-1930). *Revue de Synthèse*, n. 1, 1995, pp. 55-98.

MÜLLER, Bertrand. Critique bibliographique et construction disciplinaire : l’invention d’un savoir-faire. *Genèses*, 14, 1994a. pp. 105-123.

_____. *Lucien Febvre, lecteur et critique*. Paris: Albin Michel, 2003.

_____. Marc Bloch-Lucien Febvre: correspondences. *Rivista di Storia della Storiografia Moderna*, Roma, n. 1-2, 1993.

NISBET, R. L’Histoire, La sociologie ET La revolution. In: HINKER, F. & CASANOVA, A. (dirs.). *L’historien entre l’ethologie et futurologue*. Paris: La Haye, 1972.

NOIRIEL, Gérard. *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris: Belin, 1996.

RÉBILLON, Armand. Nécrologie et bibliographie des travaux de Henri Sée. *Annales de Bretagne et des pays de l’Ouest*, 1936, v. 43, n. 1-2, pp. 2-33.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales : a inovação em história*. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

_____. *Nouvelle Histoire e tempo histórico : a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo : Ática, 1996.

REVEL, J. Histoire et sciences sociales: les paradigmes des *Annales*. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. Ano 34, n. 6, 1979, pp.1360-1376.

RHODES, Robert Colbert. Durkheim and the historical thought of Marc Bloch. *Theory and Society*, n°1, Amsterdam: Elsevier, 1978.

RIBÉMONT, Thomas. Les historiens chartistes au coeur de l'affaire Dreyfus, *Raisons politiques*, n. 18, 2005

ROBINSON, John Harvey. *The New History*. New York: 1912.

ROCHA, Sabrina Magalhães. Lucien Febvre, Marc Bloch e as Ciências Históricas Alemãs (1928-1944). 1ª. ed. Ouro Preto: Edufop/Ppghis, 2012.

SKOCPOL, Theda. *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STOIANOVICH, Traian. *French historical method: the Annales paradigm*. Ithaca: Cornell University Press, 1976.

III) Bibliografia geral (metodologia, teoria e referências de pesquisa)

BEN-DAVID, J.; COLLINS, R. Social factors in the Origins of a New Science: The Case of Psychology. *American Sociological Review*, vol. 31, nº 4, Agosto/1966, pp.451-465.

BENTHIEN, Rafael Faraco. *Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas* (França, 1898 - 1920). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011, 367 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Sociólogo e Arqueólogo: Henri Hubert à luz de suas resenhas. In: SILVA, Helenice Rodrigues da (Org.). *Circulação das Ideias e Reconfiguração dos Saberes*. Blumenau: Edifurb, 2014, v. 1, p. 147-166.

BÉRA, Matthieu. Les comptes rendus de Durkheim à l'Année Sociologique. *Contextes*, n. 10, 2012.

BERNIER, Matthieu. Soutenir ou détruire. *Mil neuf cent: Revue d'histoire intellectuelle*, nº 25, p. 127-140.

BESNARD, Philippe. La formation de l'équipe de l'Année sociologique. *Revue française de sociologie*, 1979, 20-1. pp. 7-31.

BIARD, Agnès; BOUREL, Dominique e BRIAN, Éric (dir.). *Henri Berr et la culture du XXe siècle. Histoire, science et philosophie*. Paris: Albin Michel/Centre international de synthèse, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Homo Academicus*. Paris : Minuit, 1984.

_____. Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 2 N°2-3, junho 1976.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo : Editora UNESP, 2004.

_____. *Razões práticas*. Campinas, SP: Papius, 1996.

_____. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d'Agir, 2001.

CANNON, John. (ed.). *The Historian at Work*. London: Allen & Unwin, 1980.

CHARLE, Christophe. *La République des Universitaires, 1870-1940*. Paris : Seuil, 1994.

_____. *Les professeurs de la faculté des lettres de Paris – Dictionnaire biographique 1909-1939*. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 1986.

_____. *Les professeurs du Collège de France – Dictionnaire biographique 1901-1939*. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 1988.

_____. *Naissance des « Intellectuels », 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990.

_____. *Paris fin de siècle, culture et politique*. Paris : Le Seuil, 1998.

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

_____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens/Vega, 2002.

FRICKEL, S.; GROSS, N. A General Theory of Scientific/Intellectual Movements. *American Sociological Review*, vl. 70, n 2, 2005, pp.204-232.

KARADY, Victor. Durkheim, les sciences sociales et l'Université : bilan d'un semi-échec. *Revue française de sociologie*, 1976, 17-2, pp. 267-311.

_____. Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens. In: *Revue française de sociologie*, 1979, 20-1. pp. 49-82.

KUHN, Thomas. *As Estruturas das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.

MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita. Teoria e história da historiografia*. São. Paulo: Contexto, 2006.

MERTON, R. Priorities in Scientific Discovery: A Chapter in the Sociology of Science. *American Sociological Review*, vol. 22, nº62, Dezembro/1957, pp.635-659.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOVAIS, Fernando (org.) e SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____. *Nova História em Perspectiva vol.2*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães*. São Paulo: Edusp, 2000.

SAPIRO, Gisèle. Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês. *Tempo social*, vol.16, n.1, 2004, pp. 93-105.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do Ensaio sobre o dom. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 89-124, 1999.

WILLIAMS, Raymond. “O círculo de Bloomsbury” In.: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.